



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER
IVSON CONCEIÇÃO SILVA

**CRÍTICA ONTOLÓGICA À FRAGMENTAÇÃO DAS PREMISSAS
TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA**

Salvador

2021

IVSON CONCEIÇÃO SILVA

**CRÍTICA ONTOLÓGICA À FRAGMENTAÇÃO DAS PREMISSAS
TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito para obtenção do título de doutor em Educação na linha de pesquisa Educação, Cultura Corporal, Esporte e Lazer pela Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Lira dos Santos Junior

Salvador

2021

Ficha catalográfica

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Silva, Ivson Conceição.

Crítica ontológica à fragmentação das premissas teóricas e programáticas na produção/circulação do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia / Ivson Conceição Silva. - 2021.

313 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Lira dos Santos Junior.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2021.

1. Professores de Educação física - Formação. 2. Educação física - Estudo e ensino (Superior). 3. Produção do conhecimento. 4. Ontologia. 5. Materialismo histórico. 6. Materialismo dialético. 7. Relação teoria-prática. 8. Teleologia. I. Santos Junior, Cláudio Lira dos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.12 - 23. ed.

IVSON CONCEIÇÃO SILVA

**CRÍTICA ONTOLÓGICA À FRAGMENTAÇÃO DAS PREMISSAS
TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA**

Defesa pública de tese no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Salvador-Bahia, 24 de agosto de 2020.

Cláudio de Lira Santos Junior – Orientador _____
Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Professor na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Celi Nelza Zülke Taffarel – _____
Pós-Doutorado pela Universität Oldenburg, CARLV.OSSIETZKY, Alemanha. (UNICAMP)
Professora Titular na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Marize Souza Carvalho _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Márcia Morschbacher _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Kátia Oliver de Sá _____
Pós-doutorado em História e Filosofia da Educação (UNICAMP)
Professora da Universidade Católica de Salvador (UCSal)

Silvio Ancisar Sanchez Gamboa _____
Livre-docente em história da filosofia em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP)
Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Nada se produz só na sociedade humana.

Esta tese não é de um autor, mas de uma comunidade, Alto do Canjira; de um bairro, Vasco da Gama; de uma cidade, Salvador; de um estado, Bahia; de uma Região, Nordeste; de um país, Brasil; de um continente, América Latina; de uma classe, a trabalhadora. Esta tese é nossa, é do mundo, é de quem ama e deseja mudar as coisas, é da revolução!

Agradecer é sempre um momento especial e difícil porque corremos o risco de enaltecer uns e esquecer outros, mas é algo fundamental.

Vamos ao risco...

A Leidiane Alves de Farias, companheira com quem partilho a vida. Nosso amor é o verdadeiro espiral da dialética. Dos gracejos mais afetuosos, do amor verdadeiramente revolucionário às mais elevadas reflexões sobre as problemáticas da sociabilidade humana. Suas mãos e seu coração estão em cada espaço de nossa tese, assim como está em nossas vidas. Juntos enfrentamos as tempestades e juntos veremos o nascer do sol.

Aos filhos! No momento da defesa era apenas nosso filho Leon, e agora, do ventre materno, Iara chega como um feixe de luz para iluminar as trevas desse momento que a humanidade está passando.

A minha mãe Maria Valdileide da Conceição Silva, uma mulher de referência do que significa criar três filhos nas contradições do capital, no alto do morro da periferia de Salvador.

Àquele que hoje chamo de militante anônimo, meu pai, Antônio José da Silva (*in memoriam*), só agora tenho plena consciência de suas atividades políticas, deixou um grande legado!

A minha irmã e comadre, Andreia Conceição Silva, muito do que sou pertence a você. Foi o meu principal farol e é o meu porto seguro.

A meu irmão Igor Conceição Silva, sinônimo e observação, análise e descontração nos momentos devidos.

A minha sobrinha Ellen da Silva Ramos.

A minha tia Maria Luiza Freire Regis, um amor sem tamanho.

A Terezinha de Jesus, por projetar em mim a responsabilidade de ser o que sou.

À totalidade da família Freire e Silva, cada um ao seu modo contribuiu para o meu ser social.

A Ednalva Edna, minha sogra, pelos cafés e paparicos ao “meu doutor”, quase sempre virtual, sempre com um respeito e compreensão pelo nosso modo de vida. Incentivadora diária de nosso sucesso!

A Telma Santos (*in memoriam*), ex-diretora da escola, pela liberação para as atividades acadêmicas e pleno incentivo à Educação Física crítico-superadora na escola pública.

Ao amigo-irmão Wagner Costa (Báu), por desde a infância ter acreditado em minha rebeldia como um potencial, pois sempre colocamos o amor na frente em tudo que fizemos. Tenho certeza de que você teria escrito muito do que está aqui, porque nunca nos conformamos com a desigualdade que nos cerca diariamente.

Ao amigo Anderson (Bombom), que mesmo sem saber muito sobre a vida acadêmica, sempre me incentivou e teve a certeza de que um dia andaria com um doutor.

À minha amiga Marina Rocha, o universo nos uniu para que possamos ser luz no caminho dos estudantes da escola pública e esperança de dias melhores para a humanidade.

Aos camaradas do EPISTEF, Moisés, Jaido, Eliabe, vocês me ensinaram muito nessa trajetória científica e humana, são irmãos que a academia me deu.

Aos camaradas do Grupo LEPPEL, madeira que cupim não rói, ponta de lança da Educação Física brasileira. Vocês nos ensinam que premissas teóricas e programáticas não se separam.

Às camaradas de doutorado, Josiane Clímaco e Clara Oliveira, pelas partilhas e discussões.

A Cassia Hack, uma pessoa de grandes diálogos e desabafos sobre os “perrengues” acadêmicos. Cassinha, somos humanos e humanistas!

Ao camarada Ailton Prates, sigamos juntos pelo desenvolvimento da Abordagem Crítico-Superadora.

A Willian Lordello, camarada fundamental na formação de novos professores de Educação Física à luz da Abordagem Crítico-Superadora.

Aos trabalhadores terceirizados da faculdade de educação da UFBA.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, sempre cuidadosos conosco.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação com quem tive a oportunidade de cursar as disciplinas.

À professora doutora Joelma Albuquerque, pelas contribuições ao trabalho e por ser um exemplo a ser seguido na continuidade da formação de novos quadros.

À professora doutora Marise de Carvalho, pelas contribuições na banca e pelas palavras de incentivo sempre!

Ao mestre, professor doutor Silvio Ancizar Sanches-Gamboa, pelos ensinamentos nas variadas oficinas sobre epistemologia, pelos convites tanto no mestrado quanto no doutorado, pelo Epistef-Nordeste, uma grande escola para mim, e por sua generosidade e cuidado na apreciação da tese. O senhor é um exemplo de cientista fraterno e nos faz cada vez mais humanos.

À professora doutora Marcia Morschbacher, mais que uma parecerista, uma coorientadora, qualquer palavra proferida será pequena diante de sua dedicação para este trabalho. Você é uma grande referência de respeito, esperança, solidariedade e rigor científico. Sigamos firmes, pois temos um novo mundo para construir.

À professora doutora Kátia Oliver de Sá, minha mãe acadêmica. De quem pegou um garoto no quinto semestre e com muita paciência e dedicação mostrou, a partir da perspectiva contra-hegemônica de Educação Física e de sociabilidade, o caminho da formação acadêmica. Tudo que eu disser ainda será pouco. Tento trilhar o caminho que me foi ensinado, formar as futuras gerações com consciência de classe para si, independentemente do espaço de formação, afinal... a contradição é o motor da história.

Ao professor doutor Cláudio de Lira Santos Júnior, pela solidariedade de classe! Foi fundamental para a formação de mais quadro a serviço da classe trabalhadora.

À professora doutora Celi Taffarel, sempre no olho do furacão, uma gigante que coloca seus ombros para a classe trabalhadora sem apoio. Não sei se viverei para conhecer pessoa mais humana. Suas orientações são e sempre serão fundamentais para que possamos enfrentar as contradições do real; sua solidariedade sem tamanho.

Não é fácil responder-se às exigências intelectuais e morais da responsabilidade científica dentro de uma cena histórica tão estreita e intolerante. Como adepto do socialismo, todas as minhas preferências pessoais encaminham-se no sentido de destruir a ordem social que engendra, perpetua e revigora essa modalidade monstruosa de poder conservador, iníqua por suas origens e por suas consequências. Em poucas palavras, minhas convicções filosóficas e políticas são especificadamente revolucionárias. Não vejo como sairmos da presente situação histórica por meio de soluções conciliatórias, combinando-se de modo anacrônico um liberalismo pervertido com um nacionalismo adulterado. Se colocasse diante dos nossos problemas educacionais e dos nossos dilemas culturais em termos de minhas convicções, só recomendaria uma saída, que é fornecida pelo socialismo.

Florestan Fernandes (1975)

RESUMO

A presente tese de doutoramento é uma investigação ontológica sobre as causalidades postas que influem na fragmentação das premissas teóricas na produção/circulação do conhecimento. Apresenta a seguinte problemática: quais são os nexos causais teleologicamente postos que determinam ontologicamente a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento hegemônica em Educação Física no estado da Bahia? O objetivo foi analisar, compreender e explicar os nexos causais teleologicamente postos que determinam ontologicamente a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento hegemônica em Educação Física no estado da Bahia e apontar possibilidades superadoras a partir de uma síntese ontológico-conclusiva. No campo metodológico, valeu-se da pesquisa bibliográfica enquanto técnica permanente do processo de investigação e exposição. Para a caracterização dos dados, empregou-se a pesquisa descritiva. Para a depuração da lógica interna da produção do conhecimento, utilizou-se a pesquisa epistemológica a partir da matriz analítica, procedendo da seguinte forma: 1) levantamento das teses nos bancos dados online do EPISTEF/Bahia; 2) leitura analítica das dissertações e teses, para apreensão da concepção de ser humano/sociedade enquanto premissa ontológica; 3) registro da leitura analítica numa planilha Microsoft Office Excel e síntese progressiva considerando os dados apreendidos. O debate central da tese se valeu da ontologia materialista, histórica e dialética, apresentando, como centralidade ontológica do desenvolvimento humano, o trabalho enquanto ato teleologicamente guiado para o “pôr do fim perante um objeto natural”. A partir deste desenvolve suas explicações sobre a relação entre: causalidade natural e causalidade posta; sujeito-objeto; teleologia espontânea e finalística; formação das funções psicológicas superiores; conhecimento cotidiano e científico. Parte do pressuposto que ser humano e sociedade formam um complexo indivisível. Constata que há três perspectivas divergentes sobre a concepção de ser humano/sociedade: a) primazia do aspecto objetivo; b) ênfase no subjetivo; c) da relação dialética entre subjetivo e objetivo, predominando as duas perspectivas fragmentárias. Dessas compreensões desdobram-se as seguintes concepções de sociedade: natural e impossível de ser conhecida em sua essência e de, conseqüentemente, ser alterada; 2) sociocultural, mas sua alteração só pode ocorrer na esfera subjetiva individual; 3) enquanto produto histórico, que é passível ser conhecida e alterada radicalmente em sua essência. Estabelece a relação entre a produção/circulação do conhecimento analisada com a base material expondo enquanto nexos causais teleologicamente postos quem influem nestas: o subdesenvolvimento como consequência da contenção das forças produtivas geneticamente ligadas ao colonialismo, neocolonialismo e imperialismo; o desenvolvimento desigual na divisão internacional do trabalho entre nações de capitalismo avançado (produtoras) e subdesenvolvidas (consumidoras); infraestrutura nacional pluriparticular entre ilhas regionais altamente produtivas por multinacionais em contradição com grandes áreas pré-capitalistas; o desenvolvimento econômico assentado nos interesses do mercado, em detrimento do progresso social. A síntese ontológico-conclusiva constata a necessidade da produção científica recuperar a ontologia materialista, histórica e dialética enquanto instrumento teórico que possibilita analisar, compreender e explicar a realidade em seu ser-propriadamente- assim; preconiza a análise radical, rigorosa e de conjunto dos objetos/fenômenos da investigação científica. Aponta elementos para a construção de um programa político por diversos instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora para ruptura e superação do modo de produção capitalista: a) unidade contraditória e indivisível entre teoria e prática, programa e ações, sujeito e objeto, realidade e pensamento, ciência e política, ciência e ideologia, história e projeto histórico, ontologia, gnosiologia, axiologia e teleologia; b) defesa da formação ampliada de professores de Educação Física como estratégia de ruptura com a fragmentação entre licenciatura e bacharelado; c) formação política dos professores de Educação Física, e dos professores em geral, para fortalecimento dos organismos da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, associações, movimento de lutas sociais, entidades científicas e outras; d) projeção do desenvolvimento econômico assentado na perspectiva da soberania nacional e na formação humana; e) domínio da ciência, na perspectiva humano-social, para superação da subordinação tecnológica pautada nos interesses de mercados impostos pelas multinacionais e pelos organismos multilaterais; f) união com as nações que apresentam interesses em libertar-se do jugo do capital, para constituição de uma frente anti-imperialista internacional, para ingressar em um processo permanente de revolução pela precipitação do definhamento do sistema metabólico do capital.

Palavras-chave: Ontologia materialista história e dialética. Produção do conhecimento. Premissas teóricas e programáticas. Educação Física. Teleologia.

ABSTRACT

The present doctoral thesis is an ontological investigation about the causalities that influence the fragmentation of the theoretical premises of scientific production. It presents the following problem: what are the teleologically placed causal nexuses that ontologically determine the fragmentation between the theoretical and programmatic premises in the production of hegemonic knowledge in Physical Education in the state of Bahia? The objective was to analyze, understand and explain the teleologically placed causal nexuses that ontologically determine the fragmentation between the theoretical and programmatic premises in the production of hegemonic knowledge in Physical Education in the state of Bahia and to point out overcoming possibilities from an ontological-conclusive synthesis. In the methodological field, bibliographic research was used as a permanent technique of the investigation and exhibition process. To characterize the data, we use descriptive research. To debug the internal logic of knowledge production, we use epistemological research from the analytical matrix, proceeding as follows: 1) survey of the theses in the online databases of EPISTEF / Bahia; 2) analytical reading of dissertations and theses, to apprehend the concept of human being / society as an ontological premise; 3) record of the analytical reading in a Microsoft Office Excel spreadsheet and progressive synthesis considering the seized data. The central debate of the thesis used materialistic, historical and dialectical ontology, presenting work as an ontological centrality of human development, as a teleologically guided act to put an end to a natural object. From this he develops his explanations about the relationship between: natural causality and posed causality; subject-object; spontaneous and finalistic teleology; formation of higher psychological functions; everyday and scientific knowledge. It assumes that human beings and society form an indivisible complex. Notes that there are three divergent perspectives on the concept of human being / society: a) primacy of the objective aspect; b) emphasis on the subjective; c) the dialectical relationship between subjective and objective, with predominance of the two fragmentary perspectives. From these understandings, the following conceptions of society unfold: 1) natural and impossible to be known in its essence and, consequently, to be altered; 2) sociocultural, but its change can only occur in the individual subjective sphere; 3) as a historical product that can be known and radically changed in its essence. Considering these elements, it establishes the relationship between the production / circulation of knowledge analyzed with the material base, exposing as causal nexuses teleologically placed those who influence these: underdevelopment as a consequence of the containment of productive forces genetically linked to colonialism, neocolonialism and imperialism; the uneven development in the international division of labor between advanced capitalist (producing) and underdeveloped (consuming) nations; pluriparticular national infrastructure between highly productive regional islands by multinationals in contradiction with large pre-capitalist areas; economic development based on market interests, to the detriment of social progress. The ontological-conclusive synthesis confirms the need for scientific production to recover materialist, historical and dialectic ontology as a theoretical instrument that makes it possible to analyze, understand and explain reality in its being-properly-so; advocates a radical, rigorous and comprehensive analysis of the objects / phenomena of scientific investigation. It points out elements for the construction of a political program through various instruments of organization and struggle of the working class to break with the causal nexuses teleologically placed in the capitalist way of producing sociability: a) contradictory and indivisible unity between theory and practice, program and actions, subject and object, reality and thought, science and politics, science and ideology, history and historical project, ontology and teleology; b) defense of the expanded training of Physical Education teachers, as a strategy to break with the fragmentation between undergraduate and bachelor's degrees; c) political training of Physical Education teachers, and of teachers in general, for the strengthening of working class organizations (parties, unions, associations, social struggles, scientific entities and others); d) projection of an economic development based on the perspective of national sovereignty and human formation; e) mastery of science, in the human-social perspective, to overcome technological subordination based on the interests of markets imposed by multinationals and multilateral organizations; f) union with nations that have an interest in freeing themselves from the yoke of capital, for the constitution of an international anti-imperialist front, to enter a permanent process of revolution by precipitating the wasting of the capital's metabolic system.

Key words: Materialistic ontology, history and dialectics. Knowledge production. Theoretical and programmatic premises. Physical Education. Teleology.

RESUMEN

La presente tesis doctoral es una investigación ontológica sobre las causas que influyen en la fragmentación de las premisas teóricas de la producción científica. Presenta el siguiente problema: ¿cuáles son los nexos causales colocados teleológicamente que determinan ontológicamente la fragmentación entre las premisas teóricas y programáticas en la producción de conocimiento hegemónico en Educación Física en el estado de Bahía? El objetivo era analizar, comprender y explicar los nexos causales colocados teleológicamente que determinan ontológicamente la fragmentación entre las premisas teóricas y programáticas en la producción de conocimiento hegemónico en Educación Física en el estado de Bahía y señalar las posibilidades de superación basadas en una síntesis ontológica-concluyente. En el campo metodológico, la investigación bibliográfica se utilizó como técnica permanente del proceso de investigación y exhibición. Para caracterizar los datos, utilizamos una investigación descriptiva. Para depurar la lógica interna de la producción de conocimiento, utilizamos la investigación epistemológica de la matriz analítica, procediendo de la siguiente manera: 1) encuesta de las tesis en las bases de datos en línea de EPISTEF / Bahía; 2) lectura analítica de disertaciones y tesis, para comprender el concepto de ser humano / sociedad como premisa ontológica; 3) registro de la lectura analítica en una hoja de cálculo Excel de Microsoft Office y síntesis progresiva considerando los datos incautados. El debate central de la tesis utilizó la ontología materialista, histórica y dialéctica, presentando el trabajo como una centralidad ontológica del desarrollo humano, como un acto guiado teleológicamente para poner fin a un objeto natural. A partir de esto, desarrolla sus explicaciones sobre la relación entre: causalidad natural y causalidad planteada; sujeto objeto; teleología espontánea y finalista; formación de funciones psicológicas superiores; conocimiento cotidiano y científico. Se supone que los seres humanos y la sociedad forman un complejo indivisible. Señala que existen tres perspectivas divergentes sobre el concepto de ser humano / sociedad: a) primacía del aspecto objetivo; b) énfasis en lo subjetivo; c) la relación dialéctica entre subjetivo y objetivo, con predominio de las dos perspectivas fragmentarias. A partir de estos entendimientos, se desarrollan las siguientes concepciones de la sociedad: naturales e imposibles de conocer en su esencia y, en consecuencia, de alterar; 2) sociocultural, pero su cambio solo puede ocurrir en la esfera subjetiva individual; 3) como un producto histórico que puede ser conocido y cambiado radicalmente en su esencia. Considerando estos elementos, establece la relación entre la producción / circulación del conocimiento analizado con la base material, exponiendo como nexos causales a los que influyen teleológicamente quienes influyen en ellos: el subdesarrollo como consecuencia de la contención de fuerzas productivas genéticamente vinculadas al colonialismo, el neocolonialismo y el imperialismo; el desarrollo desigual en la división internacional del trabajo entre países capitalistas avanzados (productores) y países subdesarrollados (consumidores); infraestructura nacional pluriparticular entre islas regionales altamente productivas por multinacionales en contradicción con grandes áreas precapitalistas; Desarrollo económico basado en los intereses del mercado, en detrimento del progreso social. La síntesis ontológica-concluyente confirma la necesidad de la producción científica para recuperar la ontología materialista, histórica y dialéctica como un instrumento teórico que permite analizar, comprender y explicar la realidad en su forma correcta; aboga por un análisis radical, riguroso e integral de los objetos / fenómenos de la investigación científica. Señala elementos para la construcción de un programa político a través de diversos instrumentos de organización y lucha de la clase trabajadora para romper con los nexos causales colocados teleológicamente en la forma capitalista de producir sociabilidad: a) unidad contradictoria e indivisible entre teoría y práctica, programa y acciones, sujeto y objeto, realidad y pensamiento, ciencia y política, ciencia e ideología, historia e proyecto histórico, ontología y teleología; b) defensa de la formación ampliada de docentes de Educación Física, como una estrategia para romper con la fragmentación entre los títulos de licenciatura y licenciatura; c) capacitación política de maestros de Educación Física, y de maestros en general, para fortalecer las organizaciones de la clase trabajadora (partidos, sindicatos, asociaciones, luchas sociales, entidades científicas y otros); d) proyección de un desarrollo económico basado en la perspectiva de la soberanía nacional y la formación humana; e) dominio de la ciencia, en la perspectiva humano-social, para superar la subordinación tecnológica basada en los intereses de los mercados impuestos por las multinacionales y las organizaciones multilaterales; f) unión con naciones que tienen interés en liberarse del yugo del capital, para la constitución de un frente internacional antiimperialista, para entrar en un proceso permanente de revolución al precipitar el desgaste del sistema metabólico del capital.

Palabras-clave: Ontología materialista, historia y dialéctica. Producción de conocimiento. Locales teóricos y programáticos. Educación Física, Teleología.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ciclos de criação dos cursos de graduação em Educação Física no estado da Bahia	95
Gráfico 2 - Quantidade de vagas em Educação Física ofertadas no estado da Bahia (até 2019)	103
Gráfico 3 - Formação dos professores dos cursos de Educação Física no estado da Bahia ...	107
Gráfico 4 - Anos do ciclo de formação.....	111
Gráfico 5 - Distribuição de bolsa de estudos para pós-graduação nas Regiões Nordeste e Sudeste.....	113
Gráfico 6 - Reservas financeiras internacionais entre 1998-2019.....	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Educação Física na Bahia.....	95
Quadro 2 - Oferta dos cursos de Educação Física na modalidade EAD por grandes corporações.....	104
Quadro 3 - Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa (período de 2011-2016).....	106

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESR	Centro para os Direitos Econômicos e Sociais
CEUCLAR	Centro Universitário Claretiano
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EAD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPISTEF	Epistemologia da Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
FACED	Faculdade de Educação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IES	Instituição de Ensino Superior
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
LEPEL	Laboratório de Estudo em Educação Física, Esporte e Lazer
MARE	Ministério Administrativo Federal da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento Sem Terra
NTCIs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Comitê de Oxford de Combate à Fome
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEDs	Países em Desenvolvimento
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEduc	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROUNI	Programa Universidades para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SWP	<i>Socialist Workers Party</i>
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICID	Universidade Cidade de São Paulo
UNICNEC	Centro Universitário Cenecista de Osório
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIDERP	Universidade Anhaguera

UNINTA	Centro Universitário Inta
UNIP	Universidade Paulista
UNITER	Centro Universitário Internacional
UNOPAR	Faculdades Integradas Norte do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO/PROBLEMA	18
1.1 A PROBLEMATICIDADE DO PROBLEMA CIENTÍFICO.....	34
1.1.1 Tese	40
1.1.2 Necessidade vital do estudo.....	41
1.2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE ORIENTAM A ANÁLISE	42
1.2.1 Instrumentos, métodos e técnicas: caminho da resposta	46
2 DEBATE ONTOLÓGICO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	49
2.1 A CONSTITUIÇÃO ONTOLÓGICA DO CONHECIMENTO HUMANO: AS TESES MATERIALISTAS HISTÓRICAS E DIALÉTICAS PARA ALÉM DO CONHECIMENTO ÚTIL.....	49
2.2 A NATUREZA ONTOLÓGICA DO CONHECIMENTO HUMANO.....	56
2.3 DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PELA VIA DA FORMAÇÃO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES.....	70
3 OBJETIVIDADE ANALÍTICA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA	93
3.1 TRAÇOS ESSENCIAIS DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	106
3.2 REALIDADE ANALÍTICA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM QUESTÃO.....	109
4 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA FRAGMENTAÇÃO ENTRE PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA	115
4.1 A HEGEMONIA DOS LIAMES LIBERAIS NA CONCEPÇÃO DE SER HUMANO/SOCIEDADE	118
4.2 PÓS-MODERNISMO: UM NEXO CAUSAL DA FRAGMENTAÇÃO DAS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS	139
4.2.1 A falsa crise de paradigma e a necessidade da recuperação do debate ontológico.....	147
4.3 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DAS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	154

4.4 RADICALIDADE ONTOLÓGICA À FRAGMENTAÇÃO ENTRE AS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS	161
4.4.1 A crítica ontológica materialista, histórica e dialética à produção científica.....	168
4.4.2 Alteração substantiva dos rumos da produção do conhecimento para uma alternativa viável ao capitalismo	176
4.4.3 Guerra híbrida numa conjuntura de domínio da extrema direita e conservadorismo	179
4.4.4 Do golpe ao ódio à democracia pela classe dominante	191
4.5 SUBDESENVOLVIMENTO: NEGATIVIDADE DO PROGRESSO CIENTÍFICO	196
4.6 DESENVOLVIMENTO COMBINADO: IMPERATIVO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIENTÍFICO	212
4.7 A DÍVIDA EXTERNA E SUBDESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	223
4.8 PROJETO INTENCIONADO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA IRRACIONAL	235
5 TELEOLOGIA COMO PRESSUPOSTO DA CRÍTICA ONTOLÓGICA	246
5.1 RECIPROCIDADE SUBJETIVA/OBJETIVA COMO EMERGÊNCIA CIENTÍFICA.....	260
6 SÍNTESE ONTOLÓGICA CONCLUSIVA	270
REFERÊNCIAS.....	288
APÊNDICES	303
APÊNDICE A - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções objetivistas	304
APÊNDICE B - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções subjetivistas.....	305
APÊNDICE C - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções dialéticas.....	309

1 INTRODUÇÃO/PROBLEMA

A presente tese tem como objeto de investigação a produção do conhecimento – teses e dissertações – dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia. Por dentro do objeto estabeleceu-se o recorte para a realização de uma crítica radical à fragmentação das premissas teóricas e programáticas.

Quando se trata das premissas teóricas e programáticas, está -se referindo a uma unidade dialética entre a capacidade de ler, compreender e explicar as contradições do real e um conjunto de ações orientadas politicamente para a superação das condições objetivas de subsunção do trabalho ao capital que tem como pressuposto central a relação contraditória entre ser humano social e natureza.

Não se trata de uma relação mecânica entre teoria e prática, mas de uma relação dialética entre sujeito consciente de suas tarefas históricas de classe e da apreensão do objeto situado no movimento histórico-social. Condição que exige uma teoria assentada na concepção materialista e dialética da história para uma prática com a finalidade transformadora da objetividade material.

Consiste na unidade das premissas teóricas e programáticas a fundamentação para formação, orientação e organização política dos professores que formam professores de Educação Física, em específico, e dos trabalhadores em geral, bem como na produção de conhecimento com base nos interesses da classe trabalhadora.

Sua fragmentação implica, por um lado, a contemplação da realidade ou dos aspectos subjetivos do comportamento humano pela teoria, ou do ativismo político sem a análise, compreensão e explicação das contradições do real e das tarefas da classe na luta de classes para superá-las.

Nessa direção, compreende-se a unidade contraditória e causalidade e teleologia como um elemento central na investigação da fragmentação entre as remissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento delimitada na presente pesquisa. Para Lukács (2013, p. 90):

A coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo do ser, o ser social, o que quer dizer que só podem ser compreendidas de modo adequado tomando como ponto de partida essa inter-relação. E exatamente aqui o trabalho pode servir como modelo plenamente esclarecedor. Talvez isso pareça, à primeira vista, um pouco

estranho, uma vez que o trabalho é claramente orientado em sentido teleológico e por isso o interesse na realização do fim posto se revela aqui de maneira mais penetrante. Todavia, é no trabalho, nos seus atos que transformam a causalidade espontânea em causalidade posta, justamente porque nele ainda temos exclusivamente uma inter-relação entre o homem e a natureza e não entre o homem e o homem ou entre o homem e a sociedade, que o puro caráter cognitivo dos atos está preservado de modo menos alterado que nos níveis superiores, nos quais é inevitável que os interesses sociais intervenham já no espelhamento dos fatos.

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEduc) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na área de concentração Educação e Sociedade práxis pedagógica dentro da linha de pesquisa Educação, Cultura Corporal e Lazer. Está articulada à pesquisa matricial¹: *Problemáticas significativas do trabalho pedagógico, produção do conhecimento, formação de professores e políticas públicas em Educação Física* do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL), coordenada pela professora Dra. Celi Neuza Zulke Taffarel. Esta pesquisa matricial se organiza em rede de pesquisadores através de intercâmbio², e encontra-se articulada em quatro eixos investigativos: trabalho pedagógico, políticas públicas, produção do conhecimento e formação de professores.

Tem a finalidade de aprofundar de questões, preencher lacunas e buscar novas respostas às problemáticas sobre as causalidades postas que condicionam a forma como a produção das ideias dos professores de Educação Física do estado da Bahia vem sendo desenvolvida.

Os dados da pesquisa de mestrado (SILVA, 2015)³, cujo objetivo foi analisar a realidade que explica, no movimento da história do modo produção capitalista, os determinantes da

¹ Para Taffarel (2013), a pesquisa matricial se coloca na perspectiva de superação de desenvolvimento de atividades isoladas. Essa modalidade aloca as problemáticas significativas numa matriz de problemas que devem ser respondidos coletivamente, com unidade teórico-metodológica. A realidade concreta é tomada como ponto de partida para identificação, em sua essência, dos problemas reais da humanidade que devem ser respondidos pela rigorosidade científica.

² Sua articulação se configura da seguinte forma: Rede ÔMEGA, que incorpora os pesquisadores admitidos nos cursos oferecidos pela UFBA, grupos e organizações locais e agentes diretos dos estudos e pesquisas; rede GAMA, composta por pesquisadores das instituições do estado da Bahia; rede BETA, na qual são inseridos os pesquisadores do âmbito nacional, que se dispõe a apoiar o coletivo; por fim, Rede ALFA, que conta com o apoio de pesquisadores internacionais. Alinhada à essa configuração, as respostas acerca da produção do conhecimento no campo da Educação Física são dadas pelo conjunto de pesquisadores a partir das teses de doutoramento, das dissertações de mestrado e de monografias (graduação e especialização) e artigos científicos. Todas mediante a concepção materialista e dialética da história enquanto referencial teórico-metodológico para investigação e tratamento dos respectivos objetos de pesquisa. (TAFFAREL, 2013)

³ Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19036/1/DISSERTACAO_IVSONSILVA.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

produção do conhecimento *stricto sensu* dos professores doutores efetivos que trabalham no curso de formação de professores de Educação Física da UFBA apontam que a maioria das teses dos professores do curso de Educação da Física da referida universidade se alia ideologicamente aos interesses de manutenção da ordem social vigente, haja vista não tratarem das contradições essenciais desse modo de produção e não apresentarem possibilidades superadoras das atuais relações sociais postas, as críticas findam por serem reprodutivistas. (SILVA, 2015)

Todavia, o estudo não centrou na produção do conhecimento em si, mas nas relações de contexto, concluindo que existem determinações das condições materiais da vida que rebatem diretamente nestas produções: contenção intencional de desenvolvimento de forças produtivas nacional; o vultoso tempo de colonialismo, neocolonialismo e o imperialismo; adoção e alinhamento interno às políticas internacionais impostas pelos organismos internacionais para educação e a ciência brasileira; atraso na criação de universidade e desenvolvimento da ciência; adoção de política neoliberal e o projeto pós-moderno de sociedade; negação da luta de classe e da projeção histórica de superação das relações capitalistas de produção.

Outro estudo importante para o desdobramento da tese foi a pesquisa *Epistemologia da Educação Física Bahia – EPISTEF/BA* –, desenvolvida dentro do projeto guarda-chuva Epistemologia da Educação Física (EPISTEF)/Nordeste⁴, que analisou os fundamentos lógicos das teses e dissertações dos professores de Educação Física que formam professores de Educação Física no estado da Bahia, chegando à conclusão que a lógica formal predomina perante a lógica dialética (SÁ, 2013).

Tendo essas duas pesquisas como ponto de partida, identificou-se a necessidade histórica de dar prosseguimento ao objeto de investigação aprofundando a elucidação sobre a produção do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia, em específico, à luz da explicação ontológica sobre a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas.

Vale ressaltar que a concepção de ser humano/sociedade, a partir de seus fundamentos ontológicos, permite compreender os desdobramentos gnosiológicos, axiológicos e teológicos da produção científica.

⁴ Produção do Conhecimento em Educação Física: impacto do sistema de pós-graduação das Regiões Sul e Sudeste do Brasil na formação e produção de mestres e doutores que atuam nas instituições de ensino superior da Região Nordeste, coordenado pelo Professor Dr. Sílvio Sánchez Gamboa – da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta pesquisa levantou e analisou os pressupostos epistemológicos da produção do Conhecimento dos Professores vinculados aos cursos de formação de professores na Região Nordeste do Brasil.

Opção política num quadro histórico de acirramento de antinomias, não apenas ao projeto de formação humana, sobretudo da destruição de qualquer perspectiva que coloque em xeque a “estrutura global da ordem dominante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 66). Em síntese, num momento de retrocesso do ponto de vista político-científico pelo pensamento assentado na negação da ciência, no senso comum e no autoritarismo irracional e fundamentalista do atual governo brasileiro.

Uma negação da ciência assentada nos preceitos da desumanizante alienação que fetichiza a realidade para não possibilitar à consciência humana a captura da realidade como verdadeiramente é, limitando a intervenção humana consciente para alterar os processos históricos e superar o sistema sociometabólico do capital. (MÉSZÁROS, 2011b)

O atual estágio de desenvolvimento das relações econômicas é caracterizado pela crise endógena do capitalismo monopolista (LOMBARDI, 2010; BRAVERMAN, 1987), que assumiu uma feição de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011a) intervindo diretamente nas diversas dimensões da vida humana, dentre estas a educação escolar pública, a formação de professores e a produção da ciência comprometida com as necessidades sociais humanas de primeira ordem.

Antunes (2009), ao estudar os “sentidos do trabalho” em tempo de crise estrutural, caracterizada “*por um continuum depressivo*” que superou o estágio de crise cíclica, demonstra como o mundo vem passando por um quadro sem precedentes na história da humanidade, gerada pela produtividade destrutiva do capital, que vem exigindo transformação do mundo do trabalho. O referido autor destaca os traços mais evidentes do atual estágio de crise⁵: a) queda da taxa de lucro; b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; c) hipertrofia da esfera financeira; c) maior concentração de capitais pelos monopolistas; d) a crise do bem-estar social; e) aumento da privatização, desregulamentação e flexibilização dos processos de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 17-18).

Para o autor é:

[...] imprescindível entender quais mutações e metamorfose vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito ao mundo do trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que em seus traços básicos configuram um quadro crítico e que têm sido experimentadas em diversas partes do mundo onde vigora a lógica do capital. (ANTUNES, 2009, p. 18)

⁵ Nesse momento da escrita, utilizam-se esses traços para localizar brevemente o estágio em que se está tratando a tese. Mais adiante, retomar-se-ão esses pontos com a finalidade de ampliar a discussão sobre a crise estrutural do capital e seus desdobramentos na produção científica.

Essa conjuntura exige, dos pesquisadores comprometidos com o progresso da ciência brasileira voltada para os interesses da classe trabalhadora, a capacidade de fazer a leitura do grau de desenvolvimento da luta de classes, ou seja, de realizar uma análise radical, rigorosa e de conjunto (SAVIANI, 2009) que clarifique como os diferentes interesses ideológicos permeiam a produção científica em Educação Física para alterar seus rumos sociais.

Essa capacidade torna tais pesquisadores conscientes, com conhecimento do real concreto, possibilita-lhes o reconhecimento de projetos de classes antagônicos, que estão historicamente em disputa na universidade através de seus intelectuais que têm a responsabilidade histórica de assumir posições de manutenção da ordem social vigente ou de transformação desta.

Por isso, distante de uma visão formalista ou mecanicista, mas na reciprocidade dialética, afirma-se que a direção social da produção científica se apresenta sempre entre alternativas: da transformação da realidade objetiva na perspectiva de poder vir a ser outra, que preconize a formação humana e a apropriação coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores; ou da manutenção do poder da classe que detém o controle social, econômico e político da ordem estabelecida.

Mediante essa conjuntura, esta tese se propõe a investigar a produção das ideias na Educação Física, enquanto parte da superestrutura que tem sua raiz nas relações de trabalho estabelecidas. Assim, a preocupação não está apenas em sua lógica interna, mas na inevitável relação entre a base causal e a forma como os seres humanos apreendem e representam a realidade.

Considerando essa premissa, a tese centraliza a categoria trabalho enquanto transformação da natureza para manutenção primária da vida, logo, é a atividade ontológica que faz do ser humano um ser superador da relação de dependência direta do que é ofertado pela natureza. Essa condição é fruto da conquista humana de desenvolver a capacidade de refletir a exterioridade e de desenvolver, por meio da consciência, um plano para sua conversão em um bem útil (MARX, 2009a; ENGELS, 1979, 2015; LUKÁCS, 2010, 2013, 2018).

Segundo Saviani (2008), os seres humanos não nascem humanizados, mas precisam passar por um processo de humanização que ocorre por via da apropriação do acervo cultural legado pelas gerações precedentes, oriundo da dinâmica de produzir e reproduzir a vida. Decorre desse fato ontológico o acúmulo de conhecimentos e sua complexificação nas formas como os seres humanos convertem a natureza para suas necessidades de primeira ordem.

O conhecimento disposto no primeiro momento assume uma forma bruta, que precisa sofrer processos de lapidação. Esse processo se constitui em selecionar quais instrumentos

teóricos/práticos que efetivamente geram resultados na ação, dispensando os elementos supérfluos que não têm interferência direta na processualidade do trabalho (LUKÁCS, 2018). Sintetiza-se, dessa forma, o conhecimento mais geral, tornando-o específico porque o desconhecido passa a ser explicado sistematicamente por suas propriedades internas.

Emerge dessa nova dimensão uma necessidade vital que os dominadores dessa forma de conhecimento precisam transmitir às gerações posteriores, bem como as novas gerações precisam da apropriação desse bem social subjetivo para o contínuo histórico. Aflora, pois, a necessidade de instituições que exerçam uma dupla tarefa acerca do conhecimento, sua apropriação e reprodução. (SAVIANI, 2009)

Assim, a escola e a universidade assumem um papel histórico essencial para o progresso da humanidade. A primeira tem como função social transmitir o conhecimento de forma intencional, selecionado, organizado e sistematizado em sua expressão mais desenvolvida (SAVIANI, 2009); a segunda, além de continuar o trabalho da escola através do ensino, avança na criação de novas possibilidades desses conhecimentos para qualificar as condições de vida dos seres humanos com a pesquisa científica e sua experimentação pelas atividades de extensão.

Ambas são promoventes de um mesmo resultado, ainda que seja em graus diferentes, que é o de potencializar o desenvolvimento e as atividades humanas diante da realidade. Entretanto, escola e universidade correspondem às correlações de forças estabelecidas nas relações sociais de cada tempo histórico. No capitalismo vai corresponder à contradição entre capital e trabalho, luta de classe entre trabalhadores e proprietários.

Tornam-se, portanto, centro de disputa pelos rumos que o conhecimento deve seguir para a manutenção da ordem social vigente ou do incentivo à transição rumo à sua superação. Nas palavras de Duarte e Saviani (2012, p. 2):

Nesse sentido, mais do que nunca a educação torna-se um campo estratégico importantíssimo. [...] a assertiva de que a luta pela escola pública coincide com a luta pelo socialismo. Tal tese está apoiada na análise de uma contradição que marca a história da educação escolar na sociedade capitalista. Trata-se da contradição entre a especificidade do trabalho educativo na escola – que consiste na socialização do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas – e o fato de que o conhecimento é parte constitutiva dos meios de produção que, nesta sociedade, são propriedade do capital, e portanto, não podem ser socializados.

A produção e apropriação da ciência se tornam um elemento fundamental do ponto de vista humano, pois, segundo Martins (2013), os seres humanos são viventes de uma sociedade letrada, por isso dominar os signos que esta dispõe é uma atividade elementar para que eles

possam se situar frente aos problemas do mundo, caso contrário ficarão sempre dependentes dos outros humanos.

Ademais, a característica central desse modelo societário é a divisão em classes sociais. Aqui reside uma contradição essencial, revelada nos estudos de Marx (2014), que vai se expressar na educação e na ciência: se a natureza do capitalismo é a apropriação privada da produção social, privando o produtor dos meios de produção e do resultado de seu trabalho, as instituições vão operar hegemonicamente da mesma forma. Desse modo, o conhecimento produzido não pode e nem deve ser transmitido a todos do mesmo modo, pois a experiência histórica da burguesia já relevou sua expressão prática, uma revolução social.

Na crítica ao sistema categorial fechado de Proudhon, Marx (2009b) apresenta a indissociável relação entre as categorias econômicas e as relações sociais de produção, pois as primeiras são expressões teóricas da segunda, representam, assim, a relação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a vida, eles transformam todas as suas relações sociais. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas *são produtos históricos e transitórios*. Há um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas ideias; de imutável, só existe a abstração do movimento [...] (MARX, 2009b, p. 125-126).

Nessa direção, estabelece-se a correlação de forças na produção científica entre os que mantêm os pressupostos reprodutivos do sistema socioeconômico e se recusam a abordar suas interconexões complexas entre particularidades e totalidade, operando com as manifestações particulares dos objetos/fenômenos investigados; e os que empreendem ações e estratégias progressivas para a transformação emancipatória radical do sistema socioeconômico dado por outra ordem sociorreprodutiva alternativa e humanamente viável (MÉSZÁROS, 2012b).

Partiu-se desse pressuposto para afirmar que analisar a produção científica não é uma tarefa a ser desenvolvida puramente para conhecê-la, mas, especialmente, para apanhar sua natureza ontológica, sua correspondência ao real concreto.

Os estudos sobre a produção do conhecimento em Educação Física vêm, predominantemente, desenvolvendo suas análises a partir da epistemologia. Segundo Gamboa

(2010a, p. 20), a epistemologia é um tipo de estudo que vem depois da ciência (segundo nível), tem por objeto de investigação a própria ciência, a maneira como ela estrutura suas explicações sobre seus objetos/fenômenos investigados (primeiro nível), interrogando sobre seus princípios, seus fundamentos, seus métodos, suas condições de validade e seus resultados. A estes estudos acrescentar-se-á uma síntese ontológica conclusiva a respeito de premissas teóricas e programáticas que perpassam a produção do conhecimento na Educação Física no estado da Bahia.

Compreendendo a importante preocupação e contribuição da epistemologia para o progresso da ciência, pois permite apontar as tendências teóricas que orientam as ações humanas, esta pesquisa incorpora seus fundamentos e avança para estabelecer a relação da produção do conhecimento e o intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e os outros membros da sociedade da concretude, sua natureza ontológica. Na tese II contra Feuerbach, Marx e Engels (2007) partem da seguinte premissa:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas uma questão de prática. Na prática temos que provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que isola da prática é uma questão puramente *escolástica*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 537)

Essa explicação ontológica é fundamental porque se considera a produção científica enquanto produto histórico, a representação do ser consciente sobre um objeto que existe independente dele, e que só pode ser modificado fora da relação causal espontânea praticamente. Enquanto produto histórico, a produção científica parte de um conjunto de premissas epistemológicas, ontológicas, axiológicas, gnosiológicas e teleológicas não rejeitáveis, cabendo a esta tarefa investigativa o desvelamento da base material que assegura objetivos sociais particulares, haja vista que esta é o fundamento da produção intelectual.

Esta análise se sustenta na concepção materialista e dialética da história (LOMBARDI, 2010). Esta concepção teórica permite explicar o objeto situado lógica e historicamente, pois a produção e a circulação do conhecimento são socialmente determinadas (KOPNIN, 1978). A assertiva de Marx (2011a, p. 25) reforça esta posição: “Os homens fazem sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ele é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.”

Destarte, para consubstanciar a análise ontológica da pesquisa, compreendendo que as ideias são representações da realidade em diferentes graus de aproximação, toma-se como tese central a síntese apresentada por Marx (2008), no prefácio *Contribuição à crítica da economia política*, que ao se deparar com um problema concreto na realidade, o roubo de lenha do Vale do Mozela, realizou uma investigação crítica da filosofia do direito de Hegel, chegando à seguinte conclusão que serviu de fio condutor para seus estudos:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma nova etapa de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta e rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p. 47-48)

Esta citação sinaliza a primordialidade de não se tratar a produção do conhecimento de forma isolada, como mera abstração, mas compreendendo-a num período histórico determinado. Desse modo, é possível reconhecer que a produção do conhecimento não está diretamente ligada à vontade dos pesquisadores, mas advém das relações sociais de produção em que essa ciência está inserida.

Vale-se da obra *A Ideologia Alemã* enquanto guia de pensamento, pois Marx e Engels (2007), ao travarem um confronto ideológico com Feuerbach e os jovens hegelianos, por estes não conseguirem desenvolver o pensamento histórico atrelado às condições materiais, gerando uma cisão entre a história e o materialismo, entre teoria e prática, sinalizam a necessidade de

superar essa fragmentação e recuperar sua posição ontológica de reciprocidade dialética entre estes. Para Marx e Engels (2007):

[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios de vida para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, ainda que hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33)

Na esteira desse pensamento, os formuladores da concepção materialista e dialética da história apresentam suas análises sustentadas nos pressupostos dos homens reais, por isso não há de se procurar explicações das ideias nelas mesmas, mas nas determinações estruturais do modo de produção e reprodução da vida.

A produção das ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, ligada imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. [...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos. [...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desses processos de vida. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva a exposição da atividade, do processo prático de desenvolvimento dos homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-95)

A interconexão entre a produção das ideias e condições materiais sob as quais os seres humanos produzem sua existência é o fundamento que orientará a presente investigação. Todavia, a apropriação da teoria marxista nos clássicos demanda uma compreensão da obra em seu conjunto. As contribuições dos estudos de Marx e Engels aparecem em alguns momentos de forma esparsa pela necessidade histórica que tiveram que dar conta de problemáticas distintas. No primeiro momento sua tônica se apresenta mais numa perspectiva gnosiológica; noutro mais direcionada à crítica radical da economia política.

No entanto, não se está descolando o conjunto da obra, mas compreendendo o desenvolvimento do método na relação constitutiva entre sujeito e objeto. Partindo de sua obra magna, *O Capital*, pode-se compreender como Marx aplicou o método materialista histórico e dialético para investigar e expor a gênese, existência e desenvolvimento da sociedade burguesa, extraíndo a teoria da mais-valia, a partir da mercadoria, para explicar como funciona a sociedade capitalista e a possibilidade de sua superação por um projeto histórico comunista.

Destarte, considerando que a história é feita por seres humanos sob um determinado grau de desenvolvimento do modo de produção da vida material, é central nesta discussão partir-se do modo de produção capitalista em sua fase imperialista. Para tal, inicia-se com as teses apresentadas por Lênin em 1916: *Imperialismo fase superior do capitalismo*, na qual o autor afirma que se ultrapassou a forma capitalista de produção, em que predominava a livre concorrência e exportação de mercadorias, e se está na etapa dos monopólios e da exportação de capital, ou seja, a sua fase imperialista de produção da existência. Para Lênin, são cinco traços que definem o imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2007, p. 42-43).

Esses elementos, que caracterizam o imperialismo, não estão postos de maneira geral para todos os países, mas concentrados nas mãos de poucos monopolistas e difundidos pelo mundo. Para Mészáros (2009), o sistema do capital é organicamente determinado pela contradição entre sociedades capitalistas altamente desenvolvidas e sociedades em níveis pré-capitalistas. Dessa forma, pode-se constatar que a economia mundial está organizada da seguinte forma: poucos países com muito e muitos países com quase nada. Essa situação tem sua reprodução direta na ciência.

Em 2015, a revista eletrônica *Hypescience* publicou um estudo, *Estranho mapa do mundo*, que versa sobre a localização da produção científica de acordo com a quantidade de

investigações científicas de cada país do globo.⁶ Se esse fosse o parâmetro estabelecido, o hemisfério norte se ampliaria, enquanto o hemisfério sul praticamente sumiria.

Ao questionar sobre as determinações dessa desigualdade, a revista evidencia dois fatores: **dinheiro** e **tecnologia**. O primeiro é determinado pelo percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido em pesquisa. Os países componentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – predominantemente composta pelos países do Norte – aplicam uma média de 2,4% do PIB para a pesquisa, enquanto no Sul seus países não alcançam 1%. Portanto, quem mais investe em ciência são os que têm o padrão tecnológico elevado em diferentes áreas.

Um fenômeno contraditório se expressa noutro elemento apresentado pela revista: pesquisadores do hemisfério sul utilizam seus poucos recursos financeiros e técnicos para desenvolverem pesquisas na Europa e na América do Norte, enquanto pesquisadores do Norte são financiados para realizarem pesquisa no hemisfério sul. O primeiro se expressa pelo aliciamento das revistas de alto impacto para que os pesquisadores tenham seus resultados publicados nas revistas, caso contrário, não terão visibilidade na comunidade científica. No segundo, pode-se constatar uma condição histórica de colonialismo do conhecimento, em que as grandes empresas monopolistas pesquisam em áreas estratégicas para produção de mercadorias, serviços e investimentos financeiros.

Essa é uma relação consequente do modo de produção capitalista: organizar a divisão internacional do trabalho. A negação histórica do investimento em pesquisa é originada na contenção intencional de desenvolvimento de forças produtivas pelos processos colonizadores para manter essas nações submissas e utilizar a carência para espoliação de suas riquezas naturais, tornando-os produtores de matéria-prima e consumidores do produto manufaturado (FERNANDES, 2009).

Tomando o Brasil como referência nessa relação mais geral, os estudos históricos desenvolvidos por Hardman e Leonardi (1982) ajudam a compreender essa relação ontologicamente. Ao analisarem as primeiras tentativas industrializantes no Brasil pós-independência, apontam como o país tentou desenvolver autonomamente várias atividades em setores estratégicos, metalúrgico, têxtil, construção naval, gênero alimentício, construção civil etc., para a liberdade econômica e técnico-científica. Entretanto, os autores afirmam que:

⁶ Disponível em: <https://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>. Acesso em: 04 maio 2019.

Um dos aspectos fundamentais da colonização brasileira foi a sua constituição para fornecer ao comércio europeu gêneros tropicais de grande expressão econômica. Nossa economia subordinar-se-á, inteiramente a tal fim, **isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros.** (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 43, grifo nosso).

De acordo com os autores, a posição secundária ou terciária do Brasil na divisão internacional do trabalho foi definida pelo baixo grau de forças produtivas, que, por sua vez, nas relações capitalistas de produção, são repartidas de forma desigual (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 47).

Historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas, logo, o domínio da técnica, da tecnologia e de conhecimento, poderá ser concentrado nos países de capitalismo avançado, da Europa e América do Norte, onde ocorreram as diferentes etapas da revolução industrial, que asseguraram suas colônias, privando o desenvolvimento de um mercado interno, ou seja, de forças para competir no mercado global. Segundo Hardman e Leonardi (1982):

Dada a concentração e a centralização de capital próprio da produção capitalista, o volume de equipamento utilizado aumentou enormemente, levando as fábricas a utilizar máquinas e instalações cada vez mais complexas, cujo capital teve que passar a ser amortizado através de volume de produção cada vez maior. Com isso, a partir da era do capital financeiro e monopolista, para que um país pudesse se industrializar e avançar do ponto de vista tecnológico tornou-se condição necessária possuir um grande mercado interno (ou colônias). Esse não era o caso, evidentemente, do Brasil, país onde as classes dominantes não conseguiam defender seu próprio mercado ante a Inglaterra e demais potências industrializadas, e onde a estrutura agrária baseada no latifúndio impedia o acesso à posse da terra de milhares de trabalhadores do campo, restringindo, assim, ainda mais, as dimensões desse mercado. A divisão internacional do trabalho manifesta-se através do comércio internacional. [...] A divisão internacional do trabalho que se estabeleceu a partir do século XIX fez com que os países da América Latina se especializassem na produção de matérias-primas. A produção passou ser feita em grande escala, com níveis de especialização semelhantes aos que tinham sido proporcionados pela Revolução Industrial à Europa, com uma diferença fundamental: o número de produtos passíveis de serem produzidos nos países não industrializados era bastante pequeno e muito dependente dos recursos naturais desses países. [...] A divisão do trabalho e o comércio internacional pressupõem a existência tanto de um mercado como de preços mundiais. Apesar de repousar sobre a divisão internacional do trabalho, o comércio internacional não se processa exclusivamente dentro dos limites traçados por essa divisão. Além de trocar entre si produtos diversos, os diferentes países podem trocar também produtos similares, fazendo concorrência à produção estrangeira. Neste caso, a troca internacional tem seu fundamento não na divisão internacional do trabalho, mas unicamente na diferença dos respectivos custos de produção. É por isso que a concorrência feita entre as mercadorias inglesas aos produtos similares nacionais do século XIX, em particular aos produtos têxteis, foi responsável, pelo menos em parte,

pelo desenvolvimento precário desta indústria em nosso país. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 48-49)

Tal descrição permite trazer à baila o fundamento ontológico da divisão internacional do trabalho, da desigualdade aviltada pelo domínio da ciência entre os diferentes países. No modo de produção capitalista a troca é generalizada (MARX, 2010), colocando a ideia do direito natural à competição entre as nações. Todavia, o domínio do conhecimento científico, relação entre a técnica e a tecnologia (PINTO, 2005a), é uma determinação de última instância de sua posição nas relações geopolíticas, sem isso as nações dependentes não conseguem imprimir o desenvolvimento econômico, ponto nodal na guerra intercapitalista (CHESNAIS, 1996).

Nessa aquarela reside mais uma contradição do modo de produção capitalista, se um dos seus pressupostos é a troca generalizada, ainda que seja de mercadorias, os países de capitalismo avançado, que se desenvolveram cientificamente, concentram a produção e determinam os parâmetros de distribuição e circulação do conhecimento científico conforme seus interesses comerciais, instituindo, assim, um monopólio sobre o conhecimento científico, ou seja, não estabelecem a troca. A troca na verdade é seletiva, elege, pois, aqueles que devem subjugar-se ao jogo das nações imperialistas. Por isso, restringe historicamente o desenvolvimento das outras nações, posto que reconhece que o conhecimento é uma força produtiva e a sua privação gera dependência, por conta disso atua estrategicamente retirando o que há de melhor para o progresso dessas nações, como é o caso de seus pesquisadores.

Essa dependência é uma estratégia que limita as possibilidades de ampliação do campo científico ao debilitar alternativas viáveis ao modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2009).

A cooptação dos pesquisadores do sul pelas revistas de grande chancela na ciência internacional opera numa unidade contraditória que afirma ideologicamente essa condição; legitima sua posição frente ao mundo à medida que limita o desenvolvimento das revistas científicas do hemisfério sul. Portanto, a posição dessas revistas vai estabelecer o que deve ser a ciência, quais os critérios precisam ser estabelecidos para alcançar tal feito, qual o conhecimento necessário que precisa ser efetivado. Retira, dessa forma, a possibilidade de desenvolvimento autossustentável do hemisfério sul, porque, ao incitarem a migração dos pesquisadores para outra região, estes deixam de buscar respostas socialmente úteis às problemáticas de sua proveniência.

Essa é apenas uma mera reprodução da ordem econômica guiada pelos interesses mercadológicos. Se se tomar o mapa de distribuição da riqueza mundial, é possível ver que o resultado, dadas as proporções, é o mesmo. América do Norte, Europa e Ásia concentram, através das empresas monopolistas transacionais, grande parte da riqueza mundial (CHESNAIS, 1996).

Para Baran e Sweezy (1974), no livro *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*, na sociedade marcada pela luta de classes é candente a necessidade de ruptura com o monopólio tanto dos bens materiais quanto dos bens espirituais. Os autores contrapõem à lógica burguesa de que a sociedade deve ser organizada e subordinada ao mercado, expondo como as grandes empresas se tornaram gigantes no mercado se afastando da livre concorrência, formando grupos setoriais que estipulam os preços das mercadorias, objetivando maximizar o lucro para o conglomerado. Isto é, “sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço” (BARAN; SWEEZY, 1974, p. 61).

Partindo das linhas gerais do pensamento desenvolvidos pelos autores supracitados, os estudos empreendidos por Braverman (1987), no livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, ajudam a compreender como, na fase monopolista, as transformações ocorridas nos processos de trabalho e, pelo desenvolvimento tecnológico, as consequências que a classe trabalhadora vem sofrendo com a divisão do trabalho na sociedade capitalista e suas metamorfoses “compensatórias” para a conformação do trabalhador aos novos processos produtivos e postos de trabalho, implicando o que o autor chamou de “degradação do trabalho” pelo discurso da qualificação profissional. Segundo Braverman:

O modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta, e dá nascimento a qualificações e ocupações que correspondam à sua necessidade. As capacidades técnicas são daí por diante distribuídas com base estritamente na ‘qualificação’. A distribuição generalizada do conhecimento do processo produtivo entre todos os participantes torna-se, desse ponto em diante, não meramente ‘desnecessária’, mas uma barreira concreta ao funcionamento do modo capitalista de produção (BRAVERMAN, 1987, p. 79)

A assertiva sintetiza como a concentração da ciência na mão dos monopolistas tem desdobramentos práticos na vida da classe trabalhadora, em especial dos países de capitalismo periférico, para extração da mais-valia e acúmulo da riqueza. A força de trabalho torna-se uma mercadoria e o conhecimento científico utilizado para barateá-la, uma vez que estão organizados de acordo com os interesses dos capitalistas, e não pelas necessidades humanas.

O capitalismo inverte a lógica da vida humana, substituindo a necessidade de primeira ordem – comer, beber, vestir, morar, procriar – pela necessidade de segunda ordem – produção de mercadorias –, através da separação e alienação dos meios de produção e das personificações tanto do capital quanto do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 17).

Compreender essas mutações do mundo contemporâneo e suas implicações na produção da ciência demanda a apreensão do atual estágio das forças produtivas que estão se convertendo em destrutivas e comprometendo a existência da humanidade, seja pelas guerras entre nações pelo espaço de controle mercadológico ou pela destruição excessiva da natureza.

Hobsbawm (1995) demonstra como a ciência e tecnologia foi sendo utilizada como um instrumento na disputa do poder político, ideológico e econômico entre os imperialistas e seus desdobramentos no terreno civil para a produção de diversas mercadorias, sendo as grandes guerras mundiais vetores de destruição para reinvenção do capitalismo.

Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais. Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século XX. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz – pensamos na aeronáutica e nos computadores –, mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, ‘carregando’ os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante. Mesmo assim, a tendência tecnológica da guerra não era nova. Além disso, a economia industrial moderna foi construída com base em inovação tecnológica constante, que por certo teria ocorrido, provavelmente em ritmo crescente, mesmo sem guerras (se podemos tomar essa suposição irrealista para argumentar). As guerras, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, ajudaram muito a difundir a especialização técnica, e certamente tiveram um grande impacto na organização industrial e nos métodos de produção em massa, mas o que conseguiram foi, de longe, mais uma aceleração da mudança que uma transformação. (HOBSBAWM, 1995, p. 54-55)

Observa-se notadamente que o conhecimento é elemento fundamental para manutenção e ampliação do poder das nações imperialistas. A guerra bélica é um elemento constante do capital, uma estratégia que coloca quem tem o melhor aparato tecnológico numa condição de superioridade (MÉSZÁROS, 2011a). Verifica-se, por exemplo, a relação recente entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Venezuela e, do mesmo, com a Coreia do Norte.

Enquanto o país do Sul é constantemente ameaçado, sofre sanções, tem sua estabilidade econômica abalada, seu presidente é chamado de “ditador” e induzido a um golpe de Estado pelos norte-americanos, a relação com os norte-coreanos é de parcimônia, de tentativa de uma relação amistosa. Tudo isso determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, domínio do conhecimento técnico-científico gerado pelo poder econômico.

A questão que se coloca ao trazer todo esse debate da direção social do conhecimento não é pelo conhecimento em si, mas para perguntar sobre o seu ser, noutras palavras, sua natureza ontológica, a relação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto. Pois é pelo conhecimento da lógica externa do objeto que o ser humano potencializa as possibilidades de ação, haja vista que não se pode alterar a realidade sem conhecê-la. Assim, o *télos* é conhecer aquilo que não se apresenta aprioristicamente na produção do conhecimento.

1.1 A PROBLEMATICIDADE DO PROBLEMA CIENTÍFICO

Um vírus atingiu a humanidade. O coronavírus, que causa infecções respiratórias e se propaga de maneira avassaladoramente rápida, foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China. A doença provocada por este vírus, chamada Covid-19, está sujeita a assolar todos os países do planeta Terra, causando uma devastação sem precedentes, ceifando vidas humanas que poderiam ser preservadas, caso a humanidade já estivesse em outro modo de produção da vida que não o modo egoísta, superacumulador, explorador, concentrador de renda, como é o modo de produção capitalista que não convive com democracias, Estado de Direito Social, Nações Soberanas, com Estados de Bem-Estar-Social, com serviços públicos de qualidade, com segurança alimentar e com a preservação do meio ambiente. Modo de produção que coloca a Dívida Pública acima da vida da classe trabalhadora.

Em meio a esta catástrofe, as pessoas estão em isolamento social, reclusas, estudando, lendo, analisando, produzindo conhecimentos científicos, enquanto os profissionais de saúde enfrentam as devastações, juntamente com os agricultores que mantêm as plantações e colheitas para abastecer as cidades de alimentos, com os trabalhadores da área de serviços e do comércio, as populações da cidade e do campo. É março de 2020, e as medidas de isolamento social, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), estão sendo adotadas no Brasil em meio a um caos decorrente da política devastadora que está sendo implementada pela extrema direita, militarista, rentista, fundamentalista, no Brasil que incentiva o povo a sair às ruas para que a economia não pare de funcionar, demonstrando na prática a tese marxista de que sem a exploração dos trabalhadores o capital sucumbe.

É neste contexto de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2007; 2011a), de obscurantismo político, irracionalismo e ignorância que o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que contraria todas as recomendações científicas mundialmente estabelecidas, utilizando-se de uma emissora de rede nacional de televisão nacional para atender aos interesses dos empresários, empreende uma tentativa de convencer a população a sair de casa para que a economia continue funcionando “normalmente”.

Questiona-se a produção do conhecimento científico e se busca a problematidade do problema da produção científica. Trata-se de não explicar na aparência um problema, mas, sim, buscar a sua essência, que é histórica. Tarefas da ciência e da filosofia, captar a verdadeira concreticidade (KOSIK, 1976), a essência, do problema, que é o produto do modo pelo qual os seres humanos produzem a sua própria existência. O problema científico possui um sentido profundamente vital e altamente dramático para a existência humana, pois indica situação de impasse.

É isto que se está vivendo na atualidade. E a isto a humanidade está respondendo, com a reflexão, com o pensamento científico, ou seja, um pensar em segundo grau, o que exige, ainda segundo Saviani (2009, p. 20-24), radicalidade, rigorosidade e visão de conjunto.

A questão da problematidade do problema vem sendo considerada ao longo da história e tem sido colocada por vários autores como a cisão entre sujeito e objeto, teoria e prática, premissas teóricas e programáticas.

Na presente tese, tendo delimitado como problematidade do problema científico a cisão entre premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento científico, busca-se recuperar esta problematidade entre teóricos que questionam análises teóricas e decisões políticas.

Esta preocupação não é recente. Apresentam-se, a seguir, os argumentos de Luxemburgo (1988), Trotsky (2018), Vigotski (2004), Anderson (1976), Coggiola (1996), Montoro (2014), que em diferentes momentos históricos, em diferentes circunstâncias, trataram da dicotomia, separação, cisão, entre premissas teóricas e programáticas.

Rosa Luxemburgo, em sua obra sobre *A acumulação do capital* (1988), escrita em 1913, tece críticas radicais aos economistas e suas análises, suas interpretações sobre o imperialismo. Destas críticas, destaca-se a crítica a respeito do que foi feito da teoria marxista. Rosa defendia as ideias de Marx, apesar de divergir em alguns aspectos sobre o colonialismo. Já no texto *Teoria marxista e proletariado*, defendeu o método, que não separa premissas teóricas das programáticas.

Assim, graças às ideias de Karl Marx, os homens aprenderam pela primeira vez o segredo de seu próprio progresso social. Para além disso, a descoberta das leis do desenvolvimento capitalista, do mesmo modo, apontaram o caminho pelo qual a sociedade está se movendo – dos estágios espontâneos e inconscientes, durante os quais os homens fizeram história da mesma maneira pela qual as abelhas constroem suas colmeias, ao estágio histórico consciente, criativo e genuinamente humano, aquele estágio quando a vontade da sociedade e a realidade social devem, pela primeira vez, estar harmoniosamente correlacionadas uma com a outra, quando as ações do ser social irão, pela primeira vez, produzir precisamente os resultados que ele deseja. Se, contrário a todos os esforços de nossos inimigos, o movimento trabalhista moderno marchar em frente de forma triunfante, com sua cabeça erguida bem alto, então deve isso primeiramente a seu tranquilo entendimento da legalidade do desenvolvimento histórico objetivo, seu entendimento de que ‘a sociedade capitalista com a inevitabilidade de um processo natural cria sua própria negação, a saber, a expropriação dos expropriadores, a reviravolta socialista’. Com isso, a partir de seu entendimento, o movimento trabalhista vê uma confiável garantia de sua vitória final. E desta mesma fonte extrai não só sua habilidade de seguir em frente, mas também sua paciência; não apenas força para ação, mas também a coragem para ficar firme e suportar. (LUXEMBURGO, [s.d.], [s.p])

Em sua obra *A Revolução Russa* (1991), escrita em 1918, quando estava presa, Luxemburgo tece severas críticas à negação das ferramentas de pensamento aos trabalhadores, posicionando-se contra a violência e a favor da filosofia da práxis, o que só seria realizável na perspectiva marxista com a revolução proletária.

Em sua obra *Reforma ou Revolução* (1999), escrito em 1916, recoloca com muita ênfase a problemática da separação entre teoria e prática, entre separação das premissas teóricas e programáticas. O pensamento político de Rosa Luxemburgo foi elaborado dentro de polêmicas ininterruptas com o determinismo da II Internacional. Ao interpretar o marxismo, Rosa alicerça os fundamentos de sua “teoria da ação revolucionária”.

É na polêmica com Eduard Bernstein que Rosa de Luxemburgo (1990) vai defender suas teses políticas sobre os dilemas da humanidade, termos que ficaram conhecidos como “socialismo ou barbárie”. É nestas polêmicas que Luxemburgo contesta as teses sobre a reforma social, conduzida pela socialdemocracia e os sindicatos, e firma a tese da necessidade histórica da revolução socialista conduzida pelo protagonismo das lutas de massas e seus organismos revolucionários (LOUREIRO, 2018).

Loureiro (2018) destaca como principais ideias de Luxemburgo as seguintes: defesa das liberdades democráticas; crítica do partido-vanguarda, formado por um núcleo duro de revolucionários profissionais, separado das bases, com a função de liderar as massas populares, que se limitariam a obedecer ao comando dos chefes; apologia do espaço público, aliado indispensável da formação política e intelectual das classes subalternas, vista como pré-

requisito indispensável de sua autonomia política; a espontaneidade das massas populares em momentos de grande comoção social, os de baixo entram em ação independente de palavras de ordem das lideranças partidárias ou sindicais e se organizam no desenrolar do combate. Ao apresentar estes destaques como síntese de teses políticas, faz-se ressaltando que são fruto de análises teóricas desenvolvidas a partir de estudos sob a base marxista desenvolvida por esta geração subsequente a Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), onde se encontram Rosa de Luxemburgo (1871-1919), Lênin (1870-1924), Trotski (1879-1940), entre outros.

Leon Trotski foi, segundo os editores de sua obra em língua portuguesa, *Em defesa do Marxismo*, o grande defensor e o grande teórico do pensamento e método marxista. Colocou-se durante sua vida no campo intransigente da revolução socialista internacional onde não admitia meias palavras ou meias atitudes. É nesta obra que Trotski, ao polemizar com partidários do *Socialist Workers Party* (SWP) dos Estados Unidos, estabelece referências importantíssimas sobre “o método marxista e a prática revolucionária” (TROTSKI, S/D, p. 9). É nesta obra que está reunido um texto intitulado por Trotski “De um arranhão, ao Perigo da Gangrena” (TROTSKI, [s.d.], p. 126-172), onde são tecidas severas críticas aos que negam os fundamentos marxistas, erram em suas análises e propostas políticas e formam, assim, “o bloco filosófico contra o marxismo”, com um grau de degeneração do pensamento que necessitava ser detido, ou então um “arranhão, que já se transformou em úlcera, pode transformar-se em uma gangrena” (TROTSKI, [s.d.], p. 172).

Em 1938, Trotski apresentou o documento básico que serviria de referência para a fundação da IV Internacional, intitulado *A agonia do capitalismo e as tarefas da 4ª Internacional: a mobilização das massas por meio das reivindicações transitórias*, que representa a coerência e consistência entre premissas teóricas e programáticas. Dramaticamente atual, neste texto Trotski (2018, p. 91-141) apresenta elementos empíricos para demonstrar que as premissas econômicas da revolução proletária já alcançaram há muito o ponto mais elevado que poderia ser atingido sob o capitalismo. “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer”, afirma Trotski (2018, p. 91). As crises sobrecarregam as massas e a burguesia não encontra saída. Trotski defendeu então que a saída estava no Programa de Transição a ser conduzido pelos próprios trabalhadores e suas organizações e conclui o Programa de Transição com a frase “Operários e Operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da 4ª Internacional. É a bandeira de sua próxima vitória! (TROTSKI, 2018, p. 141). O Programa de Transição está colocado na linha do primeiro documento público dos trabalhadores organizados na I Internacional, a saber o Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 2007).

Ainda na linha de localizar a problematidade do problema referente à cisão entre as premissas teóricas e programáticas, pode-se mencionar o esforço de Vigostki (2004), que nos anos 1920, no leste europeu, enfrentou a crise da Psicologia e a confusão das ideias nas escolas. Ele o fez questionando o método científico e propondo o materialismo histórico-dialético para explicar o desenvolvimento da psique humana.

No Brasil, a pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2013) encontra nestes estudos, da psicologia histórico-cultural, os fundamentos para propor a teoria pedagógica histórico-crítica. Os trabalhos de Martins (2014) sobre *O desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar* assim o demonstram. Estes estudos permitem identificar a problematidade em torno da separação teoria-prática, premissas teóricas e programáticas. No prefácio de sua obra Vigotski (2004, p. XI) aborda esta problematidade nos seguintes termos:

Este livro se propõe uma questão de natureza principalmente prática. Ele gostaria de ajudar a nossa escola e o mestre e contribuir para uma elaboração de uma concepção científica do processo pedagógico em face dos nossos dados da ciência psicológica. (VIGOSTKI, 2004, p. XI).

Vigotski (2004, p. 465) reclamava, sim, da ausência de clareza teórica e, com isto, as suas consequências práticas prejudiciais ao desenvolvimento da psique das crianças na escola. Ressalta Vigotski (p. 466) que o desafio era examinar criticamente, partindo de dados experimentais e de considerações teóricas, para esboçar, ao menos em traços gerais e compactos, a solução para o problema.

Pucci (1995), ao apresentar as características centrais desenvolvidas por Anderson (1976), em seu livro *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, aponta elementos da problematidade do problema da fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas:

[...] a) o divórcio estrutural do marxismo com a prática política, da teoria com a práxis; b) o silêncio premeditado do marxismo ocidental em áreas fundamentais para as tradições clássicas do materialismo histórico: as leis econômicas do funcionamento do capitalismo como um modo de produção, a análise da máquina política do estado burguês, a estratégia da luta de classes necessária para derrubá-la; c) deslocamento do eixo gravitacional do marxismo europeu no sentido da filosofia, de estudos da superestrutura, com sua conseqüente ‘academização’. Para Anderson, ajustar as contas com esta tradição, isto é, conhecê-la e romper com ela, é assim um dos pré-requisitos para uma renovação da teoria marxista hoje. (PUCCI, 1995, p. 13).

Esta caracterização de Anderson permite localizar a problematidade do problema da dicotomia entre premissas teóricas e programáticas. O que interessa na presente tese é analisar

as relações que, em última instância, determinam que ocorra na produção científica o que vem sendo apontado como problemático, a saber, a separação teoria-prática, a separação das premissas teóricas da programática.

Coggiola (1996, p. 111-126), ao tratar da problematidade da questão da vigência do marxismo, ressalta em sua crítica que isto diz respeito às premissas teóricas e programáticas da doutrina marxista. Defende que a cisão entre teoria e programa é metodologicamente incorreta, embora seja realizada com frequência. Coggiola (1996, p. 111) critica a consideração do marxismo apenas como método de análise e coloca a questão da vigência como independente do seu corolário político-programático. Conclui a respeito ressaltando que:

O marxismo não se limitou a analisar as contradições decorrentes de cada fase do desenvolvimento histórico moderno, mas também a organizar a classe operária em força política para dar uma solução progressiva, isto é, revolucionária, a essas contradições. (COGGIOLA, 1996, p. 124).

Nesta perspectiva de questionar a cisão entre teoria e programa, encontra-se a relevante contribuição de Montoro (2014) que, em sua obra *Capitalismo e Economia Mundial*, dedica a apresentação e o primeiro tópico a explicar o objeto, natureza e fundamentos da análise econômica marxista. Defende em sua obra um modo dialético de pensar e agir na realidade concreta a partir da ciência econômica. Trata do desenvolvimento histórico do capitalismo e o desenvolvimento teórico da ciência econômica a partir do método marxista. Conclui sua obra de 720 páginas com uma perspectiva programática: “*un fantasma recorre el mundo ciento sesenta y cinco años después*” (MONTORO, 2014, p. 650). Justo a frase com que o Manifesto Comunista de 1848 inicia: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo” (MARX; ENGELS; 2007, p. 29).

Diante do que enfrenta a humanidade neste momento histórico, volta sim a rondar a humanidade o espectro do comunismo. Como bem disse Engels (2015), posteriormente Luxemburgo (1999), “o dilema diante do qual se encontra a humanidade apresenta-se assim: Socialismo ou Barbárie”.

Colocada a problematidade do problema (SAVIANI, 2009), lança-se a seguinte problemática: **quais são os nexos causais teleologicamente postos que determinam ontologicamente a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento hegemônica em Educação Física no estado da Bahia?**

Enquanto objetivo geral da pesquisa, propõe-se: analisar, compreender e explicar quais são os nexos causais teleologicamente postos que determinam ontologicamente a fragmentação

entre as premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento hegemônica em Educação Física no estado da Bahia, para apontar possibilidades ontológicas de recuperação da unidade entre as premissas teóricas e programáticas na formação de professores de Educação Física.

Assim, os objetivos específicos estabelecidos foram: a) identificar e caracterizar o perfil dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física e delimitar a amostra apenas nos que têm a formação na área; b) levantar, caracterizar, analisar; discutir as contradições postas nos dados obtidos a partir da produção do conhecimento que tratam sobre objeto específico da educação e da Educação Física; c) ampliar estudos sobre ontologia marxista; d) analisar os pressupostos ontológicos da produção científica, considerando a concepção de ser humano/sociedade; f) compreender as condições históricas que influem na produção/circulação do conhecimento; g) estabelecer nexos e relações entre a produção das ideias e o modo de produção da vida; h) apontar possibilidades teleológicas para superadora na recuperação ontológica da relação entre teoria e prática, premissas teóricas e programáticas, sujeito e objeto, ontologia e teleologia.

1.1.1 Tese

A ciência brasileira se tornou reflexo da relação histórica da dominação exterior, uma vez que os países imperialistas, através de seus organismos multilaterais, vêm dando orientações políticas do que deve ser produzido nacionalmente e consumido internacionalmente. Esse direcionamento rebate diretamente nas explicações da/na produção científica sobre o que é o ser humano/sociedade, educação, Educação Física, sobre a formação de professores e, conseqüentemente, o acesso da classe trabalhadora aos conhecimentos científicos necessários à sua formação, seja para a prevalência da ordem burguesa estabelecida, ou para o processo de emancipação humana que possibilite ao país desenvolver com autonomia a técnica, a ciência e a tecnologia para realizar os enfrentamentos contra a exploração do capital internacional.

Assim, defende-se a seguinte tese: a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção do conhecimento (*stricto sensu*) hegemônica em Educação Física no estado da Bahia é resultado da negação da processualidade do trabalho enquanto atividade vital da generidade humana. Negação determinada, ontologicamente, pela ocupação do Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas/commodities e consumidor de produtos industrializados das nações imperialistas. Condição imposta pelos

processos colonizadores que contiveram intencionalmente o desenvolvimento de forças produtivas, gerando uma sociedade subdesenvolvida e dependente sócio-político-economicamente, limitando sua capacidade de produção, circulação e distribuição generalizada de conhecimentos científicos avançados – técnica e tecnologia – e, conseqüentemente, organização da classe trabalhadora para superar os entraves do sistema do capital rumo à transição socialista.

1.1.2 Necessidade vital do estudo

O ser humano, em sua prática cotidiana, sempre se depara com algum problema colocado pela realidade, seja este imediato, mediato ou histórico. No plano de senso comum desenvolve suas crenças de que a realização ou não de algo pode gerar um resultado. Acreditam que comer e tomar banho pode levar à morte. Essa significação é sem sentido do ponto de vista científico, mas provoca uma síntese interessante: os seres humanos acreditam, mesmo sem um conhecimento concreto, numa realidade exterior à consciência, ligam uma relação de causa e efeito, mesmo sem questionar o porquê.

Chaui (2000) elabora uma provocação do ponto de vista filosófico importante para se pensar a investigação sobre a produção científica. Segundo a autora, o indivíduo está sempre distinguindo uma coisa à outra, porque acredita que “a realidade é feita de causalidades, que as coisas, os fatos, as situações encadeiam em relações causais que podemos conhecer e até mesmo controlar para o uso de nossa vida” (CHAUI, 2000, p. 5). Contudo, saber que a realidade é constituída de nexos causais não é suficiente para o progresso humano, porque não é possível conhecer a realidade nos preceitos do senso comum. Para Saviani (2009), é preciso desenvolver uma reflexão filosófica sobre o mundo diante de si.

Esse conjunto de questões sintetiza a relação sobre o que são o pensamento e a ação, a teoria e a prática, as premissas teóricas e programáticas. A forma como essas questões são respondidas corresponde ao grau de elaboração do conhecimento humano para intervir na realidade. Do ponto de vista ontológico, um refletir sobre as condições materiais da existência que determinam o pensamento.

O interesse pela análise da produção científica na área da Educação Física vem crescendo incessantemente. Isso não está acontecendo casualmente, mas pela preocupação com os rumos da ciência; diz respeito à disputa de projetos antagônicos de formação humana e de sociedade, haja vista que o conhecimento científico amplia, infinitamente, a capacidade humana de transformação da natureza.

O conhecimento científico sempre apresenta um duplo caráter: está de forma benéfica a serviço da humanidade, a fim de possibilitar à classe trabalhadora fruição dos resultados de seu trabalho de forma sustentável, ou se torna autodestrutivo, de coerção e exploração da classe trabalhadora, bem como destruidora da natureza levando à humanidade miséria e escassez (KOPNIN, 1978).

Nesse sentido, tornam-se necessárias investigações científicas que busquem apreender os resultados do que vem sendo produzido cientificamente pelos professores, mestres e doutores que trabalham na formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, para apontar a direção teleológica que, historicamente, a Ciência vem assumindo na sociedade. Considera-se, pois, que todo conhecimento científico apresenta, implícita ou explicitamente, pressupostos que revelam uma concepção de homem, sociedade, valores e suas finalidades.

Todavia, não se pode estabelecer a produção científica como autodeterminada, descolada do real concreto, mas em sua íntima relação com o modo de produção da existência no momento histórico em que foi desenvolvida.

Desse modo, numa conjuntura de crise estrutural do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011a), a presente tese de Doutorado justifica-se pela necessidade de estudar a produção do conhecimento do ponto de vista ontológico, tendo por base a teoria marxista para que se possam compreender e explicar as causalidades postas da fragmentação entre teoria e prática nas teses e dissertações dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia. Para tal empreitada, a atividade humana, o trabalho, coloca-se enquanto categoria central para explicar como se estabelece essa reciprocidade de ligação e afastamento do domínio do conhecimento no processo de transformação da materialidade objetiva. Ou seja, parte-se do movimento real da história, das formas concretas de como os seres humanos estão produzindo a vida para explicar como as ideias dominantes na produção do conhecimento estão articuladas ontologicamente com o grau de desenvolvimento das forças produtivas na formação social brasileira.

1.2 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE ORIENTAM A ANÁLISE

O caminho metodológico partiu de uma investigação sobre a produção do conhecimento que buscará ir além da sua aparência empirista e fenomênica, por onde se começa a investigação (KOSIK, 1976). Tratar-se-á de apreender através de instrumentos de análises, em contradição dialética, o objeto de investigação em sua estrutura e dinâmica para operar no pensamento

sínteses sobre sua objetividade existente independentemente do pesquisador. Só por esse método se conseguirá alcançar a essência do objeto (PAULO NETTO, 2014, p. 21-22).

Nesse sentido, vale-se da crítica na perspectiva desenvolvida por Marx e Engels em diversos escritos no embate com as três fontes do marxismo: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LÊNIN, 2001). De acordo com Netto a perspectiva marxista de crítica:

Não se trata, como parece, de uma visão vulgar de ‘crítica’, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o bom e o mal. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os condicionamentos e seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desses conhecimentos a partir de processos históricos reais. (PAULO NETTO, 2014, p. 18)

Dessa forma, com base na concepção materialista e dialética da história, compreende-se a produção do conhecimento como um produto histórico, uma síntese multideterminada. À vista disso, apropria-se do método de ascensão do abstrato ao concreto.

O método de ascensão do abstrato ao concreto é defendido por Marx (2011b) na crítica a Hegel no texto *O Método da Economia Política*. Para Marx (2011b), o abstrato é objeto descolado das suas determinações internas e externas, que se reduz a uma explicação conceitual simples, representando caoticamente o todo; já o concreto, é o real representado pela abstração que alcança minuciosamente a menor parte determinante do objeto, retornando, pela relação com a totalidade, ao real rico em determinações. Por isso, Marx inverte a lógica de pensamento hegeliano e expõe na forma científica uma abstração pelo concreto, posto que:

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] as determinações abstratas levam à reprodução do concreto no pensamento. [...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. [...] Por essa razão, para a consciência para qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é o mundo efetivo – e a consciência filosófica é assim determinada –, o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como o ato de produção efetivo – que, infelizmente, recebe apenas um estímulo do exterior –, cujo resultado é o mundo efetivo; e isso – que, no entanto é uma tautologia – é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade do pensamento, como um concreto de pensamento, é de ‘fato’ um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da

representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente com pressuposto da representação. (MARX, 2011b, p. 54-55)

A apreensão desse concreto no pensamento, tornando-o concreto pensado só é possível na relação ontológica, que Kopnin (1978), didaticamente, fornece uma explicação, entre o lógico e histórico. Conforme aponta o autor, a correlação entre o histórico e o lógico permite ao pesquisador apreender o objeto no movimento externo ao pensamento, conhecer as condições de sua produção; trata-se de apreender a verdade objetiva do fenômeno pelo processo de abstração do real, e os define da seguinte forma:

Por histórico subentende-se o processo de mudança do objeto, as etapas de seu surgimento e desenvolvimento. O histórico atua como objeto no pensamento, o reflexo do histórico, como conteúdo. O pensamento visa à reprodução do processo histórico real em toda a sua objetividade, complexidade e contrariedade. O lógico é o meio através do qual o pensamento realiza essa tarefa, mas é o reflexo do histórico em forma teórica, vale dizer, é a reprodução da essência e da história do seu desenvolvimento no sistema de abstrações. O histórico é primário em relação ao lógico, a lógica reflete os principais períodos da história. [...] A lógica do movimento do pensamento tem como umas de suas leis principais a ascensão do simples ao complexo, do inferior para o superior, e esse movimento do pensamento expressa a lei do desenvolvimento do fenômeno do mundo objetivo. A lógica fornece a forma de desenvolvimento em aspecto puro, que, literalmente, em toda a sua pureza, não se realiza em nenhum processo histórico. No entanto a forma lógica de desenvolvimento reflete o processo histórico, daí ser ela necessária para interpretá-lo. (KOPNIN, 1978, p. 183-184)

A separação didática de Kopnin é uma reflexão sobre como deve se operar tanto do ponto de vista ontológico como do gnosiológico. Considerar a história do objeto pesquisado é perguntar sobre o seu ser, no caso em tela: que é a fragmentação entre premissas teóricas e programáticas? Disso emerge a necessidade de conhecer como os seres humanos atuam para resolver os problemas da realidade na relação teórico-prática.

Assim, o procedimento da análise não é para conhecer a história do objeto, ainda que seja, mas o objeto na história; não de trás para frente, mas do objeto à história que o sintetiza. Kopnin (1978) sinaliza que:

O estudioso deve começar o estudo do objeto pelo fim, a partir da sua forma mais madura, do estágio de desenvolvimento em que aspectos essenciais estão suficientemente desenvolvidos e não estão disfarçados por causalidades que não têm relação direta com ela. À base do estudo da fase superior, madura de desenvolvimento do objeto fazem-se as definições primárias de sua essência. Essas definições têm caráter abstrato, são insuficientemente profundas mais indispensáveis como linha no estudo do processo histórico de desenvolvimento do objeto; elas atuam como ponto de partida no estudo do objeto, porquanto refletem em certa medida o processo de afirmação e desenvolvimento do objeto estudado. [...] isso significa que a reprodução da *essência* desse ou daquele fenômeno no pensamento constitui ao mesmo tempo a *descoberta da história* desse fenômeno, que a teoria de qualquer objeto não pode deixar de ser também a sua história. (KOPNIN, 1978, p. 184-185, grifo do autor)

A análise ontológica expressa a produção do conhecimento como consequência da atividade humana para a consecução de resultados qualitativamente superiores, que superem a inércia do modo de fazer de um dado momento histórico e que vão sendo transmitidos de geração em geração. Contudo, expressa sempre a reprodução de uma circunstância histórica, que demanda a transformação e superação de um dado estágio do processo de desenvolvimento humano. De acordo com Frigotto (2008, p. 44):

Os homens na busca incessante de satisfazer suas múltiplas e sempre históricas necessidades de natureza biológica, intelectual, cultural, afetiva e estética, estabelecem as mais diversas relações sociais. A produção do conhecimento e sua socialização ou negação para determinados grupos ou classes não é alheia ao conjunto de práticas e relações que produzem os homens num determinado tempo e espaço. Pelo contrário, nelas encontra a sua efetiva materialidade histórica.

Nesse sentido, Politzer (1969) explicita que o confronto de ideias é expressão da posição que os indivíduos assumem dentro da reprodução social. Numa conjuntura pós-revolucionária, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o autor sistematiza, no livro *Princípios fundamentais de filosofia*, a partir de um curso que ministrou para a formação de quadros políticos: trabalhadores, estudantes, professores, pesquisadores e domésticos, que frequentavam a Universidade Nova – universidade socialista para manutenção de um projeto histórico socialista que estava em instalação –, os elementos centrais da filosofia marxista e aponta que:

A cada momento da história e em todas as sociedades coexistem ideias diferentes, ideias opostas, que são reflexo das contradições objetivas da sociedade. Essas ideias, contudo, não têm todas, o mesmo valor: umas tendem a manter a sociedade nos velhos trilhos; outras tendem a dar-lhe um novo

caminho. Nas sociedades em que existe a luta de classes antagônicas, o movimento das ideias contrárias é um *reflexo da luta de classe*: a luta das ideias pode assumir uma forma violenta e repressiva. Os homens tomam consciência dos problemas que se colocam na sua época através da luta das ideias, que preparam o caminho para as descobertas de soluções que captam a própria realidade. (POLITZER, 1969, p. 27, grifo do autor)

Isto é, Politzer (1969) defende a livre luta das ideias como um princípio da verdadeira democracia, por compreender que a classe dominante nas relações capitalistas reprime as novas ideias que se apresentam enquanto força contrária à sua manutenção, atuando para a alteração da ordem vigente, advogando a liberdade de expressão em causa própria. Além disso, o autor afirma que a concepção materialista e dialética da história é uma ferramenta que permite ao pesquisador “[...] saber situar-se na batalha das ideias, não colocando todas no mesmo plano, e, além disso, distinguir os interesses que elas ocultam” (POLITZER, 1969, p. 272).

É preciso entender então, ao tratar da produção do conhecimento em Educação Física, que a categoria totalidade não significa analisar tudo da produção, nem tampouco a unir uma série de fatos, mas, sobretudo, descobrir a natureza da realidade social, partindo da aparência fenomênica, eliminando a sua “pseudoconcreticidade” para chegar ao conhecimento inserido na realidade social como unidade dialética da formação social e da superestrutura, estabelecendo, assim, a relação com os sujeitos históricos. Portanto, a totalidade permitirá, no movimento de “ascensão do abstrato ao concreto”, buscar a essência do fenômeno pesquisado (KOSIK, 1976, p. 44).

1.2.1 Instrumentos, métodos e técnicas: caminho da resposta

O caminho metodológico da investigação tem como fundamento a concepção materialista e dialética da história. Desta desdobra-se a necessidade de diferenciar dois momentos que devem ser congregados dialeticamente na pesquisa científica: a investigação e a exposição. Para Marx:

É mister, sem dúvidas, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de se apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (MARX, 2013, p. 28)

Considerando que para a edificação do conhecimento científico o caminho percorrido deve estar explícito, com a finalidade de demonstrar como se desenvolveu o processo de alcance do resultado final, bem como a concreção da exposição das relações e contradições entre parte e totalidade, a presente pesquisa foi desenvolvida em fases de acordo com as necessidades postas pelos processos analíticos: a investigação e exposição.

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que em qualquer pesquisa científica, a pesquisa bibliográfica deve ser o ponto de partida para o desdobramento das demais fases. Haja vista que é, conforme apontam Gil (2002), Minayo *et al.* (2002) e Lakatos e Marconi (2003), uma técnica de pesquisa que congrega momentos distintos numa mesma fase da investigação: a) recorrência sobre o que foi produzido sobre o objeto investigado, para identificação do que já foi investigado e supressão de pseudoproblemas científicos; b) levantamento do material que forneceram sustentabilidade teórica à pesquisa; c) estudo permanente das leis e categorias emergentes no processo investigativo e expositivo; d) desenvolvimento da síntese teórica diante dos dados para articulação de suas partes constitutivas.

Assim, o movimento de pesquisa se desdobrou da seguinte forma: a) estudos sobre ontologia materialista histórica e dialética, a partir das obras de Marx e Engels e Lukács, com objetivo de dominar e elaborar cientificamente sínteses sobre seus fundamentos e desenvolver a fundamentação teórica necessária para o exame racional e desenvolvimento à crítica ontológica do material de análise; b) estudo sobre balanço da produção do conhecimento e da epistemologia na Educação Física; c) revisão permanente da literatura sobre as leis e categorias demandadas no processo analítico e sintético.

A partir desses elementos, articulou-se o estudo descritivo como parte integrante da estrutura metodológica da tese. Fazemos essa afirmação a partir de Triviños (1987), considerando a caracterização dos dados dispostos em gráficos e tabelas, assim como a descrição dos professores, autores das produções analisadas que foram investigadas.

Dessa técnica, procedeu-se da seguinte forma: a) identificação das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam curso de Educação Física no estado da Bahia; b) levantamento do corpo docente dos cursos de Educação Física do estado da Bahia; c) caracterização do corpo docente a partir dos seguintes elementos: 1) área de formação; 2) titulação pós-graduação; 3) ano de defesa; 4) IES da titulação;) área do programa de pós-graduação; g) título do trabalho; h) titulação em andamento; i) endereço *Lattes*.

Para o desenvolvimento da análise epistemológica, conforme protocolo desenvolvido pela pesquisa EpistefNordeste: 1) caracterização da produção do conhecimento, considerando: leitura analítica das dissertações e teses, para apreensão da concepção de ser humano/sociedade

enquanto premissa ontológica; 2) registro da leitura analítica numa planilha *Microsoft Office Excel* para tabulação dos dados e processo de síntese, considerando: a) título; b) palavras-chave; c) principais temáticas; d) as abordagens teórico-metodológicas; e) as fontes, técnicas, teorias e metodologias utilizadas; f) os períodos das defesas das dissertações e teses; g) definição do problema/questão principal; h) objetivo geral; i) metodologia predominante; j) fonte de coleta das informações; k) pesquisa empírica; l) origem dos dados e/ou as informações; m) pesquisa bibliográfica ou documental; n) técnicas predominantes na coleta de dados; o) técnicas ou formas de tratamento dos dados; p) principais resultados; conclusão principal; q) principais recomendações ou propostas; r) teorias utilizadas ou elaboradas; s) críticas a outras teorias ou interpretações; t) concepção de ciência; u) critérios de cientificidade ou de prova científica; v) critérios de objetividade/subjetividade; w) concepção de temporalidade/historicidade, concepção de espaço, realidade, visão do mundo; x) concepção de homem/sociedade; y) concepção de educação; z) concepção de educação física; 3) elaboração de sínteses teóricas, considerando as categorias: trabalho, modo de produção, produção do conhecimento, epistemologia. Ademais, as fontes de dados foram 132 produções, 100 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado.

Os dados extraídos das produções estão sistematizados e organizados em planilhas do programa *Microsoft Excel*. Já no processo de elucidação desses dados, realizou-se seu tratamento em quadros que possibilitaram uma visualização de conjunto. Esses dados permitiram levantar indicadores estáticos representados em forma de gráficos e tabelas. Já a leitura qualitativa desse material, forneceu a possibilidade de responder parte da problemática levantada.

Do ponto de vista analítico, debruçou-se sobre a concepção de ser humano/sociedade apresentada nas teses e dissertação. A definição categorial se deu pela necessidade de apreender como se expressa o problema fundamental da filosofia: “ser” e “pensamento”, pois a partir dessa análise ontológica foi possível compreender a íntima relação como os autores concebem a possibilidade de conhecer radicalmente a objetividade concreta (gnosiologia); os complexos valorativos (axiologia) e a finalidade das ações humanas frente aos problemas da realidade objetiva (teleologia).

Para início da relação entre investigação e exposição, no próximo capítulo expõe-se a base ontológica que será o fio condutor desta pesquisa, a relação ser humano/natureza a partir do trabalho enquanto categoria fundante para explicação e enfrentamento dos problemas postos pela realidade com vistas à sua transformação.

2 DEBATE ONTOLÓGICO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A discussão sobre o conhecimento, seu desenvolvimento, suas formas, sua apropriação e sua utilização vem sendo travada ao longo da história, desde a discussão dos filósofos pré-socráticos até os dias atuais, com pontos de convergência e divergência em diversas áreas do conhecimento (ANDERY *et al.*, 2007). O problema fundamental da filosofia (matéria-consciência/sujeito-objeto) é calcado por seus intérpretes a partir das visões de mundo e de ser humano, que se expressam em dois ramos filosóficos: idealismo e materialismo.

Assegurar o debate sobre o conhecimento necessariamente demanda compreender sob que condições materiais o conhecimento vem sendo produzido e sob quais interesses de classe se dão a sua apropriação, distribuição e utilização. Significa, portanto, a imprescindibilidade de superar por incorporação a esfera abstrata e puramente lógico-gnosiológica do conhecimento, bem como a sua expressão objetivista-mecanicista por sua dimensão essencial, a ontológica.

Dessa forma, questiona-se: como se desenvolve o conhecimento humano e quais suas contribuições para o desenvolvimento humano? Como, a partir do metabolismo entre a sociedade e a natureza, constitui-se o fundamento do processo sintético de produção de conhecimento? O conhecimento é dado aprioristicamente ou é uma conquista do gênero humano?

Na tentativa de responder a tais indagações, recorrem-se aos fundamentos ontológicos do ser humano em sua relação com a natureza.

2.1 A CONSTITUIÇÃO ONTOLÓGICA DO CONHECIMENTO HUMANO: AS TESES MATERIALISTAS HISTÓRICAS E DIALÉTICAS PARA ALÉM DO CONHECIMENTO ÚTIL

Uma concepção explicativa sobre a concepção de mundo material, não material e de ser humano não emerge do nada, mas dos interesses humanos, buscando resolver os problemas emergentes em seu tempo histórico. Todavia, a forma como vem sendo estruturado o conhecimento científico para explicar a incursão e conversão do ser em si em ser para si (LUCÁKS, 2013) tem tomado como preceito central os padrões da socialidade moderna (TONET, 2016).

Quando se reduz e limita a abordagem sobre a problematidade do conhecimento à sociedade moderna, a capitalista, incorre-se no erro metodológico de não considerar a história como um longo devir humano-social. Implica o reconhecimento de operar em circuitos

delimitados para afirmação de determinados pressupostos e negação de outros. Disso, inclusive, decorre o caráter de um conhecimento ser chancelado como científico ou não, ideológico ou neutro, real ou quimérico, político ou partidário.

Kosik (1976) explicita essa questão essencial do debate sobre as elaborações teóricas acerca de um mesmo conceito. Para isso apresenta como a posição da metafísica e da dialética de Marx apreendem a categoria totalidade a partir de compreensões divergentes sobre a realidade, e como essa atitude pode fazer a categoria assumir outra conotação de acordo com os interesses postos por grupos hegemônicos. Afirma o autor:

Ora, os conceitos centrais da filosofia, em que se revelam os aspectos essenciais da realidade têm um estranho destino: jamais se mantêm como monopólio espiritual da filosofia, mas se transformam paulatinamente em propriedade comum. Contudo, a difusão ou aceitação dos conceitos, ou processo pelo qual um conceito ganha notoriedade universal, assinalam ao mesmo tempo sua metamorfose. [...] a categoria totalidade atingiu no século XX uma ampla ressonância e notoriedade, mas ao mesmo tempo se viu continuamente exposta ao perigo de ser entendida unilateralmente ou de se transformar francamente em seu oposto, isto é, de deixar de ser um conceito *dialético*. (KOSIK, 1976, p. 34, grifo do autor)

A questão que se coloca de fundo no debate é a compreensão sobre a realidade. O pensamento idealista dominante desse período entendia a realidade em suas manifestações aparentes e causais, na superfície, não captando enquanto uma síntese da processualidade humano-social. Antitética em relação a esse pensamento, a posição dialética de Marx, que pode ser encontrada no conjunto de sua obra, compreende a realidade enquanto produto das relações humanas, uma multiplicidade sintetizada. Dessa dualidade, que não são polos opostos, mas unicidade de uma relação dialética, desdobra-se o enriquecimento ou empobrecimento de uma categoria socialmente posta, quando tomada de forma fragmentada para atender aos interesses de classes numa sociedade com alto grau de desenvolvimento de forças produtivas.

À vista disso, o pressuposto analítico essencial deve tomar como ponto de partida o ser em si para alcançar o ser para si⁷, que implica saturar as riquezas de determinações do objeto

⁷ Lukács (2013, p. 110), na crítica às posições teológica-objetivistas e às subjetivas antirreligiosas e sobre a ocultação das contradições do real no complexo de problemas do sistema de valoração, explica: “O *tertium datur* em relação a esses dois extremos só pode ser oferecido pelo método dialético. Somente por meio desse método se pode evidenciar que a gênese ontológica de uma nova espécie de ser já traz em si as suas categorias decisivas – e por isso o seu nascimento significa um salto no desenvolvimento –, mas que essas categorias, de início, apenas estão presentes em si, e o desdobramento do em-si ao para-si deve ser sempre um longo, desigual e contraditório processo histórico. Essa superação [*Aufhebung*] do em-si através da sua transformação em um para-si contém as consistentes determinações do anular, conservar e elevar a um nível superior, que parecem excluir-

em sua expressão fenomênica para desvelar sua essência, a realidade concreta, o ser propriamente-assim (LUKÁCS, 2013). Por isso, ressalta Kosik (1976, p. 35), “o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade, dependem, afinal, de uma concepção de realidade explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão fundamental: que é a realidade?”

Observe-se que as condições estabelecidas na luta de classes podem impelir ou promover o conhecimento, uma vez que pode reduzi-lo à sua aparência imediata, mas pode, também, operar do ponto de vista contraditório, adentrando em suas estruturas internas para captação de sua essência com a finalidade de demonstrar a verdade. Na redução da realidade à sua aparência imediata, o conteúdo é determinado como aquele que referenda a sociabilidade que está posta como definitiva; que pode sempre ser aprimorada, mas nunca alterada. Nessa dimensão o movimento histórico começa e termina na modernidade ou, no máximo, na chamada pós-modernidade (HARVEY, 1992).

Há limites para qualquer conhecimento que opere por vias subversivas, que seja o polo contraditório da relação desse momento histórico transitório, que projete outros processos de valorização que não sejam os capitalistas. Como bem enfatiza Tonet (2016),

qualquer abordagem do método científico que questione, não apenas topicamente, mas de modo radical essa forma de fazer ciência, é liminarmente declarada sem sentido, ou no máximo, de ideologia e, portanto, não científica. Se o modo correto de produzir ciência é este, então qualquer outra proposta está, por si mesma, desqualificada. (TONET, 2016, p. 10)

Essa posição tem uma justificativa de ser. É bem verdade que esse método científico moderno (positivista) comprova pelos fatos, na realidade objetiva, sua eficácia através da utilização de seu instrumental científico, o resultado de sua aplicabilidade prática, uma vez que seus produtos podem ser utilizados para resolver os problemas do cotidiano imediato e histórico da vida humana. Além disso, apresenta sistematicamente o caminho logrado para êxito, sendo o conhecimento considerado enquanto útil.

Para a concepção científica moderna, a utilidade é um preceito estruturante de seu sistema filosófico. Ao tratar sobre a origem do espírito positivo, Comte (1978, p. 64) afirma que esse surge “duma reação especial da razão prática sobre a razão teórica”.

se mutuamente no plano da lógica formal. Por isso, é necessário também, ao comparar as formas primitivas com as superiores do valor, ater-se a esse caráter complexo da superação”.

A questão central acerca do conhecimento útil gira em torno do que se apresenta ser extremamente importante, do domínio dos procedimentos, instrumentos (ferramentas ou razão) métodos, técnicas, suas regras. Nenhum desses elementos pode ser negado ou colocado sobre suspeição científica, ter sua viabilidade ou validade questionada, entretanto, exercem uma função específica dentro da unicidade entre valor e dever-ser na sociabilidade do capital.

A partir da compreensão de Lukács (2013) sobre o processo de criação de valor, do ponto de vista ontológico da finalidade, última da ação humana, há uma intrínseca relação com o dever-se, haja vista que dever-ser é uma mediação essencial que culmina no valor, sendo ambas as partes da unicidade de um complexo: o ato teleologicamente posto. Segundo Lukács (2013), toda posição teleológica, enquanto ato decisivo da práxis, está imbricada imediatamente da determinidade categorial do dever-ser, sendo este “momento determinante imediato de qualquer ação intencionada que vise à realização de por isso ser já esse dever-ser, uma vez que qualquer passo na direção à realização é determinado verificando se e como ele favorece a obtenção de fim” (LUKÁCS, 2013, p. 98).

Marx, em *O Capital*, na análise sobre o valor de uso, demonstra que, independentemente da forma como um objeto satisfaz as carências humanas, este só adquire valor, em sua forma elementar, quando é útil. A utilidade é caracterizada pelo fato de suas propriedades terem diferentes possibilidades no campo das objetivações humanas.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é por isso, um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valor de uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. [...] O valor de uso só se realiza com a utilização e ou consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social dela. (MARX, 2013, p. 58).

Não se trata de uma valoração genérica, mas de uma relação imbricada entre o valor de suas propriedades e o dever-ser, ou seja, das potencialidades que estão adormecidas na matéria que só podem ser despertadas conforme o ser humano vai se confrontando com novas necessidades à medida que vai desenvolvendo forças produtivas e ampliando sua capacidade de interferência perante o objeto de trabalho. Tratar-se-á do processo de objetivação e exteriorização, da transfiguração da causalidade natural em causalidade teleologicamente posta (LUKÁCS, 2013) e, por sua vez, do aperfeiçoamento desta pelo conhecimento acumulado empiricamente.

A relação originária entre valor e dever-ser não ocorre causalmente como na natureza, sendo esta o ponto de partida do grau mais elevado alcançado pela humanidade, o social. Disso decorre a supressão das relações de dependência predominantes das condições naturais para o projetar, na consciência humana, a finalidade e o resultado da ação antes mesmo de sua consecução. Esse dever-ser é um “[...] processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim” (pelo futuro) (LUKÁCS, 2013, p. 97). Sua essencialidade está contida na processualidade do trabalho em sua expressão mais simples, o valor de uso.

Significa que as causalidades naturais-espontâneas tornar-se-ão manipuladas pelo ser humano no ato de trabalho e convertidas em causalidade teleologicamente posta, ponto culminante no processo de conhecer, ainda que tacitamente, a realidade que está diante de si. Sobre o significado de causalidade posta, Lukács (2013, p. 99) elucida que consiste “no fato de que os elos causais, as cadeias causais etc. são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, para favorecer a realização de um fim estabelecido desde o início”.

Para Lukács (2013), a causalidade posta em sua origem é guiada pelo dever ser, que, por sua vez, exige que nos processos de trabalho os elementos constitutivos das cadeias causais sejam conhecidos e reconhecidos por via de escolhas entre alternativas, mediadas pela abstração, que concretizem o processo de exteriorização e objetivação, pôr do fim, de forma correta. Portanto, o futuro que se tornará presente, que congrega em si um passado, mantém assim uma cadeia contínua de conhecimento *aprioristicamente* correto sobre a causalidade, haja vista a utilidade prática inquestionável de seu resultado final.

Essa conversão do ser em si para o ser-propriadamente-assim⁸ afirma historicamente um cabedal de conhecimentos movidos para sua efetivação real. Segundo Lukács (2013, p. 25), “o conhecimento correto da causalidade e de seu pôr correto só podem ser concebidos de modo definido a partir do fim; a aplicação de um procedimento adequado, digamos, para afiar uma pedra, pode pôr a perder todo o trabalho quando for o caso de raspá-la”.

Portanto, a decisão correta, que implica conhecer e reconhecer os fundamentos, as propriedades materiais que constituem o objeto a ser modificado e a essência de uma determinada operação, não pode ser reduzida à apreensão imediata de um resultado prático, utilitário de um fim, ainda que esse seja um importante ponto de partida. Isso seria uma

⁸ Na acepção Lukacsiana, o ser-propriadamente-assim é o domínio consciente da natureza pelo ser humano. “[...] isso implica uma continuidade sempre renovada de tal domínio, e uma continuidade que se apresenta em cada movimento singular do trabalho como um novo problema, uma nova alternativa, e que a cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da compreensão correta sobre o meramente instintivo.” (LUKÁCS, 2015, p. 78)

estabilização do movimento do conhecer, a paralisação e patologização da história e a desconsideração da dialética do objeto.

Além disso, a utilidade de um determinado conhecimento jamais pode ser caracterizada por sua finalização num produto. Isso é um pensamento baseado na lógica formal, pois o caminho a seguir é sempre o mesmo a retornar, não possibilitando compreender sua nobreza multifatorial e imanente de contradições, mas reduzindo-a numa contradição negativa, excludente entre o que é ou não é (NOVACK, 2005).

A utilidade de um conhecimento deve ser aviltada pela sua viabilidade histórica para o progresso da humanidade. Progresso esse que não deve ser unicamente balizado pelas determinações econômicas, como são as orientações do sistema do capital, mas, sobretudo, pelas necessidades sociais comuns geopoliticamente identificadas, por exemplo, a fome. Caso contrário, o que é útil para a classe capitalista pode ser inútil do ponto de vista da classe trabalhadora. Essa constatação é posta pelas disputas de projetos históricos antagônicos que nem sempre são explicitados, mas que têm sempre uma concepção de mundo e ser humano subjacente.

Se se tomar como ponto de partida para essa explicação a experiência histórica da produção da bomba atômica que foi lançada pelos aliados na Segunda Guerra Mundial sobre Hiroshima e Nagasáqui, que gerou como consequência uma grande catástrofe na história da humanidade, a ideia do conhecimento útil de uma ciência racional e pura se esvai e reivindica a necessidade de um reconhecimento ontológico desse conhecimento. O discurso proferido pelo cientista Joan Hinton na conferência da Ásia e do Pacífico pela Paz, em outubro de 1952, é um instigante revelador de como um conhecimento útil se tornou inútil ao ponto de degradar parte da humanidade, deixando consequências até os dias atuais. Dirá o cientista que:

Trabalhei com as minhas mãos na primeira bomba atômica lançada sobre Nagasáqui. Experimento um profundo sentimento de culpa e tenho vergonha de ter desempenhado tal papel na preparação desse crime contra a humanidade. Por que aceitei tal missão? É que eu acreditava na falsa filosofia da 'ciência pela ciência'. Esta filosofia envenena a ciência moderna. Foi por causa deste erro que consiste em isolar a ciência da vida social e dos seres humanos, fui levado a trabalhar para a bomba atômica durante a guerra. Pensávamos que, como cientistas, devíamos nos consagrar 'à ciência pura' e deixar o resto à competência dos engenheiros e dos homens de Estado. Tenho vergonha de dizer que foi necessário o horror dos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasáqui, para que eu sáísse da minha torre de marfim e compreendesse que não há 'ciência pura', que a ciência não tem sentido senão quando serve os interesses da humanidade. Dirijo-me aos cientistas que, nos Estados Unidos e no Japão, trabalham atualmente na fabricação de armas atômicas e bacteriológicas e digo-lhes: 'Pensai bem no que fazeis'. (HILTON, 1952 *apud* POLITZER; BESSE; CAVEING, 1967, p. 35-36)

A citação é emblemática do quão não pode, e nem deve, existir um conhecimento útil sem uma análise da forma como os seres humanos estão produzindo a sua existência, porque serão os seres humanos, em determinadas relações sociais de produção, que atribuirão determinados sentidos e significados ao/do conhecimento. O elemento determinante, em última instância, é o modo de produção da existência. Assim, torna-se compreensível como a ciência está ligada à vida social dos indivíduos. Mas essa relação ontológica só pode ser estabelecida se se tomar como pressuposto o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção que valoram esse tipo de conhecimento e determinam os atos humanos-sociais a partir destas.

Essa possibilidade permite apontar os desdobramentos práticos que esse conhecimento pode alcançar e converter sua utilização para o bem social. Isso não significa um delineamento unilateral do conhecimento, muito menos uma limitação de seu alcance, haja vista que os “períodos de consequências”, na expressão de Lukács (2013), fogem do controle de seu produtor e se tornam um produto independente dele.

Posto isto, volta-se à questão acerca da utilidade de um conhecimento, agora, com o entendimento deste como uma consequência intrínseca, sintética da relação entre valor e dever-ser, logo, um valor de uso, produto da objetivação concreta humano-social pelo trabalho para atender a determinados interesses e necessidades.

Apresentado esse elemento sobre uma expressão do conhecimento, embora de forma sintética, cabe afirmar que a questão em voga não é a sua utilidade, seu valor de uso, ainda que seja, mas a sua recuperação ontológica do conhecimento para retirada de seu caráter abstrato ou pragmático e colocação de sua concretude para atender às reais necessidades humanas. Por isso, a questão primordial não é a de conhecer a realidade mediante um dado instrumental, mas inquirir sobre o que é realidade.

Do ponto de vista da utilidade, a ciência moderna apresentada por Tonet (2016), apesar de se colocar como definidora de qual conhecimento é correto para refletir a realidade, expõe enormes avanços para resoluções dos problemas práticos cotidianos. Todavia, deixa de estabelecer a relação ontológica, o que não significa que esse método não tenha uma ontologia, do metabolismo entre ser humano, sociedade e natureza e, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas e ampliação das capacidades humanas frente ao objeto.

Nesse metabolismo não se sustenta uma discussão, apenas, sobre o conhecimento ou de método científico, mas, e, sobretudo, estabelecer a relação dialética com seu fundamento ontológico. Demanda uma digressão do puro pensar ou da mera aplicação utilitária do

conhecimento para adentrar suas raízes. Empreende-se perguntar sobre o conhecer, porém, principalmente, antecedendo questões acerca do que é o ser.

2.2 A NATUREZA ONTOLÓGICA DO CONHECIMENTO HUMANO

Acredita-se que existem sempre duas formas de filosofar: a idealista e a materialista, ambas com as suas diversas ramificações. No âmbito da produção do conhecimento, as construções puramente lógicas, como expressão da síntese de uma posição assumida nas e das relações sociais, fruto de um longo processo evolutivo do ser humano, não podem ser explicadas por uma via inatista ou puramente gnosiológica, mas, sobretudo, do ponto de vista ontológico a partir da concepção materialista e dialética da história.

Para que se possa, de partida, trazer ao debate sobre os fundamentos ontológicos do conhecimento humano à luz da concepção materialista e dialética da história, recorre-se aos escritos de Marx e Engels (2007) desenvolvidos entre os anos 1845 e 1846, na obra *A ideologia alemã*, na qual os autores produzem uma crítica contundente à Feuerbach quando, apesar da sua posição materialista, reduz o projeto de libertação humana à consequência da contemplação do mundo sensível, ou seja, um produto da autoconsciência. Para os autores, é preciso compreender que libertação humana é um ato histórico, significa que é um produto teleologicamente guiado das ações humanas ativas. Portanto, para o ponto nodal do debate ontológico, é preciso, antes de tudo, reconhecer que:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta, e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33)

Desse pressuposto desdobram-se mais dois: a ampliação das necessidades humanas, pois ao suprir as primárias, emergem outras no plano secundário; e, com esta, avultam-se o acervo cultural humano e a renovação da espécie humana pela reprodução biológica, culminando no crescimento da população.

A apreensão desses fatos fundamentais da vida humana-social é uma condição necessária para que se possa alcançar um elevado grau de abstrações sobre os elementos

determinantes que constituem a totalidade social do processo de produzir conhecimentos (cotidiano e científico).

No âmbito geral, os seres humanos precisam responder às necessidades que são colocadas de forma imediata, mediata e histórica. Isso só pode ser realizado com mobilização de diferentes capacidades que são germinadas, desenvolvidas e aperfeiçoadas no metabolismo do ser humano com a natureza e com outros membros da sociedade pelo trabalho. Colocar-se em movimento suas capacidades físico-intelectuais para resolvê-las, mas não as colocam de qualquer forma, e sim de maneira intencional, haja vista, como afirmam Marx e Engels (2010), que os problemas reais só podem ser resolvidos praticamente, do oposto, tudo se resolveria pela dimensão contemplativa da realidade.

A constatação primária, fundante de todas as outras, é que o desenvolvimento do ser humano é movido pelo ato de trabalhar, uma atividade teleologicamente estabelecida para alcançar o objetivo previamente estabelecido. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2009a), na crítica ao processo de trabalho estranhado, demonstra como o caráter genérico do ser humano é, tanto em sua dimensão prática quanto teórica, estabelecido a partir da relação entre o indivíduo e sua universalidade no metabolismo com a natureza. Isso ocorre através das mediações provocadas pela sua reprodução imediata, direta e ampliada da vida com a sua natureza inorgânica para o suprimento de suas carências em diferentes esferas.

Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é: 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo *inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é um corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo *contínuo* para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesmo, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2009a, p. 84)

O ser humano tem a sua vida regida pela natureza em duas dimensões diferentes: primeiramente porque é dependente dela diretamente para a manutenção de sua protoforma biológica, e segundo faz desta um objeto de trabalho, instrumento e produto através da processualidade de sua atividade vital, o trabalho, tornando-a fator condicionante e condicionada aos seus interesses de primeira e segunda ordem. Sua atividade é desenvolvida de forma consciente e, ao realizá-la, rompe com as barreiras naturais, afastando-se dessa esfera e atribuindo um sentido e significado cultural a tudo que resulta dessa inter-relação dialética.

Lukács (1969), no texto *O fundamento ontológico do pensamento e das ações humanas*, aponta que o desenvolvimento do ser social consiste na superação das expressões mais simples do ser pelas mais complexas: “A reprodução do modo de vida, em oposição à mera modificação; adaptação ativa, orientada para conscientemente transformar o ambiente, pela oposição à adaptação meramente passiva” (LUKÁCS, 1969, [s.p.], tradução nossa). Necessariamente, os processos evolutivos do ser social são assentados numa base biológica, da qual está centrado o fundamento dinâmico construtivo do novo ser, o social.

Para Lukács (2013), os estudos desenvolvidos pela ciência na atualidade, tendo como base a teoria do desenvolvimento dos organismos, apresentam, a partir de vestígios concretos, elementos para estabelecer a inter-relação entre o inorgânico e orgânico e seus desdobramentos no nascimento de complexos primitivos do ser. Entretanto, no ser social, “esse papel é assumido pela vida orgânica (e por seu intermédio, naturalmente, o mundo inorgânico)” (LUKÁCS, 2013, p. 42), mas não pode ser um recorte histórico definido, uma vez que o salto qualitativo superior de um ser para outro sofreu um longo processo.

O fator essencialmente ontológico desse salto consiste na capacidade humana de operar com instrumentos, métodos e técnicas, o trabalho enquanto resultado da autoatividade. No entender de Lukács, a centralidade do trabalho enquanto principal categoria ontológica reside no fato que:

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar socialmente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como essência ontológica, um claro caráter de transição; ele é, essencialmente a inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramentas, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 44)

O ponto fulcral desse metabolismo é a transição dos seres humanos de dependentes diretos da natureza à condição social. Condição definida pela capacidade de antecipar o resultado do encadeamento de suas ações antes mesmo de sua consecução.

O trabalho é a expressão correspondente às necessidades humanas essenciais que permite ao ser humano agir conscientemente para adequar a natureza ao seu projeto, diferenciando-se dos outros membros animais, que agem instintivamente. Essa atividade foi o que possibilitou ao ser humano confrontar-se com o objeto que pretendia apropriar-se, a desenvolver instrumentos, técnicas e ferramentas do pensamento que lhes permitissem diferentes graus de aperfeiçoamento de sua prática.

A atividade humana é sempre uma busca de resposta para uma necessidade advinda da realidade, todavia, não se trata de uma relação imediata e retilínea. O ser humano precisa questionar e se valer do que fora produzido até o seu tempo histórico para que sua ação se torne exitosa. Isso consiste na capacidade de generalização e síntese que só a consciência humana é capaz de realizar.

Marx (2009a), ao prosseguir na discussão ontológica sobre a natureza imanente, demonstra como o sentido primário da vida humano-social é a liberdade produtiva, assentada numa atividade conscientemente livre.

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente, esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre. (MARX, 2009a, p. 84, grifo do autor)

O movimento que se sucede na convergência entre o ser (natural) e o não ser (social) é síntese de uma relação primitiva que evoluiu em diferentes estágios de uma matéria que age sobre a outra para sua transformação qualitativamente superior. Todavia, à medida que o ser humano deixa de ser puramente natural e passa a expressar sua síntese predominante na esfera social, tratar-se-á de reconhecer que há um processo intermitente, incessante e dialético que faz da evolução da relação do ser humano com a natureza uma ampliação de si, tendo como fator decisivo a consciência.

Lukács (1969) afirma que, diferentemente das posições idealistas, a consciência tem que se tornar uma força efetiva para que o ser se torne social.

[...] na delimitação materialista entre o ser da natureza orgânica e o ser social, um papel tão decisivo é atribuído à consciência. Mas não devemos esquecer que o complexo de problemas aqui apresentados (seu tipo mais elevado é liberdade e necessidade) só pode receber um sentido autêntico – precisamente, ontologicamente – graças a uma participação ativa da consciência. Enquanto a consciência não se tornar uma força efetiva de ser, essa oposição não pode ocorrer de maneira alguma. (LUKÁCS, 1969, p. 7)

Apesar de exercer um papel central, do ponto de vista ontológico, nas resoluções dos problemas atenuados na realidade concreta, não se trata de colocar a consciência no primeiro plano perante a matéria, mas de compreender que é uma conquista histórica que faz a mediação

da atividade humana, ou seja, da prática, da ação transformadora da matéria, do ato teleologicamente posto (LUKÁCS, 2013) com o seu produto final, sendo este uma consequência do reflexo que é apreendido do movimento da totalidade social, permitindo a formação de um novo do ser, a liberdade perante a necessidade.

Os estudos de Engels (1979), em a *Dialética da natureza*, sobre as formas fundamentais de movimento abrem um caminho exitoso para que se possa compreender essa relação de ser e não ser pelo movimento. Para o autor, o movimento é uma qualidade específica da matéria, caracterizado pelos processos e transformações que ocorrem em todo universo. Compreende-se que tanto a natureza quanto o ser humano são matérias, portanto, corpos pertencentes, primariamente, à mesma esfera natural, suas ações recíprocas implicam alteração do estágio inicial para uma mutação permanente noutros estágios superiores. Nesse sentido, Engels (1979) assevera que:

Toda natureza que nos é acessível, constitui um sistema, um conjunto de corpos. E é necessário que admitamos como *corpos* todas as existências materiais, desde as estrelas ao átomo e até mesmo a partículas de éter, desde que admitamos sua existência. Mas, já que todos esses corpos constituem um conjunto, não se pode deixar de admitir também o fato de que eles atuem um sobre os outros; e essa ação de uns sobre os outros é justamente o que constitui o movimento. (ENGELS, 1979, p. 42, grifo do autor)

A atuação de um ser sobre o outro sintetiza-se no movimento que não pode ser compreendido pela linearidade, mas pelo ziguezague, espiralidade, convergência e divergência, em síntese, pela contradição dialética. A matéria é constituída por um constante movimento que, como consequência, resulta na alteração de suas propriedades, leis e formas, seja numa relação causal ou numa causalidade posta (LUKÁCS, 2013, 2018). Esse processo de transformação é sempre interdependente, uma troca recíproca e repetitiva que é estabelecida por uma correspondência mútua entre afastamento e aproximação, sendo esta a forma fundamental do movimento para a constituição do conhecimento humano (ENGELS, 1979).

Tome-se, como exemplo, a necessidade natural do ser humano em saciar a fome, ao se deparar com uma fruta numa árvore, seu ato será de apanhá-la para alimentar-se imediatamente, exercendo uma atividade restrita à esfera biológica, uma vez que não precisa dos produtos sociais para sua realização; agirá como um animal primitivo. Mas se apanha a fruta, leva para casa, higieniza, processa e faz desta um suco, estabelece uma relação de afastamento das condições naturais que só é possível pela aproximação que se estabeleceu historicamente pela

produção cultural e com o desenvolvimento de qualidades subjetivas para produzir instrumentos que pudessem, *a posteriori*, transformar a fruta em suco.

Há sempre um movimento dialético de aproximação e afastamento da unidade que é estabelecida entre ser humano e natureza, consistindo numa dinâmica e tensão entre ser e não ser para produzir o conhecimento. Tomando como ponto de partida uma tendência determinista de que um polo é regente e outro regido, cessar-se-ia o movimento e, conseqüentemente, anunciar-se-ia o fim de todos os processos inerentes a este, inclusive à vida humana, pois ocorreria um equilíbrio das forças opositoras que se traduziria num antimovimento, numa estabilização da determinidade dos corpos sobre o outro, tornando-os esquemas altamente previsíveis.

É nessa dimensão que, segundo Lukács (2013), a consciência exerce uma mediação do ser em não ser, pois se na natureza as respostas requeridas para uma determinada situação tornam-se sempre previsíveis, articuladas e adaptativas às condições ambientais, não há complexidade tamanha que promova alteração dessa restrita interação entre animal e natureza na sociabilidade; não será sua base genética a determinadora de sua ação, mas a complexificação das relações estabelecidas, sempre mediadas pela consciência.

Todavia, é importante afirmar que não se trata de oposição, mas da interposição do ser humano perante a natureza, como defende Engels (1979). Em suas considerações sobre o movimento, ele prossegue negando a possibilidade de antinomia entre os polos do ser e não ser, salientando que essa consideração é realizada à luz da concepção dialética.

Diante da concepção dialética, porém, essas possibilidades são excluídas de antemão. Uma vez que a dialética estabeleceu, de acordo com resultados conseguidos até agora pela investigação da Natureza, que todas as oposições polares são condicionadas, necessariamente, pelo jogo alternante de um sobre o outro de ambos polos opostos; que a separação e oposição de ambos os polos, só existe dentro da correspondência e união (e, inversamente, sua união é condicionada por sua separação, sua correspondência, por sua oposição) já não se pode falar de um equilíbrio final entre a repulsão e atração; da separação definitiva de uma forma de movimento em uma metade da matéria e, da outra forma, na outra metade, ou seja não se pode falar nem da penetração recíproca, nem da separação absoluta de ambos os polos. (ENGELS, 1979, p. 43-44)

Apesar de estar tratando com vistas às ciências da natureza, Engels permite estabelecer uma compreensão para além do que foi por ele estudado, haja vista que o método de concreção da realidade utilizado pelo filósofo possibilita apreender como as regularidades e leis são apresentadas num dado fenômeno/objeto, ajudando a entender esse movimento na sociedade de

maneira geral, uma vez que, como afirma o próprio autor, o movimento está no universo e deste deriva todo o conhecimento produzido pela humanidade (ENGELS, 1979).

O conhecimento se forja à medida que o ser não é puramente natureza, decorrendo um elemento fundamental do movimento, a contradição. Esta é a mediação central entre o estágio inicial, primitivo, com poucas determinidades sociais e as apreendidas para um plano superior. Não do ponto de vista lógico-formal, no qual dois polos operam entre si e um terceiro elemento que é sempre excluído (KOPNIN, 1972), mas em sua mediação ontológica materialista que pressupõe o ser, o não ser e o vir a ser. Portanto, ocorre um enriquecimento na análise do ser, pois o caminho a ser traçado demanda uma reflexão mais enriquecida que considere a variabilidade das determinações do ser. Significa que não toma, apenas, o objeto como isso ou aquilo, uma vez que compreende que o movimento ocorre mesmo depois de saturação das contradições do estágio superior que aponta a necessidade da instauração de um novo.

Nessa direção, Lukács (2013) expõe as categorias específicas do ser social estabelecendo sua relação, fundamentação e distinção com suas formas ulteriores a partir do trabalho. O autor destaca a necessidade de qualquer empreitada analítica sobre o ser compreender o caráter complexo que subjaz as categorias. Desse modo, é preciso compreender de que ser se está tratando interna e globalmente do ponto de vista ontológico.

A via necessária considerada pelo autor é de compreender as categorias enquanto um produto das mediações interpostas no ato humano de transformação da natureza. Destarte, são mediações necessárias para explicar uma determinada ação ou a consequência desta, por exemplo, o conhecimento.

Em seu processo analítico-abstrativo, na perspectiva ontológica, Lukács (2013) percorre o caminho de apontar as tendências evolutivas do ser dentro de complexos a partir de três dimensões: inorganicidade, relação entre o inorgânico e o orgânico e esfera social, que se diferenciam, mas que são determinadas reciprocamente. A primeira característica refere-se à inorganicidade do ser; dentro desta existem processos de alterações das propriedades, uma mudança qualitativa de um estágio da matéria que a transforma noutra. Suas propriedades são alteradas conforme a ação da natureza (tempo), que vai saturando a forma material preexistente. É um transcurso engendrado por uma causalidade regida por leis naturais que independem das ações humanas.

Segundo Lukács (2013), não há vida na esfera inorgânica. Essa é uma característica própria da natureza, que, por si só, não se pode aprimorar e se tornar um produto com valor de uso, porque não há um salto qualitativo na formação da base orgânica, nem mesmo nos

animais superiores que gestam a consciência. Essa determinação conduz à limitação do curso da natureza por suas inerentes leis de desenvolvimento.

A segunda dimensão é o aspecto que imbrica a relação entre o inorgânico e o orgânico (com predominância do orgânico), acarretando uma reprodução da mesma espécie, como acontece com as plantas e os animais. Todavia, ocorre uma predominância e não uma determinação total da reprodução. Se se pensar dialeticamente, pode-se compreender que a base inorgânica do ser determina, em menor proporção, o grau de desenvolvimento do ser. A reprodução das plantas tem sua qualidade alterada de acordo com o solo ou região, mas não deixa de apresentar sua característica essencial, ou o animal depende do cruzamento entre as espécies. Porém, os acontecimentos, exceto as especificidades, ocorrem sempre da mesma forma, ou seja, o fato da sua simples recolocação.

O terceiro fator constitutivo dessa cadeia causal, que desemboca em complexos, é a esfera social, na qual as atividades são intencionadas pelo trabalho, e que culmina no recuo das condições eminentemente biológicas para a predominância das determinações de caráter histórico do ser social.

Compreendendo as três dimensões, Lukács se detém ao complexo da socialidade, atribuindo ao trabalho um lugar privilegiado no desenvolvimento do ser social, pois é nele que estão contidas, essencialmente, todas as outras categorias.

Contudo, a centralidade do trabalho no processo de humanização do ser humano teve como precursores os estudos desenvolvidos por Engels, ao investigar o salto ontológico da condição biológica à de ser humano produtor de sua própria história, o ser predominantemente social. A diferença entre as mãos humanas para as dos primatas, em sua análise, foi algo definidor de sua capacidade de dominar instrumentos que outrora não fora possível, oportunizando um aperfeiçoamento constante de suas operações, produção, aquisição e disseminação de conhecimentos.

O domínio da natureza, iniciado com o aperfeiçoamento da mão, com o trabalho, ampliava as percepções do homem, a cada novo progresso. Nos objetos naturais, descobria ele constantemente outras qualidades até então desconhecidas. Por outro lado, o aperfeiçoamento do trabalho, contribuía para aproximar, cada vez mais, os membros da sociedade; para multiplicar os casos de ajuda mútua, de ação em comum, criando, em cada um, a consciência da utilidade dessa colaboração. (ENGELS, 1979, p. 217)

Desse processo produtivo emerge uma primeira dimensão do conhecimento, a sensível, que possibilita ao ser humano um processo permanente de evolução a fim de desvelar as

melhores formas de produzir e se valer do objeto trabalhado. O conhecimento imediato, ato guiado teleologicamente, é o ponto de partida fundamental para o conhecimento abstrato da realidade, o germe do conhecimento científico.

Ao tratar sobre a relação entre meios e fim no processo de trabalho para que o pôr teleológico⁹ seja correto, isto é, aquele que se adapta à necessidade concreta demandada do pôr de um fim¹⁰ dos momentos causais em postos, caso contrário, o erro é uma possibilidade latente, Lukács (2013, p. 56) afirma que:

Nunca se deve perder de vista o fato simples como parece à primeira vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou fracasso do pôr do fim depende de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguindo transformar a causalidade natural em causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um projeto utópico, uma espécie de sonho [...] Em suma, o ponto no qual o trabalho se liga ao surgimento do conhecimento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo designado por nós como investigação dos meios. (LUKÁCS, 2013, p. 56)

Esse metabolismo entre sociedade e natureza levou o ser humano a pensar de forma superior à dos animais e desenvolver órgão que lhe possibilita atribuir sentidos e significados aos elementos da natureza que se encontram diante de si. Engels (1979) afirma que umas das consequências positivas do trabalho é o surgimento da consciência humana.

A reação do desenvolvimento do cérebro e dos sentidos que servem, da consciência progressivamente esclarecida, da capacidade de abstração e de raciocínio, sobre o trabalho e a linguagem, deu a ambos um estímulo sempre renovado para que fosse possível prosseguir o seu desenvolvimento, não tendo este terminado quando o homem se diferenciou definitivamente do macaco, mas sim, desde então, em diferentes direções povos e épocas diferentes continuou a diferenciar-se em grau – ou em direção – por vezes até se interrompendo, temporariamente, devido a retrocessos locais ou de época,

⁹ Ao tratar o trabalho como uma categoria ontológica essencial, Lukács (2013, p. 47) considera o pôr teleológico “enquanto surgimento de uma nova objetividade”.

¹⁰ “Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar à consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.” (LUKÁCS, 2013, p. 48). Sendo assim, o ‘pôr do fim’ expressa a relação teleológica de agir para atingir uma dada finalidade, que determina a processualidade das etapas.

mas, no seu conjunto, prosseguindo sua grandiosa marcha para frente: por um lado poderosamente impulsionado; por outro, orientado em determinadas direções devido ao aparecimento de um novo elemento que é acrescentado ao homem quando este adquire suas características definitivas: *a sociedade*. (ENGELS, 1979, p. 219, grifo do autor)

A marcha para frente do ser humano é, no processo ontológico, a ultrapassagem das limitações puramente orgânicas alterando qualitativamente suas ações supridoras de necessidades imediatas e de produção e acumulação de conhecimento pela experiência sensível. Se na esfera animal suas limitações são restritas e restritivas à condição biológica, no âmbito social o desenvolvimento humano é marcado, predominantemente, pela forma como estes produzem e reproduzem a existência, implicando o desenvolvimento de conhecimento que medeia o grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada período histórico.

Marx (2013), em *O Capital*, na discussão sobre o processo de trabalho, processo de produzir valor de uso, distingue o trabalho humano dos processos instintivos dos animais, colocando o desenvolvimento da consciência como elemento imbricado à atividade e como fundamental cita:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as formas naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma intuitiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 2013, p. 211-212)

Ao desenvolver as potencialidades que estão adormecidas na natureza, o ser humano coloca em movimento suas próprias potencialidades, dentre as quais as diferentes formas de conhecer o objeto, produzindo um processo objetivo que precipita a alteração subjetiva. Ao se defrontar com a realidade objetiva, o ser humano precisa evocar experiências anteriores (memória) que lhe permitam analisar a melhor forma de como proceder diante de tal situação para que tenha sucesso em sua atividade.

Esse metabolismo entre ser humano e natureza é imbricado por um processo dialético de causalidade e teleologia (LUKÁCS, 2013). Significa que há na natureza processos que impulsionam seu desenvolvimento e, por outro lado, há ações que o implicam. Numa visão mecanicista e objetivista da realidade, a ação determina a causalidade enquanto na posição idealista ocorrem sempre causas efetivadas por um ser desconhecido.

Lukács (2013), a partir de Marx, avança nessa compreensão resgatando a dialética, quando trata da causalidade posta. Para isso, o autor recorre à filosofia de Aristóteles e atribui a este o fato de ter sido o primeiro a reconhecer, ontologicamente, que o pôr teleológico faz emergir novas qualidades, até então desconhecidas, no plano da objetividade, haja vista que nenhum objeto é capaz de imprimir formas qualitativamente superiores a partir de suas propriedades primárias. Portanto, é impossível que do rio surja uma barragem, mas esta só pode erigir quando o ser humano domina, a partir da ação teleologicamente guiada, o trabalho, os conhecimentos necessários à sua construção.

Dessa forma, é possível reconhecer, assim como fizeram Marx e Engels em seus diversos escritos, que não existe teleologia fora do trabalho, pois esta só é possível na realidade concreta, no confronto dos seres humanos com a natureza para suprir suas necessidades.

Observe-se que o fundamento da teleologia está na realidade, portanto, só pode se efetivar como um pôr teleológico que vai desencadear todo um processo na relação causal. Nas relações entre os seres humanos, uma causalidade não pode advir de uma teleologia enigmática, pois as produções humanas são resultados de ações práticas no mundo material, pensar contrário à essa concepção é um idealismo-transcendental ortodoxo.

Antes de qualquer ação exigida pelo real, o ser humano precisa planejá-la, ter idealmente um objetivo definido de onde quer chegar e com que meios realizará tais tarefas. Para Lukács (1969, 2013, 2018), o instante que precede e guia o ato humano é a prévia-ideação.

O fato de ter fixado, no plano das ideias, um objetivo, de ter alterado o estágio primitivo do objeto confrontado (matéria-prima), de ter se valido de instrumentos e logrado êxito, provisório, no conjunto da atividade, não significa que as ideias antecederam o ato, mas o oposto. É o ato de trabalho, como consequência da realidade concreta, que mobiliza diferentes dimensões das funções psicológicas superiores dos seres humanos (MARTINS, 2013).

Superando a dimensão abstrata da causalidade e teleologia, mas estabelecendo sua condição inseparável, é possível constatar que o ato de conhecimento advém do fato de o ser humano perquirir os melhores meios para efetivação do pôr teleológico concreto, sendo este o elemento causal da alteração substantiva da objetividade para lograr o fim.

Desta forma, o fim parece assumir uma importância suprema, relegando aos processos investigativos contidos no meio uma posição de menor monta. Isso ocorre pela apreensão imediata do resultado, que apresenta a face mais fenomênica do processo de trabalho, o produto, pois é este que de prontidão vai satisfazer a necessidade social. Todavia, se os meios não forem bem estabelecidos, pelos conhecimentos acumulados anteriormente, a dinâmica entre objetivação e exteriorização pode ser fracassada. Lukács (2013, p. 56-57) afirma que:

Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho [...].

Esse perquirir, confronto imediato e constante com a natureza, é o ponto de partida para a produção de conhecimento. O que não significa que toda ação humana consiste em um conhecimento correto sobre a natureza, considerando que seu caráter histórico consiste na transitoriedade, mas, é uma condição para tal. Aqui, manifestam-se rudimentos ontogenéticos que articulam a prática imediata ao conhecimento científico. Ou seja, o estabelecimento da relação imbricada entre a teoria e a prática.

O conhecimento que se apresenta nesse primeiro momento ainda é um reflexo das sensações, percepções e da empiria que resvala por uma representação desconexa dos elementos constitutivos, tanto da ação, em processo, quanto do objeto que culminou num dado resultado, que precisará de um contínuo para que possam ser apreendidos seus nexos e relações causais, noutras palavras, pelo conhecimento científico.

Como já foi dito, o processo dialético de produção de conhecimento é um permanente perguntar e responder que, para ser uma apreensão verdadeira do objeto, precisa refletir na consciência humana a realidade que é exterior a ela, estabelecendo seus nexos, relações, reciprocidade e distanciamento. Caso contrário, ocorre uma representação da própria consciência sobre a realidade, impossibilitando uma dimensão objetiva do conhecimento. Trata-se de um falseamento da realidade, uma vez que é uma representação caótica do todo (KOSIK, 1976).

O fato objetivo, ontológico, da produção do conhecimento tem no trabalho o pressuposto de desenvolvimento. Porém, para não se adotar posturas deterministas ou

puramente unilaterais, destaca-se a sinalização de Lukács (2013), para quem o trabalho é proforma do ser social, isto é, o ser social não se limita ao trabalho, porque uma vez tornado produto da totalidade social desta, sofre suas condicionalidades.

Não obstante, o conhecimento produzido no ato de trabalho é uma condição necessária e circunscrita à atividade humana, que distingue o ser e sua consciência à medida que torna o ser consciente. Sem essa distinção, a objetivação, transformação das conexões causais naturais em postas¹¹, não acontece, limitando o prosseguimento da história real.

Marx e Engels (2007) demonstram, na crítica a Stirner, como isso aconteceu na filosofia moderna ao tratar daquilo que ele adjetivou de reino dos espíritos da filosofia. Trata-se da transmutação dos sujeitos produtores da sua própria história pelos conceitos destes na história, retirando os condicionantes da forma como o ser se porta conscientemente.

As ideias e pensamentos dos homens eram, está claro, ideias e pensamentos sobre si mesmos e sobre suas relações, sua consciência de *si mesmos* e *dos homens*, pois era uma consciência não apenas da pessoa singular, mas da pessoa singular em conexão com toda a sociedade e de toda a sociedade na qual eles viviam. As condições, deles independentes, nas quais produziam sua vida, as formas necessárias de intercâmbio ligadas a essas condições, as relações pessoais e sociais por elas engendradas, tiveram que assumir a forma – na medida em que eram expressas em pensamentos – de condições ideais e relações necessárias, isto é, tiveram de ser expressas na consciência, como determinação surgida do conceito de *homem*, da essência humana, da natureza do homem, *do homem*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 184, grifos dos autores)

Na perspectiva idealista, puramente lógica da determinação conceitual, na produção de conhecimento, seu fundamento ontológico não é a história real, fruto da atividade humana, mas a consciência que os seres humanos têm de si. A determinação é invertida do confronto com a objetividade exterior para a subjetividade, imprime um estabelecimento gnosiológico da realidade pela representação, pela consciência que se tem da realidade.

Do ponto de vista da ontologia na concepção marxista, o processo de objetivação e exteriorização do ser humano abrange a relação dialética entre objetivação e subjetivação. Para Marx (2009a), a objetivação é o processo em que o trabalhador emprega os meios, instrumentos e técnicas, para fixar num dado objeto seu trabalho. Disso decorre a necessidade de evocar conhecimentos precedentes para alcançar determinado fim projetado pela consciência, colocando a sua subjetividade em constante movimento desde o início do processo.

¹¹ Segundo Lukács (2015), a causalidade constitui uma relação dialética com a teleologia. Dessa forma, as causalidades naturais são consideradas epifenômenos, são efeitos acidentais de um processo que não demanda, necessariamente, uma ação humana. Sua conversão em causalidade posta consiste na alteração de seu estágio natural, pela ação humana, com uma finalidade previamente planejada.

Pela subjetividade o ser humano capta, reflete e abstrai a realidade em sua concretude, pois para transformá-la tem que dispor de um conhecimento que corresponda, ainda que aproximadamente, ao que ela precisamente é. Nessa processualidade o conhecimento é generalizado ao ponto de não mais retroceder na história.

A tarefa filosófica consiste em explicar a complexidade do mundo e das ações humanas. Para Bazarian (1985), a filosofia é alfa e ômega do conhecimento, por isso compreende que existe uma relação interdependente entre ciência e filosofia, posto que não há conhecimento científico sem uma concepção filosófica, bem como o pensar filosófico demanda uma lógica sistemática. O autor sintetiza a filosofia “como uma ciência que estuda as leis mais gerais do ser, do pensamento, do conhecimento e da ação. É uma concepção científica do mundo como um todo, do qual se pode deduzir certa forma de conduta”. (BAZARIAN, 1985, p. 36).

Triviños (1987, p. 17) também corrobora essa síntese e concebe a “filosofia enquanto uma concepção de mundo que explica a natureza e a sociedade cientificamente, estabelecendo as leis de seu desenvolvimento e maneira de conhecê-las”.

Essa compreensão científica do mundo busca revelar as essências do fenômeno, porém, há tendências que se valem do fenômeno imediato como se fosse o primado na investigação, não adentrando com radicalidade para desvelar o que não está aparente, ficando, desta forma, na descrição, representação ou percepção, e não estabelecem uma análise rigorosa do objeto. No polo contraditório, os que buscam os determinantes do objeto adentram sua face visível para revelar a oculta, sua apreensão em totalidade.

A tese marxista parte do pressuposto de que o conhecimento está ligado à atividade humana. Marx (2009a), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ao tratar sobre o processo de objetivação e de desefetivação do trabalho, demonstra como o ser humano é produtor à medida que objetiva sua ação no objeto pelo processo de trabalho, mas que se torna alienado quando a relação produto-produtor se esvai pelas relações de estranhamento, gerado pela mercadoria. No processo de objetivação, afirma Marx (2009a, p. 81), “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, *sem o mundo exterior sensível*. Ela é matéria na qual o trabalhador se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual [o trabalho] produz”. É nesse ato de transmutar a natureza para suprir suas necessidades que o ser se apropria dos elementos exteriores, demandando de si uma compreensão, ressignificação e sistematização da forma como vai converter os elementos naturais em sociais.

Esse processo social é o gerador de conhecimento que vai historicamente sendo elaborado e sistematizado pelo conjunto da humanidade.

2.3 DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PELA VIA DA FORMAÇÃO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES

Na presente seção, busca-se apresentar a trajetória histórica acerca dos processos de subjetivação do conhecimento humano, adotando os preceitos defendidos pela psicologia histórico-cultural. Um primeiro elemento que se coloca diante dessa realização é a ruptura radical com toda e qualquer proposição naturalista de apropriação do conhecimento. Um segundo elemento é a superação da contradição que se expressa na negação da explicação científica pela produção científica.

A questão acerca do conhecimento é ponto fulcral da vida humana, haja vista que o nível de desenvolvimento da vida humana depende diretamente do seu grau de desenvolvimento, por quem o adere e lhe atribui um sentido social, o que demandam, desde sempre, interesses ideológicos em sua produção e reprodução nas relações de trabalho. Por isso o trabalho está sempre sendo tomado e retomado na discussão científica.

O grau de desenvolvimento do conhecimento é sempre conferido a partir da capacidade humana de transformação da natureza, sendo a consciência o *médium* dessa relação. Assim, a relação entre ser humano e natureza pode ser descrita a partir das investigações dos meios para transformar a matéria-prima em objeto trabalhado, sendo este o fator ontológico da capacidade humana de conhecer e explicar a realidade para sua reprodução existencial.

Compreende-se, portanto, que a reciprocidade entre as forças produtivas e as relações sociais de produção vão implicar a forma de utilização e aprimoramento dos instrumentos de produção, sem os quais não há como produzir a subsistência humana, e o conhecimento humano é condizente com os interesses dessa relação.

A constituição do conhecimento humano, segundo Politzer, Besse e Caveing (1967), precisa ser considerada globalmente e caracteriza-se pela relação conjuntiva estabelecida: a) entre o ser humano e a natureza para a confecção dos instrumentos de produção; b) pelo acúmulo de conhecimento advindo da experiência histórica das gerações precedentes; c) o domínio individual da técnica e a teleologia finalística que é posta no produto final. Trata-se de aspectos articuladores do desenvolvimento das forças de produção e das relações de produção.

Estes autores (1967) afirmam que os instrumentos de produção, ou seja, os meios utilizados na processualidade do trabalho, para converter a matéria-prima em objeto trabalhado, um produto com utilidade social, são o que vão determinar o estado ou grau das forças produtivas auferido pelo conjunto social, dentre estas o conhecimento. Nessa mesma direção, eles prosseguem com a seguinte assertiva:

[...] É na natureza deles, com efeito, que determina o número de homens necessários para dado trabalho, os conhecimentos técnicos indispensáveis, assim como os hábitos de trabalho que o produtor adquire ao utilizá-lo. O aspecto manual do trabalho, assim como seu aspecto intelectual, depende da natureza dos instrumentos de produção. (POLITZER; BESSE; CAVEING, 1967, p. 217)

A natureza das ferramentas, dos meios, apresenta constantemente uma dupla premissa: a) é sempre uma imposição da materialidade, que exige um reflexo consciente do ser humano para sua modificação, pois não se podem aplicar os mesmos instrumentos para objetos com propriedades diferentes, ferro e madeira, por exemplo; b) é advinda de uma carência vital humana que, tanto pode ser causal como socialmente posta, e coloca o ser humano diante de um dilema a ser sanado, a efetivação do plano da idealidade exigida pela matéria.

A dupla premissa determina, em última instância, uma forma de conhecimento, pois o instrumento de produção é a expressão sintética de como os seres humanos conseguiram refletir o mundo com o objetivo para modificá-lo praticamente, é a mediação necessária entre objeto, a atividade e objeto trabalhado. Converter um em última instância não significa que o ponto de partida do conhecimento seja o próprio conhecimento, muito além disso, é a concretude material na qual o ser humano se depara que o fez refleti-la e desenvolver um conhecimento sensível sobre a exterioridade.

Engels (1979), ao tratar sobre o processo de humanização dos antepassados, levanta o pressuposto de que o trabalho só teve início com “a confecção da ferramenta”. Por isso, as mais antigas ferramentas, se se considerar o modo de viver mais primitivo, foram produzidas para manutenção imediata da vida, a caça e a pesca, que, inclusive, entraram em determinadas relações sociais de produção e tornaram-se armas, meios para confrontos, dominação e exploração de um grupo sobre outro.

Essa afirmativa pode ser enfatizada se se tomarem como ponto de partida, por exemplo, estudos arqueológicos para explicação da forma como as diferentes expressões culturais de povos situados em diferentes partes do mundo se manifestaram (MARR, 2015). A centralidade da arqueologia é a investigação dos meios utilizados por um grupo, o que apresenta possibilidades explicativas de um determinado comportamento. Destarte, pode-se reconhecer pelos vestígios da produção material, inclusive a conformação da estrutura física dos seres humanos mais primitivos de uma determinada localidade e período investigado, bem como a matéria-prima utilizada poderá delimitar um período histórico em que o grupo investigado viveu e seus possíveis comportamentos.

Engels (1979), no texto *A dialética da natureza*, partindo da teoria da evolução darwiniana, ajuda a compreender como o instrumento é um fator conformador da estrutura biológica humana, ao afirmar que o movimento de pinçar, possibilitado pelo dedo polegar, diferencia o domínio dos instrumentos pelo ser humano e os outros animais, em especial o macaco.

Segundo Lukács (2013), quatro pressupostos são fundamentais no desenvolvimento do conhecimento científico a partir dessas investigações:

- a) Relação entre produção e consumo, a primeira se configura enquanto momento predominante, uma vez que provoca um influxo, exigindo uma permanente renovação dos meios para o pôr do fim, o consumo.
- b) Metabolismo do ser humano com a natureza predominante no momento social. Os meios são colocados em superioridade com o pôr do fim.
- c) Ferramenta, enquanto meio, utilizada num dado período histórico é um elemento central, para revelar, se investigada da forma correta, não só sua história, mas a forma como a comunidade daquele período produzia concretamente a sua existência, apresentando diferentes etapas no processo evolutivo da humanidade em que não há registros escritos.
- d) Capacidade de pensar previamente uma ação real, a investigação dos objetos e a dinâmica da natureza é o que precede o pôr da causalidade, sendo o ponto fulcral para o germinar da ciência.

As conexões causais estabelecidas nessa forma primitiva que se apresenta na processualidade do trabalho têm como direção uma finalidade específica que só pode ser prevista ao entrar na malha das relações sociais. Decorre disso que os períodos de consequências (LUKÁCS, 2010) são incalculáveis e o objeto natural convertido em trabalho concreto passa a obter novas finalidades, inclusive totalmente diferentes do que fora projetado.

Se se pensar, por exemplo, na produção de um instrumento, a lança. Para que o ser humano primitivo se proteja de um predador selvagem de grande ou médio porte, que age instintivamente, um galho de árvore que sofreu com a ação natural do tempo e despreendeu-se, um pedaço de madeira pode ser utilizado, no primeiro momento, apenas para espantar o animal mantendo uma certa distância, diminuindo a possibilidade de morte do humano. Porém, com as investidas constantes do animal a presa em potencial, o ser humano, precisa agora não apenas espantá-lo, mas, sobretudo, abater o predador para manter-se vivo, última instância da determinação da construção de um instrumento eficiente, a lança.

Aquele mesmo instrumento, ainda contido em sua forma natural, necessita ser aperfeiçoado e, por via da capacidade humana de planejar o produto final, ganha outra qualidade, sentido e significado, sendo convertido, pela processualidade, de simples pedaço de madeira pertencente à natureza num objeto pontiagudo, tornando-se um produto social, que tem como desígnio de abater o predador numa curta distância, mas que mantenha uma certa zona de segurança.

Nesse processo, de manutenção da vida, ocorre uma relação dialética, ambos, tanto o ser humano quanto animal, são predadores e presa em potencial. Contudo, há uma diferença ontológica residente nesse processo, o ser humano planeja a ação e prevê a possibilidade de atuação do outro, enquanto o animal fica restrito à ação imediata a partir de suas capacidades primitivas, puramente biológicas. Por exemplo, ao se deparar com o animal novamente, o ser humano, agora com instrumento pronto, em sua primeira feição, finca a lança no animal, entretanto, caso essa lança quebre e o animal tenha condições de reagir contra seu predador, a vida daquele indivíduo é colocada em risco novamente.

Tal exemplo permite levantar a hipótese de que o fato de não ter alvejado um local letal e a madeira ter se rompido levou historicamente, obrigatoriamente, o ser humano a rever o plano para prosperar na próxima tentativa, já que o produto final da ação não foi o esperado. Isso demandou a escolha de novas matérias-primas, conhecimento de suas propriedades, experimentações, análise do comportamento e da estrutura física do animal, aplicação de outras técnicas de utilização do instrumento que o mantenha cada vez mais distante e diminua os riscos de uma reação do animal, para que não ocorra o mesmo erro.

Esse cabedal de conhecimento empírico-sensorial acumulado pelos erros e acertos de posições teleológicas, a partir de “decisões entre alternativas” (LUKÁCS, 2013) cotidianas, encaminhou o ser humano a melhorar sua capacidade de se valer de instrumentos, ou seja, da técnica, não mais pela introdução numa curta distância, mas utilizando o lançamento como uma nova estratégia para manter-se seguro. Finalmente, depois um longo processo para dominar as propriedades das matérias-primas, as melhores formas de utilização daquele instrumento, as possíveis estratégias, o ser humano pôde defender sua espécie de predadores.

De uma necessidade de primeira ordem, manter-se vivo perante um predador, surgiu uma segunda na mesma esfera, a utilização daquele instrumento para o abate de animais com vistas à saciedade de sua fome, à alimentação, convertendo, pois, o instrumento de luta em instrumento de caça, que, por sua vez, fora aperfeiçoado (tamanho, peso, tipo de madeira etc.) de acordo com suas presas/necessidades. Entretanto, o instrumento de caça também pode ter se tornado de luta.

Esse *détour* coloca o ser humano diante de variados desdobramentos da produção material para suprimento de uma necessidade, pois, ao assumir uma dimensão cultural, as relações humanas passaram a ser determinadas de acordo com o grau de desenvolvimento e conhecimento da técnica, a tecnologia; em síntese, a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. A constatação primordial é de que todo o processo exemplificado anteriormente é, sem hesitações, atos de trabalho.

Nesta direção, partindo do entendimento de que conhecimento, que, para a concepção materialista e dialética da história, é oriundo de uma carência humana que precisa ser respondida, constitui-se, dessa forma, uma relação mediadora e dialética entre carência e suprimento. O suprimento só é possível pela capacidade que, nessa relação, o ser humano conquistou de ter funções psicológicas superiores ante os animais superiores (MARTINS, 2013) para executar a atividade material; é esse pressuposto que permitirá uma análise profunda da questão.

Engels (1979), ao tratar sobre o processo de qualificação da capacidade humana de apreender a realidade, sempre como consequência de suas atividades, demonstra como os sentidos foram gradualmente se afastando de sua natureza primitiva, animal, à medida que, pelo trabalho, o ser humano fora se tornando um ser consciente.

Com o desenvolvimento do cérebro, marchou paralelamente, o aperfeiçoamento de seus instrumentos imediatos: os órgãos dos sentidos. Assim como a linguagem, em seu desenvolvimento gradual, é necessariamente acompanhada de um adequado refinamento do órgão da audição, assim também o desenvolvimento do cérebro provoca refinamento de outros sentidos. A águia enxerga muito mais longe que o homem, mas o olho humano vê coisas muito melhor do que o da águia. O cão tem o olfato muito mais refinado que o do homem para rastrear; mas não distingue a centésima parte dos olores que, para os homens, são características definidas de diferentes coisas. E o sentido do tato que existe, no macaco, sob forma apenas muito rudimentar, somente com a mão do homem e pelo trabalho foi que se desenvolveu e aperfeiçoou. A reação do desenvolvimento do cérebro e dos sentidos que o servem, a consciência progressivamente esclarecida, da capacidade de abstração e de raciocínio, sobre o trabalho e a linguagem, deu a ambos um estímulo sempre renovado para que fosse possível prosseguir o seu desenvolvimento. (ENGELS, 1979, p. 219)

Desse aporte é possível afirmar que a primeira esfera do conhecimento é a sensível, aquela advinda das sensações. Todavia, é importante ajustar que não são as sensações em suas relações internas, como apontaram os positivistas lógicos (empiriocriticistas), o elemento primário da relação ser e consciência, mas, estas são, enquanto uma conquista humana, um movimento reflexo, uma imagem consequente da relação do ser humano com o mundo exterior.

Lênin (1977a), na obra *Materialismo e empiriocriticismo*, desenvolve uma crítica contundente ao idealismo de Avenarius e a Mach por afirmarem serem as sensações o polo primário da relação entre o ser e consciência.

A diferença entre o materialismo e o ‘machismo’ [*doutrina de Mach*] reduz-se, portanto, pelo menos no que diz respeito a esta questão, no seguinte: o materialismo, de pleno acordo com as Ciências Naturais, considera a matéria como o elemento primário e, considera como secundário, a consciência, o pensamento, a sensação, visto que, de maneira claramente expressa, a sensação está ligada apenas à existência de uma faculdade análoga à sensação. Tal é, a título de exemplo, a hipótese do célebre naturalista alemão Ernst Haeckel, do biólogo inglês Lloyd Morgan e de muitos outros, sem falar na intuição de Diderot, citada linhas atrás. O machismo [*doutrina de Mach*] coloca-se num ponto de vista oposto, idealista, e logo conduz ao absurdo, porque, primeiramente, a sensação é considerada como o elemento primário, embora se relacione com certos processos que se desenvolvem numa matéria organizada de um modo determinado; e, em segundo lugar, porque o seu postulado fundamental, a saber: que os corpos são complexos de sensações, se contradiz pela hipótese da existência de outros seres vivos e, em geral, de outros ‘complexos’ além do grande EU dado.¹² (LÊNIN, 1977a, p. 37, tradução nossa)

A concepção materialista, se se tomar a posição de Lênin, coloca as sensações, não como algo fora da realidade concreta, porque ela é gestada numa relação dialética entre exterior e interioridade. Para essa afirmativa, tomam-se como pressuposto os processos funcionais e seu desenvolvimento a partir dos estudos da psicologia histórico-cultural, sobre os quais Martins (2005), com base nos preceitos defendidos pela escola de Vigostki, afirma que o ser humano, ao operar praticamente para modificar a natureza, desenvolve comportamentos complexos, formando, assim, seu psiquismo. Para a autora:

[...] o psiquismo humano se institui como imagem subjetiva da realidade objetiva, construída histórico-socialmente por meio da atividade que vincula o homem na natureza. Na unidade matéria-ideia o ser humano se edifica,

¹² “La diferencia entre el materialismo y el ‘machismo’ se reduce, entonces por lo que concierne a esta cuestión a lo siguiente: el materialismo, de completo acuerdo con las Ciencias Naturales, considera la materia como lo primario y considera como secundario la conciencia, el pensamiento, la sensación, ya que en forma claramente expresada, la sensación está ligada tan sólo puede suponerse la existencia de una facultad análoga a la sensación. Tal es, a guisa de ejemplo, la hipótesis del célebre naturalista alemán Ernst Haeckel, del biólogo inglés Lloyd Morgan y de otros, sin hablar de la conjetura de Diderot, que anteriormente hemos citado. El machismo se sitúa en un punto de vista opuesto, idealista, y lleva de golpe al absurdo, porque primeramente, la sensación es considerada como lo primario, a pesar de que está ligada tan sólo a determinados procesos que se desarrollan en una materia organizada de forma determinada; y en segundo lugar, porque su postulado fundamental, a saber: que los cuerpos son complejos de sensaciones, se contradice por la hipótesis de la existencia de otros seres vivos y, en general, de otros ‘complejos’ además del gran YO dado.” (LÊNIN, 1977a, p. 37).

conquistando seu mais complexo atributo: a orientação consciente do comportamento. (MARTINS, 2013, p. 53)

Disso resulta a evolução das funções psicológicas elementares às superiores: sensação percepção, atenção, memória, linguagem e pensamento. Isso não significa que o ser humano disponha de dois grupos diferentes de funções, mas de fenômenos psíquicos que expressam o ganho de novas qualidades, para além de seu substrato puramente biológico, como na esfera animal, constituído do entrelaçamento biossocial. Aqui reside um elemento central para o desenvolvimento do conhecimento, o fato do trabalho social ultrapassar operações mecânicas e os limites biológicos restritivos que promovem adaptação ao meio, desencadeando uma ocorrência reversa, uma adaptação ativa.

Nessa superação, a porta de entrada para o desenvolvimento do conhecimento humano, da consciência enquanto *médium* de sua prática social, são as sensações. Segundo Martins (2013), a captação sensorial é o aspecto primário na relação entre sujeito e objeto para formação da imagem subjetiva da realidade objetiva, visto que:

[...] reflete as qualidades isoladas dos objetos e fenômenos do mundo material as quais atuam diretamente sobre os órgãos dos sentidos. Como requisito primário no tratamento dispensado pelo organismo aos estímulos do meio, o processo sensorial assenta-se, do ponto de partida (isto é, de sua gênese) em bases essencialmente naturais, representadas fundamentalmente pelos analisadores. (SIMINORV *et al.*, 1960, p. 60, *apud* MARTINS, 2013, p. 122)

Ao proceder de forma puramente transitória de uma relação causal para uma causalidade posta, o ser humano desenvolve a sensorialidade enquanto primeira manifestação de seu conhecimento perante a realidade que existe fora e independente de sua consciência. Localiza-se nessa interação a apropriação primária sobre as propriedades e qualidades do objeto, o conhecimento imediato, fenomênico, factual, empírico e vazio que, em consonância com Lefebvre (1991), no plano filosófico é configurado enquanto intuição. Para Lefebvre:

A impressão sensível (sensação) é conhecimento enquanto é uma ausência de conhecimento; ausência pressentida ou sentida como uma necessidade irradiante no conhecimento. Indica a coisa a conhecer e não aquilo que a coisa é. Aponta para o ser em geral de cada coisa, para sua 'existência' no mais vago sentido. A sensação nos diz, de cada coisa, que ela é, não o que ela é. Dificilmente a sensação entra no conhecimento propriamente dito, embora seja seu ponto de partida. A sensação é o imediato, o primeiro imediato, aqui e agora em estado bruto. (LEFEBVRE, 1991, p. 106)

A sensação enquanto princípio para o desenvolvimento do conhecimento, e de outras funções psíquicas, não pode ser considerada isoladamente, uma vez que se está tratando de um sistema funcional que se desenvolve na relação do ser humano com a natureza. Ademais, será este o mediador que possibilita ao ser humano diferentes graus de conhecimento sobre o objeto/fenômeno existente e sua correspondência com o real.

Se se recorrer à história do ser primitivo, pode-se reconhecer que, do ponto de vista ontológico, para manter sua existência o ser humano desenvolveu a capacidade sensitiva de, por exemplo, escutar os sons promovidos no instante do deslocamento ou da comunicação animal, sentir o cheiro ou odor, perceber através do toque a qualidade de uma matéria-prima, identificar cores e formas, tempo e espaço. Todo esse aparato sensorial coloca em movimento diferentes funções psicológicas ao passo que, ao mesmo tempo, apreendem uma gama de qualidades distintas do e no mesmo objeto (CARVALHO, 2017).

Na processualidade do trabalho e, conseqüentemente, no ato de conhecer, o ser humano conquista a capacidade de apreender o conjunto de propriedades contidas no objeto. Desponta, assim, uma nova qualidade nas funções psíquicas advindas de sua atividade, a percepção, que, segundo Carvalho (2017, p. 21), é o “primeiro e o mais imperfeito ato de conhecimento, aquele que sucede e resulta da apropriação das sensações, que inclui e supera as sensações”.

Desse modo, a percepção apresenta-se enquanto caráter sintético do conhecimento imediato a partir da unidade, visão de conjunto, das partes isoladas captadas pela sensação de um fenômeno ou objeto. Sendo assim, não se trata de uma reunião de dados fragmentados capturados pela sensação, mas da incorporação dialética de seus substratos para realização de comportamentos humanos cada vez mais complexos.

Para Martins (2013, p. 131), ao expor a clareza dessa posição, a percepção é corroborada na atribuição de significado às impressões sensoriais e, na unidade que se forma entre estas, ela reside num processo altamente complexo e estruturado, constituído pelas imbricadas relações que fazem das sensações os meios pelos quais os objetos e fenômenos da realidade são percebidos.

Se na sensação há uma primazia do conhecimento imediato, face aparente do objeto, na percepção, expressa-se o *contínium*, um conhecimento superior, complexo, mediato. Esse conhecimento conquistado, ontologicamente, tornar-se-á a via de acesso para novos conhecimentos. Para Lefebvre (1991, p. 107), “a percepção, que resulta de uma atividade prática e de um trabalho de entendimento, que já supera as sensações, já as unifica racionalmente, já lhes acrescenta recordações etc., a percepção é um conhecimento mediato”.

Portanto, não se trata de duas funções distintas, mas de extratos da apreensão do conhecimento disposto por um sistema orgânico que sofre determinações externas para o seu aprimoramento, possibilitando ao ser humano uma imagem mais aproximada dos processos que compõem a realidade concreta. De acordo com Lefebvre (1991, p. 107), “não existem duas operações distintas, dois tempos diferentes na captação dos seres sensíveis: a sensação e, posteriormente, a percepção. A sensação torna-se um momento interno, um elemento da percepção tomada como um todo”.

A sensação foi enriquecida de outras qualidades na relação objetivo-subjetivo, atribuindo à percepção a função mediadora de outras expressões contidas num mesmo objeto, um novo imediato, não aquele caótico do ponto de partida, mas agora enriquecido de determinações. O postulado de Lefebvre (1991, p. 107) deixa clara a dialética entre as duas funções e o aprofundamento do conhecimento, haja vista que “o novo imediato não é mais o imediato simples, indiferenciado; ele o enriquece, o desenvolve e só é obtido num nível superior e singularmente aprofundado”.

Sensação e percepção, no processo de conhecer, estão ligadas ontologicamente pelos atos de trabalho que retiram a condição do ser humano de mero ser passivo na natureza para um agente ativo da relação. A sua capacidade de agir conscientemente, ou, na expressão lefebvrea, de uma unificação racional dos dados isolados, permite a ultrapassagem do espelhamento da realidade enquanto reflexo estático desta, o conhecimento imediato, para um espelhamento ativo, conhecimento mediato.

Para Lukács (2013), a conversão e reversão dialética do desenvolvimento do conhecimento imediato-mediato só é possível na relação de afastamento e aproximação que se revela, através do trabalho, na relação sujeito-objeto, ou seja, no pôr do fim.

Mesmo o trabalho mais simples, como já vimos, efetiva, através da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediatidade e mediação, pelo fato da satisfação da necessidade obtida através do trabalho já é, por sua essência objetiva, uma satisfação mediata; o fato igualmente ineliminável de que todo produto do trabalho, uma vez terminado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediatidade – não mais natural – reforça a contraditoriedade dessa relação. (Cozinhar ou assar carne é uma mediação, mas comer a carne cozida ou assada é, nesse sentido, um fato tão imediato como o de comer a carne crua, ainda que esse último seja natural e o primeiro, social). O trabalho sempre produz, pois, em seu desenvolvendo ulterior, séries inteiras de mediações entre o homem e o fim imediato que, em última análise, ele se empenha em conseguir. Surge, assim, no trabalho uma diferenciação, já presente primordialmente, entre finalidades imediatas e finalidades mais mediatas. (LUKÁCS, 2013, p. 128)

Essa relação imediatidade-mediaticidade, ao tornar-se social, assume uma característica generalizada e propicia a conquista de neoformação psicológica (ASBAHR, 2016) no ser que trabalha. As experiências oriundas do campo das objetivações humanas se ampliam e geram qualidades superiores perante aquelas que estão dispostas na esfera da subjetividade, implicando inovações, estabelecendo a conversão donexo causal ao nexo cada vez mais posto.

Assim, perante o que está sendo realizado, o incessante perquirir humano pelo conhecimento do objeto é demandado por um foco. Significa a necessidade de recortar um campo perceptual para maximizar, detalhadamente, o resultado da ação sem com isso perder-se no plano gnosiológico anteriormente estabelecido. Tratar-se-á da elevação qualitativa da percepção e da ampliação do comportamento complexo do ser humano, a atenção. Segundo Martins (2013, p. 142), “a atenção é uma das formas pelas quais a percepção se torna consciente, compreendendo, pois, a seleção de dados estímulos, a inibição de seus concorrentes e a retenção da imagem selecionada na consciência”.

A atenção, enquanto consciência perceptiva, é uma característica essencialmente humana, pois rompe com seus estágios primitivos por se tratar de uma capacidade desenvolvida culturalmente pelo conjunto da humanidade. Essa característica ontológica da atenção consiste no fato de ser uma consequência da processualidade do trabalho e da busca do ser humano pelo conhecimento consciente acerca do objeto de trabalho que exigem, na relação objetividade-subjetividade, uma conduta direcionada ao foco para obter os dados precisos, para além de como se apresenta imediatamente, que pode se expressar ou superar uma representação falsa da realidade. Corroborando essa afirmativa Martins (2013) diz que:

Considerando que todo foco é limitativo, ou seja, destaca apenas uma parcela da realidade perceptual, sua ampliação se torna, inclusive, necessária à qualidade da atenção. Portanto a atenção é um processo dinâmico altamente complexo que pressupõe contínuo deslocamento, ademais, pelos próprios limites de apreender a realidade, exterior e/ou interior – muita coisa ao mesmo tempo. Tais deslocamentos, por sua vez, são condicionados pela atividade em curso, em relação à que se definem os ‘níveis de atenção’. (MARTINS, 2013, p. 144)

Posto desta forma, o conhecimento humano assume outra qualidade, o recorte dos aspectos gerais, com o desenvolvimento superior da atenção. Entretanto, apesar de promover um salto qualitativo nas ações humanas, o conhecer depende do grau de complexidade da atividade humana, ou seja, quanto mais complexa a atividade, maior o índice de atenção exigida e envolvida, e mais proximidade da realidade será a imagem focal. À medida que se supera a face aparente, o imediato-caótico (KOSIK, 1976), do objeto e se adentra às suas estruturas pela

mediação das funções psíquicas superiores, alcança-se uma elevação da compreensão sobre a realidade.

Carvalho (2017) afirma que o ser humano, na busca de um conhecimento efetivo, mobiliza diferentes níveis gnosiológicos estabelecidos numa relação de reciprocidade dialética entre o ente objetivo a ser trabalhado e o ser que pensa. As funções superiores são produtos teleológicos advindos da relação do trabalho, a atenção desponta como central para o desenvolvimento do conhecimento humano da prática material transformadora graças à capacidade de antever a causalidade posta sem distorção da “coisa em si”. Isso acontece, segundo o autor, “porque o que a intenção teleológica permite, a tal nível, é concentrar a atenção da consciência em todo o ato gnosiológico [...] na apropriação do significado completo da ‘coisa’ [...]”. (CARVALHO, 2017, p. 23).

A atenção dirigida a um recorte da totalidade tornar-se-ia um instrumento cognitivo responsável pela análise justamente por decompor os fragmentos do objeto analisado, mantendo um campo perceptual, sem perder de vista sua totalidade. Trata-se de desenvolver e equilibrar suas principais propriedades: concentração, intensidade e distribuição com o propósito de estabelecer “relação simultâneas entre os focos” (MARTINS, 2013, p. 146).

Na raiz do conhecimento a sensação, percepção e atenção operam na consciência do sujeito cognoscente para apropriação da coisa em si pelos atos de trabalho, possibilitando a conversão da matéria-prima numa produção útil. Todavia, o fato da produção estar posta não significa que esteja pronta e acabada, pelo contrário, exige um constante aperfeiçoar do trabalho objetivado, conhecimento mediato, para o conhecimento histórico, síntese da relação entre imediato e mediato que vai sendo incorporado e transfigurado por gerações subsequentes, culminado num acervo cultural humano.

Esse acervo cultural é, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo, resultado da repetição dos atos de trabalho que ficaram registados na subjetividade humana, desenvolvendo no ser que trabalha a capacidade de evocar sempre que necessário para produção, reprodução ou ampliação da prática material os conhecimentos que foram historicamente “sentido[s], percebido[s] e tentado[s]” (MARTINS, 2013), ou seja, a memória.

O desenvolvimento voluntário da memória, superação de seu estágio natural, espontâneo, puramente biológico de registros pelo entrelaçamento com o social, possibilitou ao ser humano, no ato de trabalho, através de um aparato auxiliar (MARTINS, 2013), não ter sempre que retomar a atividade desenvolvida da estaca zero, mas valer-se de experiências e processos desenvolvidos pelas gerações anteriores para proceder de forma resolutiva e

consciente perante os problemas postos nos procedimentos empregados para conhecer a realidade em suas diferentes dimensões e manifestações.

O conhecimento se coloca na centralidade desse processo, pois seu acúmulo cultural representa uma sofisticação no processo de objetivação e subjetivação humana. É o registro e a conservação que permitem que a ação planejada tenha critérios de seleção dos instrumentos que serão utilizados para o pôr do fim. A causalidade posta exige que o ser humano tenha preliminarmente estabelecido os fins dos meios, implica conhecer concreta e autenticamente os nexos causais transformadores da prática material (LUKÁCS, 2013).

Isto é, na aplicabilidade prática do processo de conhecer as causalidades, a memória imediata precisa ser convertida em mediata, síntese da relação do ser humano com a natureza, para o estabelecimento de uma estrutura lógica do pensamento ainda que em sua expressão primária. De acordo com Lukács (2013),

[...] o sujeito se torna sujeito exatamente pelo fato de consumir semelhante transformação de atitude diante dos objetos do mundo exterior. Fica claro, então, que o pôr do fim teleológico e os meios para sua realização, que funcionam de modo causal, jamais se dão, enquanto atos da consciência, independentemente um do outro. Nesse complexo constituído pela execução de um trabalho se reflete e se realiza a complementaridade inseparável entre teleologia e causalidade posta. (LUKÁCS, 2013, p. 94)

Ontologicamente a finalidade do trabalho é transformar o objeto de trabalho em objeto trabalhado, portanto, não é objetivo dessa atividade fundante desenvolver a capacidade mnêmica do sujeito ativo desse processo, porém, como toda ação transformadora da natureza provoca alteração do estágio subjetivo humano posto no momento da ação, é exclusivamente por meio e através dele que o conhecimento humano se processa e se fixa como um ato histórico na consciência humana, como a retenção de um constructo humano-social desde seus elementos mais primitivos aos mais complexos.

Martins (2013), ao explicar como a memorização voluntária está integrada à complexidade da relação entre teoria e prática, afirma que:

O ato de memorização consciente desponta apenas quando o indivíduo compreende que a retenção de determinado conteúdo é necessária à sua atividade prática ou teórica. Todavia, afirmou o autor, esse é um processo altamente complexo uma vez que a memorização deve se inserir na cadeia de ações que configuram a atividade, cujo motivo fundante não coincide necessariamente com memorização – daí que o registro mnêmico não se institui com ato isolado, mas como elemento que integra a estrutura da atividade. (RUBINSTEIN, 1967 *apud*, MARTINS, 2013, p. 158-159)

Assim, sendo o trabalho o pressuposto ontológico para o desenvolvimento da memória enquanto atributo do ser humano consciente, para melhorar sua capacidade na busca de conhecer e modificar a realidade, seu grau de desenvolvimento e sua qualidade, a atuação dependerá do grau do estágio em que se encontram as forças produtivas e as relações sociais de produção da sociabilidade em que se encontra o sujeito. Essa condição é sempre decorrente de duas formas de atividades: empírica e teórica.

No primeiro caso, chega um determinado momento em que a memória das ações está de tal forma subjetivada que já não demanda mais a reflexão sobre os processos para o alcance do projeto traçado, exaurindo, assim, sua capacidade expansiva. Tratar-se-á de uma atividade mecânica, operacional que, por sua vez, confina a capacidade humana de conhecer, pois fica restrita à esfera pragmática do conhecimento, assentada em sua utilidade, como já discutido no trabalho em tela. Já no segundo plano, o teórico, tem-se uma atividade que exige um constante refletir sobre os processos dinâmicos da realidade, uma permanente perquisição das melhores formas de realização da atividade. Significa o exercício *contínua* entre passado, presente e futuro, colocando a capacidade de armazenamento e evocação numa expansão perene e, conseqüentemente, o conhecimento dos objetos, suas leis e propriedades como inesgotável relação dialética entre aparência e essência, o imediato e o mediato (KOSIK, 1976; LEFEBVRE, 1991).

O ser consciente como sujeito ativo do ato de produção e apreensão do conhecimento pode reproduzir as experiências anteriores graças a essa conquista mnêmica, sem a qual a história humano-social seria um permanente círculo, um beco sem saída para o progresso da humanidade e não uma espiral dialético. Essa estrutura de fundo do processo de formação, domínio, armazenamento e evocação do conhecimento também é uma consequência ontológica do ato de trabalho que:

No espelhamento da realidade como condição para o fim e o meio do trabalho, se realiza a separação, uma dissociação entre o homem e o ambiente tem um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação sujeito e objeto. No espelhamento da 'realidade' a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa realidade própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida. Nasce uma nova forma de objetividade, mas não de realidade, e – exatamente em termos ontológicos – não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro com heterogêneo, mas são até mesmo opostos o ser e seu espelhamento na consciência. (LUKÁCS, 2013, p. 66)

Essa dualidade ontológica, entre sujeito e objeto, como decorrência da processualidade do trabalho, permite que a reprodução do real provoque o surgimento de uma objetividade que só pode existir, mesmo que seja no plano ideal, pela capacidade de memorizar o trajeto traçado para alcançar tal propósito, permitindo ao ser humano um conhecimento, uma imagem mais fidedigna ou mais aproximada de como a realidade objetiva é.

Ao confrontar-se com o objeto, o ser humano se coloca diante de um problema que precisa ser respondido, ou seja, como diria Marx (2009b), a humanidade não se assenta em problemas que não pode resolver. Para isso coloca em movimento todo um aparato subjetivo para tomar decisões entre alternativas (LUKÁCS, 2013) para que a resposta tenha correspondência com a necessidade constituída.

Ao proceder metabolicamente com a natureza pela esfera social predominante, o ser humano detém em si os efeitos dos atos de trabalho para lograr o desenvolvimento superior. Nessa trama, desenvolveu a capacidade sensitiva, perceptiva, mnemônica e atencional. Trata-se, portanto, de um conjunto de aspectos subjetivos forjados, que exercem simultaneamente diferentes ações no processo de conhecer, por via do sistema funcional que vai sendo qualitativamente enriquecido à medida que o ser humano recua das causalidades naturais em sentido à causalidade posta (LUKÁCS, 2013).

Ademais, o fato ontológico de quando o ser humano exerceu o pôr do fim, a reprodução social torna-se condicionada à alteração nos âmbitos interior e exterior, levando ao desenvolvimento de forças produtivas que culminaram na divisão social do trabalho por via da cooperação (LUKÁCS, 2013). Essa condição, ainda que limitada em seu estágio primitivo, desencadeou uma determinação decisiva na humanidade, a necessidade de uma comunicação precisa entre aqueles que se organizam para realização dos atos de trabalho, a linguagem. Para Lukács (2013), a linguagem é compreendida enquanto:

[...] um instrumento para fixação daquilo que já se conhece e para expressão da essência dos objetos existentes numa multiplicidade cada vez mais evidente, um instrumento para a comunicação de comportamentos humanos múltiplos e cambiantes em relação a esses objetos, em contraposição aos sinais desenvolvidos com certa exatidão que os animais emitem uns para os outros, pois os animais transmitem relações fixas constantemente reiteradas numa determinada relação vital. [...] interessa-nos a linguagem enquanto órgão mais importante (no início ao lado da gesticulação, mas depois indo muito além dela) para aqueles pores teleológicos [...] que não têm por fim a transformação, a utilização etc. de um objeto da natureza, mas que têm a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito enunciado. (LUKÁCS, 2013, p. 161)

A linguagem é um desenvolvimento superior da relação de trabalho. É um estágio mais desenvolvido do processo de humanização do ser humano, mas que está contido ontologicamente nele; é definida enquanto um pôr teleológico secundário, uma vez que não tem a finalidade da transformação material; é uma expressão abstrata, desmaterializada que tem como essencialidade de seu conteúdo a indução da realização de uma atividade humana específica pela orientação de outro ser humano ou um coletivo. É uma mediação para um pôr do fim concreto na produção de valor de uso; mediação que assume uma forma secundária do pôr do fim, já estivera contida desde a mais primitiva relação da divisão social do trabalho (LUKÁCS, 2013).

Ao tratar da linguagem enquanto elemento mediador das relações entre os seres humanos para realização de uma atividade e enquanto parte de um sistema funcional, Martins (2013), valendo-se dos estudos desenvolvidos por Petrovski, corrobora a acepção lukacsiana ao definir a linguagem enquanto “sistema de signos que opera como meio de comunicação e intercâmbio entre homens e também como instrumento da atividade intelectual. Graças a ela a imagem subjetiva da realidade objetiva pode ser convertida em signos” (PETROVSKI, 1985, p. 191, *apud* MARTINS, 2013, p. 167). No campo da psicologia histórico-cultural, a palavra “linguagem” se apresenta como o maior dos signos, por isso afirma a autora que:

[...] ao representar os objetos e fenômenos por meio das palavras, o homem deu o primeiro e mais decisivo passo em direção à sua libertação do campo sensorial imediato, isto é, em direção ao desenvolvimento de sua capacidade para pensar. A palavra é, fundamentalmente, uma forma socialmente elaborada de representação e para que os indivíduos se apropriem dela é requerida a mediação de *outros*. Sua função generalizadora radica na vida social, nos intercâmbios entre os homens e os objetos pela mediação de outros homens. (MARTINS, 2013, p. 168, grifo da autora)

Tendo como finalidade, não a transformação material, mas intervir na consciência humana, a linguagem é, enquanto pôr teleológico de segunda instância, uma conquista humano-social desenvolvida e articulada como parte integrante de um complexo sistema funcional (MARTINS, 2013), que adquiriu outra substância qualitativa pelo trabalho (LUKÁCS, 2013).

Em vista disso, à medida que o ser humano amplia suas referências (tanto quantitativas como qualitativas) sobre as atividades realizadas mais refinadas, a linguagem se torna um meio essencial de relação entre os humanos, justamente pela necessidade de atribuir nomes, sentidos e significados, tanto às funções exercidas pelas pessoas envolvidas quanto aos processos, instrumentos e, sobretudo, aos produtos finais das objetivações. Segundo Lukács (2013), essa

complexificação só é possível pela divisão social do trabalho, que torna a comunicação um fator essencial para sua efetivação.

Por essa razão, a linguagem se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento do trabalho, divisão do trabalho e cooperação, tornando-se cada vez mais rica, maleável, diferenciada etc., para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados. O domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear. (LUKÁCS, 2013, p. 161)

Embora possibilite atribuir nomes às coisas, o desenvolvimento da linguagem ainda é um elemento primário no desenvolvimento do conhecimento do objeto, pois, nesse estágio, não assume a característica de conceito, o ser propriamente-assim¹³, mas, a coisa em si, imediata, que carece de reflexão em suas partes e totalidade. Suas leis e propriedades, nexos, relações e determinações não são apresentadas por essa dimensão instantânea da linguagem. O simples episódio de nomear está relacionado com o tempo, espaço e pessoas envolvidas e não com a descoberta da estrutura interna da coisa que só virá *a posteriori*.

Assim, o conhecimento que é apresentado pela primeira forma de linguagem refere-se à empiria, a uma forma de pensamento que reflete e externaliza a realidade de forma opaca, vazia, que não recruta estruturas complexas do pensamento, o conceitual. O aprimoramento da linguagem exige que as leis e categorias do concreto objetivado demande um grau de abstração teórica diante daquilo que fora nomeado, para tornar-se um concreto pensado, ou seja, uma síntese multifacetada existente independentemente do ser que opera sua transformação. Para Marx (2009b) o concreto é uma síntese multideterminada.

O fato de converter a matéria-prima em trabalho objetivado em nada altera a sua essência, suas leis e propriedades; seu conteúdo continua o mesmo, apenas atribui uma utilidade específica numa dada relação social de produção. Ao tratar sobre o fetichismo da mercadoria, Marx (2009b, p. 93) possibilita fazer essa reflexão ao afirmar que “é evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica de modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante, a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material”.

Marx (2009b) demonstra com isso que o fato da madeira ser nomeada mesa, tornar-se abstrata, não significa o pleno domínio da matéria (KOSIK, 1976), posto que continua com a

¹³ Categoria ontológica definidora última da transformação do ser que trabalha, o homem. O “ser propriamente-assim” é o ser sintético, que abrange em si mesmo as múltiplas determinações (LUKÁCS, 2013, p. 190).

sua essencialidade mantida, madeira. A linguagem expressa nesse momento um atributo social àquele produto que precisa ser conhecido em suas particularidades. Por isso, o conhecimento deve ser o essencial e não o fenomênico, o que exige um constante perquirir que só pode ser alcançado pelo pensamento.

Não é possível conceber, só do ponto de vista didático, qualquer forma de linguagem sem a correspondência direta com o pensamento, que, por sua vez, corresponde ao grau de apreensão da realidade externa pelos seres humanos. Para Martins (2013), a linguagem expressa pelos humano-sociais, através da fala, “é uma técnica de transmissão de pensamento”. Portanto, no processo de conhecer a realidade objetiva, linguagem e pensamento formam uma unidade indissociável; não há como estabelecer uma comunicação sem uma articulação de um pensamento cadenciado.

Trata-se, assim, do estabelecimento de um elo substancial entre o processo de pensamento e linguagem, interiorização e exteriorização da realidade, o qual passa a intervir diretamente no ato intelectual, requalificando a percepção, a memória, a atenção, a imaginação e os próprios sentimentos do indivíduo, desse modo, conformando sua própria existência no mundo.

Assim, a produção e reprodução da linguagem serão postas em patamares superiores. Essa ocorrência é fruto das reestruturações e neoformações psicológicas (ASBAHR, 2016), consequência do conhecimento sobre os objetos/fenômenos que não se apresentam em sua aparência apriorística.

Pinto (2005a), ao promover a crítica ao existencialismo sobre a faculdade de projetar enquanto especulação metafísica, redireciona essa capacidade humana para sua essência ontológica: processo de criação das condições para manutenção da vida humana, o trabalho, que tem seu cerne no plano do pensamento, para resolução dos problemas que o real impõe. Afirma o autor que:

[...] No homem, a capacidade do sistema nervoso superior de refletir em noções gerais as propriedades das coisas segue duas linhas de desenvolvimento, que serão, em conjunto, os dois aspectos que se distinguirá este ser animal: (a) de um lado, as ideias, enquanto sinais das coisas, encontrarão expressão em um segundo sistema de sinais, a linguagem, graças à qual, por força do convívio social na produção coletiva da existência, o homem transfere de si a um seu semelhante a percepção de uma qualidade de algum objeto ou estado do mundo circunstante; (b) e por outro lado, na própria esfera de pensamento, estabelecem-se relações abstratas entre as propriedades percebidas nos corpos, conduzindo ao surgimento, em estado ideal, do projeto de modificá-los. (PINTO, 2005a, p. 55)

O pensamento é uma função psíquica essencial no processo de conhecer, haja vista que sua transformação qualitativa superior supera a sensação e a percepção enquanto ponto de partida, de aproximação dos aspectos contingenciais, causais e desconexos do objeto. Martins (2013) ressalta que o pensamento cumpre a tarefa de superar essas condições em que as relações entre os objetos revelam-se superficiais e aparentes, avançando do casual ao necessário, da aparência à essência, promovendo, assim, a descoberta das regularidades gerais, de múltiplas vinculações e mediações que sustentam sua existência objetiva.

O pensamento que se apresenta em sua expressão imediata, quando o sujeito tem um primeiro contato com o objeto, é demarcado por sua forma sincrética. Esses conhecimentos imediatos são baseados em pseudoconceitos ou conceitos cotidianos que são assimilados de forma acabada e aleatória; é uma conjunção de conexões que se associam e se assimilam de forma mnemônica (MARTINS, 2017) que não se desenvolve. Por outro lado, apresenta-se a possibilidade de prisma o pensamento baseado em conceitos teóricos.

Na superação desse estágio, a autora discorre sobre a forma teórica do pensamento:

O pensamento teórico, por seu turno, não deriva diretamente da atividade sensorial em relação aos objetos e fenômenos da realidade, não se limitando ao conhecimento do imediato. Sua característica central é abarcar aspectos que não são observáveis sem elementos de permeio e, para tanto, só pode operar na base de complexas estruturas de generalização consubstanciadas em conceitos. Ocorre, ainda, que as estruturas de generalização também resultam culturalmente formadas, assumindo formas qualitativas distintas ao longo da vida dos indivíduos. (MARTINS, 2018, p. 86)

O pensamento mediato faz as devidas abstrações do objeto, recruta e desenvolve uma série de funções que ganham qualidades superiores, interferindo na personalidade do ser humano (MARTINS, 2017). É um processo complexo que não pode ser simplificado; trata-se de um conhecimento mediato, uma imagem subjetiva da realidade objetiva operada por meio da intervinculação de suas propriedades pela concreção.

Essa captação dos processos e produtos da atuação humana na realidade concreta foi sendo aprimorada em diferentes estágios da subjetividade. O pensamento se configura, segundo Martins (2017), como uma função psíquica regente de todas as outras.

Destarte, a qualificação das estruturas do pensamento tem, ontologicamente, sua raiz na atividade produtiva da vida humana. O trabalho é o pressuposto central que requisita do ser humano a conversão de uma atividade, puramente prática em abstrata e, conseqüentemente, em teórica. Ao desenvolver e utilizar-se do instrumental para a conversão da natureza em produto

de trabalho, o ser humano não mais atua de forma imediata, mas mediata, haja vista que é promotora de uma teleologia finalística (LUKÁCS, 2013).

Tais considerações permitem afirmar que o pensamento é o ato interno do pesquisar; que o ser humano, estabelecendo uma relação com a exterioridade, entre a particularidade e a generalidade, busca dotar de sentido e significados o objeto. A atividade mental, portanto, é o depurar das possibilidades, das conexões causais ou postas entre os objetos e suas propriedades para melhor servir ao ser humano. Isto é:

Cada conexão não é imediatamente dada, mas sugerida, pensada antecipadamente pelo organismo que adquiriu a faculdade da representação abstrativa em grau suficiente para destacar do contato sensível, atual e direto com o mundo e para manejar as ideias correspondentes às coisas, de forma a estabelecer entre elas relações tais que fazem configurar idealmente um corpo, um maquinismo, uma instituição ou um artefato ainda não existente, a ser fabricado, em consequência, de acordo com o 'projeto'. Desta maneira, pela ação dos homens, a realidade vai se povoando de produtos de fabricação intencional, realizada pelo ser que se tornou projetante. A possibilidade de tal ação depende da capacidade abstrativa, que conduz a criar imagem reflexa das propriedades dos corpos e fenômenos objetivos, e do poder de ligar uma imagem à outra, dando lugar a uma terceira. Esta, porém, será qualitativamente distinta, pois enquanto as duas primeiras são o reflexo, a cópia mental daquilo efetivamente existente, a imagem com elas constituída é um inexistente, algo que apenas se acha em estado de projeto, demandando, para concretizar-se esforços tão elementares quanto lascar um sílex ou tão grandiosos quanto a montagem de um acelerador de partículas. Se estes são casos extremos de produção de bens, a essência do processo cognoscitivo de sua realização permanece a mesma, é a que estamos descrevendo. Tem por base a capacidade de projetar, que representa o exercício de uma faculdade exclusiva da biologia humana, faltando em todos os restantes animais, porque estes, pela imperfeição do sistema nervoso, estão impossibilitados de conceber ideias abstratas das coisas com o caráter suficientemente geral para dar origem aos dois desenvolvimentos simultâneos derivados dessa função primigênia do homem, a saber, a linguagem com os múltiplos tipos de comunicação entre os seres racionais semelhantes; e o projeto, como ato intencional de uma transformação a impor ao mundo ambiente. (PINTO, 2005a, p. 55-56)

Dessa forma, estabelece-se a relação entre concretude e abstração, posto que o pensamento é a via que o sujeito abstrai o objeto da realidade concreta – isto não significa que a realidade deixe de existir, pois nela, mediada pela atividade humana, reside seu embrião. Desdobra, assim, pensamento, linguagem e imaginação, que é justamente a capacidade de estabelecer a relação entre os fenômenos objetivos e projetar uma terceira no plano abstrato. Essa interdependência é mútua e qualquer pensamento que seja reduzido para uma ou outra dimensão resvala pela estrada do idealismo ou do mecanicismo.

O grau de domínio teórico-prático de um sujeito sobre um determinado objeto é dotado pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, que expressam o conhecimento por ele assimilado como consequência do processo de materialização da ação, sendo o conhecimento uma subjetivação desta.

Tal pressuposto permite corresponder ao seu nível de liberdade para inferir sobre o objeto conceitualmente. Nas palavras de Martins (2013, p. 225):

O ser hominizado se humaniza quando aproveita as circunstâncias naturais e as transforma segundo a orientação de sua intencionalidade, dado que exige o conhecimento do objeto, da ação e de seus produtos, isto é, que exige operações lógicas do raciocínio. O pensamento aparece, então, como função que, promovendo o conhecimento dos dados da experiência, submetendo-os à análise, à síntese, à comparação, à generalização e à abstração, os transforma em conceitos e juízos tornando-os inteligíveis. Por essa via, o homem pode criar – pelo trabalho – a realidade humana, conquistando domínio sobre as relações e interconexões entre os fatos reais.

Para a promoção do conhecimento, o pensamento necessita estabelecer um percurso lógico que envolve determinações objetivas e subjetivas. Esse trajeto, do salto qualitativo do processo de subjetivação por via do objeto, reside na relação dialética entre concreto-abstrato-concreto pensado. Nessa lógica consiste a superação das dimensões imediatas do conhecimento para suas formas mais complexas; do sujeito que pensa pragmaticamente para o que pensa sistematicamente e desenvolve conceitualmente a explicação do pensar.

O movimento de partida para dotação de conhecimento no pensamento é sempre orientado do inferior para o superior, da infraestrutura para superestrutura, que, por sua vez, retorna ao ponto de partida, porém de forma requalificada. Na concepção materialista e dialética da história sintetiza-se como pensamento do abstrato ao concreto, ou do concreto ao concreto pensado, mediado pela abstração (MARX, 2009b).

Pensar do abstrato ao concreto é uma qualidade que tem o fundamento ontológico no trabalho e, por via desta, vão se desenvolver conseqüentemente a linguagem e a imaginação. Se não é possível o desenvolvimento da linguagem sem o pensamento mediato, muito menos é possível conceber a imaginação humana exterior a esse processo, haja vista que a finalidade teleológica da ação humana é sempre a transformação de um fenômeno objetivo que está disposto independentemente da consciência.

A ação consciente permite, assim, conhecer o objeto e suas propriedades para conferir novas formas e utilidades humanas. Mas, o seu futuro, calcado no plano abstrato só é realizável pela complexidade do pensar que frutificou a imaginação. O processo de refletir a realidade na

consciência humana não é puramente a captação sensório-perceptiva no plano ideal desta, o que engendra uma dimensão estática do mundo objetivo.

Trata-se da capacidade de superação dialética do estágio imediato da captação dos fenômenos da realidade, ou seja, tê-la como ponto de partida, saindo de suas expressões sensoriais, e de chegada, apreensão de suas leis e propriedades a uma essencialidade do processo de conceber a realidade de outra forma por via da imaginação.

O tratamento dispensado pela psicologia histórico-cultural à função psicológica superior da imaginação não a coloca apartada das demais funções, no entanto, postula que sua singularidade no processo de conhecer o mundo objetivo é residente no fato de nela (imaginação) as imagens das experiências prévias, sensório-perceptivas, se alterarem, gerando como consequência outra imagem com qualidade substantivamente superior à primeira.

Trata-se de uma atividade mental que modifica as conexões já estabelecidas entre imagem e objeto, produzindo outra imagem figurativa. A imagem assim produzida pode operar como modelo psíquico a ser conquistado como produto da atividade orientada por ele, ou seja, por meio desse processo se constrói a *imagem antecipada do produto da atividade*. (MARTINS, 2013, p. 227, grifo da autora)

Ademais, imaginação, do ponto de vista etimológico, é a imagem da ação, significa pensar não só o produto pronto final, mas toda estrutura arquitetônica para uma ação exitosa. É a síntese do encadeamento espiralado das funções psicológicas superiores que têm início com a sensação. Tal qualidade amplia a capacidade humana de transformação do mundo, representa uma forma mais desenvolvida da matéria viva que assume a responsabilidade pela sua própria existência frente à natureza.

Sendo assim, a ruptura dos nexos causais para os teleologicamente postos requisitou do ser humano a precedência de sua atividade, ainda que no plano abstrato, para orientação correta de sua ação, a tarefa específica da imaginação, ou seja, o projetar do ser em si ao ser para si (LUKÁCS, 2013).

À primeira vista, pode-se confundir, no processo de produção do conhecimento perante o objeto, a imaginação com o pensamento. Contudo, ainda que a operação das duas funções esteja sempre intervenculada, a primeira se efetiva com os conceitos, ideias e juízo, enquanto na segunda predominam “processos abstrato-figurativos” catalisadores de inovações da representação sobre o mundo material (MARTINS, 2013).

O processo de conceber um produto imaginativamente, assim como a escolha dos meios necessários à sua concretização, requisita do ser humano um grau de autonomia perante a

matéria exterior a ser convertida praticamente. Essa liberdade só pode ser exercida se houver um conhecimento necessário para execução do plano, caso contrário, a sensorialidade-perceptual guiará suas ações, que, por sua vez, serão reduzidas à prática imediata (LUKÁCS, 2018). Contudo, é preciso destacar que não se trata de negação da ação fundada na imediaticidade, pois esta é sempre o ponto de partida para o mediato e o histórico, o problema se instala quando a ela a atividade humana fica restrita.

Partindo da crítica ontológica ao pragmatismo por diminuir as mediações socialmente postas entre o plano e produto e se ater ao resultado da prática imediata como o fator mais importante da ação humana, Lukács (2018) afirma que a práxis, enquanto atividade humana é o elemento articulador para o desenvolvimento do conhecimento:

Toda práxis está diretamente orientada para a consecução de uma finalidade concreta determinada. Para tanto, deve ser conhecida a verdadeira constituição dos objetos que servem de meio para tal posição de finalidade, pertencendo à dita constituição também as relações, as possíveis consequências etc. Por isso a práxis está inseparavelmente ligada ao conhecimento; por isso o trabalho é, [...], a fonte originária, o modelo geral, também da atividade teórica humana. (LUKÁCS, 2018, p. 56)

Com o desenvolvimento da capacidade sensório-perceptiva, o ser humano, ao proceder ativamente para transformar a natureza, opera primeiramente na esfera do conhecimento com a imaginação no plano imediato, o que pode culminar num resultado distinto do previsto por não conhecer profundamente as propriedades do mundo material transformado. Mas é esse fator que o leva a novos exames para correção da processualidade do trabalho e se vale daquela imagem da realidade objetiva para a produção de outra imagem qualitativamente superior com a finalidade de obter um pôr do fim concretamente exitoso, ampliando, assim, seu lastro subjetivo de conhecimento sobre a materialidade.

Não significa, todavia, que o episódio da imaginação de um resultado que logrou outro caminho, o inesperado, seja inútil ao desenvolvimento humano-social, muito pelo contrário. Com o desvio do plano, gerado por uma causalidade posta inesperada, o rumo da história de toda a humanidade pode mudar, tanto positiva quanto negativamente.

O conhecimento obtido na práxis seguiu, portanto, no curso do desenvolvimento humano, dois caminhos que decerto e com frequência se entrelaçaram: por um lado, os resultados da práxis, corretamente generalizados, integravam-se à totalidade do saber até então obtido, o que se constituía numa força motriz decisiva para o progresso da ciência, para a correção e o alargamento verídico da concepção humana do mundo; por outro

lado, conhecimentos adquiridos na prática permaneciam em essência circunscritos à direta utilizabilidade na práxis imediata, vale dizer, considerava-se suficiente – para empregar uma expressão moderna – poder manipular determinados complexos objetivos com a ajuda daqueles conhecimentos práticos. (LUKÁCS, 2018, p. 57)

Desse modo, à proporção que avançam as forças produtivas e modificam as relações sociais de produção se ampliam os condicionantes para que o ser humano tenha condições e tempo para aperfeiçoar sua capacidade imaginativa, que, por sua vez, exige sempre retorno aos aspectos sensório-perceptivos. Assim, quando sua atividade gera um produto, a imediaticidade volta para aquele fenômeno requisitando outro grau de apreensão de sua forma para o seu constante aperfeiçoamento.

3 OBJETIVIDADE ANALÍTICA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DA BAHIA

Segundo dados coletados no sítio do Ministério da Educação¹⁴ (MEC), no Brasil existem 1.891 cursos de Educação Física¹⁵, considerando seus graus divididos entre licenciatura e bacharelado e suas duas modalidades de ensino: presencial e a distância. Porém, vive-se um momento de apogeu desses cursos. Seu crescimento vertiginoso esteve atrelado às políticas nacionais de formação de professores e às novas formas de ingresso no ensino superior¹⁶ - Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidades para Todos (PROUNI), cotas, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SISU) -, rompendo com um afunilamento histórico dos vestibulares elitistas.

Entre o final dos anos 1990 até 2017 foram 4.436 cursos de Educação Física credenciados no MEC. Esta elevação quantitativa é resultado de um fenômeno geral na educação escolarizada em nível superior no Brasil. Duas perspectivas se revelam como justificativa para essa ampliação: (a) a necessidade de aumento do padrão cultural da sociedade brasileira pelos índices avaliativos, que permitem apontar uma sociedade como desenvolvida; (b) a urgência do capital em aberturas de novos ramos de exploração.

Esse cenário, embora tenha representado para os governos um bom momento para desenvolver políticas sociais de supressão desse déficit, para alguns críticos foi a adoção de políticas focais¹⁷ (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Considerando a contradição entre a ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior e o direcionamento de verba pública para o setor privado, o Estado brasileiro, sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, resolveu comprar as vagas sobranes nas IES de natureza privada e confessionais com o objetivo de atender às necessidades daquelas pessoas

¹⁴ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁵ Considerando que a presente pesquisa está articulada a outras produções por uma matriz de problema, apresentada na introdução, para uma maior apreensão analítica dos cursos de Educação Física no Brasil, indica-se a tese de Doutorado da professora Cássia Hack, disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25354/1/2017%20TESE%20Cassia%20Hack%20defesa%2013%20dez.pdf>

¹⁶ Na seção sobre a conjuntura do golpe, retomar-se-ão esses programas para ampliar a reflexão.

¹⁷ Vale destacar que a crítica proferida não é contra as políticas focais em si, muito menos questiona-se a necessidade de seus beneficiários-cidadãos, mas das contradições políticas as quais se encontram com o abandono da plataforma dos movimentos sociais em detrimento do capital, tornando essas políticas, que deveriam ser emergenciais atreladas a políticas estruturais de emprego, renda, educação, moradia, saúde, transporte etc., um instrumento para manutenção de um bloco de conciliação de classes no poder, via condições de consumo.

que não conseguiam ingressar nas universidades públicas haja vista seu caráter elitista (ORSO, 2007). Trata-se do PROUNI.¹⁸

Numa entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o então ministro da Educação, Tarso Genro, afirmou que a visão do governo foi de “criar vagas públicas em universidades privadas. É absolutamente inadmissível que tenhamos 37% das vagas não-ocupadas em instituições privadas” (GENRO, 2004). Tal perspectiva fez do PROUNI o principal vetor para subvenção de recursos públicos para o setor privado na área da educação, inferindo quantitativamente no aumento do número de instituições que subvertem a educação ao lucro.

Assim, sob a regência da normativa SRF nº 456/2004120, em seu artigo 1º, foi assegurado que:

[...] a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao Programa Universidade Para Todos – ProUni – nos termos do art.5º da medida provisória nº 213121 se isentará no período do termo de adesão das seguintes contribuições e imposto: I - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); II - Contribuição para o PIS [Programa Integração Social]/Pasep [Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público]; III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e IV - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) (BRASIL, 2004).

Assim, o governo, que já estava comprometido com o mercado¹⁹, supria os déficits de duas partes: a população, que passaria a acessar o ensino superior, e o mercado, que passou a ter alta lucratividade com esse ramo. A educação superior tornou-se um franco mercado em expansão e passou a ser explorado pelos empresários da educação – sujeitos com formação específica na área, geralmente professores de universidade ou aposentados, que passaram a vender serviços educacionais – e na educação – são aqueles sujeitos e corporações que não têm experiência no ramo, apenas investem seu capital na área da educação para obter lucros (RODRIGUES, 2007).

Um recorte dos dados, realizado em 2019, para o lócus de investigação desta pesquisa, a Bahia, identifica no estado 92 cursos de Educação Física em atividade em 61 IES, segundo informação do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (E-mec), conforme quadro a seguir:

¹⁸ Foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, com a finalidade de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

¹⁹ Carta ao povo brasileiro. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Quadro 1 - Cursos de Educação Física na Bahia

Característica	Descrição	Quantidade
Natureza das instituições	Pública	06
	Privada	55
Modalidade	Presencial	66
	Presencial/EAD ²⁰	26
Grau	Licenciatura	52
	Bacharelado	40

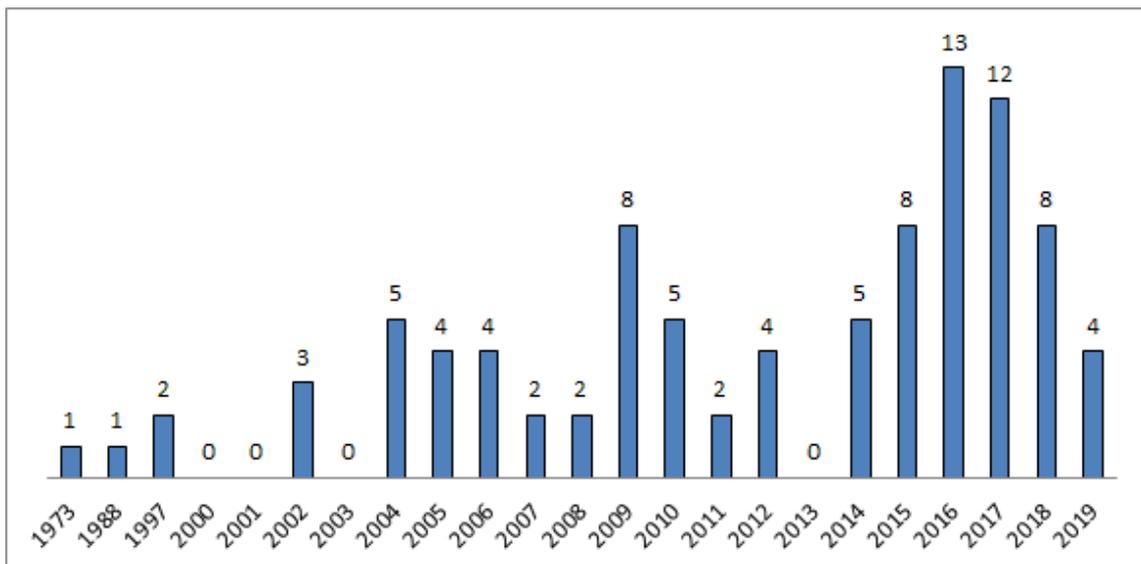
Fonte: E-mec, 2019.

Das 66 instituições, 8 são universidades (seis públicas e duas privadas), 6 centros universitários e 52 faculdades (todas privadas). Dos 92 cursos, 40 são bacharelados (29 presenciais e 11 a distância) e 52 licenciaturas (37 presenciais e 15 a distância). Os dados permitem identificar ainda uma predominância dos cursos presenciais, um total de 66, enquanto os cursos a distância somam 26.

Os anos de início dos cursos podem ser divididos em três ciclos: (a) *Pioneirismo* – de 1973 a 1997; (b) *Expansão* – entre os anos 2002 e 2013; (c) *Consolidação* – entre 2014 a 2019, com a oferta dos cursos por universidade (GAMBOA, 2010a).

O gráfico 1 apresenta os ciclos de criação dos cursos de graduação em Educação Física no estado da Bahia

Gráfico 1 - Ciclos de criação dos cursos de graduação em Educação Física no estado da Bahia



Fonte: E-mec, 2019.

²⁰ Educação a distância.

Antes dos anos 2000, os cursos de Educação Física levavam em média uma década para surgirem. O primeiro foi o da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) em 1973, o segundo, 15 anos depois, foi o da UFBA e, nove anos depois, dois cursos foram iniciados: um na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e outro na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Os quatro primeiros cursos são licenciatura e formavam professores de Educação Física. Desses, apenas a UCSAL era privada.

Entre os anos de 1998 e 2001, não surgiu curso de Educação Física na Bahia e nesse período criam-se o sistema CREF/CONFEEF²¹ e a defesa da divisão da formação entre licenciatura e bacharelado.²² Fruto disso, em 2002 implantaram-se mais três cursos: duas licenciaturas e o primeiro curso de bacharelado em Educação Física da Bahia, gerando um total de sete licenciaturas e um bacharelado.

Entre os anos de 2002 e 2012, houve uma linha permanente no início de atividade de novos cursos, com uma parada em 2013. Nesse período, 39 novos cursos foram criados, um crescimento de 36 cursos em uma década, sendo, pois, apresentada uma forte presença de bacharelados (12) e a entrada da EAD (3). Os cursos de bacharelado foram oferecidos pelas instituições que já tinham a licenciatura – todas elas com natureza privada.

Diante dos dados é possível inferir que esse crescimento do bacharelado é consequência da fragmentação da formação que traduz uma falsa ideia de reserva de mercado, que já era uma realidade concreta na área. Na verdade, uma abertura de mercado para as faculdades privadas que de prontidão atenderam à lógica do sistema CREF/CONFEEF.

Outro desdobramento dessa relação é o último ciclo, *Consolidação*, que operou na contramão da economia entre 2013 e 2019 (conjuntura de recessão econômica mundial) e em meio a um cenário de crise política no Brasil, gerada pelas frações dominantes para desestabilizar o governo e dar um golpe de Estado.²³ Um cenário que apresenta como consequência: a diminuição do financiamento estudantil, congelamento dos investimentos em educação em 20 anos pela Emenda Constitucional n.º 95/2016, diminuição nos investimentos em ciência e tecnologia, liquidação dos repasses de verbas às universidades públicas.

²¹ Conjunto coordenado formado pelo Conselho Federal de Educação Física e por Conselhos Regionais de Educação Física.

²² Defende-se que há uma falsa dicotomia no processo de formação humana e de professores de Educação Física que postula a divisão: licenciatura e bacharelado, posto que não existe sustentação epistemológica que fundamente esta fragmentação da formação profissional dos professores de Educação Física (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010).

²³ Ver: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

Por outro lado, esse ciclo é marcado por um grande crescimento na abertura de novos cursos. Em apenas cinco anos foram abertos 50 novos cursos, um crescimento vertiginoso se comparado ao ciclo anterior. Se se estabelecer a relação entre tempo e quantidade, têm-se duas vezes e meia de crescimento da quantidade de cursos de Educação Física, sendo, 23 a distância: 10 bacharelados e 13 licenciaturas; 27 presenciais, que estão divididos em nove licenciaturas e 18 bacharelados.

Dessa abertura de cursos no último ciclo, ramificam dois elementos. O primeiro, um processo de precarização tanto da formação dos estudantes quanto do trabalho educativo efetivado pelos professores na formação pela via da EAD. Neste, incide uma relação distanciada entre professores e estudantes, cujo debate sobre as ideias passa a não existir, ou seja, o sujeito fica isolado da/na relação dialética entre ensino-aprendizagem, fundamentado na falsa ideia²⁴ de que se pode estudar a qualquer hora e em qualquer lugar sem precisar do outro (o professor), porque a tecnologia supre esta carência.

Os estudos desenvolvidos por Lima (2005), ao criticar radicalmente a perspectiva de globalização da educação defendida pelos organismos internacionais, demonstram como esta é utilizada para a configuração do novo projeto de sociabilidade burguesa de ajuste estrutural nos países periféricos, monitorada pelos organismos internacionais.

[...] tanto a perspectiva claramente comprometida com a transformação da educação em serviço (Banco Mundial [BM] e OMC [Organização Mundial do Comércio]), como a perspectiva que critica essa lógica, defendendo a educação como um descaracterizado ‘bem público’ (UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]), criam as bases para que a educação, especialmente a superior, se torne um campo de exploração. Nas duas perspectivas, identifico a utilização NTCIs [Novas Tecnologias de Informação e Comunicação] com um dos principais elementos desta mercantilização, ainda que essa utilização, através da educação a distância, apareça com uma estratégia de ‘internacionalização’ e de democratização do acesso à educação. (LIMA, 2005, p. 83)

Lima (2005, 2007, 2011) prossegue apontando os descaminhos que a EAD vem percorrendo, bem como seu fundamento ontológico na relação econômica de mercado orientada por um movimento de interesse do capital coordenado por seus organismos: BM, UNESCO e, mais recentemente, OMC.

Em sua aparência a política EAD, como descrita nos documentos oficiais do organismo do capital, vem com o discurso de ampliação dos índices educacionais às regiões periféricas do

²⁴ Considera-se falsa, posto que o estudo exige organização temporal e espacial, exige a disciplina do estudante para que possa apreender os conteúdos ensinados.

capitalismo para melhoria das condições de vida de sua população. Uma elevação que teria como centralidade aproximar o desenvolvimento do de países centrais pela chamada globalização. Todavia, a essencialidade do discurso da “inclusão social” revela outros interesses, que são, na verdade, uma tática para legitimação dos processos de privatização da educação em larga escala e criação de uma reserva de mercado a ser explorada pelas grandes corporações “estadunidenses e europeias”. De acordo com Lima (2007):

A ofensiva internacional do capital tem, dessa forma, sufocado o uso crítico-emancipatório das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da educação a distância, como alternativa complementar à formação profissional, na medida em que omite a busca do empresariado internacional por lucratividade, por intermédio da venda de pacotes tecnológicos; o aprofundamento da dependência científico-tecnológica dos países periféricos, bem como a importante ação da educação a distância, na conformação de mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade. (LIMA, 2007, p. 81)

O sistema do capital é por sua natureza excludente, exige a concentração de riqueza material e não material na mão da burguesia, que historicamente se concentra na Europa e nos Estados Unidos, tendo suas representações, espalhadas pelo planeta, que necessitam de nações pouco desenvolvidas para manutenção de seu domínio e ampliação de sua reprodução. Ademais, esses são uns dos principais centros de produção de ciência e tecnologia mundial, logo, precisam expandir seus mercados para o escoamento desses produtos, sendo os países economicamente dependentes seus nichos de absorção de tecnologia.

Esta expansão vinculada à importação e a adaptação de tecnologias produzidas nos países imperialistas, funda-se no papel de que o Brasil desempenha na divisão social do trabalho, mas também a uma imagem de que através de empresas estadunidenses e europeias no Brasil, o país conseguiria caminhar na direção do desenvolvimento econômico e social. (LIMA, 2005, p. 182)

Com a implantação da EAD, o uso da tecnologia deixa de ser um instrumento complementar ao processo formativo para ser o protagonista do processo de mercantilização da educação pelas grandes corporações internacionais.

Essa discussão vem sendo pautada desde o implemento das políticas neoliberais dos anos 1990 (ANTUNES, 2005; LIMA, 2005), ocasionada pela reestruturação produtiva nos sistemas de produção (PINTO, 2005b), pela necessidade de produção de lucro, que converteu os direitos sociais, fruto das lutas históricas, em serviços a serem adquiridos no mercado, incluindo as IES, enquanto ações a serem vendidas na Bolsa de Valores.

Uma política centrada na racionalidade do mercado em escala planetária, orientada pelo capital financeiro e empresas multinacionais. Essa nova configuração da produção de lucro, da produção de bens à venda de serviços, adota aquilo que Michalet, citado por Chesnais (1996), denominou de estratégia tecno-financeira, pois são os ativos intangíveis que têm como um elemento essencial o *know-how* e a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Assim:

[...] a base de sua competitividade está alicerçada na definição de um *know-how* e na P&D. Ela tentará valorizar essas vantagens em todos os setores de onde for possível aplicar suas competências tecnológicas. Com isso ela tenderá a sair de seu setor e diversificar-se em modalidades totalmente originais. Sua nova força reside em sua capacidade de montar 'operações complexas' [que] irão exigir a combinação de operadores vindos de horizontes muito diferentes: empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais de financiamento. Deste, uns serão locais, outros estrangeiros, e outros terão estatuto internacional. (MICHALET, 1985, p. 59-60, *apud* CHESNAIS, 1996, p. 77)

A empresa multinacional deixa de operar um ramo específico para alternar suas formas de extração de lucro. O *know-how* é a primazia de um potencial econômico próprio que permite sua capacidade competitiva no mercado mundial. Será, a partir da diversidade gerada pelo *know-how*, que como consequência culminará em resultados de pesquisa, que a sua extração de vantagens nos variados segmentos do mercado será preconizadora do capital humano, o conjunto da educação (básica, superior e profissional).

Desse modo, a teoria do capital humano, como pressuposto ideo-epistemológico, apresenta-se pela relação que estabelece entre a educação e a produção da ciência para atender aos interesses do mercado. Uma perspectiva produtivista pela iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento na direção do pleno emprego (SAVIANI, 2005). Apresenta-se com a finalidade, não da educação em sentido ontológico, mas, na perspectiva da formação como instrumento de produtividade de mais valor, que não possibilita ao ser humano conhecer e explicar cientificamente todo o processo da produção. O conhecimento científico enquanto conhecimento operacional que expressa o capital fictício volátil.

Segundo Silva (2015), a educação se torna um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico, logo, um bem produtivo. Essa orientação político-pedagógica é uma das facetas da teoria do capital humano como uma matriz hegemônica da educação brasileira. Com a finalidade de não apresentar explicitamente sua função econômico-político-ideológica no âmbito educacional e pedagógico, a teoria do capital humano oculta, sob a forma de produção técnico-científica, dois aspectos:

[...] vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua 'ineficiência' e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento — a educação geradora de um novo tipo de capital — o 'capital humano'. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 2006, p. 123)

Nessa forma do capital manter sua lucratividade, o Estado necessita reformular sua atuação para minimizar sua intervenção no âmbito das políticas sociais. Sendo assim, a reforma do Estado - iniciada em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - é preconizada com o alinhamento ideológico do mercado da racionalização dos meios para alcançar o fim, rebatendo diretamente nas IES públicas. Na concepção de Sguissardi e Silva Júnior (2018):

[...] a reforma do Estado se inseria na nova fase do capitalismo, caracterizada por um Estado mínimo, forte no plano nacional e muito flexível no plano internacional, além de vulnerável às flutuações da economia mundial macrogerida pelo capital financeiro pela via monetária. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018, p. 26)

A reforma é o fechamento do pacto entre o Estado e o Capital. No Brasil, o então Ministro da Administração Federal da Reforma Constitucional (MARE), Bresser Pereira, foi o patrono do alinhamento (MINTO, 2006). Para Bresser Pereira, o Estado Moderno, uma socialdemocracia²⁵, teria como sustentação dois núcleos essenciais: o burocrático e o de serviço e de obras de infraestrutura.

Aos organismos multilaterais coube a tarefa de desenvolver a narrativa, constante nas políticas de minimização do Estado, para maximização do capital (SANFELICE, 2000), de que as instituições públicas são custosas e pouco eficientes, devendo o Estado se eximir dessa incumbência. Além disso, colocaram a universidade como a draga do dinheiro público da educação, ao afirmar que essa esfera educacional tinha mais financiamento do que a educação básica, sendo essencial um reordenamento das finanças, isto é, a educação básica passaria à prioridade do investimento público.

À primeira vista se apresenta uma preocupação com o investimento da educação básica, contudo, há intenção de abrir o flanco do ensino superior para o mercado, diversificando sua fonte de financiamento. Ou seja, o incentivo privado representa uma desresponsabilização do Estado perante suas instituições e um estrangulamento do ensino superior público para que

²⁵ Essa socialdemocracia não tem as mesmas finalidades da alemã. No Brasil é um partido da burguesia que tem sua expressão no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

possam buscar investimento do setor privado. Infere-se que a única saída para a educação está na esfera privada das relações econômicas, acentuando a mercadorização da educação superior.

O aprofundamento do processo de privatização da educação superior será realizado a partir de dois eixos norteadores: a) a expansão de instituições privadas com a liberalização dos serviços educacionais; b) a privatização interna das instituições públicas, por meio das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições. (LIMA, 2007, p. 82)

É preciso deixar claro que esses dois elementos, expansão das instituições privadas e privatização das instituições públicas, não são genuinamente uma política do Estado. Este atua como mediador das ações necessárias para sua efetivação, uma vez que está subjugado aos interesses do capitalismo monopolista dos grandes conglomerados do empresariado da e na educação.²⁶ Sendo assim, o Estado nacional reordena suas políticas internas com o objetivo de promover a transferência de sua desresponsabilização para a responsabilização do mercado. Para isso opera com a retirada do:

[...] financiamento da educação superior pública; o estímulo a medidas que acentuam a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas; o aprofundamento do processo de empresariamento da educação superior, seja pela ampliação do número de cursos privados ou pela imposição de uma lógica empresarial à formação profissional; a política de redução do tempo de duração dos cursos e de precarização do trabalho docente. (LIMA, 2008, p. 19)

Diante desse quadro, o capital encara a educação superior como um produto para a busca incessante de sua autovalorização. Para isso, materializa-se numa mercadoria que incide diretamente na formação humana. A educação superior assume nessa relação social específica um duplo caráter: a “educação-mercadoria” e a “mercadoria educação”.

Rodrigues (2007), na obra *Os empresários e a educação superior*, apresenta um importante panorama de como o empresariado vem operando por suas organizações - Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Instituto Euvaldo Lodi (IEL) - para indicar os rumos das formações dos trabalhadores, bem como quais e como os conhecimentos devem ser tratados na busca de valorização do capital.

²⁶ Os grandes conglomerados monopolistas: Anhanguera, Kroton, Estácio de Sá, Pitágoras-Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR) etc.

Por um lado, se um capital em particular estiver buscando sua valorização a partir da venda de serviços educacionais, tais como o capital investido em instituições de ensino, sejam escolas ou universidades, esse capital comercial tenderá a tratar a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional. Em outras palavras, o serviço educacional, como um curso de graduação prestado por uma universidade (em geral, privada), é o caso típico de educação-mercadoria. Se, por outro lado, a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias, como sói ser no processo produtivo, o capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como mercadoria-educação. (RODRIGUES, 2007, p. 6)

A educação-mercadoria se constitui nas vendas de vagas de cursos de graduação e se limita à relação entre oferta e demanda que interesse à instituição comercializante. No que diz respeito à mercadoria-educação, é a busca do mercado por seus produtos, conhecimento e força de trabalho. Daí, pode-se depreender uma gama de cursos efêmeros, pois o mercado indica áreas de pouca importância que demandam provisoriamente, sob o “discurso da profissão do futuro”, que nunca chega, um número de profissionais. Uma vez preenchidas tais vagas, essas áreas geram uma quantidade de desempregados, que vão trabalhar noutra área que não a de formação, quando não se tornam estatísticas da informalidade.

No caso de áreas específicas de expansão e diminuição do tempo de formação de mão de obra, é fundamental para a intensificação do exército de reserva essencial para o barateamento do valor da força de trabalho, pois com um desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2009; ANTUNES, 2009) o trabalhador é coercitivamente, sob o jugo da liberdade, levado a aceitar a oferta de qualquer emprego.

Essa perspectiva de formação é uma orientação calcada nas chamadas metodologias ativas de ensino, que são fenômenos que se desdobram das pedagogias do “aprender a aprender” (DUARTE, 2001), preconizadores dos indivíduos enquanto produtores do próprio conhecimento, e incide diretamente numa formação humana centrada no individualismo burguês.

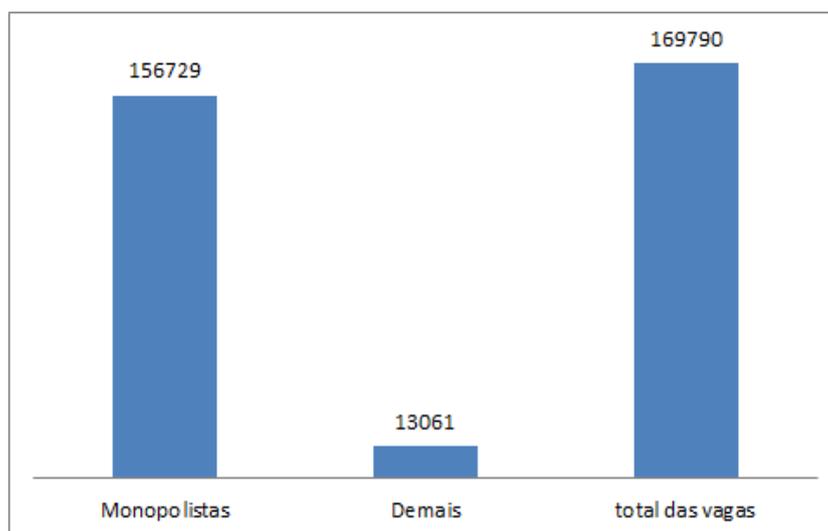
Um segundo aspecto da política da EAD, para racionalizar os custos efetivos da produção, é a intensificação (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018) e extensão do trabalho docente. A utilização das diferentes plataformas tecnológicas aumenta a quantidade de estudantes que devem ser atendidos, de forma precarizada pelos professores num determinado espaço de tempo conforme contrato de trabalho. Adota-se o dos sistemas de produção fordista-taylorista e da produção flexível. Isto é, no tempo contratado deve dar conta das atividades,

entretanto, a ideia da “liberdade” de trabalhar em qualquer tempo e espaço acaba, por via dos instrumentos tecnológicos, intensificando o tempo de trabalho e escravizando os trabalhadores.

Ademais, a expansão desenfreada da EAD é um risco eminente à qualidade da formação profissional para atuação nos diversos campos de intervenção, mas em especial à formação de professores que deve, na centralidade de seu trabalho educativo, dominar os fundamentos teóricos de sua área de conhecimento.

Nesse contexto, há um terceiro aspecto estruturante da EAD, a monopolização da educação e, conseqüentemente, da formação. Na Bahia, os dados sobre a quantidade de vagas em Educação Física apresentam um número de mais de 150 mil vagas oferecidas por grupos monopolistas em comparação com as ofertadas pelas IES públicas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Quantidade de vagas em Educação Física ofertadas no estado da Bahia (até 2019)



Fonte: E-mec, 2019.

De acordo com os dados, num total de 169.790 vagas para os cursos de Educação Física, 92,31% estão sendo ofertadas por 10 grandes grupos monopolistas da educação, sendo, pois, todas ofertadas na modalidade EAD, enquanto apenas 7, 69% estão sendo ofertadas pelas demais IES, entre públicas e privadas.

Neste cenário, as universidades públicas representam apenas 0,57% às ofertas de vagas, com a quantidade ínfima de 971 vagas para cursos presenciais. Esse filão de mercado está concentrado em 10 grupos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Oferta dos cursos de Educação Física na modalidade EAD por grandes corporações

Instituição(IES)	Sigla	Grau	Modalidade	Vagas Autorizadas
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	CEUCLAR	Licenciatura	A Distância	1200
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	CEUCLAR	Bacharelado	A Distância	2500
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	UNESA	Bacharelado	A Distância	2600
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	Licenciatura	A Distância	5000
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	Licenciatura	A Distância	17000
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	-	Bacharelado	A Distância	38400
UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	Bacharelado	A Distância	47880
UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	UNICID	Licenciatura	A Distância	3000
CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO	UNICNEC	Licenciatura	A Distância	1600
UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	UNIDERP	Licenciatura	A Distância	1000
UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	UNIDERP	Bacharelado	A Distância	9999
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	UNICESUMAR	Licenciatura	A Distância	1500
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	UNICESUMAR	Bacharelado	A Distância	1500
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	Licenciatura	A Distância	4200
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNITER	Licenciatura	A Distância	1500
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNITER	Bacharelado	A Distância	6000
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	UNINTA	Licenciatura	A Distância	2000
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	UNINTA	Bacharelado	A Distância	9950
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	UNIFACVEST	Licenciatura	A Distância	3000
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	UNIFACVEST	Bacharelado	A Distância	500

Fonte: E-mec, 2019.

Os dados extraídos do E-mec possibilitam constatar que existem cursos de licenciatura com liberação para atender 17.000 estudantes e bacharelados com 38.400, a exemplo dos monopolistas da educação do grupo Pitágoras-UNOPAR. O dado mais surpreendente é o da Universidade Paulista (UNIP), com autorização para atender 47.880 no curso de bacharelado. Tal realidade precariza a formação e intensifica o trabalho do professor, haja vista que esse tipo de instituição se utiliza de um professor formador que ministra aulas on-line ou gravadas uma vez por mês e o restante do acompanhamento é realizado pelos tutores que, em muitos casos, não apresentam formação na área.

Compreendendo que a formação dos professores de Educação Física está orientada pelos interesses de mercado, infere-se que dois fatores não são importantes para esses grupos: a qualidade do processo formativo de seus estudantes e a qualidade da formação dos professores que trabalham nos cursos de formação de professores. A preocupação dos monopólios da educação é com a submissão dos professores à lógica precarizada das condições de trabalho para extração de mais-valor e lucro.

Aqui não há como não ter superposição da quantidade sobre a qualidade, pois, como afirma Martins (2015), no trabalho educativo a quantidade de objetivação na subjetividade humana qualifica a aprendizagem e, conseqüentemente, o ensino.

Nesse sentido, pode-se afirmar contundentemente que é impossível ter uma qualidade de formação com um ambiente, seja ele físico ou virtual, com milhares de estudantes. A única lógica estabelecida aqui é a máxima extração de mais-valia para obtenção do lucro pelos

monopolistas da educação. Essa inferência é retirada da objetividade do real, posto que essa dinâmica não é estabelecida nas universidades públicas que têm a preocupação com a formação acadêmica assentada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Compreender essas características dos cursos de Educação Física (monopolização da educação, fragmentação da formação, intensificação do trabalho docente e precarização da formação com a massificação da EAD) para análise da produção do conhecimento se justifica pela necessidade histórica de compreender qual o espírito acadêmico-científico que está sendo forjado nesses cursos. Notadamente uma orientação assentada nos interesses privatistas de mercado, não na formação humana.

Portanto, se o modo de produção é baseado na exploração da força de trabalho para maximização do lucro, negar a universidade pública é uma tática para favorecimento do privado, fator que ajuda a compreender os incessantes ataques ideológicos e estrangulamento financeiro.

A defesa é de favorecimento da esfera privada, por isso os investimentos do setor público são estrangulados, suas condições materiais deterioradas com a justificativa de ser o privado uma gestão eficiente tanto do ponto de vista de recursos humanos quanto dos bens materiais.

Afirmar que a universidade pública é de baixa qualidade e cara é um discurso que na prática não se sustenta frente aos resultados apresentados em níveis internacionais. De acordo com uma pesquisa da Revista inglesa *Times Higher Education 2019*²⁷, de 1.250 universidades do mundo avaliadas, 36 brasileiras foram apresentadas como as melhores do mundo. No que se refere à esfera regional, o Brasil desponta com seis das 10 melhores universidades da América Latina.

O ponto nevrálgico desse resultado é que 33 das 36 são universidades públicas, entre estaduais e federais e apenas três são privadas, embora sejam as historicamente reconhecidas: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Os estudos coletivos organizados por Marcovitch (2018) sobre os resultados das universidades brasileiras em *ranking* internacional afirmam serem as universidades públicas o centro da produção científica; na esfera privada apenas as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) aparecem numa condição baixa. No quadro a seguir, podem-se identificar as principais universidades segundo outra análise.

²⁷ Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats. Acesso em: 12 abr. 2019.

Quadro 3 - Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa (período de 2011-2016)

Universidade	Documentos na Web of Science	Impacto da citação	Artigos no Top 1 (%)	Artigos no Top 10 (%)
Univ. de São Paulo (USP)	54.108	0,93	1,06	7,96
Univ. Estadual Paulista	20.023	0,79	0,69	6,10
Univ. Estadual de Campinas	17.279	0,94	1,22	8,35
Univ. Federal do Rio de Janeiro	16.203	0,93	1,11	8,18
Univ. Federal do Rio Grande do Sul	14.611	0,89	0,86	6,6
Univ. Federal de Minas Gerais	13.294	0,88	0,67	6,24
Univ. Federal de São Paulo	10.667	0,93	1,05	6,15
Univ. Federal do Paraná	8.233	0,67	0,44	5,31
Univ. Federal de Santa Catarina	7.908	0,91	0,66	6,79
Univ. do Estado do Rio de Janeiro	6.433	1,01	1,45	8,98
Univ. Federal de Pernambuco	6.420	0,73	0,48	5,51
Univ. Federal de Viçosa	6.373	0,63	0,56	4,33
Univ. de Brasília	6.218	0,89	1,13	6,10
Univ. Federal de São Carlos	5.794	0,72	0,50	6,28
Univ. Federal de Santa Maria	5.750	0,65	0,24	4,96
Univ. Federal do Ceará	5.621	0,76	0,75	6,12
Univ. Federal Fluminense	5.441	0,71	0,70	5,99
Univ. Federal de Goiás	4.217	0,74	0,81	5,90
Univ. Federal da Bahia	4.198	0,81	0,88	6,77
Univ. Estadual de Maringá	4.067	0,61	0,44	4,50

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019.

Esse quadro é resultado de uma pesquisa realizada pela *Clarivate Analytics* a pedido da CAPES sobre o desempenho científico das universidades em esfera internacional entre 2011-2016. Os dados indicam que a universidade pública responde por 95% da produção científica nacional em bases internacionais, ocupando a 13ª colocação entre mais de 190 países do mundo.

Ademais, os índices colocam as universidades públicas como centros de excelência na produção de conhecimento científico, pois estão assentadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão, enquanto as instituições privadas centram, predominantemente, no ensino; e as que ofertam o ensino a distância nem com isso se comprometem, apenas com o lucro.

Postas as principais características dos cursos de Educação Física dispostos no estado da Bahia, suas modalidades, natureza, oferta de vagas dominadas pelo mercado e minguadas nas universidades públicas, cuja contradição aponta para uma demanda existente que não é absorvida pelo ensino superior público em detrimento de um setor privado que alimenta essa condição e se apropria desta para explorar amplamente a educação enquanto uma mercadoria, passa-se agora para a descrição do perfil dos professores que trabalham nesses cursos.

3.1 TRAÇOS ESSENCIAIS DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE TRABALHAM NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

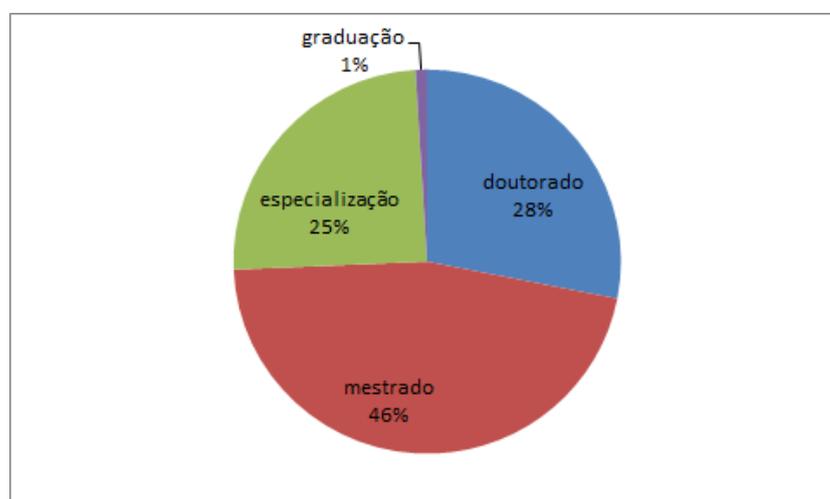
O quantitativo de 92 cursos de Educação Física em atividade, ofertados por 61 instituições: universidades, centros universitários e faculdades, demanda da pesquisa conhecer,

ainda que de forma parcial, o conjunto de professores que trabalham nesses cursos. Desse modo, é preciso levar em consideração que essa parcialidade das informações não é o devido aos limites da pesquisa, mas pela dificuldade imposta na realidade objetiva de acesso às informações dos cursos. Em alguns casos, há sonegação, tanto da produção quanto da lista de professores docentes dos cursos.

Assim sendo, os dados da pesquisa se reduzem a uma particularidade de 20 cursos de Educação Física do estado, sendo todos presenciais, o que já se apresenta como um rico e vasto material para desenvolvimento da análise com o objetivo de estabelecer uma generalização de um fenômeno multideterminado.

O conjunto das informações apresenta dados de 417 professores que trabalham nos cursos de Educação Física. Desses, quatro não publicizaram suas informações, quatro têm apenas graduação, 102 apresentam pós-graduação *lato sensu* (especialização), 307 têm formação pós-graduação *stricto-sensu* (191, mestrado e 116, doutorado). Em percentuais, 74% dos professores têm formação *stricto sensu*, enquanto 26%, *lato sensu*. Como demonstra o gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Formação dos professores dos cursos de Educação Física no estado da Bahia



Fonte: Epistef/Nordeste, 2019.

No que se refere à graduação, é notável a variedade: Educação Física, Dança, Fisioterapia, Medicina, Direito, Pedagogia, Nutrição, Letras, Filosofia, Administração, Biologia, Biomedicina, Comunicação, Ciências Biológicas, Farmácia, História, Comunicação Social, Agronomia, Engenharia de Pesca, Ciências Econômicas, Odontologia, Ciências Sociais, Sistema de Informação, Marketing e Administração, Psicologia, Técnico de Petróleo e Gás, Zootecnia e Ciências Contábeis.

Na pós-graduação *lato sensu* prevalecem os campos: da educação, do treinamento desportivo, da fisiologia do exercício, e da reabilitação e saúde.²⁸

Nesse cenário, um primeiro elemento que intriga e instiga é a amplitude das graduações dos professores atuantes na formação em Educação Física. Poder-se-ia questionar, pois, qual a relação entre Petróleo e Gás, Zootecnia e Sistema de Informação com formação de professores de Educação Física? A resposta a essa questão não pode ser encontrada na representação do pesquisador, o que seria uma relação altamente abstrata, é preciso ir ao real, ou seja, aos perfis dos cursos. Nessa direção, uma primeira resposta que emerge é nada e uma segunda, tudo. O nada diz respeito a uma graduação que não tem relação direta, que não conhece os fundamentos epistemológicos da área. O tudo refere-se ao mundo guiado pela relação de troca generalizada, a mais-valia é conquistada com intensificação e rebaixamento do valor da mão de obra para elevação do lucro, portanto, pouco importam para o capitalista a formação e a área do conhecimento.

Ao analisar os perfis dos cursos, notadamente se reconhece o predomínio das instituições privadas. Essas adotam critérios diferentes das instituições públicas para seleção e contratação de professores. Levanta-se, pois, uma hipótese: no primeiro momento um professor é selecionado e contratado para um curso que, geralmente, corresponde à sua graduação, entretanto, para diminuir os custos e elevar o lucro, a instituição utiliza o mesmo professor, por via da compatibilização de disciplina, para ministrar o mesmo componente curricular para diferentes cursos no mesmo tempo de aula.

O professor trabalha por dois, três, mas recebe o valor como se estivesse ministrando aulas apenas para uma turma específica. Por exemplo, o professor da disciplina de Metodologia da Pesquisa ou de Fundamentos Filosóficos deveria atender a uma área específica, torna-se abrangente e atende a outras áreas do conhecimento numa mesma turma. É a concretização da não duplicação dos meios para o mesmo fim preconizada pela modelo flexível de racionar a produção (HARVEY, 1992).

Além disso, tanto os requisitos quanto o processo de ingresso são os mais variados. Nas universidades públicas a contratação de um professor deve, por força de lei, ocorrer pela via do concurso público com prova dissertativa, prova didática e prova de títulos. Assim, o professor contratado necessita ter uma graduação que corresponda ao curso, no caso Educação Física, e uma titulação de pós-graduação mínima de mestrado. Porém, em algumas especificidades de

²⁸ Considerando as especificidades de especialização, chega-se ao número de 97 cursos, não sendo necessária sua descrição nesta tese.

formação em outras áreas do conhecimento é aceito, por exemplo, que um professor para ministrar o componente curricular Dança possa ter formação em Dança, uma vez que se trata de um objeto específico que faz parte da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Na seção subsequente, apresenta-se uma descrição analítica dos traços gerais da realidade que implica a formação dos professores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia.

3.2 REALIDADE ANALÍTICA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM QUESTÃO

O nível de qualificação/formação profissional permite compreender o grau de educação de uma população, sua condição e atuação nos permanentes desenvolvimentos tecnológicos e na processualidade do trabalho. A alta cultura, como afirma Gramsci (1999), é uma condição fundamental para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Disso decorre a necessidade da formação de professores com consistente base teórica como instrumento que possibilita a ampliação da capacidade humana de analisar os problemas concretos do objeto de estudo, ensino e pesquisa da educação em conexão com as determinações da realidade objetiva.

A formação em nível de pós-graduação é um dos pressupostos que fazem uma nação alcançar níveis satisfatórios de educação escolarizada. Mesmo considerando os avanços promovidos pelas políticas de formação de professores nos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua base governista, esse ainda é um grande desafio para a sociedade brasileira que historicamente sofre com a desigualdade em níveis internacional e nacional.

No que se refere aos professores com formação específica em Educação Física, identificou-se uma totalidade de 282. Desse total, há aqueles que exercem a docência nos cursos com especialização (65), outros com mestrado (114) e doutorado (103). Contudo, deter-se-á, a partir deste momento, aos mestres e doutores, cujo objeto de investigação desta pesquisa são suas teses e dissertações.

Essa população extremamente qualificada é uma pequena parcela do estrato social geral, mas que vem crescendo ano após ano, contribuindo, assim, para o processo de aperfeiçoamento da educação brasileira. Vale salientar que a formação é um vetor importante, mas não é o único. A relevância do trabalho pedagógico efetivado por esse público vai depender, também, da qualidade das condições materiais empregadas e diversidade de conhecimento democraticamente debatido para desenvolver suas ações concretas – pouco adianta ter uma

quantidade de mestres e doutores formados, para se enquadrar nos critérios de índices de desenvolvimento humano, se as condições estruturais não contribuem para tal monta.

Esse desenvolvimento na educação não foi aleatório. Uma das três dimensões básicas avaliadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para apontar o índice de desenvolvimento humano (IDH) é o acesso ao conhecimento, tempo médio e expectativa de estudo dos membros de uma sociedade, por isso, também essa relação consequente entre graduação e pós-graduação. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014), entre os anos 1980 e 2013 o Brasil saiu de 2,5 para 7,6 pós-graduados. Outro fator é a expectativa dos anos de estudo que saltou de 9,9 em 1980 para 15,2 em 2013 – neste período, o Brasil vivia uma fase crescente no desenvolvimento humano, ficando estagnado a partir de 2015.

Os dados permitem inferir que quanto maior a expectativa de estudo na educação básica, maior também será seu vulto na educação superior e, conseqüentemente, na pós-graduação.

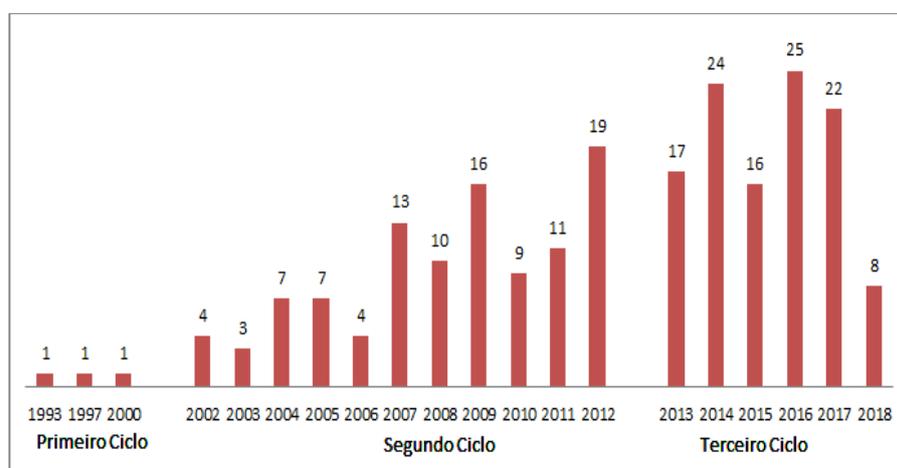
Ademais, os 217 mestres e doutores que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia tiveram suas formações em diferentes períodos históricos nas mais variadas instituições na esfera nacional e internacional. Para apresentação dos anos de formação da pós-graduação, mantém-se a lógica dos ciclos estabelecidos na exposição do início da atividade dos cursos (Gráfico 4). Sendo assim, têm-se no primeiro ciclo, determinado entre os anos de 1993 até 2000, apenas três formações em nível de doutoramento. No segundo ciclo, entre os anos de 2002 a 2012, têm-se 103, sendo 62 com formação em nível de mestrado e 41, doutorado.

O terceiro ciclo, de 2013 a 2018, estabelece uma relação congênita com o surgimento dos cursos de graduação, num menor espaço de tempo, têm-se uma grande quantidade de formação na pós-graduação: 112, sendo 60 doutores e 52 mestres. À medida que se desenvolvem cursos de graduação são necessárias formações para atuação nessa área, não só, mas, sobretudo para a produção de um exército de reserva para minimizar os custos de produção.

Ocorreu uma inversão no nível, houve, durante esse ciclo, mais formação em nível de doutorado do que mestrado. Acredita-se que esse crescimento da pós-graduação, sobretudo no doutorado, é consequência dos professores formados no ciclo anterior, bem como dos programas de criação e expansão das universidades públicas, instituições que predominam nessa formação.

O gráfico 4 a seguir apresenta os anos do ciclo de formação.

Gráfico 4 - Anos do ciclo de formação



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Com base na amostra dos dados coletados, as áreas de concentração ou os programas de pós-graduação são realizados em âmbito nacional e internacional, todavia, há uma predominância na área da educação (93), Educação Física (37) e em áreas relacionadas à saúde (17). Essa característica é determinada pelo longo período de ausência dos programas de pós-graduação em Educação Física na Região Nordeste, induzindo os professores a desenvolverem suas pesquisas noutras áreas, como Educação, e quando buscaram pós-graduação em Educação Física necessitaram migrar para as Regiões Sul e Sudeste, lócus concentrador desses programas.

No quesito região, predomina o Nordeste enquanto centro formador com 115 produções, seguido da Região Sudeste, com 41 pesquisas desenvolvidas em suas principais universidades e 26 na Região Sul.

Autores como Gamboa (2010a), Chaves (2005) e Silva (2015) já apresentaram como principal motivo da realização de pós-graduação noutras áreas do conhecimento a ausência, depois da parca oferta da pós-graduação em Educação Física na Região Nordeste. Entretanto, é preciso refletir, também, sobre o movimento do debate epistemológico ao apresentar os paradigmas predominantes na produção científica em Educação Física cujo primeiro período da produção do conhecimento (1982-1992) residia sua centralidade na função técnico-experimental assentada na ciência positivista (GAMBOA, 2010a; SILVA, 1990, 1997; CHAVES, 2005).

Com a ampliação do debate, outras possibilidades epistemológicas tomaram corpo e se impuseram pela necessidade de explicar o objeto de estudo e pesquisa da educação noutra lógica. Nesse sentido, sustentaram-se as perspectivas subjetivistas e críticas em suas diferentes interpretações. Portanto, outras áreas do conhecimento enriqueceram as análises e explicações sobre o que deveria ser estudado e ensinado pela área, assim, não só o fato de não ter pós-

graduação, mas também a própria busca da identidade epistemológica da Educação Física (BRACHT, 2003).

Outra característica essencial da formação é que predominam as pós-graduações desenvolvidas em universidades públicas e com pequena parte realizada em instituições privadas nacionais. São 162 (57%), destas, a UFBA apresenta um quantitativo de 75, ou seja, 26% da produção total. Ademais, no âmbito internacional, foram contabilizadas 26 produções em diversas faculdades, mas há uma prevalência de Portugal, com 18 produções. Porém, mesmo a grande parte sendo desenvolvida em instituições públicas, apenas 62 (28%) pesquisas dispuseram de financiamento de agência de fomento. As principais agências são a CAPES, com 33 e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com nove.

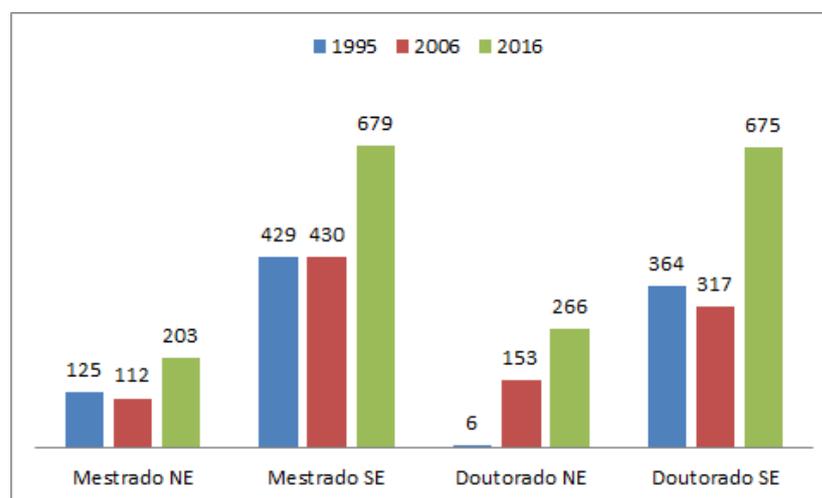
Mesmo com esse crescimento de titulação de doutorados, a pesquisa aponta a necessidade de os mestres continuarem seu processo de formação para o doutorado. Os dados demonstram uma timidez nesse avanço, apenas 25% (38 até o momento da pesquisa) dos professores estão promovendo seus estudos de doutorado. Acredita-se que um dos fatores limitantes para a continuidade dos estudos e pesquisa seja a condição de financiamento, uma vez que o recebimento de bolsa é o fator preponderante para prosseguimento dos estudos de pós-graduação.

Além disso, este percentual é fruto da desigualdade histórica no âmbito dos investimentos na educação na Região Nordeste, haja vista que o Sul e Sudeste têm sido concentradores dos programas de excelência – critérios estabelecidos para avaliação do conceito. Para se ter uma ideia da desigualdade de distribuição de bolsas, de acordo com os indicadores iniciais do ano 1995 dispostos do GeoCapes²⁹, o Nordeste teve 1.647 bolsas, enquanto na Região Sudeste, 14.328. Em 2017, o fosso se acentua ainda mais, foram 47.968 no Sudeste contra 18.122 no Nordeste.

Considerando a distribuição de bolsas nas duas maiores áreas de formação em pós-graduação dos professores do estado da Bahia, em 1995, a educação obteve o segundo maior número (1.186 de bolsas), subdividido em 793 para os cursos de mestrado e 393 para os de doutorado. A Região Nordeste tinha 11,5% da totalidade das bolsas distribuídas: 137 bolsas, sendo seis para doutorado - duas na Universidade Federal do Ceará (UFC) e quatro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e 131 para o mestrado. Enquanto a Região Sudeste recebeu um total 66, 9%, 793 divididas em 364 para doutorado e 429 para mestrado. (Gráfico 5)

²⁹ Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES.

Gráfico 5 - Distribuição de bolsa de estudos para pós-graduação nas Regiões Nordeste e Sudeste



Fonte: GeoCapes, 2019.

Além das diferenças econômicas historicamente postas que radicalizaram as desigualdades entre as regiões, o desenvolvimento do cabedal científico vai ser reflexo, também, dessa determinação. No atual estágio das relações capitalistas de produção, a região economicamente mais poderosa desenvolverá os cursos de pós-graduação com os melhores indicadores de pesquisa, ou seja, o Sudeste do Brasil.

A própria lógica que estabelece os critérios avaliativos a fim de aferir, classificar e certificar a qualidade dos cursos tem como finalidade o acirramento dessas condições. O sistema avaliativo não tem apenas a função de avaliar, decorre também da distribuição de vantagens, aumento do número de bolsa, financiamento para compra de materiais de pesquisa, publicação de livros, promoção de eventos científicos que contribuem para o desenvolvimento da pós-graduação. No outro lado da mesma moeda, têm-se as sanções, medidas adotadas para aqueles cursos que não correspondem aos critérios estabelecidos, que vão desde a diminuição de bolsas até o descredenciamento ou fusão entre programas.

Desde 1998, a CAPES vem adotando a metodologia de seu sistema avaliativo a partir do atendimento ou não dos critérios, que vão implicar num conceito, que teoricamente estão numa faixa entre 1 e 7. O conceito mínimo para funcionar um programa de mestrado é o 3 e para doutorado, 4.

Na distribuição de programas com conceito 7 – aqueles considerados de sublimidade e são comparados com os centros de excelência dos países desenvolvidos – existem no Brasil 190 cursos com esse nível de excelência, cuja concentração está nas Regiões Sul e Sudeste: 143 na Região Sudeste, sendo São Paulo o centro aglutinador com 87 cursos, correspondendo a 45,8%

na esfera nacional, enquanto o Nordeste tem apenas nove. Um ponto positivo é que estão majoritariamente em universidades públicas: 53,2% nas federais, 39,5% nas estaduais e apenas 7,4% nas privadas. Com conceito seis são 186 no Sudeste, e 28 no Nordeste. Com conceito cinco, 396 (Sudeste) e 110 (Nordeste).

Isso tem uma grande repercussão na produção do conhecimento científico, posto que este resultado define o pleno domínio dos meios de produção para a ciência. Contudo, a questão que se coloca em torno da qualidade não é a política de fomento, mas a política punitiva, no sentido de fortalecer aqueles que já têm historicamente as condições materiais para tanto, deixando que o restante imprima um esforço descomunal para melhorar o conceito de seus programas.

Desse modo, é necessário romper essa lógica punitiva e promover o fomento generalizado da pós-graduação. Isso significa analisar as fragilidades dos programas que não atendem aos requisitos, para superar e alcançar os padrões de excelência.

Postos os elementos principais acerca da formação dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de Educação Física no estado da Bahia, bem como os nexos que demarcam a concentração da pós-graduação no Sudeste e Sul do país, apresentar-se-á na seção posterior a causalidade da fragmentação dos pressupostos ontológicos na produção do conhecimento em Educação Física a partir das teses e dissertações analisadas.

4 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA FRAGMENTAÇÃO ENTRE PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA BAHIA

A produção do conhecimento é um pressuposto essencial para conhecer os rumos que a formação profissional vem tomando e por dentro desta o desenvolvimento de uma hipótese de como está sendo a atuação política-ideológica desses profissionais para enfrentar as contradições que estão cadentes na sociedade cindida em classes sociais. Dela decorre a necessidade de o pesquisador problematizar a realidade e por diferentes formas, instrumentos e técnicas apresentar as respostas que não estão dadas pelo imediato.

Quando se lança uma pergunta numa tese ou dissertação, conjuntamente projeta-se uma expectativa de que o caminho percorrido para a resposta seja apresentado cientificamente. A relação dialética entre pergunta e resposta (GAMBOA, 2013), a sistematização do conhecimento, rompe com as resoluções exatas calcadas no senso comum.

Desse modo, a forma como vai ser operada a produção do conhecimento pode revestir a concepção na qual o pesquisador toma como pressupostos verdadeiros para a sua intervenção na realidade. O fato de estarem travestidas não significa que estas concepções inexistam. Em alguns casos é preciso um processo analítico para desvelar os pressupostos que dão sustentabilidade a uma determinada forma de ação do pensamento. É preciso, antes de tudo, conhecer o objeto em sua aparência para revelar a sua essência.

Para responder à primeira pergunta filosófica: o que é o ser humano? toma-se como ponto de partida uma descrição analítica para conhecer os traços essenciais da produção do conhecimento em Educação Física: temática, objetivo, problema, concepção de ser humano/sociedade.

No processo de mapeamento dos cursos de Educação Física da Bahia foram identificados 217 de professores com formação em Educação Física que trabalham nestes cursos. Entretanto, o material de análise ficou circunscrito a 132 produções. Esse quantitativo resulta das adversidades³⁰ que impossibilitaram o acesso à totalidade da produção. Assim sendo, a fonte de pesquisa são: 32 teses de doutorado e 100 dissertações mestrado, consequência dos cursos de pós-graduação.

³⁰ Entre as adversidades, citam-se: indisponibilidade digital de algumas teses e dissertações; não retorno de alguns professores contatados quanto à possibilidade de repasse da produção; ausência de banco de dados etc.

Com a finalidade de revelar os fundamentos lógicos e históricos (KOPNIN, 1978), um suposto ontológico desponta como essencial no debate, a concepção de ser humano/sociedade expressa nas produções analisadas. Toma-se dialeticamente a relação entre ser humano, sociedade como uma unidade indissolúvel, posto que a construção da sociedade é um ato histórico, fruto das ações teórico/práticas empreendidas pelo conjunto da humanidade.

A decisão por esse suposto ontológico não ocorreu aleatoriamente, mas como meio de buscar o reconhecimento do projeto de formação que significa perguntar: o que é o ser humano e a sociedade? Formar para quê? Qual o atual estágio de desenvolvimento da luta de classes? É possível formar professores para conformar, reformar ou transformar?

As condições do modo de produção capitalista demandam a formação de sujeitos que sejam, antes de tudo, consumidores alienados, que não consigam enxergar a realidade como ela verdadeiramente é. Segundo Albuquerque (2011), é importante a compreensão de como é estabelecida a relação entre sujeito e objeto exposta pelos pesquisadores, pois disso decorrem outras concepções adotadas que não são arbitrárias, mas refletem uma forma, uma visão de mundo e, conseqüentemente, seu télos.

Na obra *Concepção dialética da história*, Gramsci (1978) demonstra a não arbitrariedade ao expor como todos os seres humanos são filósofos, pois a sua atividade intelectual, ainda que seja exercida de forma “inconsciente”, apresenta uma concepção de mundo e o comportamento adotado diante dele (teoria e prática). Isto é, a natureza ontológica do conhecimento é basilar à relação da unidade dialética entre premissas teóricas e premissas programáticas.

Gramsci (1978) prossegue com um questionamento crucial para a formação da personalidade e produção do conhecimento. Interroga sobre se é preferível desenvolver o pensamento pela “imposição” exterior de determinados grupos sociais ou se é mais prudente, a partir do que é apresentado pela realidade, desenvolver a crítica e formular um pensamento próprio, uma visão de mundo que corresponda às necessidades reais de desenvolver ativamente as produções históricas – o que não significa exclusão do ser humano de um determinado grupo social –; a diferença é que o pensamento torna-se promovido por uma clara concepção de mundo. Ou seja,

pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais de um mesmo modo de *pensar e agir*. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. Problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual que fazemos parte? Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e

desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos de homens das cavernas e princípio da ciência mais moderna e progressista. (GRAMSCI, 1978, p. 12, grifos do autor)

Gramsci (1978) apresenta, dessa forma, uma questão irrefutável à produção científica, a unidade entre as premissas teóricas e programáticas, em síntese, o pensar e o agir. A concepção de homem/sociedade ou são postas na esfera do cotidiano alienado, pela dimensão reprodutivista, no sentido restrito de fazer circular as mesmas ideias sem uma reflexão acurada sobre elas, ou de criticamente tornar-se consciente dos fenômenos impostos pela realidade.

O fato da concepção de mundo ser reflexo de determinados grupos sociais, numa reprodução sociometabólica regida pelo antagonismo social entre capital e trabalho (MÉSZÁROS, 2009), não permite espaço para meio-termo, mas para uma impositação de classe tanto no pensamento quanto nas ações. O que não significa mecanicismo ou revisionismo, mas, sobretudo, uma leitura das condições objetivas (pensar) para incidir em sua transformação (ação). Isso exige que coerentemente se reconheça o que se está fazendo no mundo, ou seja, o pensamento crítico. Para Gramsci (1978),

o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário. (GRAMSCI, 1978, p. 12-13)

O autor prossegue na afirmativa da necessidade imperativa da recuperação histórica para o aprimoramento das concepções de mundo coerentes e críticas. O indicativo de Gramsci (1978) aponta que o ser humano precisa de uma consciência de sua historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato que ela está em contradição com outras concepções ou elementos de outras concepções. A própria concepção de mundo (sociedade) responde a determinados problemas colocados pela realidade que são bem determinados e originais em sua atualidade.

A reconstituição, depuração do pensamento, exposta na produção do conhecimento impulsiona para o desenvolvimento da crítica assentada na concepção materialista e dialética da história rumo ao projeto de transição ao socialismo perante as posições abstratas. Para isso, busca-se a identificação das regularidades do fenômeno para o estabelecimento da crítica.

4.1 A HEGEMONIA DOS LIAMES LIBERAIS NA CONCEPÇÃO DE SER HUMANO/SOCIEDADE

Parte-se da concepção de que o método de exposição é posterior e superior ao de investigação. O primeiro busca exprimir de uma síntese da depuração analítica do segundo à luz da teoria, não cabendo nesse momento a descrição de todos os dados encontrados no segundo (GAMBOA, 2010a; KOSIK, 1976).

Nessa direção, identifica-se, no marco da produção do conhecimento analisada, que explicitaram a concepção de ser humano/sociedade, uma regularidade quanto ao reconhecimento do modo de produção da vida. Predomina a posição de que se está regido pelas leis de um sistema que não possibilita o exercício pleno dos direitos e deveres humanos. Essa regularidade do fenômeno se expressa pelas categorias apresentadas nas produções, seja por seu caráter classista, hegemônico, preconceituoso, homogêneo e desigual, excludente, sexista, explorador, discriminatório, racista etc. Isto significa que o atual modo de produção da vida – ainda que hegemonicamente as produções não adotem essa categoria – é um empecilho para o desenvolvimento pleno do humano-social.

Concorda-se com esse ponto de vista, porém, não basta apontar uma determinada característica da sociedade, é preciso ir além dessa aparência imediata (KOSIK, 1976) para conhecer suas leis de desenvolvimento e funcionamento em conformidade com a atividade humana teleologicamente guiada (LUKÁCS, 2015) numa certa etapa do desenvolvimento histórico. Segundo Kopnin (1972),

[...] o conhecimento das leis de desenvolvimento social adquire importância especial, porque a sociedade é a forma mais elevada e madura de desenvolvimento e o conhecimento do superior é o momento crucial para a compreensão do inferior. Neste caso, o conhecimento das leis da sociedade é premissa *sine qua non* do descobrimento das leis universais do desenvolvimento, atuantes tanto na natureza quanto na sociedade. (KOPNIN, 1972, p. 173)

Prossegue-se na esteira do pensamento de Kopnin (1972), ao tecer a crítica à perspectiva humanista de sociedade, que também aparece na produção analisada, para afirmar não ter suficiência apenas reconhecer o sistema social que rege a vida humana e apontar como resolução dos problemas na esfera individual. É preciso projetar os interesses baseados numa apreciação das possibilidades de desenvolvimento objetivo que represente os anseios da humanidade. Afirma o autor:

Hoje podemos encontrar muitas concepções humanísticas, cujo valor, segundo os autores, consiste já em que elas se empenham na humanização da sociedade. Mas em que se baseia essa humanização para eles não é interessante, a humanidade deve agradecer-lhes pelo seu desejo de tornar homem o homem, embora não importe de que maneira. Ademais, as dúvidas em seus métodos são tomadas como desconfiança pelos próprios anseios humanísticos. (KOPNIN, 1972, p. 188)

Acredita-se que a desconfiança reside na forma como as categorias aparecem nas teses e dissertações para definir o “sistema sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2009a), que retira suas determinações materiais das possibilidades de superação do atual nível de sociabilidade.

Mészáros (2009, p. 9), ao empreender a crítica aos diferentes sistemas de pensamentos que se desenvolveram em momentos históricos da sociorreprodução capitalista, aponta como essas “inovações” teóricas e metodológicas, na verdade, são “os grandes parâmetros metodológicos da era do capital como um todo, com características identificáveis de forma nítida”.

Compreende-se, desta forma, que as categorias como “inovações” teóricas escamoteiam a centralidade do antagonismo entre capital e trabalho, sendo estas resultado das mudanças materiais de longo alcance do sociometabolismo do capital que caracterizam a “fisionomia intelectual” (MÉSZÁROS, 2009) de momentos específicos que se acomodam nos limiares da estrutura do sistema. Portanto, não cabe aos personificadores do capital uma crítica radical à sua ordem,

pois os parâmetros metodológicos fundamentais das épocas históricas são circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua força dominante de controle sociometabólico e, como tal, são definidos segundo as potencialidades (e, evidentemente, também de acordo com as limitações) inerentes ao modo dominante de atividade produtiva e à correspondente distribuição do produto social total. Por isso as figuras representativas do horizonte social do capital têm de conceituar tudo de uma determinada maneira, e não de outra. E, uma vez que os limites em questão são *estruturalmente intransponíveis* – já que a substituição requereria a instituição de um modo de produção e distribuição *radicalmente* diferente –, as principais características metodológicas das teorias sintetizadoras que se originam nessa estrutura não podem ser alteradas de maneira significativa, pois uma alteração radical dos limites em questão – como fez o próprio Marx – equivaleria ao completo abandono do ‘ponto de vista da economia política’ que privilegia a perspectiva do capital [...]. (MÉSZÁROS, 2009, p. 10, grifos do autor)

Como já sinalizou Gramsci (1978), cada uma dessas categorias expressa uma posição dentro do sistema filosófico que vai se traduzir numa concepção de mundo, algumas como uma

reconciliação teórica com o capital e outras com sua ruptura. Assim, o fato de reconhecer que se está sendo regido por uma lógica perversa do capital não é substancialmente suficiente para existir uma unidade e projeto histórico (FREITAS, 1995).

Não se trata de ramificações de uma mesma escola de pensamento – que preservam o eixo central para superação dos condicionantes históricos –, mas de posições ancoradas na articulação defensável de determinados interesses sociais que não têm como primado o bem comum universal, mas sim particulares e singulares individuais.

Isso é notadamente apresentado nas produções analisadas, pois cada categoria apresenta de forma diferente o fundamento ontológico do sistema capitalista de produção, conforme se apresentarão, em caráter sintético, as principais contradições identificadas entre o reconhecimento do modo de produção e suas possíveis alternativas.

A primeira tendência identificada³¹, apesar de reconhecer os problemas advindos da forma como os seres humanos produzem e reproduzem a vida, coaduna com a visão naturalista de sociedade, como uma predeterminação apriorística; não se preocupa com suas determinações históricas, concebendo o indivíduo como dado – sempre foi assim –, logo, é preciso que o ser humano se adapte às condições que estão postas antes mesmo de sua existência, uma dimensão metafísica³² que não concebe a transitoriedade das relações sociais, evidenciando-as como intransponíveis. Acerca desta tendência, apresentam-se as seguintes contradições:

- a) Reconhece a existência das classes sociais, mas entre estas há uma linha tênue que extrapola fronteiras permitindo uma relação entre ambas.
- b) Compreendem as rápidas e constantes mudanças sociais, porém no que pesa o desenvolvimento humano, se reduz à diminuição das fronteiras do conhecimento e ao aumento da competição.

³¹ Quadro com dados disponível no apêndice A.

³² Segundo Koptin (1972, p. 159), “na literatura marxista entende-se por metafísica um método determinado do conhecimento, que foi inerente à ciência dos séculos XVII e XVIII. A peculiaridade desse método é absolutização de aspectos isolados do mundo objetivo. A aplicação desse método deu resultados positivos no período em que a ciência se dedicava, sobretudo, a colher, descrever e classificar os fatos, em que ela ainda não havia passado a um estudo profundo e à interpretação dos complexos processos da natureza e da sociedade. [...] A atitude da dialética materialista para com a metafísica como método de conhecimento foi elucidada de maneira bastante completa e concreta na literatura: a dialética supera as limitações do método metafísico, cujos momentos isolados de verdade são mantidos por ela depois transformados”. O autor prossegue ainda, com relação ao significado utilizado por outras escolas do pensamento, “subtende-se por metafísica aquela parte da filosofia que se dedica à elaboração de princípios gerais, conceitos, aplicados ao ser de um modo geral. [...] a metafísica é a doutrina do ser ou da existência em geral, sob a qual todo o existente é compreendido de certo modo. Às vezes ela ainda atua sob o termo ‘ontologia’ ou ‘filosofia primeira’.” (KOPTIN, 1972, p. 159).

- c) Reconhece as construções humanas, mas o cotidiano é o pressuposto para a formação de esquemas sobre o mundo e do comportamento para adaptação às situações da realidade concreta.
- d) Dinamicidade e complexidade da sociedade, cujas contradições devem ser resolvidas por uma ação criativa, significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade sem desordem para a sociedade.
- e) Conflitos e divergências são partes das relações humanas, todavia é preciso buscar formas de resolvê-los para fortalecer os vínculos.

A segunda tendência³³ que se apresenta na produção/circulação do conhecimento analisada é o reconhecimento explícito de que o sistema é o mal da condição humana, visto que é este que forja a subjetividade humana, mas que a alteração dos condicionantes materiais depende das mudanças de consciências e ações individuais, ou seja, o subjetivo vai determinar o objetivo, embora numa postura isolada, que não deve ser programaticamente orientada na relação entre indivíduo e gênero, mas finalística em si (LUKÁCS, 2013). Ademais, esta tendência considera:

- a) O ser humano como resultado das relações/ambiente, contudo apontam a necessidade de respeito à individualidade para que se possa perceber no mundo sem a relação com o gênero humano.
- b) O reconhecimento da conjuntura atual para que o sujeito tenha capacidade de articular, contextualizar o conhecimento que constrói a realidade contemporânea e sua identidade.
- c) As desigualdades sociais, a exclusão aos bens primários de manutenção da vida, a relação entre produção e consumo são apresentadas como problemas graves a serem resolvidos, contudo a alternativa para o que está posto é a mudança de hábito, de comportamento e domínio das informações.
- d) Os limites, sejam biológicos ou econômicos, não podem ser condicionantes para que o ser humano não seja socialmente aceito, é preciso prevalecer o ser ao invés do ter.

Os pontos apresentados nas tendências são sínteses de uma totalidade que permite compreender como as diferentes categorizações sobre a sociedade do capital é limitada para indicação de uma alternativa socialmente viável (MÉSZÁROS, 2011b). Há uma responsabilização da esfera individual para um problema que só pode ser resolvido na relação entre indivíduo e gênero (LUKÁCS, 2013, 2018). Essa concepção isolante é expressão de uma

³³ Quadro com dados disponível no apêndice B.

reflexão sobre a realidade e não o reflexo de um determinado grau do desenvolvimento histórico do objeto.

Ao tratar da essência do reflexo, enquanto ato que reflete criativamente o objeto, não sendo uma cópia mecânica deste, Kopnin (1978) demonstra, a partir das teses materialistas históricas e dialéticas, que é através dele [do reflexo] que o conhecimento humano capta a existência, os processos, as ligações dos objetos que existem externa e independentemente da consciência.

O reflexo é resultado da atividade subjetiva que parte da fonte objetiva e conduz à imagem cognitiva, superando por conteúdo qualquer objeto ou processo tomado separadamente. Só sob essa concepção do reflexo pode-se entender por que o conhecimento se converte em instrumento da atividade prática transformadora do homem. (KOPNIN, 1978, p. 124)

Essa concepção permite uma apreensão inteligível dos processos e objetos investigados, tornando o conhecimento uma mediação ontológica da causalidade posta (LUKÁCS, 2015), de assimilação das leis e propriedade da realidade concreta, não abrindo possibilidade para uma reprodução estéril, na consciência, da sociedade e da natureza.

Marx (2008), na introdução à contribuição à crítica da economia política, proferiu uma crítica rigorosa aos seus predecessores por abstraírem o ser humano das relações sociais de produção e considerá-los de forma isolada, ou mesmo ligados entre si, mas apartados na natureza (relação sujeito/objeto). Partiu da produção material como pressuposto da crítica, pois “como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente o ponto de partida”. (MARX, 2008, p. 237).

Para reafirmar que o ser humano isolado é fruto das relações societárias capitalistas, Marx (2008) prossegue enriquecendo sua abstração sobre essa relação apontando que:

Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece como que desprendido dos laços da natureza, que em épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado, delimitado. [...] Quanto mais remontamos na história, melhor aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, como dependente e fazendo parte de um todo mais amplo; em primeiro lugar, de uma forma ainda muito natural, de uma família e de uma tribo, que é a família desenvolvida; depois, de uma comunidade sob suas diferentes formas, resultado do antagonismo e da fusão da tribo. E somente ao chegar ao século 18 e na ‘sociedade burguesa’ é que as diferentes formas das relações sociais se erguem diante do indivíduo como um simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior. Porém, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as condições sociais (gerais

desse ponto de vista) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. (MARX, 2008, p. 238-239)

Desse modo, o importante aspecto do problema nas duas tendências apresentadas não é o simples fato de naturalizar ou projetar para o campo individual a resolução de questões humano-genéricas da sociedade contemporânea, mas a negação das objetivações/subjetivações enquanto processualidade histórica, fator determinante para explicar o objeto situado numa relação societária específica, que, segundo Mészáros (2009), contribui para a conformação ideológica e perpetuação do domínio valorativo de troca autoexpansível.

Antes, esse importante aspecto diz respeito às intransponíveis *limitações estruturais* desse próprio horizonte orientado pela ciência ao longo de diferentes fases do desenvolvimento histórico do capital. Pois o que é necessariamente excluído desse desenvolvimento desde o início é a possibilidade de mudanças sociais radicais que poderiam solapar as injunções materiais impostas de maneira espontânea pelo capital. Todo avanço legítimo tem de ser ajustável *no interior* dos parâmetros estruturais de tais injunções, e tudo o que se encontra fora dele, o que aponta para além dele, *ipso facto* permanece conceitualmente oculto do horizonte intelectual burguês, já que não pode se encaixar nas *premissas materiais* da sociedade dada (MÉSZÁROS, 2009, p. 25, grifo do autor)

Nesse sentido, a reificação do real (LUKÁCS, 2013) por essas tendências enfatiza a resolução das problemáticas dentro da democracia burguesa pelo “dever ser” da responsabilidade individual. Significa uma alteração na esfera da superestrutura apartada da base material (GRAMSCI, 1999), o que de forma alguma pode resolver as questões candentes da ordem estabelecida, visto que é desprovida por completo do exame racional de seus fundamentos concretos, centrando sua força na representação presa ao ciclo reprodutivo do capital porque consideram seu sociometabolismo como dado (MÉSZÁROS, 2009).

Não há como emergir, a partir dessas tendências, uma alternativa viável ao modo de produção capitalista, pois operam na construção do consenso e da conformação social, cabendo apenas ajustes e reformas pontuais para melhoria dos interesses individuais. Os antagonismos socioreprodutivos se apresentam como mera questão axiológica que precisa ser respeitada.

Na verdade, essa diferenciação por via da valoração dominante que subjuga as demais é reflexo das diferenças fundamentais dos interesses de classe que só podem ser diluídas com alteração radical da ordem. É preciso salientar que as produções dentro dessas duas tendências não compreendem a luta de classes, mas exercem a luta política.

Uma terceira tendência³⁴ corrobora as posições defendidas por Marx e Mészáros, reconhecendo a sociedade a partir das contradições da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida (MÉSZÁROS, 2009, 2011b) e o Estado burguês como aparato conciliador de classes antagônicas. Esta tendência explica ainda que a ordem posta é uma construção histórica, logo, resultado das ações humanas e que, por esta razão, precisa ser modificada; não separa luta de classes da luta política; compreende as determinações dialéticas entre estrutura e superestrutura e que a saída é sempre a relação entre indivíduo e gênero; produz a crítica ao modo de produção e apresenta um projeto histórico superador.

Ademais, a terceira tendência:

- a) Reconhece a luta de classes antagônicas e não descola da luta política, sendo esta consequência do modo de produção, precisa ser superada por projeto histórico socialista, uma empreitada coletiva.
- b) Descreve o Estado burguês como conciliador da luta de classe e como um braço da classe dominante para a conformação social. A relação entre base material e superestrututa é dialética.
- c) Aponta as leis sócio-históricas que regem o objeto e afirma sua cognoscibilidade.
- d) Não fragmenta indivíduo e gênero, homem e sociedade, sujeito e objeto, base material e superestrutura.
- e) A centralidade ontológica do ser humano está em sua atividade produtiva, o trabalho.

Diferentemente das outras duas tendências já apresentadas, esta toma como base teórica o marxismo como método para compreender e explicar as determinações gerais do modo capitalista de produção da vida. Nesse sentido, concebe seus objetos de investigação como produtos históricos multideterminados por uma realidade concreta e transitória.

É importante salientar que, oposta às outras tendências, nesse grupo existem divergências pelo meio que deve ser alcançado o projeto histórico comum. Disso resultam posições diferentes frente aos problemas atuais, mas por dentro de uma mesma tradição de pensamento, a concepção materialista e dialética da história.

Das posições identificadas é preciso estabelecer a relação entre pensamento e ação. É essencial retomar as bases ontológicas colocadas por Marx e Engels (2010) no debate com Feuerbach ao produzir as 11 teses de que não cabe mais, em tempo histórico presente, manter-se preso à pura interpretação sobre a realidade, haja vista que essa tarefa já foi realizada por diferentes personagens da história. O *télos*, atividade finalística, é o que precisa ser importante,

³⁴ Quadro com dados disponível no apêndice C.

ou seja, as alterações pela ação prática do atual estágio de como os seres humanos estão produzindo a sua existência para outro modo de produção da existência viável.

No que pesa a concepção de ser-humano-sociedade predominante na produção analisada, identifica-se que há uma compressão abstrata, haja vista a fragmentação entre ser humano e sociedade. Essa dicotomia se revela nos estudos que têm como objeto a inclusão, que é tratada a partir do entendimento da categoria exclusão.

A ideia da existência de uma sociedade em que as pessoas são excluídas pressupõe o não reconhecimento da concretude dos seres humanos para a construção da sociedade. Disso decorre uma incongruência ontológica, já que não pode haver sociedade fora das relações humanas porque é por dentro desta que se produz a cultura.

De acordo com Duarte (2015), a cultura é um acervo de conhecimento historicamente produzido pelo conjunto da humanidade que forma o comportamento complexo necessário à humanização dos indivíduos para fazer parte do gênero humano, logo, uma consequência das relações sociais. Sendo assim, os seres humanos não são excluídos da sociedade, mas fazem parte de um sistema social regido pelas leis da ordem capitalista vigente que retira de grande parte o acesso aos bens espirituais e materiais produzidos pelos sujeitos históricos.

Portanto, acredita-se que a exclusão social significa a negação da apropriação, circulação e distribuição generalizada dos bens materiais e não materiais (SAVIANI, 2009) produzidos pelos seres humanos.

No modo de produção capitalista esse é um pressuposto elementar. Essa forma de reger a vida é demarcada pela apropriação privada dos meios de produção e dos produtos advindos das relações de trabalho, que se altera conforme modifica a base material de sua produção. Dessa forma, pensar numa sociedade mais democrática permite inferir que os seres humanos são viventes de uma democracia. Entretanto, é essencial apresentar a forma ou grau de desenvolvimento desse regime político orientado pela revolução burguesa.

Se a democracia fosse, em sentido verdadeiro, o regime político orientador da vida das pessoas, a própria produção do conhecimento não precisaria conclamar a necessidade de mais cidadania e respeito pela diversidade. A defesa de mais cidadania, da formação cidadã, ou mesmo da formação de cidadão crítico, como pressupostos educacionais, pode colocar o indivíduo numa enrascada, como é o labirinto do capital, que confunde o sujeito e o leva a tomar posições sem ter a clareza de seu fundamento ontológico.

Apregoar a cidadania num momento de decomposição do capitalismo (TROTSKI, 1938) é o mesmo que perfumar éter. É uma postura de tentar humanizar o desumanizado e

desumanizador sistema da ordem vigente; é querer prolongar seu tempo de existência e atrasar a insurgência de um novo tempo histórico radicalmente diferente e viável.

Tonet (2007), ao tratar sobre educação e cidadania, em *Educação contra o capital*, é enfático ao discutir como a cidadania e a democracia se tornaram grandes vetores comuns das discussões científico-filosóficas. São tomadas como expressão do estágio mais desenvolvido das possibilidades humanas de sociabilidade que, diferentemente de outrora, estaria aberto a um constante aperfeiçoamento.

Há certamente um consenso quanto ao fato de que ser cidadão é ser sujeito de direitos. Mas, a existência de direitos supõe a participação numa comunidade política. Por sua vez, a comunidade política moderna implica a existência não só do Estado, mas de um Estado, de algum modo, democrático, vale dizer, onde todos sejam, em princípio, considerados iguais perante a lei. Não há cidadania onde o poder é exercido de forma absoluta e discricionária. (TONET, 2007, p. 42)

Dessa maneira, o sujeito que vive sob a regência do Estado democrático do direito (Estado burguês) cumpre um duplo desafio: no plano formal ter “naturalmente” o direito de acessar todos os bens produzidos pela humanidade garantidos por uma igualdade natural entre os indivíduos; e, por outro lado, condições de vida diferentes para acesso ao que socialmente deveria ser sua posse.

A tese do direito natural foi posta por Hobbes (1979) na obra *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Para o filósofo, antes de uma sociedade organizada, por via da sociedade civil, os indivíduos viviam num “estado de natureza” que tinha como centralidade a aspiração, vontade permanente de busca do poder que culminava na guerra de todos contra todos.

O direito de natureza [...] é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. (HOBBS, 1979, p. 47)

No entender de Hobbes (1979), os seres humanos têm as mesmas condições para alcançar o poder, o que gera um risco permanente de sua sobrevivência. Nessa dimensão não há espaço para que todos desejem as mesmas coisas, o que os levaria a se tornarem inimigos e a subjugar, eliminar o outro, tornando essa relação a mola propulsora dessa relação social. O

autor justifica essa situação pela sua concepção de natureza de ser humano, prosseguindo na seguinte afirmativa:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. (HOBBS, 1979, p. 45)

Hobbes, diferentemente das análises desenvolvidas por Engels (1979), Marx (2009a, 2010) e Lukács (2013, 2015), coloca o ser humano como verdadeiro canibal, retira das batalhas travadas para manutenção da existência a forma de organização humana com leis estabelecidas a partir da divisão social do trabalho para o funcionamento de uma determinada sociedade. O que o autor não menciona é, talvez não fosse de interesse, que essa guerra de todos contra todos, para ele um processo natural, emergiu no momento histórico que os bens deixam de ser coletivos para se tornarem privados e o poder concentrou-se nas mãos de poucos. A clareza dessa posição é explicitada quando afirma:

E dado que a condição do homem (conforme foi declarado no capítulo anterior) é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada, de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, **segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem (por mais forte e sábio que seja) a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens viver. Consequentemente é um preceito ou regra geral da razão. Que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. A primeira parte desta regra encerra a lei primeira e fundamental de natureza, isto é, procurar a paz, e segui-la. A segunda encerra a suma do direito de natureza, isto é, por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos.** (HOBBS, 1979, p. 48, grifo nosso)

As formulações de Hobbes contribuem para a defesa da consolidação da sociedade capitalista, embora esteja defendendo o conservadorismo monárquico. Seu pensamento significa que nessa guerra de todos contra todos, ou seja, o desejo humano, a vontade e competição pelo poder, os que não têm condições de enfrentá-la, a maioria da população, devem

procurar seguir em paz e, sendo lei fundamental do direito natural, renunciar aos seus direitos para que o outro, para barganhar a proteção, tenha plena condições de gozar da submissão alheia. Isso eliminaria as três principais causas da discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. Assim, analise-se o pensamento do autor sobre a renúncia do direito individual:

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. Porque enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra. [...] Renunciar ao direito a alguma coisa é o mesmo que privar-se da liberdade de negar ao outro o benefício de seu próprio direito à mesma coisa. Pois quem abandona ou renuncia a seu direito não dá a qualquer outro homem um direito que este já não tivesse antes, porque não há nada a que um homem não tenha direito por natureza; mas apenas se afasta do caminho do outro, para que ele possa gozar de seu direito original, sem que haja obstáculos da sua parte, mas não sem que haja obstáculos da parte dos outros. De modo que a consequência que redundava para um homem da desistência de outro a seu direito é simplesmente uma diminuição equivalente dos impedimentos ao uso de seu próprio direito original. Abandona-se um direito simplesmente renunciando a ele, ou transferindo-o. (HOBBS, 1979, p. 48)

A posição hobbesiana não permite a possibilidade da partilha, seja no plano material ou não material, haja vista que os desejos dos seres humanos pela mesma coisa levariam ao confronto, bem como colocam o indivíduo numa submissão eterna ao soberano de forma que preconiza a inquestionabilidade de suas ações.

Mas qual é o sentido de trazer à discussão uma formação do século XVII para os dias atuais, que para as posições pós-modernas, por exemplo, seria um conhecimento desatualizado, fora de moda, que não dá conta de explicar a atualidade? Com base na concepção materialista histórica e dialética, trata-se de um conhecimento clássico que deve ser acessado pelo conjunto da humanidade.

Isto é, as posições de Hobbes ajudam, do ponto de vista ontológico, a compreender alguns elementos centrais da produção das ideias na sociedade capitalista: a negação do trabalho como princípio das relações sociais, o subjetivismo racional, a naturalização da concepção de homem/sociedade, o desígnio humano para o poder soberano, a subjugação de uma classe sobre outra em nome da proteção, a negação da democracia como sistema político participativo e a ideia da chamada sociedade competitiva que estabelece a guerra intercapitalista (CHESNAIS, 1996).

Observe-se que do ponto de vista histórico a democracia, como forma de governo (concepção liberal), é sempre questionada de acordo com os interesses das classes dominantes para que não se converta numa democracia social. Para Chauí (2012):

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada – livre iniciativa e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que a noção de regime da lei e da ordem indica que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, significa que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo, por meio da repressão e da censura, sua explicitação e desenvolvimento; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como – valor ou como – bem, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado, ou a afirmação de que a democracia é o governo de muitos por poucos. A democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais. (CHAUI, 2012, p. 149)

É evidente que a democracia burguesa (liberal) se ajusta às transformações ocorridas no capitalismo para adequação econômica e política. Lukács (2008), em *Socialismo e democratização*, enfatiza a necessidade de se basear na forma e no conteúdo que caracterizam a democracia com a atual fase do modo de produção capitalista, sobretudo aos que contrapõem como alternativa ao socialismo. Para o autor (2008, p. 95), “a democracia atual – culminação de um desenvolvimento secular – é a democracia de um imperialismo manipulado, cujo domínio se apoia na manipulação”.

Dessarte, a cidadania dentro da contradição entre capital e trabalho não apresenta a possibilidade do desenvolvimento humano, pois a natureza humana, a subjetividade humana, que é predominantemente social (LUKÁCS, 2013, 2018), enquanto expressão dos interesses antagônicos de classes, é o que determina as posições ocupadas pelos indivíduos na divisão social do trabalho. Assim, a discussão sobre cidadania e democracia precisa ser revestida de uma compreensão histórico-filosófica para que adentre ao seu pressuposto ontológico para além dos limites das relações liberais.

Numa sociedade autoritária como a brasileira, como bem lembra Chaui (2012), a democracia é encolhida pela expansão do espaço privado e afastamento do Estado nas decisões econômicas, abandonando os investimentos em direitos sociais (saúde, educação, moradia, transporte, habitação etc.) pelas políticas neoliberais, o que compromete a concepção de cidadania como forma dos preceitos liberais. Nas palavras da autora:

[...] a cidadania, que nas chamadas democracias liberais se define apenas pelos direitos civis, numa democracia social real, ao contrário, amplia o sentido dos direitos, abrindo um campo de lutas populares pelos direitos econômicos, sociais e culturais, opondo-se aos interesses e privilégios da classe dominante. A democracia propicia uma cultura da cidadania. (CHAUI, 2012, p. 153)

Com efeito, a busca incessante pela cidadania nas produções, que acreditam no aperfeiçoamento da democracia sobre o regime do capital, é uma tautologia se não compreender, para modificar, a determinação última da negação da formação humana pela cidadania, das relações sociais no modo produção capitalista. Segundo Fontes (2019),

a conquista de direitos, fruto de lutas sociais e políticas, no capitalismo é restrita ao âmbito jurídico-político, coagulada pela disparidade do poder econômico, político, social e cultural que emana da grande propriedade. As lutas pela democracia, se não enfrentam o conjunto das determinações da vida social, podem alcançar relevantes vitórias parciais, mas também se converter em *formas de acomodação* de alguns setores populares. (FONTES, 2019, p. 29, grifo da autora)

Ser cidadão nesse modo de produção é seguir à risca as leis impostas por essa lógica, com suas bênçãos e maldições, caso contrário acentua-se a marginalização e a coerção de uma sociedade baseada num contrato abstrato de direitos e deveres. Porém, esse direito reduzido à esfera civil, preconizado pelas relações capitalistas, só pode ser plenamente usufruído pelos “sujeitos” que têm condições de pagar o valor estabelecido para se apropriar dos elementos essenciais à vida que deveriam ser garantidos por uma sociedade democrática, trata-se, na verdade, da liberdade da compra e venda (CHAUI, 2012; LUKÁCS, 2008).

A premissa central para acentuação da liberdade individual consiste, segundo Lukács (2008), na ideologia da desideologização em tempos de guerra fria para conter a possibilidade de avanço socialista, ou seja, a construção de um projeto histórico que tem como premissa os interesses universais. Afirma Lukács (2008) que,

[...] no interior desse absurdo de princípio, o termo ‘desideologização’ tem um matiz muito concreto: também aqui se pretende que o mercado seja o modelo

universal de toda práxis humana. Por meio da propaganda, toda pessoa induzida a comprar ‘livremente’ aquela mercadoria que, conforme se afirma, corresponde perfeitamente às suas necessidades de consumo; a mesma pessoa deveria se comportar de modo similar na vida política, durante as eleições, ao votar etc. (LUKÁCS, 2008, p. 101).

Assim como a unidade indivíduo, gênero não é acidental, mas um processo histórico-social, o seu afastamento também é resultante dessa relação. A ideia de liberdade individual, que vem sendo preconizada pela produção analisada, é um fetiche (LUKÁCS, 2008) que corresponde aos interesses do mercado, que é contraposta pela tendência que reconhece o Estado democrático liberal como uma estratégia da sociorreprodução vigente (MÉSZÁROS, 2011b) para a fragmentação da luta política, sendo, ao mesmo tempo, um empecilho para elevação do ser humano a patamares superiores de sociabilidade.

Para Lukács (2008), a humanidade alcançou o estágio mais elevado de sua capacidade produtiva com o advento do capitalismo, ao mesmo tempo em que o conjunto das forças sociais eliminou a interdependência dos seres humanos, culminando no isolamento e na competição entre si, expressando um grande processo de estranhamento da genericidade.

No capitalismo, estamos diante de uma sociedade verdadeiramente socializada; trata-se de uma realização da genericidade humana *em si*, mas que ocorre numa sociedade que só pode ser posta em movimento por contradições insuperáveis, numa sociedade na qual o homem, por motivos econômicos necessários, não pode elevar-se, em sua dimensão social, verdadeira genericidade, ao verdadeiro ser-homem. É precisamente isso que constitui a antítese [...] entre a vida genérica e a vida material não só de cada indivíduo, mas também da totalidade dos homens. A genericidade do homem se realiza contraditoriamente: esta unidade autocriada é, ao mesmo tempo, em cada acontecimento singular o processo global, também destruída, convertida em seu oposto. Sociedade significa atuação conjunta dos homens. (LUKÁCS, 2008, p. 98-99, grifo do autor)

A raiz do isolamento, do individualismo da sociedade burguesa, que é reproduzida por duas tendências da produção do conhecimento, é ontologicamente tratada por Marx (2009a), dentre várias passagens, quando apresenta as determinações do trabalho estranhado. De acordo com ele:

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando pratica ou teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre. [...] Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa,

de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhes da *vida genérica* apenas um meio da via individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2009a, p. 83-84, grifo do autor)

O processo que produz essa condição é limitado por suas próprias imposições quando não possibilita que os seus membros tenham a opção de escolher quais serão os rumos seguidos pelas máximas possibilidades que lhes são ofertadas.

Essa condição vai se expressar no plano na substancialidade. O dever desse sujeito é seguir estritamente os ditames das leis estabelecidas que referendarão como, quando e o quanto vai acessar desse acervo cultural de acordo com sua condição natural, sendo esse um pressuposto da chamada sociedade competitiva para estabelecer a meritocracia e justificar a desigualdade social.

Desse modo, democracia e cidadania, quando tomadas no campo dominante das concepções liberais, retiram a centralidade das relações sociais na processualidade do trabalho concreto e fazem da sociedade algo apartado deste, ou seja, para essa concepção de mundo não é o trabalho o ato fundante de todas as esferas de organização da vida humana, mas o objeto do trabalho síntese dessa atividade.

Marx (2009a), ao tratar como a relação entre homem e natureza é alterada na atividade produtiva fragmentária da divisão social capitalista, demonstra claramente como acontece essa transição do entendimento do ser humano com seu trabalho. A premissa central da vida na relação de trabalho estranhado é o ter em oposição ao ser, vez que a apropriação privada se tornou a finalidade da ação humana e a essência humana omnilateral se converteu em unilateral.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc. enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meio de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a *vida da propriedade privada*: trabalho e capitalização. O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupação, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos do ter (MARX, 2009a, p. 108, grifos do autor)

Por isso que os direitos e deveres aparecem como algo abstrato, e, sobretudo, a negação desses como resultados de lutas históricas da classe trabalhadora. Preconizam como se estivessem dados à natureza humana e não com uma relação social que tem o Estado como representante dos interesses de classe.

Tonet (2007) prossegue na crítica e afirma que:

[...] a dimensão democrático-cidadã é, ao mesmo tempo, expressão da condição de reprodução das desigualdades sociais, o que significa que, por mais aperfeiçoada que seja a cidadania, ela jamais eliminará a desigualdade social, jamais permitirá aos indivíduos serem efetiva e plenamente livres. (TONET, 2007, p. 45)

Marx (2009b), na obra *Para a questão judaica*, considerado o texto da guinada de sua posição de democrata radical a comunista radical, critica veementemente a análise unilateral de Bruno Bauer sobre a emancipação política judaica perante o Estado cristão alemão, por não compreender que o Estado é a expressão de interesses particulares dominantes de tempo.

A crítica remete a uma importante reflexão para se compreender que a centralidade não pode ser particularizada entre a democracia ou a ditadura, ainda que seja importante para o progresso da humanidade, mas que é preciso, antes de tudo, converter o debate do ponto de vista universal, da emancipação humana. Ou seja, não é apenas uma questão sobre as especificidades de um grupo que precisa ter aumentado ou diminuído o acesso ao patrimônio cultural historicamente produzido, mas a libertação genuína da generalidade humana do jugo do sistema capitalista de produção.

Toda emancipação política é a redução do homem, por um lado, membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro lado, a cidadão, a pessoa moral. Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato, e como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as forças propres [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não se separa mais de dia a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (MARX, 2009b, p. 71-72, grifos do autor)

Notadamente a posição de Marx (2009b) não separa a emancipação política da humana, pelo contrário, estabelece a lei da interdependência, demonstrando que uma não pode ocorrer sem a outra. A emancipação política é uma etapa para a supressão do sistema do capital. Portanto, a redução, na produção do conhecimento, da concepção de sociedade à ideia de aperfeiçoamento da democracia pelo respeito à diversidade pressupõe as liberdades políticas individuais, conseqüentemente a manutenção do atual estado das coisas que não liberta o conjunto da humanidade, mas o priva das condições para alcançar tal estágio.

Todavia, não se trata da exclusão ou diminuição dos importantes e necessários enfrentamentos (reivindicações imediatas) ao sistema político vigente a fim de arrancar o

máximo possível de direitos constitucionais dentro das condições que estão postas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas da necessidade de organização da classe em si, ou seja, com consciência da luta política e capacidade reflexiva sobre as finalidades das ações humanas para a superação da conformação socialmente estabelecida e da fragmentação da classe trabalhadora na luta de classes contra interesses inconciliáveis.

Querendo ou não, sabendo ou não, todos os seres humanos estão determinados historicamente a viver dentro deste contexto de luta. A classe trabalhadora quando não tem consciência desta luta e não se organiza é somente classe em si. Mas quando ela se organiza e luta demonstra consciência de classe e torna-se classe para si, ou seja, a classe que luta pelas suas necessidades, seus interesses, suas reivindicações imediatas, mediatas e históricas. (TAFFAREL, [s.d.], [s.p.]

É o contexto de luta que faz o indivíduo assumir uma posição política de superação das concepções abstratas de democracia e cidadania em suas esferas puramente conceituais. Necessitamos, pois, examinar os fundamentos ontológicos dos diferentes traços que configuram estas duas categorias a partir do projeto histórico.

Podem-se citar, por exemplo, os conceitos de “democracia liberal” e “ditadura do proletariado” que, do ponto de vista ontológico, defendem o interesse, respectivamente, da classe burguesa e trabalhadora. No conceito de democracia liberal, como já apresentado, que priva grande parte da sociedade de seu pleno acesso aos seus direitos sociais, é uma condição que se dá por sua posição teleológica destinada à elevação da produção do lucro através da exploração do trabalho e concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de poucos. Os trabalhadores são “livres” e podem optar entre alternativas, vender a sua força de trabalho para um capitalista ou morrer de fome. Por outro lado, tomando o conceito de ditadura do proletariado (LÊNIN, 2007), a imposição dos interesses, há a supremacia política da classe trabalhadora para a derrubada da burguesia com vigilância permanente, controle dos meios de produção pelos produtores das riquezas universais e o estabelecimento de livre associação entre os trabalhadores, para usufruto dos resultados do trabalho.

Tais comparações são trazidas ao debate na perspectiva de se sair da pureza abstrata da expressão conceitual, posto que a esta cabe todo e qualquer tipo de interpretação, sendo, pois, necessário perquirir os tracejados históricos rumo à questão ontológica, ou seja, a compreensão de como as relações de trabalho são estabelecidas.

Assim, desvelar a natureza das categorias ou conceitos, que são leis do pensamento (KOPNIN, 1978), demanda que se olhe para o fundamento da sociabilidade posta com a finalidade de se compreender que:

[...] o grande desafio histórico para a atual geração e para as gerações futuras é passar de um tipo de ordem sociometabólica a outra radicalmente diversa. Nunca é demais salientar quão imensa e difícil é essa tarefa. Jamais teve de ser enfrentada no passado com a dramática urgência que hoje nos é inescapável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 76).

Circunscrever-se a dois conceitos, democracia e cidadania, sem observar as relações concretas de trabalho estabelecidas no modo de produção capitalista é permanecer no plano idealista, como se o problema estivesse ligado apenas à superestrutura, ao regime político ou a uma forma de governo, mas sem questionar as determinações de última instância para a erradicação do problema, ainda que esse seja um componente das determinações gerais, é preciso radicalizar na crítica.

Ademais, ao reconhecer que são as relações sociais postas no capitalismo o platô (MÉSZÁROS, 2011b) da destruição das relações humanas e não projetar uma saída é permanecer na crítica e estabelecer o revisionismo que conduz a humanidade a um beco sem saída (LUKÁCS, 2010).

No debate travado até aqui, no sentido de colocar as contradições candentes tempo presente para a superação do grande problema da humanidade, o modo de produção capitalista, podem surgir interpretações equivocadas de que se está negando a discussão, a batalha diária e fundamental, sobre a necessidade vital da democracia e a construção da cidadania. Contudo, a centralidade do debate reside justamente na supressão do aperfeiçoamento da democracia e cidadania sustentada pelo regime capitalista de produção por outra radicalmente nova.

Assim sendo, a democracia social ou sociedade democrática (CHAUI, 2012) deve estar, acredita-se, ligada ao projeto histórico que coloque os interesses da classe trabalhadora acima de tudo e a cidadania transposta à perspectiva da formação humana omnilateral. Duas faces de uma mesma moeda, a revolução proletária.

Para afirmar essa postura, eximindo de qualquer perspectiva dogmática, busca-se amparo nas ideias de Lênin (2010a) quando ele se propõe a analisar a experiência da Comuna de Paris para a implantação da democracia proletária, que não se reduz a atos discricionários, mas aos seus desdobramentos objetivos e subjetivos na vida de cada indivíduo singular e na generalidade humana. Alguns pontos se colocaram na ordem do dia: 1) conversão da força coercitiva do Estado para a esfera popular; 2) eleição municipal de conselheiros operários; 3)

os agentes do Estado tornaram-se amovíveis; 4) igualdade de remuneração; 5) magistrado e juízes eleitos e amovíveis.

Para Lênin (2010a, p. 63),

[...] a comuna ‘contentava-se’, assim, em substituir – obra gigantesca – certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse o caso da transformação da quantidade em qualidade: a democracia, realidade tão plena e metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) se transformou numa coisa que já não é, propriamente falando o Estado. [...] É nesse sentido que o Estado começa a definhir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes de exércitos permanentes) a própria maioria do poder desempenha diretamente as funções de poder político; e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos fará sentir a necessidade desse poder [...] é nisso que mais faz sentir a passagem brusca da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos.

Reafirma-se, assim, a necessidade da luta diária em defesa da democracia, mas com seus pressupostos submetidos aos interesses da classe trabalhadora. Porque uma democracia nos preceitos da sociedade burguesa não serve em sua totalidade pelo seu caráter excludente homogeneizante.

Kuenzer (2005) demonstra, ao discutir as transformações ocorridas na relação capital trabalho, por exemplo, como as modificações no sistema organizativo de produção demandam a formação subjetiva do ser para corresponder com as novas formas de produzir a vida. A autora aponta ainda a necessidade de uma formação social que exclua para incluir (exclusão-includente) e inclua para excluir (inclusão-excludente):

[...] no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. Da mesma forma, as cadeias produtivas se alimentam, na ponta precarizada, do trabalho quase escravo, do trabalho infantil, do trabalho domiciliar ou terceirizado, que têm se constituído em estratégias de superexploração do trabalho. A esta lógica, que estamos chamando de exclusão includente, corresponde outra lógica, equivalente e em direção contrária, do ponto de vista da educação, ou seja, a ela dialeticamente relacionada: a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação

de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente. (KUENZER, 2005, p. 92-93)

Apesar da especificidade no âmbito da educação escolar apresentado pela autora, é possível que se estabeleça a generalização do fenômeno para outras esferas da vida. A primeira forma de exclusão-includente, no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, foi a retirada dos meios de produção (produção artesanal) e, conseqüentemente, do conhecimento da totalidade dos processos produtivos das mãos dos trabalhadores para incluí-los sob um mesmo espaço submetidos aos desígnios dos proprietários capitalistas para execução de trabalhos parcelados.

[...] Entre os séculos XVI e XVIII, a produção industrial, que até então se organizava na forma artesanal (artesões independentes), passa por diferentes formas de organização: inicialmente o sistema doméstico, em que um intermediário entrega ao artesão a matéria-prima, que este, trabalhando em sua própria casa, geralmente com suas ferramentas, transforma em produto acabado, do qual o intermediário se apodera. Em seguida, o sistema de manufatura, em que os trabalhadores são reunidos sob um mesmo teto e participam, em conjunto e segundo um plano, da elaboração de um produto, do qual cada um produz apenas uma parte e que, portanto, só estará completo a partir do trabalho de vários indivíduos (ANDERY *et al.*, 2007, p. 257)

O que há de regular nas duas diferentes formas produtivas é que o trabalhador precisa colocar o seu conhecimento, a sua destreza, para que o outro possa se apropriar do objeto final, portanto, o capitalista depende diretamente de suas capacidades teórico-práticas. Essa condição só foi alterada a partir do momento que as ferramentas, e com elas o conhecimento do trabalhador, foram retiradas de suas mãos com o advento da introdução da máquina pela Revolução Industrial, que, segundo Andery *et al.* (2007), gerou:

[...] a especialização do trabalho reduzindo-o a conjunto de tarefa simples, possibilitou a introdução da máquina para realizar essas tarefas, em substituição ao braço do operário, com a ferramenta. Com introdução da máquina (inicialmente a máquina a vapor), operou-se uma revolução no processo de trabalho, que se viu liberado das limitações impostas pela capacidade física do operário. [...] Agora é a máquina, e não o trabalhador, com a ferramenta, que fabrica o produto, e o trabalho do operário limita-se ao de vigiar a máquina. (ANDERY *et al.*, 2007, p. 258)

Exclui-se, dessa maneira, o trabalhador do processo produtivo direto, para incluí-lo no indireto. Excluir é um pressuposto fundamental para rebaixar o valor da força de trabalho e aumentar os ganhos dos capitalistas (ANDERY *et al.*, 2007). Primeiro, porque gera uma massa de desempregados, exército de reserva (BRAVERMAN, 1987), ainda que com o mesmo nível de qualificação, que para manter a vida precisa vender sua força de trabalho a qualquer custo. Segundo, que substitui o trabalhador qualificado por outro com pouca ou nenhuma formação, pois a lógica de inclusão é pautada nas leis do mercado, e não do trabalho.

De acordo com Mészáros (2007, p. 69), “em nossa sociedade, inúmeras coisas são estabelecidas automaticamente pelas forças do mercado; o trabalho é cruelmente sujeitado à predominante tirania condicionadora do mercado. A questão crucial nesse respeito é, precisamente o mercado de trabalho”.

Esse pressuposto da relação dialética entre exclusão-inclusão acentuará a acumulação da riqueza por via da geração de miséria pela exploração dentro da democracia e cidadania liberal. Conforme apontou Kuenzer (2005), à medida que radicaliza essa condição, o modo de produção capitalista precariza a condição de vida dos trabalhadores e os tornam reféns, até o momento da tomada de consciência de classe para si que culmine no disparo da revolução social, das formas socialmente estabelecidas da divisão do trabalho para supervalorização e reprodução ampliada do capital.

Assim sendo, fundamentado o entendimento acerca da importância da recuperação de unidade entre as premissas teóricas e programáticas, enquanto um pressuposto básico das relações sociais verdadeiramente democráticas, a concepção de ser humano/sociedade nas produções do conhecimento hegemônicas precisa compreender e explicar que o fundamento ontológico do ser social é a relação do ser humano com a natureza e outros seres humanos condicionada pelas circunstâncias (CARCANHOLO; BARUCO, 2008) histórico-sociais.

Portanto, as resoluções das problemáticas postas nessas relações só podem ser resolvidas no plano ontológico, visto que a concepção de sociedade e ser humano está nos limites individualismo burguês intransponível e da sociedade produtora de mercadorias, que afasta a compreensão da unidade contraditória entre gênero humano/sociedade e natureza.

Dessa forma, as premissas do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2009; 2011b) são aceitas e concebidas como algo acidental e permanente. Não pode haver alternativa ao estágio de socialidade atual (LUKÁCS, 2013, 2015) no qual o ser humano tenha condições para sua realização plena.

Sem dúvida, é preciso compreender que o capitalismo é uma relação social que foi forjada pelas contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção (MARX,

2008). Todavia, para compreender essa condição é essencial estudar sua gênese, desenvolvimento, sua forma atual, suas leis de funcionamento e suas metamorfoses, bem como seus estreitos limites que demonstram dia após dia sua decadência, e que, assim como outros modos de produzir a vida, é uma fase histórica transitória.

Nessa direção, o conhecimento, enquanto uma força produtiva, também demanda a apreensão da realidade concreta que o leva à separação das premissas teóricas e programáticas, conforme será abordado no próximo tópico.

4.2 PÓS-MODERNISMO: UM NEXO CAUSAL DA FRAGMENTAÇÃO DAS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS

No atual estágio em que estão estabelecidas as relações sociais de produção, o conhecimento tem sido uma força produtiva em disputa, que coloca em questão os paradigmas vigentes na luta de classes. O que está posto na produção do conhecimento é uma significação subjetiva da objetivação humana, pois o conhecimento não emerge do nada, mas necessariamente do confronto do ser humano com as condições materiais da existência para manutenção de sua vida, sendo este o ponto de partida para explicar as concepções de homem, sociedade, valores e finalidades de um pressuposto onto-epistemológico disposto na produção científica.

Ademais, a complexidade social tem levado a humanidade a pensar, predominantemente, não pela realidade concreta, mas pelas próprias ideias que faz dela. Todavia, essa condição não pode ser atribuída, apenas, ao sujeito que pensa, mas, sobretudo, às implicações do modo societário de produção da vida. Marx (2011a), na obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, demonstrou que não são os princípios e nem o pensamento do indivíduo solitário que separa uma classe, ou facções de uma classe da outra, mas as suas condições materiais da existência em seu conjunto e cita:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação. (MARX, 2011a, p. 60)

Assim, Marx (2011a) põe o problema acerca do conhecimento em sua dimensão ontológica, visto que revela as relações sociais que constituem a base material da subjetividade humana, isto é, a realidade como ela é. Demonstra, portanto, que a forma de pensar é um produto histórico da luta de classes e que é necessário revelar os reais interesses que são postos a partir do confronto com a realidade concreta.

Partindo do método enquanto uma concepção de mundo (ANDERY *et al.*, 2007), estabelece-se o caminho inverso das concepções pós-modernas que se pautam na fragmentação, na diferença, na efemeridade, colocam a centralidade na subjetividade humana, negam os grandes matizes do conhecimento que tomam como ponto de partida o real concreto em detrimento de uma postura naturalizante dos fenômenos sociais.

Dessa forma, reconhecendo que o conhecimento é um produto histórico-social que pode preservar ou romper com os interesses de classes, é necessário concebê-lo enquanto um instrumento que, por via da abstração, medeia o desenvolvimento da consciência, possibilitando o salto qualitativo do ser humano na compreensão, explicação e intervenção para alterar a realidade. É no embate em torno da disputa de classes antagônicas, no processo de produção da riqueza (material e espiritual), que as demandas postas pela realidade são respondidas teoricamente para assegurar seus interesses.

Após a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, os apologistas do capital proclamaram o “fim da história” (FUKUYAMA, 1992) e o surgimento de uma nova era social, a pós-industrial (BELL, 1974). Pois o modelo de produção baseado na grande indústria teria ficado no passado, entrando em cena uma nova sociedade do comércio/consumo, do serviço, da informação, das finanças, do lazer etc. (CARCANHOLO; BARUCO, 2008).

A retórica de cunho neoliberal arvorou-se em propagar o capitalismo como último modo de produção alcançado pela humanidade. A história foi “jogada às traças”, passando a valer o aqui e agora, sem vista para o passado, muito menos para futuro. Predominando, pois, o mecanicismo, esquematismo, a irracionalidade, o relativismo, o subjetivismo, o ceticismo, o pragmatismo com seus prefixos “neo” e “pós” e a antidialética do pensamento para produzir conhecimento (MORAES, 2001).

Anderson (1999) apresenta como essa concepção de mundo vai se construindo historicamente. Primeiro no mundo das artes, por volta de 1930 na Espanha, em oposição ao ultramoderno, difundido por diferentes pensadores até alcançar sua máxima sua expressão filosófica com Jean François Lyotard (1979), defendendo a tese de que para a pós-modernidade não importa “exibir as verdades no cercado da representação, mas criar *perspectivas* de retorno da *vontade*” (ANDERSON, 1999, p. 31, grifo do autor).

Para a pós-modernidade não existe verdade, a centralidade de seu pensamento está na desconfiança da ciência, uma vez que esta é controlada pelo Estado em busca da racionalidade e eficiência. Sua equivalência social se expressa numa flexibilização em diversas áreas de atuação humana: ocupacional, emocional, sexual, política, laços mais econômicos e criativos dos que foram dispostos pela modernidade (ANDERSON, 1999).

A pós-modernidade se apresenta como oposição à perspectiva socialista de superação do capitalismo, assentada no preceito de que qualquer possibilidade de planejamento ou intervenção na sociedade é malvista; tudo deve ser livre e de acordo com os desejos individuais (ANTUNES, 2009). Assim, sua suposta crítica ao marxismo sai da dimensão ontológica e epistemológica para um sensualismo³⁵, narcisismo³⁶ vulgar devorante do desejo humano.

Do ponto de vista ontológico e epistemológico, o pós-modernismo apresenta sua fragilidade a partir de três elementos: pluralismo cognitivo, que se fundamenta num jogo linguístico incomensurável; pseudo-estrutura científica de informe sobre o conhecimento; e retirada do ser humano enquanto sujeito da história (ANDERSON, 1999, p. 33-34).

Essa decadência do pensar humano, que Moraes (2001) define como recuo da teoria, tem relação direta com o sistema político-econômico mundial vigente. Conforme afirma Marx e Engels (2007), acerca da posse da produção e difusão das ideias:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Por isso, abstrair as ideias das condições materiais é criar ilusões sobre a realidade. O postulado central defendido pelos autores, de que as ideias estão entrelaçadas com as condições materiais de existência, foi veementemente atacado e refutado pela visão pós-moderna, que apresenta a linguagem em detrimento do trabalho enquanto uma categoria fundante da vida e,

³⁵ “A atitude que consiste em atribuir uma importância excessiva aos prazeres dos sentidos.” (ABBAGNANO, 2007, p. 873).

³⁶ “O mito de Narciso representa a situação do homem que, não sabendo que a beleza está dentro dele, procura-a nas coisas externas, nas quais tenta em vão abraçá-la.” (PLOTINO *apud* ABBAGNANO, 2007, p. 698).

por conseguinte, torna a luta de classes inexistente, uma vez que a classe trabalhadora foi incorporada ao capitalismo (BELL, 1974).

Desse modo, a contradição essencial do capital, produção social e apropriação privada, foi deslocada da base material para a superestrutura. O determinante econômico passou a ser determinado pela ciência, entretanto, esta se apresenta deslocada das relações de produção em que é produzida, tornando-se algo abstrato.

Marx (2013), ao analisar o fetichismo da mercadoria, aponta dois fatores determinantes para o suprimento das necessidades humanas em qualquer modo social: o dispêndio de força humana, o trabalho e a quantidade e qualidade do trabalho, ou seja, o tempo disposto para produção. Ao retirar esses dois elementos de qualquer análise, os produtos humanos se tornam abstratos.

Essas premissas levam a compreender que é pelo trabalho, independentemente do sistema societário, que os produtos são dispostos para o conjunto da humanidade. Já que é sempre o fim de uma atividade intencional que, ao encerrar num dado objeto, gera novas formas de reflexão e ação humana, aperfeiçoamento, perante o mesmo objeto, ampliando suas possibilidades de utilização.

Portanto, a ciência e a técnica são um produto, uma força produtiva em frequente modificação que busca respostas para as demandas impostas pela realidade objetiva estritamente articulada com a forma como os seres humanos estão produzindo e reproduzindo a vida.

Assim, como expressão das relações de produção, o domínio das ideias pós-modernas tem sua ascensão numa dada conjuntura do modo capitalista de reproduzir a vida. Com a crise do sistema do capital nos anos de 1980, o colapso da URSS nos anos 1989 e o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), ocorreram modificações conjunturais nas quais a ofensiva política da direita vem travestida do discurso de “fim da ideologia” pela ideologia pós-moderna.

Eagleton (1997), ao explicar como os ideólogos do capital deturparam a noção de ideologia³⁷ para torná-la inválida, evidencia que há uma unidade ideológica operando contra a ideologia, haja vista que o seu ser social está, ontologicamente, relacionado com a capacidade humana de conhecer o mundo objetivo, ou seja, dominar suas leis internas de funcionamento para promover possibilidades de alteração

³⁷ Ideologia do ponto de vista marxista é a forma como os seres humanos apreendem os problemas da realidade e os combatem (MARX, 2009b).

Conhecer é um pressuposto essencial da atividade humana, pois exige a capacidade de generalização, análise e síntese por via da abstração da realidade concreta diante de si com a finalidade de se aproximar mais fidedignamente do que está posto. Trata-se da mediação entre a realidade e sua transformação.

Negar essa condição é retirar o seu caráter objetivo. Implica, contraditoriamente, a impossibilidade de conhecer a realidade e revelar a sua essência. Uma estratégia fundamental para os que querem manter o sistema do capital intacto, posto que, de acordo com Marx e Engels (2007), não se pode transformar aquilo que não se conhece.

Por isso a necessidade da burguesia em refutar pejorativamente a ideologia, o conhecimento que busca os verdadeiros sentidos das coisas, estabelecendo a proclamação da liberdade, autonomia e democracia como os preceitos da ordem burguesa.

Com base em Lukács (2013), compreende-se que esta proclamação é uma reificação que, no predomínio utilitário das coisas produzidas socialmente, faz com que o consumismo, que subordina o valor de uso ao valor de troca, dê outra significação à produção social humana, tornando-se extremamente desumanizante, retire os sentidos e significados. Conforme Eagleton (1997),

essa hemorrhagia de significado em grande escala é a causa dos sintomas patológicos que afetam a sociedade por todos os lados: drogas, violência, revoltas estúpidas, a busca desnorteada de significados místicos. Por outro lado, porém, é ela que fomenta a apatia e a docilidade amplamente disseminadas, de modo que a questão já não é mais se a vida social tem ou não significado, ou se essa significação em particular é preferível àquela, mas se tal questão é inteligível. Falar de ‘significação’ e ‘sociedade’ ao mesmo tempo torna-se uma espécie de erro de categoria, muito semelhante a procurar o significado oculto de uma rajada de vento ou do pio de uma coruja. **Desse ponto de vista, é a ausência de significado, mais do que este, o que nos mantém no devido lugar, e a ideologia, em seu sentido clássico, é, portanto, supérflua.** Afinal de contas, a ideologia requer uma subjetividade um tanto profunda sobre a qual trabalhar uma certa receptividade inata a seus decretos; mas se o capitalismo avançado reduz o sujeito humano ao olho que vê e ao estômago que devora, então não há subjetividade suficiente nem para que a ideologia se estabeleça. (EAGLETON, 1997, p. 45, grifo nosso)

A perda de significação do real concreto em detrimento da subjetividade exacerbada é uma estratégia necessária ao capital para sujeição da classe trabalhadora, haja vista que a realidade é aviltada como fluida, efêmera e naturalmente estabelecida. Logo, não adiantaria construir a unidade de luta para a superação do atual estágio das coisas, mas é preciso se adaptar ao que está posto.

Para a ideologia pós-moderna, não entra em questão a relação contraditória entre produção, distribuição e consumo, a consciência não precisa refletir sobre as condições materiais, sendo, pois, essenciais para o capital a ocultação da realidade e o processo de obliteração da vida humana. Isto é, enquanto teóricos do “fim da ideologia” consideravam toda ideologia inerentemente fechada, dogmática e inflexível, o pensamento pós-modernista a encara como teleológica, “totalitária” e fundamentada em argumentos metafísicos.

Assim, com a exaltação do fim da ideologia, nada pode totalizar o pensamento humano, o que deve prevalecer é a dúvida, não na acepção filosófica, enquanto ponto de partida para explicação do mundo e seus problemas (SAVIANI, 2013; BAZARIAN, 1985), mas uma dúvida vazia que paira nas incertezas, sem busca de resposta científica para resolução do problema. Por consequência, a incognoscibilidade do real repulsa quaisquer metanarrativas, metateorias ou análises radicais, rigorosas e de conjunto (SAVIANI, 2009) que expliquem o fenômeno como ele verdadeiramente é.

Para a perspectiva pós-moderna não existe mais tempo para análises; o debate contemporâneo é cada vez mais superficial, fugaz e lépido sem precisar travar discussão sobre os fundamentos objetivos ou subjetivos que determinam dialeticamente a forma e o conteúdo.

O conhecimento responde ao imediato, pois o presente é o que precisa ser acentuado. Mézáros (2007), ao tratar sobre o desafio e o fardo do tempo histórico, profere uma crítica contundente ao “*eterno presente*” do capital que varre as aspirações da humanidade por não tolerar as próprias limitações do seu modo de produção e reprodução da existência, e afirma que as

[...] considerações sobre tempo são completamente inadmissíveis, caso demandem a restrição do seu incontrolável imperativo de expansão. Não pode haver nada isento desse imperativo. Nem mesmo quando as consequências devastadoras já são patentemente óbvias tanto no campo da produção como no terreno da ecologia. A única modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o *tempo de trabalho explorável*. Isso se verifica mesmo quando a exploração cruel do tempo de trabalho se torna um *anacronismo histórico*, em virtude do desenvolvimento potencial da ciência e da tecnologia a serviço da necessidade humana. Contudo, uma vez que o capital não pode contemplar essa alternativa, pois sua realização exigiria transcender as limitações fetichistas estruturais de seu próprio modo de operação, o capital se torna *inimigo da história*. Essa é a única maneira pela qual o capital pode presumir desembaraçar-se de sua situação objetiva de um *anacronismo histórico*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 25, grifos do autor)

É necessidade premente do capital suprimir a história da sua concepção de mundo, atuando, assim, contra qualquer alternativa societária e formas de produzir conhecimento

científico que coloquem em questão o capitalismo. Pois o pensamento que reproduz a história real em sua complexidade e contraditoriedade atua para a mudança do mundo objetivo, uma vez que o interpreta em sua essência. Nessa direção, Koppin (1972) afirma que:

[...] Para revelar a essência do objeto, é necessário reproduzir os processos históricos reais de seu desenvolvimento, mas este é possível somente se conhecemos a essência do objeto. Isso significa que a reprodução da essência desse ou daquele fenômeno no pensamento constitui ao mesmo tempo *a descoberta da história* desse fenômeno, que a teoria de qualquer objeto não pode deixar de ser também a sua história (KOPPIN, 1972, p. 184-185, grifo nosso)

É a dissimulação, e não a revelação da história, que os pós-modernos defendem. Essa posição de reprodução destrutiva está diretamente atrelada à forma como o conhecimento vem sendo produzido hegemonicamente, implica a separação da relação imanente do sujeito com a realidade. Harvey (1992) demonstra como essa matriz de pensamento deleita-se nas correntes de pensamentos fragmentárias, ilusórias e caóticas, que se opõem a qualquer perspectiva de emancipação humana. Para o autor, as considerações do pós-modernismo enquanto aceitação totalizada do que é efêmero, caótico, descontínuo e fragmentário têm suas expressões nas teses desenvolvidas por Foucault e Lyotard,

[...] que atacam explicitamente envolvendo qualquer noção de que as coisas podem ser ligadas ou representadas através de uma metalinguagem, metanarrativa ou metateoria. Verdades universais e eternas, se existirem, não podem ser especificadas. Condenando as metanarrativas (vastos esquemas interpretativos como aqueles implantados por Marx ou Freud) por seu caráter ‘totalizante’, insistem na pluralidade de formações do ‘poder discurso de’ (Foucault), ou ‘jogos de linguagem’ (Lyotard). Na verdade, Lyotard definiu a pós-modernidade simplesmente como ‘incredulidade em relação à metanarrativas’. (HARVEY, 1992, p. 62).

Essa incipiência constante resulta num relativismo e ceticismo epistemológico (MORAES, 2001), que, pela incapacidade da radicalidade, une Marx e Engels a Merleau-Ponty e Foucault, Piaget a Vigostki, Lênin e Trotsky a Stalin, dentre outros, como se os pressupostos onto-epistemológicos fossem os mesmos, desconsiderando, pois, a concepção de mundo, ser humano, conhecimento, sociedade, finalidade da ação e valores em cada um desses.

Tais relativização e indisciplina intelectual, que resvala num ecletismo teórico (TRIVIÑOS, 1987), são apresentadas como multiculturalismo e têm desdobramentos práticos na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Para Duarte (2000), a defesa dos fragmentos sociais isolados é utilizada de forma ideológica para a produção de mercadoria, legitimando e mantendo as desigualdades sociais sem questionar as condições materiais que estão postas.

Ademais, a pós-modernidade assevera não existir conhecimento superior ou inferior. O senso comum, a prática cotidiana e imediata do sujeito, tem equivalência ou é, quiçá, mais importante do que os conhecimentos que o superaram por incorporação, o conhecimento científico. Para esse estágio tudo é conhecimento, e tem o mesmo valor.

Essa dimensão naturalizante das condições históricas, nas quais os produtos são atribuídos ao acaso, rebate diretamente na subjetividade humana, posto que a sua objetivação se encontra apartada de seu produto, gerando um processo de estranhamento (MARX, 2009a).

Segundo Anderson (2003) e Jameson (2000), em sua rigorosa análise dos pilares pós-modernos, desnuda sua face apologética a favor do capital em cinco lances: transformações do capitalismo, não sendo apenas uma mera ruptura estética ou epistemológica com a modernidade; virada ontológica ao anunciar a “morte do sujeito” e a emergência de subjetividade; mudança no plano cultural, rompendo com barreiras das disciplinas em detrimento da supremacia do fenômeno discursivo em todas as áreas; bases sociais, que têm expressão na retirada da identidade de classes e a sua multiplicação por segmentação de grupos sociais; a necessidade da crítica ideológica, já que a tarefa dialética consiste em, por dentro deste, apontar para o horizonte de superação do atual estágio do capitalismo do ponto de vista da teoria marxista.

Vê-se, pois, que o jogo de giro linguístico na busca da reificação da realidade tem uma concepção de ser humano abstrato, ahistórico, cibernético e sujeitado. Uma perspectiva histórica de manutenção da sociedade capitalista em sua fase imperialista (LÊNIN, 2007); de tempo, o presente é o que vale; de conhecimento como algo comum, volátil e sem importância e teleologicamente a certeza da incerteza.

Freitas (2005) assevera que a disputa pelas metanarrativas está sempre colocada, num dado momento pendendo para o liberalismo, noutro, para o socialismo. De acordo com o autor, as teses pós-modernas, ao suprimirem a relevância da metanarrativa, retiram da classe trabalhadora a capacidade de luta para o enfrentamento das condições concretas, posto que:

Retiram de cena uma nova ordem social que pode ser vislumbrada pelo socialismo (bem ou mal a única filosofia política que nos permite visualizar uma ordem social alternativa ao capitalismo) ao mesmo tempo em que favorece a visão liberal, na medida em que ela é sistêmica e hegemônica, deixando-a em melhores condições para conduzir esse processo e sair dele vitoriosa. Ao negar a possibilidade de um consenso articulador das diferenças

ou resistências localizadas em torno de um projeto coletivo e insistir no *ethos* específico de cada diferença, desarticula os movimentos sociais contestatórios e dificulta sua organização e crescimento. (FREITAS, 2005, p. 55)

Isto significa a negação de sistemas filosóficos que, no problema fundamental: ser *versus* consciência, fez a humanidade avançar e chegar ao patamar qualitativo em que se encontra. Lefebvre (1991) apresenta a filosofia como um sistema de alta cultura que, quando confrontado com a cotidianidade pós-moderna, esta não tem aderência ao real.

Apesar de negar, por exclusão, as metanarrativas, as metaciências e as metateorias em nome da pluralidade, o pós-modernismo apresenta uma contradição essencial, uma vez que coaduna com um sistema extremamente totalitário e de pensamento único, sob o ditame da ideologia neoliberal. A proclamação de que nada precisa ser explicado, em que tudo é textualidade, que tem sua significação no presente, rebate direto na produção do conhecimento em Educação Física na Bahia analisado, o que demanda o retorno dos pressupostos ontológicos, conforme serão abordados a seguir.

4.2.1 A falsa crise de paradigma e a necessidade da recuperação do debate ontológico

O conhecimento científico tem como finalidade revelar, objetivamente, a verdade sobre um fenômeno ou objeto para sua transformação. É na atividade humana que essas manifestações devem ser explicitadas, como defendem Marx e Engels:

A questão de saber se ao pensamento cabe alguma verdade objetiva [*gegentadliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente *escolástica*. (MARX; ENGELS, 2007, p. 537, grifos dos autores)

A defesa da prática como critério de verdade, postulada pelos filósofos, assenta o indivíduo no plano material, histórico e dialético para compreender e criticar o desenvolvimento da consciência idealista e suas expressões nas teorias que buscam explicar, fenomenicamente, os objetos da Educação Física à luz do postulado pós-moderno.

É preciso ter clareza de que a ciência não é neutra, mas uma força produtiva apropriada por parte da humanidade para domínios políticos e, sobretudo, econômicos dos demais estamentos que rebatem diretamente na formação de professores de Educação Física.

Nessa direção, os estudos desenvolvidos por Gamboa (2007), Taffarel e Albuquerque (2011), Húngaro e Húngaro (2013) trataram de tecer uma crítica contundente às formas de apropriação e sobre como as ideias pós-modernas criam verdadeiras ilusões sobre a realidade. Observa-se, pois, a partir das teses defendidas pela pós-modernidade, que esta vem influenciando fortemente a produção do conhecimento e a formação de professores na Educação Física.

As condições dispostas pela produção do conhecimento em Educação Física é a tradução teórica do atual estágio do modo de produzir a vida. Sendo assim, a preocupação com os rumos da produção do conhecimento nesta área desencadeou diversos estudos que se detiveram na análise epistemológica, apontando os pressupostos teórico-metodológicos predominantes em diferentes fases e suas influências na formação de professores (SILVA, 1990). Ademais, os balanços da produção do conhecimento em Educação Física têm demonstrado a prevalência de teorias que buscam, direta ou indiretamente, manter o sistema do capital, tendo como última expressão o pós-modernismo.

Nessa direção, as pesquisas desenvolvidas na área da Educação Física no Brasil apontam para o predomínio de estudos pautados no realismo empírico em detrimento do realismo científico ou crítico (AVILA, 2008; SILVA, 2013). Desconhecimento da realidade concreta do lazer por não conseguirem projetar outra forma societal para além do capitalismo (SÁ, 2009); predomínio da perspectiva biologizante do ser humano (NASCIMENTO, 2010); a utilização hegemônica da abordagem empírico-analítica, seguida da fenomenológico-hermenêutica (DIAS, 2009; SOUZA, 2011; SACARDO, 2012; DALCASTAGNÉ, 2012). Isto é, ao invés da instrumentação, os aportes teóricos afastam a possibilidade de se aproximar e conhecer o real (KATAOKA, 2012).

Os estudos evidenciam ainda a predominância de quatro matrizes teóricas na produção do conhecimento e na formação de professores de Educação Física. No Sul e Sudeste, por exemplo, da empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica, crítico-dialética e pós-moderna (SANTOS, 2012). Silva (2015) aponta a predominância das perspectivas subjetivista e da negação da história na produção do conhecimento.

De forma geral, as produções pós-modernas não apresentam uma matriz estruturante, haja vista que se justificam, enfaticamente, pela perda da centralidade do trabalho, enquanto categoria ontológica e dos pressupostos da ciência, da negação da teoria, dos instrumentos, dos métodos e das técnicas para a produção de conhecimento científico. Por isso, as explicações tergiversam de variadas formas, até em discordância sobre um dado objeto, configurando uma heterogeneidade crítica em seu campo teórico.

Para Moraes (1996), o questionamento da racionalidade que busca construir um sistema de pensamento teleologicamente guiado, a cognoscibilidade do real, a crítica à teoria como reflexo ativo da realidade e a emancipação humana são características que se apresentam na agenda pós-moderna da produção científica e na formação de professores que abstraem os condicionantes históricos, figurando em ideias difusas sobre um objeto, haja vista que há uma supervalorização da subjetividade.

As pesquisas aqui citadas, sobre produção científica em Educação Física, demonstram que os paradigmas hegemônicos não buscam explicar seus objetos nas contradições concretas do real, ou seja, ontologicamente, sendo explicados por fragmentos, pelas representações, pelos discursos, pela linguagem etc. A realidade é fetichizada e o conhecimento científico, negado. As teorias são colocadas em segundo plano, implicando uma despreocupação com a fundamentação rigorosa para explicação do objeto.

Aqui se reafirma uma contradição fundamental para o progresso científico, a negação da ciência e seus meios pela produção científica, ou seja, a perda da razão científica pela razão instrumental.

A negação da teoria como central na produção de conhecimento rebate diretamente na formação de professores, que não terão domínio, pela falta de acesso, dos fundamentos dos conteúdos da cultura corporal enquanto objeto de estudo da área (COLETIVO DE AUTORES, 1992) e se guiarão unicamente pela subjetividade humana e pela práxis utilitária (KOSIK, 1976), isto é, um aprisionamento à pseudoconcreticidade e aos pseudoproblemas.

Revela-se, dessa forma, um projeto conservador de formação humana que impossibilita o acesso às produções mais desenvolvidas do ponto de vista técnico-científico com base teórica sólida e o desenvolvimento da consciência crítica, nos processos de formação de professores, para o reconhecimento da luta de classes e projetos históricos antagônicos incongruentes. Ademais, a humanização das novas gerações pela via do trabalho educativo demanda a humanização dos próprios professores, visto que os próprios professores não acessam as produções mais elaboradas.

De acordo com Taffarel, Peixoto e Morschbacher (2015), essa postura intelectual é adotada por

[...] uma tendência conservadora e hegemônica de negação da cognoscibilidade da realidade mediante a ciência e a razão, de negação da verdade, de afirmação da subjetividade como condição de possibilidade da existência da realidade e da sua possibilidade de conhecê-la (cujo conhecimento resultante, nesta perspectiva, é concebido sempre como

limitado e relativo unicamente ao sujeito que conhece). (TAFFAREL; PEIXOTO; MORSCHBACHER, 2015, p. 37)

A produção científica hegemônica em Educação Física acentua as teses das particularidades, os aspectos biológicos do ser humano e a cultura local, rebatendo diretamente no campo político-ideológico da formação de professores, vez que sustenta, de forma acrítica, a fragmentação de tudo que existe, inclusive dos cursos de formação. Ademais, tratam de explicar os objetos nas relações que estão estabelecidas, mas não como estas são constituídas historicamente; não se preocupam com a totalidade, apenas com a parte, haja vista que a incognoscibilidade humana perante o real é afirmada diante da impossibilidade de sua alteração.

Nessa direção, o pensamento de Marx (2009b) apresenta a necessidade de apanhar o objeto no movimento histórico das relações de produção, isto é, em seu fundamento ontológico, caso contrário, as categorias deixam de ser expressão teórica do real para se tornarem ideais independentes que têm origem no próprio pensamento apartado do ser humano concreto. Por isso afirma, “em lugar do indivíduo comum, com sua maneira comum de falar e pensar, o que temos é essa maneira comum inteiramente pura, sem indivíduo” (MARX, 2009b, p. 121-122).

Na relação unilateral a parte é deslocada da totalidade, e esta é compreendida enquanto um conjunto de articulação entre as partes sem nexos e relações, que por dentro de cada parte revela-se outra totalidade, perdendo a riqueza de determinações pelo vazio a que é reduzida, como afirmou Engels (2005), na crítica aos socialistas utópicos, que “enxergam as flores, mas não o bosque”. Por onde deveriam iniciar o processo científico, fincam suas conclusões.

Dessarte, desenvolver o pensamento teórico na formação de professores de Educação Física denota uma postura científica que utiliza teorias, métodos, instrumentos e técnicas, o que não acontece de forma espontânea, mas a partir da intervenção humana com referências teórico-científicas que os profissionais e estudantes da área adotam.

Pode-se, pois, no movimento histórico da produção científica hegemônica em Educação Física no Brasil, identificar três momentos que traduzem seu caráter conservador e reacionário que têm implicações na formação dos futuros professores. No primeiro momento há uma relação direta com a ciência analítica, empírico-analítico (GAMBOA, 2010b), que corresponde à concepção de ciência de transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, apresentando uma exacerbada preocupação com a matematização e quantificação dos fenômenos, a “neutralidade” científica do pesquisador, a descontextualização do objeto, fragmentação, ou seja, o fenômeno existe independentemente de sua causalidade (ANDERY *et al.*, 2007).

Num segundo momento, o predomínio da tendência fenomenológico-hermenêutica (SILVA, 1990; CHAVES, 2005; GAMBOA, 2010b), movendo a ênfase destinada ao objeto à absolutização do sujeito e tornando a subjetividade humana o primado em qualquer forma de conhecimento, sobressaindo, assim, o aspecto qualitativo ao quantitativo. Já o terceiro movimento, são as teorias críticas que se ramificam entre crítico-dialética e a ortodoxia marxista. Nesta vertente, a relação sujeito objeto, assim como da quantidade e qualidade, é restabelecida dialeticamente (GAMBOA, 2007), posto que compreende que o objeto existe independentemente da consciência humana e que a representação, o pensar, é consequência da cognoscibilidade sujeito perante o objeto.

Diante disso, no atual estágio da luta de classes, a produção do conhecimento em Educação Física brasileira se depara com uma falsa crise de paradigma (HÚNGARO, 2012), justificada pelos pós-modernos como nada pode ser afirmado como verdade, o que vale é liberdade no pluralismo teórico, o ceticismo político e epistemológico.

Uma pseudoneutralidade axiológica, tendo íntima relação com o sistema de produção flexível (HARVEY, 1992). Uma forma de produzir ciência que coaduna com a lógica do capital, uma vez que este é baseado, contraditoriamente, na pluralidade de capitais que tem interesses em frações de mercados da sociedade e no monopólio econômico e político ideológico. Segundo Húngaro (2012),

ao funcionar como ideologia, o pós-modernismo incide diretamente no comportamento e na vida prática das pessoas que o internalizam. Não se trata da única, mas certamente é uma das mais funcionais à contemporânea ordem do capital marcada pela mundialização e pela dimensão especulativa financeira. (HUNGÁRO, 2012, p. 61)

Nesse sentido, há uma incongruência lógica no pensamento pós-moderno, já que o capitalismo é um sistema totalitário que se expressa no plano teórico das particularidades. Trata-se na verdade da negação do real em que o simulacro é o ponto de partida para a produção do conhecimento (EVANGELISTA, 1997). Não há espaço para a determinação ontológica da produção do conhecimento enquanto fruto do trabalho humano, mas é o discurso, o cotidiano e o imediato que devem prevalecer na formação dos professores.

A crise de paradigma na produção de conhecimento na Educação Física brasileira que vem sendo propalada representa uma postura pós-moderna para manutenção do *status quo* do capital, portanto, uma falsa crise, visto que as teorias do conhecimento ajudam a compreender e a resolver os problemas da realidade concreta.

Por isso que na formação de professores não se estuda Filosofia apenas para o engrandecimento pessoal, mas, sobretudo, para ajudar a compreender, enfrentar e resolver os problemas concretos da realidade e, do ponto de vista marxista, compreender as contradições sociais cientificamente e agir para romper com o modo de produção capitalista rumo à transição ao socialismo.

Saviani (2009), ao colocar o problema como o cerne da Filosofia, compreende-o enquanto uma indicação de um impasse objetivamente posto, concreto, que só pode ser resolvido quando subjetivamente assumido. Trata-se de:

O afrontamento, pelo homem, dos problemas que a realidade apresenta, eis aí o que é filosofia. Isto significa então que a filosofia não se caracteriza por um conteúdo específico, mas ela é, fundamentalmente, uma atitude; uma atitude que o homem toma perante a realidade. Ao desafio, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão. Esta é um pensamento consciente de si mesmo, capaz de avaliar-se, de verificar o grau de adequação que mantém com os dados objetivos, de medir-se com o real. (SAVIANI, 2009, p. 19-20)

Nessa esteira de pensamento, Politzer, Besse e Caveing (1967, p. 18-19) afirmam ser a Filosofia o guia para as ações perante os problemas da realidade, haja vista que “quanto mais complicada forem as situações, mais importante saber situar-se dentro delas. Portanto é por uma necessidade prática que devemos estudar filosofia, que nos devemos interessar pela concepção geral de mundo”.

Mas não se trata de qualquer concepção de mundo, mas sim aquela que visa à libertação da subsunção da classe trabalhadora ao capital. Uma filosofia que busca conhecer a realidade (natureza e sociedade) para transformar, e só a tradição marxista persegue esse horizonte histórico. Por isso, segundo Politzer, Besse e Caveing (1967, p. 22), “a burguesia teme a filosofia do proletariado e lhe faz guerra por todos os meios”.

Dessa forma, é preciso resgatar o debate científico a partir de grandes questões ontológicas e epistemológicas à luz da concepção materialista e dialética da história: que é o ser? Como se produz? A realidade é cognoscível? Quais são os valores que devem ser preconizados? Qual é o critério de verdade? Para onde caminha, ou deve caminhar, a humanidade?

Para tais questões, as respostas não podem ser prontas e acabadas, muito menos admitir um esquematismo ou mecanicismo, mas devem, pelo movimento sócio-histórico, compreender sua gênese, desenvolvimento e forma atual pelo método do concreto ao concreto pensado; é

preciso tirar conclusões científicas, apontar tendências e ações necessárias para alterar o rumo da história.

Destarte, o presente efêmero postulado pela pós-modernidade não responde às reais necessidades humanas, em especial da classe trabalhadora, mas atenuam as contradições do projeto político-ideológico neoliberal de um modo de produzir a vida que aliena e, ao alienar, desumaniza e, ao desumanizar, retira do ser humano a capacidade de compreender e explicar a realidade a fim de transformá-la. Esta é uma expressão da hostilidade que a unilateralidade da formação faz com que o indivíduo perca sua individualidade, como resultado da coletividade, transformando-a em individualismo. Suas explicações, com interesses da classe dominante, não ajudam a humanidade a romper com essa lógica.

A burguesia, defendendo seus interesses de classe privilegiada, procura fazer esquecer a dominação e repousa na exploração da força de trabalho. Ela nega a própria realidade da exploração capitalista porque reconhecer a realidade seria contrário a seus interesses da classe, volta cada vez mais as costas à verdade. Muito diferente é a posição do proletariado. Seu interesse de classe explorada, que quer sacudir o jugo, consiste em encarar o mundo de frente. A classe exploradora necessita de mentiras, para perpetuar a exploração; a classe revolucionária necessita da verdade, para acabar com a exploração; tem necessidade de uma concepção justa do mundo, para dar conta de sua tarefa revolucionária, adequadamente. (POLITZER; BESSE; CAVEING, 1967, p. 21)

Deste modo, pensar a produção científica, e a formação de professores em Educação Física, sem uma referência teórica de interesses da classe trabalhadora é conceber a irracionalidade humana num tempo em que a ciência pode ser convertida em um produto com fins privados para ser colocada a serviço da humanidade, ou seja, uma ciência socialmente útil que preconize o desenvolvimento humano.

É preciso compreender a produção científica em Educação Física para além dela, adentrar em seus pressupostos ontológicos para efetuar uma crítica radical, que permita revelar suas relações com o modo de produção, objetivando superar o estado atual de naturalização dos fenômenos sociais numa perspectiva comprometida com os interesses da classe trabalhadora de subsunção do capital, questões que serão tratadas na próxima seção.

4.3 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DAS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

É impossível para a concepção marxista que qualquer conhecimento seja desprovido de seus nexos e determinações com as atividades humanas práticas. Considera-se o conhecimento como um conjunto de sistematizações (científicas ou não) com a finalidade de conhecer e explicar a realidade que o ser humano tem diante de si (teoria), sendo este oriundo dos pores teleológicos da atividade humana finalística em processos de conversão da natureza em bens materiais com valor (prática). A teoria, com afirmação Kopnin (1978), trata da inter-relação com a prática, que tem sua particularidade e assume posições no movimento da consciência. Segundo o autor, a teoria:

[...] é um vasto campo de conhecimento, que descreve e explica um conjunto de fenômenos, fornece o conhecimento de seus fundamentos reais de todas as teses lançadas e produz descobrimento. A teoria deve compreender não só a descrição de certo conjunto de fatos, mas também a sua explicação, o descobrimento das leis a que estão subordinados. (KOPNIN, 1978, p. 237-238)

Uma aceitação contrária a esse fato constitui-se uma negação do fundamento ontológico, uma negação do produto humano-social fruto da práxis. É pelo trabalho, enquanto atividade essencial das relações de produção, que o ser humano constitui-se um ser-em-si (LUKÁCS, 2013). É por ele que se produz e reproduz o acervo cultural, lega às gerações posteriores que se apropriam e passam a atribuir outros sentidos e significados, fazendo o ciclo da história mover-se de acordo com cada circunstância.

Isto é, decorre do fato histórico da luta de classes entre os seres humanos, para manutenção e concentração dos meios de produção para acúmulo da riqueza e domínio do poder, da premência de separar aqueles que pensam e regulam o funcionamento da sociedade e os que produzem a base econômica.

De acordo com Lênin (2005, p. 9), dentre os males que a sociedade capitalista produziu para a humanidade, a separação entre a teoria e prática foi o maior. O que permite um falseamento do quadro da realidade efetiva, posto que o que vem sendo apresentado teoricamente pelas concepções hegemônicas do capital não reproduz a realidade concreta, escamoteia as contradições e naturaliza os fenômenos sociais. Desse modo, a teoria descolada da realidade torna-se pura abstração que não tem desdobramento para a luta revolucionária, impossibilitando a formação da consciência política e organização da classe, perdendo o seu

valor social, restringindo-se a uma questão puramente escolástica que mantém a passividade e letargia social para atender aos desmandos do capital.

Por conseguinte, não permite captura do movimento da realidade, seus nexos e relações, suas contradições, além de não possibilitar a apropriação deste conhecimento, compreender e explicar a realidade com radicalidade na sua essência, na sua radicação mais profunda. Tem-se uma apreensão limitada do real – na perspectiva da exaltação do existente – limitando a possibilidade de ação na realidade circunscrita, tendencialmente, ao mecanismo da tentativa e erro.

Como resultado, não existe prática revolucionária se não calcada em uma teoria revolucionária (LÊNIN, 2005). Portanto, separar as premissas teóricas e programáticas é uma estratégia visceral para o capital. Essa problemática se coloca como uma necessidade vital na fase imperialista do modo de produção capitalista (LÊNIN, 2007). Apresenta-se também na relação entre produção, distribuição e consumo do conhecimento historicamente produzido e sistematizado pelo conjunto da humanidade.

Um *détour* pelo processo de desenvolvimento da humanidade permite compreender essa necessária fragmentação entre o pensar e operacionalizar a partir da luta de classes. Desde o momento em que a história da humanidade passou a ser sistematizada, os seres humanos necessitaram buscar respostas para os problemas concretos que se colavam diante de si pela realidade objetiva existente e independente de si.

Nas sociedades primitivas o fundamento da produção da vida material estava assentado na relação de causalidade entre trabalho e magia (ANDERY *et al.*, 2007). Assim, todo produto consequente do trabalho era atribuído ao acaso, forças ocultas, a alguém superior não humano. Caracteriza-se e cristaliza-se uma forma mítica de pensar perante a causalidade posta (LUKÁCS, 2013) pelo próprio ser humano – entendendo pensamento mítico enquanto

[...] uma narrativa que pretende explicar, por meio de forças ou seres considerados superiores aos humanos, a origem, seja de uma realidade completa como o cosmo, seja de parte dessa realidade; pretende também explicar efeitos provocados pela interferência desses seres ou forças. Tal narrativa não é questionada, não é objeto de crítica, ela é objeto de crença, de fé. Além disso, o mito apresenta espécie de comunicação de um sentimento coletivo; é transmitido por meio de gerações como forma de explicar o mundo, explicação que não é objeto de discussão, ao contrário, ela une e canaliza as emoções coletivas, tranquilizando o homem num mundo que o ameaça. É indispensável na vida social, na medida que fixa modelos da realidade e das atividades humanas. (ANDERY *et al.*, 2007, p. 20)

Essa forma de pensamento foi estabelecida naquele momento histórico, porque não havia possibilidade de uma complexificação das explicações sobre a realidade; dado o caráter limitante das forças produtivas, o ser humano ainda estava detido à natureza. Hoje, com elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, é anticientífico o ser humano orientar-se por esse tipo de pensamento que não reflete as qualidades, leis e propriedades do objeto. Marx e Engels (2007), na crítica proferida a Feuerbach, *Fragmento 2*, ao tratar da atividade humana na produção material, apresentam que:

[...] A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93)

Vê-se, pois, que as condições materiais impunham a forma de conceber o mundo objetivo. Todavia, à medida que o ser humano foi transformando a natureza, as atividades humanas foram incorporando cada vez mais graus de complexidades, tornando essa forma de explicar a prática das atividades humanas antiquada, por não ser efetivamente correspondente à realidade objetiva.

Notadamente, há um requerimento de novas formas explicativas sobre o fato. Isso decorre do caráter essencialmente ativo do ser humano em converter a natureza em produto do trabalho, por via da relação dialética entre objetivação e exteriorização, expressando-o enquanto uma síntese estabelecida entre o plano e sua efetivação (LUKÁCS, 2013).

O ato de conhecer é um atributo necessário para que o ser humano tenha um desfecho positivo na realização de sua atividade e afaste-se da causalidade natural para promoção da causalidade socialmente posta, ainda que se mantenha numa relação de continuidade. Suas ações configuram-se enquanto processos investigativos permanentes empíricos ou científicos, de busca dos meios, ou seja, de utilizar com conhecimento o que está disposto pela natureza em sua relação causal para atingir o pôr do fim teleológico.

Lukács (2013, 2018), ao postular a inseparabilidade entre causalidade e teleologia, apresenta um duplo caráter dos processos investigativos nos atos de trabalho: primeiro, revelar o que direciona e determina concretamente o objeto e, segundo, a apreensão de novas conexões que tornam a ação humana efetivamente posta. Em termos ontológicos:

Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou o fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho. (LUKÁCS, 2013, p. 56-7)

Nesse sentido, a relação entre teoria e prática é uma necessidade basilar dos processos de trabalho, é a conjunção entre a transposição, reflexo, espelhamento, captura da objetividade exterior e a transmutação da natureza em objeto trabalhado, é a propulsão ilimitada do salto qualitativo superior do ser humano frente à natureza.

Nessa dimensão é possível compreender o ser humano como um *contínua* ativo do perguntar e responder da materialidade externa. Lukács (2013), ao perquirir abstrativamente de forma generalista para explicar a reprodução da sociedade enquanto uma totalidade, analisa as forças ontologicamente determinantes do crescimento do ser humano para alcançar seu ser-para-si, a “generidade consciente”, e aponta que o seu crescimento é sempre consequência da interação entre possibilidade e necessidade posta por uma formação social num dado campo ofertado para a consecução das tarefas propostas ao homem.

Como todo ser vivo, o homem é por natureza um ser que responde: o entorno impõe condições, tarefas etc. à sua existência, à sua reprodução, e a atividade do ser vivo na preservação de si próprio e da espécie se concentra em reagir adequadamente a elas (adequadamente às próprias necessidades da vida no sentido mais amplo). O homem trabalhador separa-se nesse tocante de todo ser vivo até ali existente quando ele não só reage ao seu entorno, como deve fazer todo ser vivo, mas também articula essas reações em forma de respostas em sua práxis. O desenvolvimento na natureza orgânica vai das reações químico-físicas, puramente espontâneas, até aquelas que, acompanhadas de certo grau de consciência, são desencadeadas em dado momento. A articulação baseia-se no pôr teleológico sempre dirigido pela consciência e, sobretudo, na novidade primordial que está contida implicitamente em cada pôr desse tipo. Por essa via, a simples reação articula-se como resposta, podendo-se até dizer que só através disso a influência do meio ambiente adquire o caráter de pergunta. (LUKÁCS, 2013, p. 303)

O entrelaçamento dialético entre pergunta e resposta (teoria e prática) gera uma gama de possibilidades para que a atividade humana teleologicamente posta não se restrinja ao responder do ambiente natural, pois dela também desdobram-se outras capacidades cognoscitivas que permitem ao ser humano produzir novos objetos como consequência do aperfeiçoamento da capacidade de conhecer sua materialização. Essa consecução exige uma

complexificação da atividade humana, ou seja, novas possibilidades de agir e pensar no incessante emergir da relação entre perguntas e respostas (LUKÁCS, 2013).

Nesse movimento dinâmico o ser humano busca compreender, interpretar, analisar e explicar a realidade, exigindo concepções filosóficas sobre o que é mundo, de onde se veio, para onde caminha a humanidade. Sua distinção dos demais membros da natureza será caracterizada por sua própria essência, o trabalho enquanto promotivo da capacidade de pensar, disso discorre a ideia do ser humano enquanto animal racional superior às outras espécies (PINTO, 1962).

A estrutura heterogênea entre pergunta e resposta fez o ser humano indagar sobre a sua origem, a sua essência, sendo este o ponto de partida para a ruptura com o pensamento puramente mítico.³⁸ Afloram-se explicações sobre si e, à medida que novos conceitos foram se desdobrando, os conflitos materiais explicitaram-se em diferenças filosóficas acirradas.

A afirmativa de que as concepções de mundo, teoria e prática, estão atreladas à totalidade social enquanto um meio para resoluções de problemas objetivos pode ser encontrada ao longo da história. No período *Clássico* (século V e IV a.C.), por exemplo, as explicações filosóficas sobre a desigualdade entre os seres humanos vão corresponder ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Andery *et al.* (2007), a hegemonia econômica e política de Atenas, na civilização grega, fez desta o locus dos principais pensadores desse período: Sócrates, Platão e Aristóteles. De acordo com os autores (2007), esses filósofos travaram uma contraposição às explicações jônicas para os problemas da realidade assentados na natureza física e puseram, no centro da preocupação, o ser humano, uma vez que esse era possuidor de uma alma que possibilitava uma produção de conhecimento.

Contudo, cabe salientar dois destaques. O primeiro, e essencial do ponto de vista ontológico, é o reconhecimento do ser humano enquanto responsável pela produção do acervo cultural de seu tempo, entretanto, essa capacidade lhe é retirada quando atribui à alma a incumbência por tal atividade. Consequência prática dessa forma de pensar é a dicotomia entre corpo e alma, logo, aquele que não tem alma, tem predisposição para não produzir conhecimentos, tem que operar no campo do fazer.

O segundo aspecto importante do ponto de vista ontológico remete à relação entre o ser e o não ser. O ser na concepção ateniense é quem pensa, o portador da alma; o não ser é o seu

³⁸ Tratou-se da expressão ruptura com o pensamento puramente mítico, por compreender que essa forma de pensar nunca se esgota, mas convive paralelamente com as outras formas.

revés. No entanto, o não ser é um produto do ser que pensa sobre quais devem ser os atributos fundantes deste.

Chauí (2000), ao tratar sobre diferentes formas de conceber o conhecimento cotidiano, contribui acerca da reflexão sobre as relações humano-sociais que são postas entre o pensamento e a materialidade que existe fora dele. Para sustentar a posição adotada, a referida autora cita:

Quando alguém diz ‘onde há fumaça, há fogo’ ou ‘não saia na chuva para não se resfriar’, afirma silenciosamente muitas crenças: acredita que existem relações de causa e efeito entre as coisas, que onde houver uma coisa certamente houve uma causa para ela, ou que essa coisa é causa de alguma outra (o fogo causa a fumaça como efeito, a chuva causa o resfriado como efeito). Acreditamos, assim, que a realidade é feita de causalidades, que as coisas, os fatos, as situações se encadeiam em relações causais que podemos conhecer e, até mesmo, controlar para o uso de nossa vida. (CHAUI, 2000, p. 5)

O pensamento da autora avança na direção de demonstrar que, quando se acredita numa relação de causa e efeito, outros desdobramentos se atenuam. Emergem a relação entre qualidade e quantidade que possibilita a comparação, avaliação, o julgamento de valor (elegante, horrível, grande e pequeno), a relação entre verdade e inverdade, entre certeza e falsidade, objetividade e subjetividade, entre racional e irracional, o bem e o mal, aproximação ou distanciamento dos seres humanos de acordo com os laços afetivos, valores morais, políticos, religiosos, a existência e a inexistência das coisas, a liberdade e a democracia.

Assim, ao estabelecer essa relação consciente, consequência dos fenômenos sociais naturalizados, o ser humano reproduz sua prática cotidiana. Contudo, o estágio de desenvolvimento do conhecimento precisa ser superado no que se refere à produção científica e indagar pelo ser da coisa-em-si. Para isso é preciso a tomada de uma atitude filosófica (CHAUI, 2000). Mas o que seria essa atitude filosófica? Para Chauí, seria “a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido.” (CHAUI, 2000, p. 8).

Nessa direção, Saviani (2009) apresenta como ponto de partida para reflexão filosófica os problemas postos pelo enfrentamento dos seres humanos para manutenção da existência. Prossegue o autor:

Trata-se de uma necessidade que se impõe objetivamente e é assumida subjetivamente. O afrontamento, pelo homem, dos problemas que a realidade apresenta, eis aí o que é filosofia. Isto significa, então, que a filosofia não se caracteriza por um conteúdo específico, mas ela é, fundamentalmente, uma atitude; uma atitude que o homem toma perante a realidade. Ao desafio da realidade, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão. [...] Este é um pensamento consciente de si mesmo, capaz de avaliar-se, de verificar o grau de adequação que mantém com os dados objetivos, de medir-se com o real. Pode aplicar-se as impressões e a opiniões, aos conhecimentos científicos, interrogando-se sobre seu significado. **Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E é isto o filosofar.** (SAVIANI, 2009, p. 19-20, grifo nosso)

Desenvolver esse grau de reflexão, que não é qualquer forma de pensamento, demanda a relação dialética entre três requisitos: profundidade, rigorosidade e visão de conjunto. A profundidade é expressão da forma radical de como deter um objeto; a descida até as suas raízes para examinar os fundamentos. Articula-se a essa dimensão da reflexão a rigorosidade, que deve ser compreendida enquanto a sistemática aplicação dos meios necessários para questionar e superar o estágio cotidiano do conhecimento que a ciência deseja alcançar. A visão de conjunto é a totalidade, o estabelecimento da relação entre a parte específica a ser analisada e as determinações exteriores que fazem dela essa forma e não outra, ou seja, ampliação da forma (SAVIANI, 2009).

Ademais, os requisitos da reflexão filosófica exigem a compreensão sobre os fundamentos das ações humanas, por isso, segundo Chauí (2000), esse tipo de reflexão demanda três grandes conjuntos de questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas** para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?
2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos? Isto é, qual é o **conteúdo** ou o **sentido** do que pensamos, dizemos ou fazemos?
3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos? (CHAUI, 2000, p. 12, grifos da autora)

Tais questões são uma indagação sobre as premissas teóricas e programáticas, ou seja, a relação entre o pensamento e ação humana. Essa relação é estabelecida porque na atitude filosófica busca-se incessantemente a saída da aparência do fenômeno rumo à sua essência, adentrar a sua estrutura interna para questionar seu ponto germinal: o que é? Como é? Por que

é? Assim, amplia-se a reflexão filosófica questionando sobre o *télos* cognoscitivo para conhecer e materializar suas ações. Por quê? O quê? E para quê?

Diante da necessidade de atitude e reflexão filosófica para orientar as ações humanas, faz-se necessário examinar a produção do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia com o objetivo de obter as respostas necessárias das relações estabelecidas entre as premissas teóricas que apresentam determinadas características com as grandes matrizes filosóficas que vão indicar uma visão de mundo dos desdobramentos práticos das ações humanas na luta de classe.

4.4 RADICALIDADE ONTOLÓGICA À FRAGMENTAÇÃO ENTRE AS PREMISSAS TEÓRICAS E PROGRAMÁTICAS

Do ponto de vista político, a crítica ao conhecimento hegemônico produzido até aqui é essencial para que possa revelar o que está sendo pensado sobre as contradições do real e como vem se expressando a consecução do projeto burguês contra a educação e fruição da classe trabalhadora, a fim de provocar precipitações que culminem numa revolução social que ultrapasse o atual modo de produção da existência rumo ao socialismo.

O viés científico, ainda que uma esfera não esteja apartada da outra, consiste em refutar as críticas idealistas e ou materialistas mecanicistas ou dogmáticas, que buscam apenas conhecer o objeto em sua aparência imediata, fenomênica (KOSIK, 1976), por conceitos lógicos, reduzindo-o ao meramente conhecido (LUKÁCS, 2010), isto é, pelo caminho que intercorre entre a concretude limitada no cotidiano das relações de produção alienadas, para um domínio efetivo, por via da capacidade abstrativa do ser humano, de suas emaranhadas relações, dos seus processos reais, essenciais do ser concreto enquanto uma síntese multideterminada.

Conforme aponta Engels (2015), no *Anti-Duhring*, foi assim que procederam, revolucionariamente, os pensadores franceses do século XVIII, os iluministas, representantes da revolução burguesa, para superação do entrave entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção para suplantação do modo feudal. Submeteram tudo que existia ao exame da crítica “implacável” da razão, nada que estivesse fora dessa esfera era reconhecido como válido; tudo que existia, teria que ter justificada a sua existência perante as doutrinas do tribunal da razão burguesa.

Todas as formas sociais e estatais até ali existentes, todas as concepções transmitidas desde tempos antigos foram tidas com irracionais e jogadas no

depósito de cacarecos. Até ali o mundo havia se deixado conduzir por pré-conceitos; tudo que havia passado não merecia nada além de comiserações e desprezo. Só agora havia irrompido a luz do dia, o império da razão; a partir daquele momento, a superstição, a justiça, o privilégio e a opressão dariam lugar à justiça eterna, à igualdade baseada na natureza e aos direitos humanos inalienáveis. (ENGELS, 2015, p. 45)

A crítica impiedosa proferida pela burguesia, a tudo que precedia a instauração de um processo transitório para um novo projeto societal, foi um instrumento do movimento dialético de destruição e afirmação das produções materiais e não materiais até então desenvolvidas para construção e consolidação de sua plataforma político-econômica. Tratou-se de se valer da crítica para consecução de um projeto histórico bem definido, superador das relações sociais que estavam postas com suas formas de pensar e instrumentos de exploração. Tomaram como cerne a contradição universal entre explorados e exploradores, não como representantes dos explorados, mas de toda a “humanidade sofredora” (ENGELS, 2015, p. 46).

O sofrimento da burguesia consistia, pois, no fato de, enquanto classe em ascensão, não deter o pleno poder de exploração em suas mãos, em detrimento do sofrimento dos trabalhadores diante da penúria gerada pela expropriação dos meios de produção e exploração de sua força de trabalho nos processos produtivos. Essas circunstâncias históricas denotam que as produções críticas desse tempo afirmaram, apenas, como validade o que refletia o novo momento como progresso da humanidade, o modo de produção capitalista.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2010) apontam como a burguesia, para se firmar enquanto classe hegemônica, destruiu todas as relações estabelecidas pela sociedade feudal e avultou o desenvolvimento das forças produtivas entravadas, demonstrando, como nunca antes na história da luta de classes, as maravilhas “que a atividade humana pode realizar”. Prosseguem os autores: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43).

Portanto, o domínio do conhecimento se colocou com um elemento fundamental nesse processo. Para Saviani (1983), que toma essa condição histórica como lição, ao defender a escola e por dentro dela a apropriação do conhecimento científico pela classe trabalhadora, os dominados precisam dominar os conhecimentos dos dominadores. Essa é uma condição fundamental para a emancipação humana.

Segundo Lukács (2013), ao subsumir a sociedade feudal, o modo de produção capitalista se lançou na história como o primeiro puramente social. Não significa que as demais formações foram essencialmente naturais, pelo contrário. Todavia, não foram produtos de pores

teleológicos, de atividades humanas finalísticas para uma ruptura de um ciclo da história com a tomada de poder de uma classe sobre a outra e depois a união de suas frações dominantes.

Os modos de produção precedentes ao capitalismo tinham como centralidade a exploração e a produção baseada na força física, mesmo sendo a manufatura a gênese do parcelamento do trabalho num mesmo espaço e não a maquinaria como força motriz da produção.

Assim, a estadia de um indivíduo na ordem social precedente era estabelecida por uma lei “natural” socialmente posta. Ao nascer nobre, permaneceria nessa condição até a sua morte, mesmo que no fim da vida tenha sido pobre. Uma compreensão que ganhou contornos científicos a partir do jusnaturalismo de Hobbes, Locke e Rousseau. Com o capitalismo, essa dinâmica se altera e a condição estamental do indivíduo passa a ser definida e efetivada de acordo com suas condições econômicas.

Nas palavras de Lukács (2010, p. 346):

O caráter especificamente social do capitalismo expressa-se no fato de que isso ocorre predominantemente de modo puramente econômico (todavia: de modo imediata ou mediatamente econômico) e não são os sistemas ‘naturais’ de mediação que vinculam o indivíduo ao processo social de reprodução.

O modo de produção capitalista desnaturaliza e põe nos trilhos da história o lugar social que cada sujeito ocupa nas relações de produção. Toda condição social estabelecida dentro de uma formação econômica é um produto histórico com o objetivo de preservar a herança objetiva e subjetiva de um grupo, bem como destruir de outros para exercício da hegemonia (GRAMSCI, 1978). Não há nada de natural no metabolismo social de uma generidade não mais-muda (LUKÁCS, 2013) que garanta ao indivíduo uma alocação na estrutura social. Como afirmaram Marx e Engels (2010), “a história da humanidade é a história da luta de classes”, e será, na mediação desse conflito, que os sujeitos serão alocados numa posição de classe nessa forma societária.

Desse modo, com a instauração da sociedade burguesa e o antagonismo de classe transparente e acirrado entre proletários e burgueses, a livre concorrência como ideia de liberdade se tornou o pressuposto fundamental da busca pelo poder econômico, no plano da igualdade formal, como uma condição para que possa ocorrer, inclusive, mudança de posições.

Por conseguinte, a revolução burguesa logrou para o trabalhador a “liberdade”, ou melhor, a livre condição para ofertar sua força de trabalho no mercado para quem pode pagar por ela. No âmbito da produção material sua estrutura tornou-se assentada na maquinaria

moderna enquanto força motriz da dinâmica produtiva a ser deliberada pelo estágio de evolução tecnológica (MARX, 2013).

Essa revolução tem o caráter cosmopolita e atua, não apenas na produção material, promovendo uma homogeneidade nas produções intelectuais heterogêneas. Marx e Engels (2010, p. 43) compreenderam como efetivamente se expressa essa dinâmica ao explicitarem que “as criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacional tornam-se cada vez mais impossível; das numerosas literaturas nacionais a uma literatura universal”. De fato, não se trata de colocar o conhecimento universal produzido historicamente, com suas particularidades e singularidades, a serviço da humanidade, mas de imprimir universalmente a ideia do pensamento único para imperativo do capital.

Foi nesse processo de ascensão e consolidação do poder, alterando toda estrutura material do mundo, que a burguesia forjou suas ideias com uma racionalidade universal que sustenta como pressupostos fundante da sociedade, a extração de mais-valia (MARX, 2013). Isto é, o modo de produção capitalista de reger a vida tem como premissa central, segundo Engels (2015), a espoliação do trabalhador pela apropriação do trabalho não pago, o mais valor. Portanto, as doutrinas que buscam manter o “bem-estar e harmonia universal” nesse modo de produção tem que, necessariamente, defender, ainda que não implicitamente, essa condição subjugadora, infame e mesquinha da classe trabalhadora.

Entretanto, o projeto racional burguês, assentado nos princípios iluministas de sociedade, ao “simplificar” os processos exploratórios e atenuar a centralização dos meios de produção por uma parca parcela da sociedade, como afirmam Marx e Engels (2010), revelou contraditoriamente sua irracionalidade, injustiça e desigualdade, criando, assim, o polo opositor de seus princípios, a classe trabalhadora que se torna responsável por revolucionar o sistema capitalista para sua libertação.

À vista disso, a condição doutrinária-ideológica demonstra que a luta de classe se expressa no chão concreto da história, visto que o pensamento teórico, que está posto à consciência humana como uma representação abstrata da realidade concreta, está sempre baseado em interesses materiais, exprimindo a forma como os indivíduos estão apreendendo conscientemente os problemas da realidade e incidindo para resolvê-los.

Esse fato leva a apresentar a necessidade da crítica ao pensamento teórico hegemônico como expressão do grau de desenvolvimento da luta de classes em busca da explicação dos problemas realmente existentes e da transformação do mundo objetivo, assim como fizeram Marx e Engels. Consiste ainda no fato de contribuir para romper com as barreiras postas à classe trabalhadora de acesso ao conhecimento com vistas à sua emancipação.

Mas essa tarefa não pode se configurar enquanto uma crítica vazia, especulativa, conclamadora da razão epistemológica ou instrumental para explicar melhor um conceito ou categoria, ou mesmo se conformar num eufemismo; ou ainda, exercer a troca de posições teórico-filosóficas sobre os problemas da realidade, como se, dessa forma de proceder, pudesse ocorrer possibilidade de emancipação humana. Também não diz respeito a simplificações de problemas, transformando-os em questionamentos de lacunas ou imperfeição com a finalidade de corrigi-los (TONET, 2016).

Tratar-se-á, pois, de uma crítica ontológica que busca analisar a natureza histórica da forma de pensar dominante que vem sendo sistematizada cientificamente enquanto resultado das atividades humano-sociais guiadas de pores teleológicos (LUKÁCS, 2013). Tais atividades se colocam na ordem do dia como necessidade para superação histórica do atual estágio das relações sociais de produções geridas pelo metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011a).

Contudo, essa posição teórica não é, e nem pode ser, hegemônica dentro do modelo societário regido pela apropriação privada da riqueza produzida socialmente, conseqüente dessa relação humana, em que o trabalho deixou de ser principal atividade ontológica para se converter em um “mero meio de vida” (MARX, 2012, p. 31).

Nesse sentido, Tonet (2016, p. 13) defende que a dificuldade em empregar a verdadeira crítica tem como um dos elementos constitutivos da relação de sustentação dos problemas da realidade, o plano gnosiológico que tem como “polo regente o sujeito”.

Esse tipo de abordagem é problemático porque escamoteia as contradições essenciais do real e suas determinações na produção de conhecimento científico, impedindo que outro flanco, a ontológico-materialista histórico dialético, apresente-se enquanto possibilidade para o exercício da práxis humana transformadora. Ela é hegemônica, uma vez que tem todo o aparato político, econômico, ideológico e bélico a seu favor. Por isso, incide limitando outras formas de conceber a realidade objetiva, colocando-se como a única via, enquanto totalizadora da verdade absoluta.

Gramsci (2001) ajuda a reconhecer o porquê da não hegemonia da ontologia materialista histórica e dialética para compreender e explicar a realidade, ao afirmar que a hegemonia é caracterizada pela totalidade que unifica, estrutura e superestrutura o modo de produção capitalista da existência, posto que o processo de hegemonia de um conhecimento é gerado por uma série de mediações, dentre as quais demanda a gestação de agentes para manutenção de *status quo* da classe dominante. Esses sujeitos são denominados por Gramsci (2001) de “intelectuais orgânicos”, que têm a tarefa histórica de re-produzirem os interesses dominantes e combaterem os da classe trabalhadora, seja pela via da conciliação de classe ou pela coercitiva.

Os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito. (GRAMSCI, 2001, p. 22)

Nessa direção é clara a formação de sujeitos com uma consciência que convenha à produção de ideologias da classe dominante. Esse grupo social ocupa um lugar privilegiado na divisão social do trabalho, livrando-se do trabalho físico pesado exercido pelos membros da classe trabalhadora, por outro lado, acreditam que fazem parte da classe dominante da qual é apenas um serviçal.

Como já assegurado por Marx (2008) no prefácio *Contribuição à crítica da economia política*, as relações estabelecidas pelos sujeitos históricos independem de suas vontades individuais, são postas, efetivamente, pelas relações sociais de produção necessárias à sua existência. Como consequência, esses sujeitos têm que assumir uma posição de classe que vai se expressar em sua concepção de mundo e a forma como atuam ao depararem-se com os problemas latentes da realidade, inclusive contra sua classe originária.

A inferência de Gramsci (2001) na citação acima permite afirmar, categórica e materialmente, que é inadmissível criticar o sujeito, apenas, por suas formas de pensar, uma vez que a produção de conhecimento faz parte da superestrutura, logo, sofre as determinações imediatas, mediatas e históricas das relações materiais de produção.

Essa dimensão levaria a cair no prisma do individualismo, inatismo, do desejo, do sensualismo da percepção daquilo que se apresenta como a primigênia de um objeto multideterminado tão propalado pelas perspectivas subjetivistas. Segundo aspecto, estar-se-ia projetando a teoria para um plano abstrato, retirando-a da sua dimensão de correspondência reflexiva, por via da abstração, realidade concreta (KOPNIN, 1972), portanto, sem as variadas determinações objetivas das relações sociais de produção, uma concreção pura, vazia, absoluta e estranha ao seu produtor.

Compreendendo que a relação de hegemonia da produção de conhecimento corresponde a uma totalidade social, o ponto de partida da análise é a individualidade inerente à generalidade humana. No entender de Lukács (2013), à medida que a relação de produção do gênero humano vai se complexificando ocorre uma correspondência na individualidade, dado que a generidade e a individualidade humana, ainda que se apresentem apartadas, “totalidade e totalidade

parcial”, são endogenamente conectadas, haja vista que são núcleos de um único processo, a reprodução social. Nas palavras de Lukács (2013):

Para isso, porém, é necessário que haja, no âmbito do ser social, conscientização do ser em si que surge na reprodução social, mas exatamente uma consciência de que assentimento à corporificação do gênero humano que surge em cada caso concreto como pertencente ao seu próprio ser – inclusive individual –, ou seja, que mediante o pôr de valor professe assim surgido. Quanto mais tais formações sociais se desenvolvem em amplitude, altura e profundidade, quanto mais intensa for a interação social entre elas, tanto mais a consciência humana pode aproximar-se do pôr, num primeiro momento meramente conceitual – da humanidade como unidade filogenética-social do gênero humano. (LUKÁCS, 2013, p. 200)

Recorre-se à citação de Lukács (2013) para compreender e afirmar que produção de conhecimento, enquanto esfera pertencente à superestrutura, é um complexo dentro de outro complexo maior, que tem determinações específicas e gerais em cada sujeito. Portanto, não se pode compreender e analisar sem estabelecer as relações e mediações com os outros aspectos da vida. Disso decorre a necessidade de estabelecer o nexos ontológico entre o indivíduo que produz um conhecimento e o processo de complexificação das relações sociais de produção da generalidade humana por via da formação da sua consciência.

Esse nexos é apresentado em *A ideologia alemã*, por Marx e Engels (2007), ao proferirem a crítica ao materialismo idealista de Feuerbach pela contemplação do mundo sensível à mera sensação, concebendo o homem enquanto objeto sensível. Os autores apresentam o caráter dialético da formação da consciência enquanto uma necessidade de interação com outros homens e afirmam que:

Desde o início, a consciência já é um produto social e continuará sendo. A consciência, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e a consciência do vínculo limitado com as outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se tornam conscientes; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal da natureza (religião natural) – e por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive em sociedade. Essa consciência [...] obtém seu desenvolvimento e aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades do aumento da população. Com isso desenvolve-se a divisão do trabalho [...] A divisão do trabalho só se torna realmente divisão do trabalho a partir do momento em que surge a divisão entre trabalho material [trabalho] e espiritual. (MARX; ENGELS, 2007, p. 35)

Nesse *médium* que os intelectuais atuam para promover a hegemonia perante as massas: 1) formulando e promovendo as ideologias para negação e afirmação de seus processos axiológicos burgueses; 2) nos aparelhos de hegemonia se valendo de seu aparato para elaboração das ideias que promovam, pelo consenso, a ordem social.

Não se trata de uma hegemonia apenas para produção de ideologias, mas, sobretudo, para expropriação das capacidades cognitivas dos trabalhadores, a fim de impossibilitar a compreensão correta da realidade, bem como para o aumento da extração de mais-valia pela exploração de sua força de trabalho.

De acordo com Marx (2009b), o conhecimento é um instrumento *sine qua non* que possibilita ao ser humano conhecer, explicar e modificar o mundo objetivo. Por isso a retirada da capacidade de pensar da classe trabalhadora é fundamental para a predominância dos problemas vitais da existência humana.

Assim, a relação entre produção do conhecimento e a sua crítica implica conceber que na unicidade dialética entre sociedade civil e política (GRAMSCI, 1999) há consensos gerais e dissensos entre as frações dominantes que vão se expressar na forma como o conhecimento hegemônico é produzido e combatido pelos interesses divergentes. Isso é caracterizado, no primeiro caso, pelo projeto de manutenção da sociedade cindida em classes sociais conflitantes, ainda que por dentro deste ocorram disputas setoriais de valoração de um determinado segmento social hegemônico; no segundo caso, pela necessidade de alterar o despotismo vivido até aqui.

Sendo assim, como outrora se afirmou, a hegemonia de uma concepção de mundo na produção de conhecimento tem sua esfera política no Estado, que é, segundo Gramsci (1999, p. 324), com suas leis e forças coercitivas, “o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”. Todavia, a sociedade civil também regula o funcionamento da sociedade política, uma vez que tem suas frações dominantes operando por dentro do Estado para atender aos seus interesses privados.

Postas as determinações mais gerais de um conhecimento hegemônico e a necessidade da crítica ontológica dessa relação, apresenta-se uma crítica à produção do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia.

4.4.1 A crítica ontológica materialista, histórica e dialética à produção científica

Ao adentrar no debate sobre a produção do conhecimento, em específico, em Educação Física, torna-se evidente o domínio das tendências teóricas que se detêm na singularidade (a

parte como única determinação do objeto investigado), preconizam a fragmentação de tudo, inclusive do conhecimento, atenuam a diversidade sem compreender a totalidade social da qual faz parte cada elemento do diverso.

Por conseguinte defendem o individualismo, a naturalização dos fenômenos sociais fruto das respostas às necessidades colocadas pela realidade concreta e a impossibilidade de conhecer o real em suas múltiplas determinações e, conseqüentemente, de incidir para transformá-lo.

Por outro lado, tem-se a tendência que concebe as coisas como imutáveis, estanques, dadas aprioristicamente, a realidade como um beco sem saída e a neutralidade e o imobilismo enquanto a posição a ser assumida pelo ser humano frente aos problemas latentes da prática social.

Duas posições coerentes dentro das suas formas de conceber o mundo e o ser humano. Assim, não cabe o julgamento entre certo ou errado, que por sinal não é uma tarefa da ciência, mas do restrito campo do senso comum. Todavia, cabe, com base na teoria marxista, afirmar que essa forma de significar o real deve ser criticada, não abstratamente, pois estar-se-ia cometendo o mesmo deslize, reproduzindo, através da crítica, valores da ordem vigente do capital, ainda que se compreenda que essa é uma posição de classe assumida pelos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1978) das classes sociais dominantes, mas é preciso romper e recuperar a crítica ontológica do ponto de vista materialista e histórico.

Mas o que significa reproduzir uma crítica ontológica do ponto de vista marxista? Exercer essa crítica significa ser radical, ir à raiz do problema, expor seus fundamentos, como afirmou Marx (2010), na introdução à *Crítica do direito de Hegel*; separar, apresentar e descrever fragmentos por fragmentos, determinações por determinações, compreender cada fragmento e determinações como uma unidade, síntese de múltiplas determinações, únicos, como uma totalidade, mas, também, como uma das partes que estão envoltas numa totalidade maior, que é a social.

A crítica necessita ser rigorosa, valer-se de instrumentos, técnicas e teorias, tendo como centralidade o rigor lógico-metodológico-epistemológico; precisa ter clareza de que a prática social é o ponto de partida e chegada (SAVIANI, 2008). Necessita retomar a reflexão filosófica e científica de conjunto, o que implica no estabelecimento dos nexos, do movimento contraditório, da relação dos determinantes entre si que não são revelados no primeiro momento da descrição (SAVIANI, 2008).

Na crítica dialética ao pensamento metafísico de Descartes, Spinoza Diderot e Rousseau, Engels (2015) instrumentaliza teoricamente ao ressaltar que os elementos essenciais

para pensar a universalidade, numa visão de conjunto dos fenômenos, consistem na explicação de seus pormenores que a compõe, posto que:

Quando submetemos a natureza ou a história humana, ou a nossa própria atividade intelectual, à análise pensante, o que nos salta à vista, em primeiro lugar, é a imagem de um entrelaçamento infinito de interconexões e interações, no qual nada permanece o que e como era nem onde estava, mas tudo se move, se modifica, devém e fenece. [...] Para conhecer esses pormenores, temos que retirá-los de seu contexto natural ou histórico e examinar cada um deles quanto à sua constituição, suas causas e seus efeitos específicos etc. [...] Num exame mais preciso, descobrimos também que os dois polos de um antagonismo, como positivo e negativo, são tão inseparáveis um do outro quanto opostos um ao outro e que, apesar de todo o seu caráter antagonístico, interpenetram-se reciprocamente; descobrimos igualmente que causa e efeito são representações que só têm validade como tais quando aplicadas ao caso individual, mas, assim que examinamos o caso individual em sua conexão universal com a totalidade do mundo, causa e efeito se fundem, se dissolvem na noção da interação universal, na qual causas e feitos trocam continuamente sua posição, e o que agora aqui é efeito depois e ali se transforma em causa, e vice-versa. (ENGELS, 2015, p. 49-51)

Engels apresenta, assim, um apontamento essencial do método dialético de pensar a realidade: a análise do objeto/fenômeno pelo movimento da reciprocidade entre suas propriedades na particularidade e na generalidade. Portanto, o cuidado aqui consiste na observação daquilo que se apresenta sob uma circunstância, que nem sempre é o que verdadeiramente está posto, sendo, pois, preciso considerar outras esferas determinantes.

Isso significa que não cabe ficar no âmbito intrínseco do conhecimento ou da posição dos pesquisadores frente ao mundo, uma vez que se constitui um deslize metodológico e um conservadorismo do ponto de vista político. É preciso buscar na esteira das condições e relações sociais na qual a atividade está sendo exercida. Dessa forma, será possível apreender os fundamentos ontológicos essenciais que fazem parte de um conhecimento e a posição do pesquisador na luta pela conquista ideológica para manutenção ou ruptura da sociedade cindida em classes sociais.

Na crítica proferida por Marx (2010), na obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, à religião desenvolvida pelos filósofos alemães, fica evidente qual deve ser o pressuposto ontológico dessa atividade humana: buscar no ser humano sua verdadeira realidade efetiva. Criações humanas só podem ser explicadas por seus e a partir de seus criadores. Prossegue afirmando que a religião é uma criação humana, portanto, seu fundamento é um ato histórico, sendo assim:

A supressão [*Aufhebung*] da religião como felicidade *ilusória* do povo é a Exigência da sua felicidade *real*. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião. A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o Homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo. Portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica *da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*. (MARX, 2010, p. 145-146, grifos do autor)

Nesse sentido, a crítica não pode ser deslocada para outra dimensão, mas, necessariamente, tem que se manter na própria forma como os seres humanos estabelecem sua sociabilidade. Desse modo, contra qualquer perspectiva crítica que seja reduzida aos aspectos teóricos, Marx e Engels (2011) abrem os rumos para que esta seja um meio pelo qual os sujeitos tomam consciência das contradições que estão postas nas condições de vida e tenham ferramentas teóricas para os seus desdobramentos práticos na mudança qualitativa da sociabilidade atual.

Portanto, a crítica não pode ter fim em si mesma, seu sentimento é de indignação, sua atividade fundante, para que as tarefas de alteração das condições materiais sejam efetivadas pela práxis. É preciso, pelas vias reais, demonstrar as condições de opressão que a sociedade burguesa imprime por diferentes instrumentos, inclusive pelo conhecimento científico, com o sentido de promover a conformação social, tratando-o abstratamente como se fosse algo criado fora das relações humanas.

O grau de desenvolvimento da crítica de Marx, por exemplo, foi se alterando de acordo com a sua posição política frente aos problemas colocados pela realidade, convertendo-se de um democrata radical para um crítico radical da sociabilidade do capital, um comunista. Não pela pura revisão de seus legatários, muito menos por seu desejo particular de uma nova ordem social, mas, sobretudo, pela influência determinante de Engels, que exerceu análises rigorosas sobre as contradições que estavam postas na realidade concreta.

Para ampliar a reflexão sobre como o pensamento de Marx é, em essência, uma crítica ontológica, recorre-se, também, à obra de Chasin (2009), *Marx: o estatuto ontológico e resolução metodológica*. O autor se dedica a demonstrar como a crítica de Marx foi sendo

tratada numa esfera lógico-gnosiológico-epistêmica, por diversos autores que buscaram compreender seu desenvolvimento teórico como um arremate, uma prossecução da filosofia clássica alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês. Chasin se debruça sob o arcabouço teórico de Marx, desde a fase que denomina de pré-marxiana, ou seja, seu escrito de juventude assentado numa gnosiologia humanista até sua obra magna, *O Capital*.

Para Chasin (2009), a viragem ontológica, enquanto um processo de aproximação contínuo de investigação sobre um objeto, é definida pela inflexão da concepção do Estado enquanto demiurgo racional da processualidade humana, ainda muito influenciado por Hegel, para uma compreensão de que as relações entre os homens reais é que faz do Estado ser o que ele é.

Inverte-se, portanto, a relação determinativa: os complexos reais envolvidos aparecem diametralmente reposicionados um em face do outro. Mostram-se invertidos na ordem da determinação pela força e peso da lógica imanente a seus próprios nexos, não em consequência formal e linear de algum pretensioso volteio especial nos arranjos metodológicos, isto é, não como resultante de uma simples e mera reorganização da subjetividade do pesquisador, mas por efeito de uma trama reflexiva muito mais complexa, que refunde o próprio caráter da análise, elevando o procedimento cognitivo à analítica do reconhecimento do *ser-precisamente-assim*. Nesta direção *unilateral* da razão especulativa interroga o mundo e superado pela via de mão dupla de um patamar de racionalidade em que o mundo também interroga a razão e o faz na condição de raiz, de condição de possibilidade da própria inteligibilidade. (CHASIN, 2009, p. 58, grifos do autor)

O cerne da crítica de Marx na dimensão gnosiológica é ultrapassado pela orientação ontológica, agora sob a influência do pensamento Feurbachiano. Aqui, a razão não deixa de existir, mas passa a operar de forma diferente da anterior; tem com centralidade a vida efetiva, não a ideia, o especular sobre algo. Portanto, a crítica agora perdeu a sua dimensão humanista e ganha uma perspectiva humana e humanizadora.

O resultado prático disso é que apresentar a razão, ainda que em algum grau relacionada à objetividade, como a esfera predominante da vida humana altera os sentidos, os significados, os valores que fazem o indivíduo agir de forma ingênua, desorganizando a subjetividade, uma vez que o pensamento é condicionando por si, e não intervencido por outras dimensões exteriores. Significa, portanto, a superação dialética do conhecer pelo seu ser, sendo agora não mais uma racionalidade abstrata e autorregida, mas uma abstração sobre o real concreto, rico de determinações sociais. Chasin (2009) prossegue em sua empreitada e apresenta a positividade para o ser humano de um pensamento guiado pela natureza da crítica ontológica:

Essa reflexibilidade fundante do mundo sobre a ideação promove a crítica de natureza ontológica, organiza a subjetividade teórica e assim faculta operar respaldado em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade, o *ser* é chamado a parametrar o *conhecer*, ou, dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, as *coisas* reais e ideais da mundaneidade. E o trânsito da especulação à reflexão, a transmigração do âmbito rarefeito e adstringente, porque genérico, de uma razão tautológica, pois autossustentada – e nisso se esgota a impostação imperial da mesma, para a potência múltipla de uma racionalidade flexionante, que pulsa e ondula, se expande ou se diferencia no esforço: o de reproduzir seus alvos, empenho que ao mesmo tempo entifica e reentifica a ela própria, no contato dinâmico com as ‘coisas’ do mundo. Racionalidade, não mais como simples rotação sobre si mesma de uma faculdade abstrata em sua autonomia e rígida em sua conaturalidade absoluta, porém, como produto efetivo da relação, reciprocamente determinante, entre a força abstrativa da consciência e o multiverso sobre o qual incide a atividade, sensível e ideal, dos sujeitos concretos. (CHASIN, 2009, p. 58, grifos do autor)

A crítica marxista, ao assumir uma posição ontológica, demanda que seus representantes tenham a compreensão de que toda e qualquer ideia é uma representação condicionada à realidade concreta. Enquanto uma contemplação do mundo, aludem Marx e Engels (2010), que não basta a crítica das ideias, é preciso encarar um mundo como um constructo social, logo, passivo de alterações estruturais. Incide, assim, na compreensão de que as coisas não são do jeito que se apresentam imediatamente, mas uma forma que adquira na processualidade do trabalho humano correspondente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas dos períodos históricos.

Desse ato histórico seus produtos são difundidos, sejam no plano das ideias ou da objetividade. Fica aniquilada a possibilidade de qualquer representação da realidade no plano metafísico, uma vez que a fraseologia sobre a realidade é superada pela análise das condições materiais concretas da sociedade base que funda a essencialidade do pensamento humano.

Na crítica ontológica marxista, a disputa não toma a apenas a teoria, mas, sobretudo, o movimento prático cotidiano, seja ela no âmbito político, jurídico, econômico e, principalmente, no caso específico, na produção científica.

As posições assumidas diante dessa querela só se resolvem efetivamente quando se revela o seu fundamento ontológico. Aqui reside a essência e o rigor de um conhecimento, a busca pela origem, da causa primária da relação sujeito-objeto, em síntese, o ser da coisa que existe independentemente da forma como os seres humanos pensam sobre esta. (MARX; ENGELS, 2010; LUKÁCS, 2013, 2018).

Na obra *A Sagrada Família* (a crítica da Crítica crítica: contra Bauer e consortes), Marx e Engels (2011) desenvolvem uma crítica contundente e irônica aos novos hegelianos por reconhecer que não há nada de novo no que eles produziram contra a literatura do tempo, tratar-se-ia, para os autores, de uma continuidade da teoria hegeliana. A consequência disso é que a crítica estava de ponta-cabeça, questão que Marx já havia ajustado contas. A inversão assegurava as ideias dominantes como produtora de todos os males da sociabilidade regida pelo capital, e não o revés, o que engendra uma posição política conservadora.

Segundo a Crítica crítica, todo mal reside apenas no modo de pensar do trabalhador. É certo que os trabalhadores ingleses e franceses formaram associação nas quais não são apenas suas necessidades imediatas enquanto *trabalhadores*, mas também suas necessidades enquanto *homens* as que formam o objeto de seus mútuos ensinamentos e nas quais exterioriza, ademais, uma consciência bastante ampla e cuidadosa sobre a força monstruosa e ‘imensurável’ que nasce da cooperação. Mas esses trabalhadores massivos e comunistas, que atuam nos ateliers de Manchester e Lyon, por exemplo, não creem que possam eliminar, mediante o pensamento puro os seus senhores industriais e sua própria humilhação prática, eles sentem de modo bem doloroso a *diferença* entre *ser e pensar, entre consciência e vida*. Eles sabem que propriedade capital, dinheiro, salário e as coisas do tipo não são, de nenhuma maneira, quimeras, ideais de seu cérebro, mas criações deveras práticas e objetivas de sua própria autoalienação, e que, portanto, só podem e devem ser superadas de uma maneira também prática e objetiva, a fim de que o homem se torne um homem não apenas no pensamento e na consciência, mas também no ser massivo e na vida. (MARX; ENGELS, 2011, p. 65-66, grifos dos autores)

A clareza da dimensão ontológica da crítica materialista histórica e dialética reside na retirada da hipostasia pelo puro conhecer do plano das ideias, da consciência como autoprodutora das relações humanas, uma entidade estranha ao seu produtor, mas dotada de existência e autonomia perante o mundo objetivo, que se movimenta e se reproduz como uma divindade, sendo impossível de ser captada.

Uma ruptura grosseira da dialética entre ser e consciência que só pode ser expressa numa concepção metafísica e idealista acerca da questão sobre o ser que desconsidera a atividade humana como produtora da consciência (LUKÁCS, 2015, 2018; MARX, 2009a). Seu fundamento, a raiz é a prática humana, a forma como os seres humanos estão suprindo as suas necessidades imediatas, essa condição deve se impor à ideia.

Uma centralidade da crítica ontológica é a história enquanto síntese da prática humana que engendra uma riqueza de determinações, logo, a essência do objeto investigado. No proceder da crítica a Fourier, Marx e Engels (2007) demonstram como o pensamento especulativo retira da relação imanente entre ideia e ser e trata de ajustar e diferenciar tal

relação, de acordo com as circunstâncias históricas, o interesse por uma ideia de entusiasmo por ela.

A *'ideia'* sempre caiu no ridículo enquanto apareceu divorciada do *interesse*. Por outro lado, é fácil compreender que qualquer interesse de massa que passa a se impor historicamente, ao aparecer no cenário universal, transcende de forma ampla – na *'ideia'* ou na *'representação'* – os seus limites reais para confundir-se com o interesse humano de um modo geral. Essa *ilusão* forma o que Fourier chama de tônica de cada época histórica. (MARX; ENGELS, 2007, p. 98, grifos dos autores)

Será no conjunto dos processos históricos reais que as ideias passam a mediar a relação entre o ser humano e seu produto final. O interesse apresentado por Marx e Engels (2007) corresponde às necessidades historicamente postas, explicitadas por ação conscientemente ativa, na expressão de Lukács (2013), uma prática teleológica. Esse tipo de ação só pode obter êxito pela mediação da capacidade humana de refletir, analisar, abstrair, fazer generalizações sínteses, de tudo que existe no mundo real, a consciência.

Diferente dessa condição ontológica, a crítica entusiasta é legatária da consciência ingênua (PINTO, 1960) que envolve o sujeito pelo clamor e calor do momento, mas sem, necessariamente, o conhecimento mínimo das coisas, seus nexos e relações, as determinações gerais, suas leis e propriedades, um senso comum, um cotidiano alienado.

Gramsci (1999), ao afirmar que todos os homens são filósofos baseados numa filosofia espontânea, guardadas as proporções no seu campo de atuação, porque sempre apresentam uma concepção de mundo e incidem nele, mesmo que de maneira espontânea, apresenta a perspectiva de ruptura com o domínio intelectual especializado de fração social hegemônica sobre a grande massa.

Todavia, essa destruição só pode ocorrer pela superação da consciência acrítica, baseada no senso comum, opiniões, na religião sintetizada no folclore. Gramsci (1999) postula que a massa deve politicamente desenvolver-se intelectualmente, justamente para não ser envolta pelo entusiasmo da luta política interessada, mecânica e adoção da concepção de mundo de um grupo pequeno de opositores que a coloca como universal. Cita o autor:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra,

superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção ‘verbal’ não é inconsequente: ela o liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. (GRAMSCI, 1999, p. 103)

A crítica ontológica, ao tomar o ser humano e sua relação com a natureza, no movimento do real, dotado de atributos pertencentes à esfera social predominante, situa-o na relação entre teoria e prática na perspectiva de uma unidade entre pensamento e ação, e situa o debate sobre a concepção do ser fora do terreno estritamente metafísico-idealista.

4.4.2 Alteração substantiva dos rumos da produção do conhecimento para uma alternativa viável ao capitalismo

A relação entre o movimento político e a produção do conhecimento, à primeira vista, pode parecer inerte, isso só pode ocorrer na face mais aparente do fenômeno, pois se se adentrar em sua estrutura para revelar a sua essência, notar-se-á que se trata de uma vinculação congênita, uma vez que as ideias dominantes são sempre as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 2007) e a classe dominante é quem detém o poder político, econômico, bélico e científico, em síntese, a apropriação dos meios essenciais para produzir a vida.

Assim, com base na tese defendida por Marx (2009b), considera-se o conhecimento científico enquanto uma força produtiva que ao penetrar nas massas se converte em força material, logo, um elemento concreto de disputa da relação antagônica entre capital e trabalho.

A produção da ciência não pode se colocar diante dos problemas da sociedade numa posição de neutralidade como sugerem as posições positivistas clássicas, neopositivistas, estruturalistas, irracionalistas/pós-modernas, precisa assumir uma posição de classe numa sociedade dividida e pelo antagonismo capital *versus* trabalho.

Assumir a neutralidade numa conjuntura de manutenção de um golpe que ataca a democracia acentua o sexismo, o machismo, a homofobia, a xenofobia, o racismo, impõe a retirada de direitos sociais conquistados pela luta histórica da classe trabalhadora e de militarização da vida, ou seja, é, simplesmente, fugir da realidade como se esta fosse uma pura representação do sujeito, uma abstração sem correspondência com sua concretude, além de uma conformação com tudo que está posto diante de si sem movimento para sua transformação. É

conotar uma posição a favor dos interesses dominantes, do grande capital, mas sem explicitamente se comprometer com esse projeto societário.

Trata-se de uma escolha-decisão entre alternativas (LUKÁCS, 2015) de um conjunto de teorias, uma doutrina, que julga ser mais adequada para compreender, explicar e agir na realidade e, conseqüentemente, deixar de lado outras perspectivas teóricas.

Nessa direção, a produção da ciência, enquanto realidade objetiva transposta para o plano das ideias, não é algo alheio ao ser humano, mas o pôr do fim da atividade intelectual humana, uma consequência dos atos de trabalho humano, tornando, inclusive, um instrumento de ampliação das referências para novas formas de pores teleológicos entre alternativas.

Para Lukács (2013, p. 71), a característica peculiar da alternativa vai se expressar no fato de ser um constante processo de aperfeiçoamento do que está posto, pois “não se trata apenas de único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas”.

O ser humano estabelece uma atividade consciente ao desenvolver um conhecimento científico, por sua vez, este não pode ser descolado da vida política, da economia, do lazer, das formas como estão sendo conduzidas as relações de trabalho, isto é, da forma concreta como os seres humanos estão produzindo e reproduzindo a vida, valorando uma determinada relação social estabelecida pelo modo de produção capitalista.

Segundo Lukács (2013), mediante a observação e a experiência, isto é, perante o espelhamento da realidade e sua elaboração, devem ser reconhecidas certas propriedades que tornarão a alternativa adotada para a produção do conhecimento adequada ou inadequada para execução do projeto societário desenvolvido ou a desenvolver-se.

Na atitude da crítica radical, rigorosa e de conjunto (SAVIANI, 2009), é sempre preciso identificar a raiz do problema de forma racional, sem cair no puro racionalismo, ou nos devaneios do idealismo, mas também sem ser objetivista. É preciso estabelecer no pensamento uma relação de reconhecimento do movimento da reciprocidade dialética para que os comportamentos adotados para responder às necessidades humanas correspondam ao grau de desenvolvimento da realidade concreta e possam promover reviravoltas no rumo da história por uma alternativa que preze pelo bem comum em oposição à liberdade burguesa do direito à propriedade privada dos meios de produção.

Compreende-se que a produção científica, ao traçar uma alternativa, está sim, sempre, comprometida com o que intercorre na sociedade, pois são expressões, traduções, representações, reflexo de como o sujeito concebe o movimento histórico e assume a sua

postura. Isso implica tanto a forma quanto o conteúdo, pois não é um simples pensar do ser consigo mesmo, mas consequências de determinações exteriores da disputa de classes.

Lukács (2013), ao tratar sobre como as ciências em diferentes tempos históricos são baseadas numa práxis humana para domínio da realidade, apresenta como elas sempre têm um efeito contraditório, por um lado produz o progresso e por outro um regresso que liberta, mas também amarra, que é amada e odiada, que produz riqueza e gera a miséria, que salva vidas e produz a morte.

Entretanto, a ciência por si só não tem poder de absolutamente nada, quem tem o poder e atribui sentidos e significados é o ser humano, pois este é quem detém a consciência e direciona sua aplicabilidade. Assim, suas consequências são resultados de uma determinada relação social de produção.

É justamente por estar submetida a uma relação social de produção que a produção do conhecimento exige uma imposição das classes dominantes, e luta por sua apropriação da classe dominada, para o desenvolvimento de forças produtivas, ainda que estas se convertam em forças destrutivas, que vão, conscientemente, sendo ampliadas, que seu emprego demonstra como no desenvolvimento do capitalismo a disputa entre as classes sociais culminou numa significação do pensamento científico que perdura até os dias atuais, revelando sua dimensões ideológicas dos dominantes.

Essa situação se acentua com a indissolúvel ligação com as tendências do envolver ideológico no desenvolvimento da sociedade e da economia capitalistas [...] O primeiro avanço irreversível da cientificidade moderna está no início da dominação da produção capitalista. Sua classe dirigente e seus ideólogos não podiam, pois, impor totalmente a dominação de uma ideologia que correspondesse ao seu ser social. Essa dominação só veio a se desenvolver no século XVII e atingiu seu auge no período da revolução francesa. Portanto, tratava-se primeiro de encontrar formas, estruturas, fundamentação etc. da práxis que, de um lado, se adequassem aos interesses do capitalismo nascente (incluindo a cientificidade) e, de outro, não produzissem conflitos sociais insolúveis com a monarquia absoluta, com seus resquícios feudais muito poderosos e com a ideologia religiosa cristã essencial para todos. (LUKÁCS, 2010, p. 63-64)

A posição da produção científica é marcada pelo comprometimento com o modelo de sociedade correspondente. Entretanto, há uma relação híbrida, pois, a produção científica não se isola perante os interesses das classes dominantes ulteriores, muito pelo contrário, para impor seu projeto de dominação a classe em ascensão tem a necessidade de duas posições contraditórias: por um lado precisa apresentar suas ideias como interesses de toda a sociedade, a fim de extirpar as possibilidades de conflitos sociais diretos, e, por outro, de uma preservação

dos principais estamentos sociais, e suas ideias, do velho modelo de sociabilidade com o objetivo de aglutinar forças em sua defesa perante o polo antagônico.

Marx e Engels (2007) ajudam a compreender como no curso da história as ideias da classe dominante em ascensão precisam, ainda que temporariamente, apresentar-se de forma universal, mas uma vez assentadas no domínio total da sociedade se impõem como interesse particular:

Realmente, toda nova classe que toma o lugar da outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas sim como representante de toda a sociedade, ela aparece como a massa inteira da sociedade diante de uma classe dominante. Ela pode fazer isso porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não dominantes e porque, sob pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48-49)

Dessa forma, a classe dominante vai se apresentar como progressista porque rompeu com estruturas anteriormente existentes, porém, uma vez de posse das estruturas de dominação, atenua pelo aspecto conservador, haja vista que mantém valores e interesses da classe que dominou outrora, e assume o caráter reacionário, pois age, imediatamente, caso algum estamento se levante contra seus interesses políticos.

Para agir como classe dominante precisa impor suas ideias particulares. Entretanto, as ideias não produzidas no plano da abstração são emanadas do antagonismo entre capital e trabalho que se torna cada vez mais agudo. Por isso a leitura política precisa ser atrelada às condições materiais.

4.4.3 Guerra híbrida numa conjuntura de domínio da extrema direita e conservadorismo

O cenário político brasileiro atual, que tem como presidente da nação Jair Messias Bolsonaro, exige e exigirá, pelos próximos anos, uma capacidade de interpretação, organização, diferentes táticas e estratégias para prover a luta em diferentes frentes de batalha no sindicato, no partido político, na escola, nas associações, igrejas, universidades, na produção científica etc.

O (des)governo tem sido palco de manchetes internacionais, não enquanto um movimento que tem buscado uma relação diplomática com outras nações para o desenvolvimento social local e global, o que seria extremamente positivo, mas por um novo momento com velhas práticas dos sistemas totalitários que remontam ao retrógrado pensamento aviltado na ditadura militar-empresarial de 1964-1984.

Em nome do desenvolvimento econômico, da família, de Deus, da segurança, do combate à corrupção e, sobretudo, do combate à ideologia de “esquerda comunista” que, segundo os ideólogos do capitão/capital, provocou uma perniciosa contaminação em todas esferas do Estado brasileiro, em especial na Educação, o governo e seus aliados têm justificado seu permanente aos professores das instituições públicas sob a falácia da doutrinação e da produção da ciência com viés social.

O ataque aos professores e às universidades, em especial, enquanto centros de produção de conhecimento científico que, financiadas pelo povo, têm a obrigação de dar um retorno à sociedade, é uma estratégia orquestrada do atual governo para privatizar o patrimônio público.³⁹ Com o discurso de aniquilação da ideologia de esquerda pela ideologia de direita, impõem a ideia de pensamento único legitimado pelo Estado, tratam de transformar em inimigos todos que questionem a ordem de funcionamento vigente.

Atuar ideologicamente a favor ou contra uma posição dominante é tarefa histórica da ciência, como consequência da luta de classes. Essa condição é tratada por Chauí (2008) ao demonstrar como Aristóteles, ao tentar responder às preocupações de seu tempo sobre o movimento, estabeleceu o que ficou reconhecido pelos filósofos medievais como a teoria dos quatro elementos. O filósofo buscava explicar a sociedade a partir de seu pensamento. Os quatro elementos seriam dispostos numa causa material, na causa formal, na causa eficiente e/ou motriz e, por fim, na causa final.

A relação entre os quatro elementos vai explicar a existência, a modificação ou a finalidade de uma existência material. À primeira vista, são puras explicações sobre a realidade (natureza e sociedade), um mero artifício da consciência tentando significar subjetivamente a materialidade, mas a sua relação com as condições materiais da existência revela como o seu escalonamento tem uma hierarquia que reflete a divisão social de classe.

³⁹ No dia 30 de abril de 2019, o Ministro da Educação se pronunciou em entrevista ao jornal *O Estado S. Paulo* que cortaria 30% das verbas da UFBA, Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade de Brasília (UnB) por promoverem “balbúrdia”. Após repercussão, a medida se tornou uma justificativa para o corte orçamentário generalizado de 30% das universidades federais brasileiras. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mec-recua-da-decisao-de-punir-universidades-por-balburdia/>. Acesso em: 01 maio 2019.

Um aspecto fundamental dessa teoria da causalidade consiste no fato de que as quatro causas não possuem o mesmo valor, isto é, são concebidas como hierarquizadas indo da causa mais inferior à causa superior. Nessa hierarquia, a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (o motivo ou finalidade da existência de alguma coisa). (CHAUI, 2008, p. 11)

A causa eficiente é posta como menos valiosa, ou seja, os produtores, aqueles que detêm o conhecimento, que planejam, objetivam a ação, dominam a técnica e aperfeiçoam constantemente para apropriação privada, seja no período escravagista, feudalista ou capitalista, são colocados como meros operadores que não têm a capacidade de refletir o mundo exterior, um polo negativo da processualidade do trabalho.

Por outro lado, a causa final é enaltecida, ou seja, o fato de um resultado objetivo ter sido fruto de uma solicitação por outrem remete a este toda a arquitetura da ação. Isso ocorre porque, de acordo com o momento histórico, quem produz atende às necessidades dos que dominam os meios de produção e subjugam os trabalhadores aos seus interesses. Portanto, prevalece uma divisão entre quem trabalha e quem ordena.

Desse modo, a causa eficiente e a causa final correspondem aos interesses de classes. Não foi o sujeito que requisitou um produto que colocou em movimento sua subjetividade para operar objetivamente, mas o trabalhador, o dono da ação.

Toma-se esse movimento desenvolvido por Chauí para apresentar como na aparência a explicação sobre os fenômenos naturais e sociais os faz parecerem deslocados das relações sociais de produção, mas eles se apresentam como uma ideologia que coloca um sentido para a conformação entre os estamentos sociais.

Observe-se como uma experiência antiga, mas com posição de classe, ajuda a compreender como uma estratégia ideológica é adotada para que os sujeitos da história se coloquem como neutros e as relações sociais naturalizadas. A ideia de pensamento único preconizada pelo governo é uma expressão de como a sociedade deve orientar seu critério de verdade, um ponto de inflexão a ser enfrentado na batalha das ideias.

Os professores e os pesquisadores são desqualificados porque são esses que formam, produzem e disseminam o conhecimento científico. Portanto, são os sujeitos que trabalham para produzir ideias e revelar a verdade objetiva da realidade, por isso é preciso colocá-los como causa menos valiosa, a eficiente.

Dessa forma, a ciência se converte numa ideologia ditatorial, já que o caráter plural, democrático, que fez chegar ao atual estágio das batalhas das ideias é relegado ao plano do

juízo moral-religioso, ou seja, só tem valor aquilo que condiz com a forma que as frações dominantes pensam.

A concepção de colocar um único pensamento como preceito da verdade é uma verdadeira demagogia, uma expressão do atual estágio do desenvolvimento da luta de classes que está aviltada no Brasil com a quebra da democracia. A demagogia tem sido uma característica central do atual governo bolsnariano. Nos limites históricos desta interpretação, toma-se o pensamento filosófico de Platão e Aristóteles, a partir de Bobbio, sobre os traços essenciais do que é um governo demagogo. Ambos afirmam que um governo demagogo emerge como consequência de uma crise da democracia que culmina num governo oligárquico, tirano e autoritário.

Entretanto, a demagogia não se constitui numa forma de governo, é, antes de tudo, “uma praxe política que se apoia na base das massas, secundando e estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-a da sua real e consciente participação ativa na vida política” (ZUCCHINI, 1998, p. 318), uma tática que se desenvolve com falsas promessas, no caso atual, com *fake news* (notícias falsas) que, na verdade, são demonstrações de interesses de um grupo economicamente mais forte que tendem a ser apresentadas como de interesses de toda a sociedade. Na aparência parece algo sem sentido, mas na prática são atitudes devidamente orientadas.

Não se pode desprezar uma tática demagógica, pois é um tipo

[...] utilizado por alguém que, explorando particulares situações histórico-políticas, dirigindo-as para os próprios fins, incita e guia as massas populares, subjugando-as [...] No desenvolvimento deste tipo de política não se levam em consideração, a não ser numa forma extremamente superficial e grosseira, os reais interesses do país e os resultados finais a que pode levar no tempo a ação demagógica, dirigida antes de tudo para a conquista e manutenção de um poder pessoal ou de um grupo. (ZUCCHINI, 1998, p. 318)

As principais situações histórico-políticas, na avaliação deste pesquisador, que abriram flancos para um obscurantismo e o surgimento de política demagógica foram as manifestações de 2013, que não foram por vinte centavos, nem pela rejeição por parte da Presidenta Dilma Rousseff do plano “ponte para o futuro”, o Movimento Fora Todos, além dos movimentos políticos do judiciário, em especial da Lava-jato, os interesses externos pelo pré-sal e pelas bacias hídricas, a mídia corporativista-oligárquica defendendo seus interesses e o golpe que retirou a presidenta Dilma do exercício do governo. Esses fatores induziram parte da nação e

levaram à descrença na política, colocando um partido ou uma figura como representação de um sistema político, corrupto em sua natureza, que precisa ser alterado em sua raiz.

Esse estado anárquico é essencial para a instauração de um discurso que cria um inimigo da nação que precisa ser combatido e a necessidade de uma ordem, distraindo, assim, a população das reais necessidades a serem enfrentadas pelo governo, tais como: saúde, educação, emprego, assistência social, transporte, segurança pública, alimentação, moradia, ciência e tecnologia, dentre outras necessidades de primeira ordem, para um subterfúgio.

Esse caráter demagógico tem uma fundamentação ideológica de fundo, que pode ser definida como uma guerra híbrida. Os estudos desenvolvidos por Korybko (2015), na obra *Guerra híbrida: abordagem adaptativa indireta com vista à troca de regime*, examina e descreve as estratégias adotadas para a desestabilização do governo de uma nação a partir da análise de como foram difundidas as ideias que sustentaram as “revoluções coloridas” primaveras árabes, sustentando a tese de que há uma forte utilização de estratégias psicológicas para um público específico através de uma guerra promovida pela rede como sendo a mais eficiente para a propagação da mensagem, aspecto que ficou evidente nos eventos de 2013 e nas eleições de 2018 no Brasil.

Para afirmar sua tese, o autor parte dos estudos desenvolvidos por Edward Bernays, em 1928, assentados na psicologia de massa, que tem como instrumento essencial para disseminação das informações a tecnologia instantânea para explicitar como surge a estrutura, “a espinha dorsal”, da fabricação de consenso. Apresenta que não é simplesmente o uso da tecnologia que faz a notícia circular, mas que é preciso uma pesquisa detalhada do perfil dos usuários nas plataformas digitais: *Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp e Google*, dentre outras que tornam os dados privados dos usuários uma mercadoria.

Trabalham para que esses grupos se identifiquem com as ideias e esses se tornem um agente contra o governo como se estivesse aderindo com ideias próprias para golpear um governo através da fabricação do consenso.

Ele instrui que ‘fábricas de consenso’ interessadas deem início a uma pesquisa minuciosa de seus alvos muito antes do início de sua campanha de informação multifacetada. Isso ajudará a entender a melhor maneira de se aproximar do público. As notícias devem ser fabricadas artificialmente para que a campanha de publicidade seja mais eficiente, e os eventos envolvidos devem ser ‘imaginativos’ (isto é, não lineares). Em se tratando das Revoluções Coloridas, isso explica a grande variedade nos truques promocionais empregados em cada Estado alvo. (KORYBKO, 2015, p. 35)

Na guerra híbrida o importante é a fabricação de notícia, não a notícia real sobre o fato, por isso sua natureza artificial, são elementos que vão sendo reproduzidos repetidamente até que assumam um princípio de verdade. Uma estratégia nazista de convencimento. “Uma mentira contada várias vezes se torna uma verdade”. O objetivo é convencer a população sobre algum fato e disparar um levante popular contra o governo.

Podem-se reconhecer os movimentos “apartidários” de 2013 como o ponto de partida para o golpe na democracia brasileira que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, valendo-se dessas estratégias.

Utilizou-se do aumento de vinte centavos na tarifa para inflar movimentos de grandes proporções que se apresentavam como “apartidários”. Nas ruas muitas pessoas não sabiam por que estavam protestando contra o governo. A partir daí, vários questionamentos e uma gama de notícias falsas foram criadas pelos grandes oligopólios midiáticos brasileiros até a consecução do golpe na democracia em 2016. Korybko (2015) analisa esses eventos como campanhas de publicidades, verdadeiras propagandas que têm como objetivo central a internalização das ideias, dando para quem recebe a informação a impressão de que são seus próprios ideais.

Na guerra híbrida não existe compromisso com a verdade, mas a notícia, a informação deve se tornar uma verdade. Uma verdade dogmática (BAZARIAN, 1985), que não precisa ser questionada, pois é tomada em seu absolutismo. Aqui reside uma contradição, um risco muito grande para os pesquisadores que defendem a ideia das chamadas “sociedades da informação” ou “sociedades do conhecimento”, “pós-modernas”, do eterno presente, a negação da história, a negação da razão e do conhecimento científico radical é a própria negação de sua atividade, a defesa da ciência enquanto princípio da crítica.

Chauí (2003), ao investigar os rumos que as universidades vêm assumindo com um processo de modernização “acrítico e pouco reflexivo”, aponta que a concepção de uma sociedade do conhecimento é desdobramento das mudanças ocorridas no capital, da esfera produtiva à financeira, que tem como centralidade o avanço tecnológico no que diz respeito à circulação de informação. Para a autora:

Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico baseia-se na posse de informações e, portanto, essas tornam-se secretas e constituem um campo de competição

econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente. Em outras palavras, a assim chamada sociedade do conhecimento, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural. (CHAUI, 2003, p. 8-9)

A assertiva da autora sustenta a posição desta tese referente à negação da ciência, e consequentemente dos pesquisadores, para produção de conhecimento científico que tem desdobramentos sociais. A informação como um dos pilares centrais da guerra híbrida é uma expressão da virtualidade do poderio econômico do capitalismo assentado no capital financeiro especulativo. Assim o espaço virtual é o espaço de extração das riquezas, logo, o conhecimento, denso, com fundamentação teórica, passa a ser refutado como algo que não corresponde ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, sua negação é na verdade acentuação da fugacidade da informação.

Disso decorre a guerra pela posse das informações, dados pessoais dos usuários dos diferentes ambientes virtuais, bem como a liberação ou privação dos conhecimentos rompendo com os direitos de acesso ao patrimônio humano. Tome-se, como exemplo, o ativismo de Julian Assange contra as megacorporações, em especial *Google* e *Facebook*, que fazem uso comercial da internet. No que se refere à influência do *Google*, afirma o autor:

Desde muito cedo, seus fundadores perceberam que o processamento de informações em grande escala os colocaria no centro de tudo. A missão ideológica do Google sempre foi devorar dados só por devorar dados. Essa missão e o considerável nível de genialidade aplicado em sua execução deram imensas vantagens estratégicas para a empresa. Hoje em dia o Google tem seus tentáculos sobre todas as mais importantes fontes de dados de usuários individuais da internet que a empresa pode agarrar. [...] O Google se transformou na dissimulada potência hegemônica da internet comercial. Por extensão, uma crítica contra o Google pode representar uma crítica com a internet comercial em geral. É um tipo de mentalidade que nós, como cidadãos da internet, deveríamos aplicar a todos os atores corporativos on-line. Comentários sobre a política da internet têm se mantido rudimentares e escassos por tempo demais. O supremo aparato das relações públicas de corporações com o Google aliciou desde o início quase toda imprensa especializada em tecnologia. Em consequência, o jornalismo especializado tem se mantido concentrado em novidades tecnológicas e novos e empolgantes ‘serviços’ voltando-se apenas aos observadores e participantes da indústria, ignorando as consequências de algumas dessas tecnologias. [...] Com seu crescimento, essas megacorporações acumulam, por direitos próprios, poder suficiente para participar do grande jogo da geopolítica global. Em outras palavras, elas se tornaram um mecanismo viável para a operação

do império. Uma corporação norte-americana da internet grande o suficiente representa uma ameaça potencial para a soberania e a segurança de países como o Brasil, a Índia, a Rússia ou o Irã no mesmo patamar que uma companhia de energia ou uma fabricante de armamento norte-americana. Ou, aliás, um órgão do governo dos Estados Unidos. (ASSANGE, 2015, p. 20-22)

Diante da assertiva, emergem alguns questionamentos: o que é mesmo a sociedade da informação? Quem detém essas informações e para quê? A resposta, ainda que pareça simples, pode ser encontrada no próprio excerto, a sociedade da informação é uma expressão do modo de produção capitalista que tem como centralidade a negociação de informações sobre a vida dos consumidores. Esses dados estão nas mãos das grandes corporações imperialistas que têm como finalidade a manutenção do poder econômico.

Portanto, o mercado é polo regente dessa chamada sociedade do conhecimento, deixando-a heterônoma. A consequência desse viés filosófico ou mesmo epistemológico é uma defesa da retirada da capacidade investigativa do ser humano, ou seja, a busca da verdade pela contraposição de ideias.

Assim, o senso crítico se esvai e o ódio e moral individualista prevalecem como a expressão contrária sobre aquilo que o sujeito pensa e se comporta, não há espaço para o debate com fundamentação teórica com dados oficiais, mas a manipulação é de tal monta que faz o sujeito destilar a agressão física ou virtual perante os outros que pensam diferente. Entretanto, esquecem ou não têm a noção de que seus atos são consequência de uma manipulação bem orquestrada para derrubar um governo. Como acrescenta Korybko (2015), acreditam que:

[...] chegaram, por conta própria, às conclusões induzidas de fora. As ideias contra o governo devem parecer espontâneas e não forçadas, dando-se grande ênfase à abordagem indireta para comunicá-las. Se as pessoas perceberem que estão sendo manipuladas por mãos invisíveis, elas rejeitarão em massa a mensagem. Se, contudo, for possível internalizar essa mensagem em uma pessoa e ela começar a difundi-la para seus amigos íntimos e pessoas próximas, que jamais sequer imaginariam que essa pessoa está sob influência involuntária de uma operação psicológica estrangeira, então o vírus de Mann contaminará a sociedade e começará a espalhar as ideias da revolução colorida por conta própria. (KORYBKO, 2015, p. 50)

A guerra híbrida usa artifícios da psicologia de massa, poder-se-ia chamar no senso comum de lavagem cerebral, logo, incide nas necessidades humanas, tanto moral quanto ética e, sobretudo, religiosa. No pleito presidencial de 2018 a corrupção, os valores da família cristã, o ideal do cidadão de bem com fundamento religioso foram os artifícios aviltados. A religião, no caso brasileiro, grande parte dos neopenteconistas foi o centro de manipulação das mentes.

Nessa visão de mundo, o divino se encarrega de tudo e quem não está com Ele, dentro daquela religião ou grupo religioso, deve sofrer todas as sanções.

Como não acontecia há um tempo, Deus entrou na centralidade do debate, é uma estratégia da guerra híbrida se valer daquilo que para alguns deve ser inquestionável. Com isso, todo e qualquer julgamento era assentado e referendado por Ele, ainda que a prática seja contra seus princípios, como, por exemplo, comemorar a morte de alguém ou mesmo desejá-la. A ciência, a filosofia, tudo que questionasse esse princípio e os interesses dos grupos precisava ser questionado e refutado pelo senso comum, um verdadeiro retrocesso do ponto de vista humano.

É forte o caráter demagógico da forma como esse setor religioso opera para manipulação das mentes e se apresenta sem mediações. Seus comportamentos contradizem os ensinamentos bíblicos que esse segmento defende, por exemplo: “Amái ao próximo como a si mesmo”, como é o caso dos valores que deveriam ser defendidos para o progresso humano.

Segundo Korybko (2015), a guerra híbrida é um instrumento de assalto da subjetividade humana, é uma tática de tortura psicológica que se utiliza de imagens, sons e cores para convencimento rápido de suas notícias geradas em grande quantidade e com teor variado, porque operam em grupos específicos. Independentemente da forma, guerra é guerra e essa é uma de suas estratégias para vencer o oponente.

Sun Tzu, na obra *A arte da guerra*, apresenta diferentes estratégias militares de combate aos seus adversários, demonstra que é preciso sempre levar em consideração o terreno para o combate, dentre as quais afirma que a possibilidade de vitória está no ataque. “Quem se defende, mostra que sua força é insuficiente; quem ataca, mostra que é abundante”.

Na guerra híbrida não existe espaço para a defesa, a quantidade de notícias, predominantemente falsas, atacando seus adversários pela via dos meios tecnológicos de comunicação instantânea é abundante, impõe-se a condição nefasta, uma posição desfavorável, pois se perde muito tempo na construção de argumentos para desconstrução da notícia, diminuindo a possibilidade do ataque e gerando uma rede de distribuição destas informações.

A utilização dessas estratégias para derrubada de um governo, como foi o caso da retirada da presidenta eleita Dilma Roussef, corresponde aos interesses do imperialismo, em especial dos Estados Unidos com seu plano de dominação geopolítica, que ficou evidente com o estreitamento dos laços entre o governo atual e os norte-americanos.

Para Korybko (2015), os interesses norte-americanos não são mais expostos nas outras nações pelo uso da força armamentícia, mas utilizam a “liderança por trás dos panos” para

operar trabalho sujo de desestabilização do governo para apropriação dos bens de seus interesses.

No caso brasileiro, a descoberta de petróleo nas camadas de pré-sal e os aquíferos são os principais setores de interesses, porque isso mudou qualitativamente a condição do país na economia mundial, as reservas de petróleo têm sido alvo de guerras no mundo veladas por outros interesses, na Venezuela a narrativa da ditadura de Nicolás Maduro e no Oriente Médio a guerra religiosa.

Tanto Platão quanto Aristóteles afirmaram que os demagogos precisam de duas circunstâncias para promover-se, uma exasperação no Estado e aniquilamento de sua oposição. Isso culminaria numa

[...] reação das pessoas influentes que então derrubam a maioria, quase sempre com apoio militar e, muitas vezes, com apoio externo, instaurando um Governo forte. O segundo nasce, e é caso bem mais freqüente, como última e lógica consequência da prática demagógica, eliminando toda a oposição. Nestas condições, os demagogos arrogam-se o direito de interpretar os interesses das massas, chamando a si todo o poder e a representação das massas, instaurando uma tirania ou ditadura pessoal. (ZUCCHINI, 1998, p. 319)

Dois características que condizem com o governo bolsonariano. A figura do presidente em si é demasiadamente fraca, não consegue apresentar suas ideias, um projeto político e nem manter uma coerência do que apresenta, mas tem um governo forte, pois a presença militar é uma estratégia, inclusive, de ameaça a quem se proponha à retirada dele do poder. Até esse período histórico são 7 ministérios e 34 em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país administradas por esse segmento político.

Segundo o historiador Frank McCann, em entrevista à revista Veja,

Bolsonaro está tentando dar ao seu governo a imagem de severo, com base na popularidade da imagem das Forças Armadas. Ele quer que o prestígio dos generais reflita numa melhora de sua imagem. Em outras palavras, o papel deles no governo é prover uma estatura que o próprio presidente não tem.

Evidentemente que não se trata apenas de engrandecimento de uma figura tacanha, mas, sobretudo, de imposições de processos de valoração, ideias conservadoras ultraliberais que pressupõem uma concepção de ser humano, de sociedade, de educação, de ciência e tecnologia, de direitos sociais que afrontam e destroem os valores e a dinâmica de uma sociedade democrática, sua soberania e relação com os interesses externos.

Outra característica da demagogia governamental, que faz o governo forte, é o apoio externo. A relação de submissão direta do Brasil aos Estados Unidos foi rompida, ainda que de forma parcial, pois este é o país com maior poder econômico e bélico da esfera global, com o Governo Lula. O Brasil deixou de ser um país de capitalismo puramente dependente para um capitalismo associado. Essa condição mudou radicalmente a posição do país, historicamente forjado para ser produtor de matérias-primas e consumidor de produtos manufaturados (HARDMAN; LEONARDI, 1982), tornou-o respeitado em todas as esferas mundiais, podendo inclusive intervir nas políticas internacionais para o desenvolvimento mundial.

Entretanto, depois do Golpe na democracia a política internacional voltou-se, num retrocesso sem precedentes, ainda no governo ilegítimo de Michael Temer, para o início do século XX, deixando de ser um agente de políticas econômicas multilateral, por exemplo, a força do BRICS⁴⁰ frente ao BM, para uma condescendência com os interesses do imperialismo norte-americano. Inclusive se envolvendo em interesses de guerra de pífia ou nenhuma importância para a nação, mas para demonstrar sua lealdade na entrega do petróleo, como é o caso na Venezuela, aos Estados Unidos.

Por essas características há de se ter clareza de que o regime político estabelecido ainda não é a democracia, entretanto, a praxe de governo é demagógica, visto que suas ações não condizem com os interesses democráticos. É revestida das medidas de ditaduras militares com ar de democracia.

Uma das características essenciais de uma demagogia é aniquilar a oposição, vive-se um momento em que não há espaço para o dissenso e consenso, situação e oposição, mas uma clara imposição de um regime oligárquico-autoritário legitimado pela ideia da “liberdade” do voto. Uma negação do próprio ideário burguês Iluminista do século XIX, acentuado da Revolução Francesa, para refutar o Estado absolutista da Monarquia.

A democracia, enquanto uma regulamentação social que tem como preceito central a igualdade, o direito de todos se envolverem com suas representações na constituição da política do Estado, passou a ser a expressão daquilo que não é. Entretanto, é preciso ter a clareza de que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, está-se perante o Estado burguês que, independentemente do partido que ocupe o poder, seus interesses devem ser o primado. Mas é importante ressaltar que o projeto político, mesmo por dentro do Estado

⁴⁰ BRICS foi um conjunto de países considerados economicamente emergentes constituídos por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

burguês, dependerá da orientação social estabelecida pelo pacto de governabilidade, se progressista ou conservador-reacionário.

Se se tomar o Estado burguês como comitê para gerenciar os negócios da burguesia (MARX; ENGELS, 2010), sua própria concepção, sua natureza ontológica é demagógica, uma vez que se apresenta como instituição garantidora dos direitos de sua nação, mas representa, no jogo do capital, os interesses dos que detêm os meios de produção. Esse é um polo contraditório da história, haja vista que não há como todos se envolverem substancialmente na vida política do Estado, o que colocaria em ameaça sua própria existência enquanto estrutura social erguida para anestesia dos antagonismos entre as classes sociais, por via da concessão de algumas reivindicações da classe trabalhadora de acordo com os determinantes econômicos gerais, que estão em permanente estado de vigilância, mas, sobretudo, para coerção das classes subalternas.

Não se pode compreender o Estado como instituição democrática, essa não é sua tarefa, nem sua natureza. Para Lênin (2005), o Estado é uma consequência do elevado grau de sociabilidade que culminou na divisão entre classes sociais com interesses divergentes. Ele é a própria “manifestação do antagonismo inconciliável de classe”. Mas é, antes de tudo, a representação oficial de uma posição de classe, pois é o órgão de “administração da ordem” burguesa de sociedade.

Os estudos desenvolvidos por Engels (2019), em *A origem da família, da propriedade privada do Estado*, demonstram ontologicamente a natureza classista do Estado, o que não significa que este já nasceu burguês, o que só foi possível no modo de produção capitalista. Segundo o autor, à medida que a base econômica foi se modificando, as relações sociais também se alteraram, tornando a regulação social centrada na produção e distribuição coletiva em propriedade privada, os problemas coletivos em individuais, e o trabalho na terra, principal força de produção juntamente com o ser humano, para manutenção da existência, tornou-se a busca pela submissão de um ser humano pelo outro para acumulação de mais trabalho.

[...] se antes os conflitos entre os grupos, tribos, clãs e fratrias, eram determinados pela busca de condição material para suprimento de suas necessidades imediatas, pois como na lei da natureza não existe caça por diversão, haja vista um equilíbrio substantivo de suas leis causais, isso só foi sendo modificado à medida que surgiam novas necessidades para aumento de produção, não para aquele grupo específico, mas uma relação intencional para promover a troca do produto excedente com outros. Esses elementos só foram possíveis pelo surgimento das classes sociais. A divisão do trabalho, entre livres e escravos, fez ruir a sociedade gentílica, convertendo do campo aberto dos conflitos para outro campo legalmente estabelecido, o econômico. Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e

escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado. O Estado vai se constituir como um terceiro setor da luta de classes, uma estrutura mediadora da relação inconciliável, pois os interesses são extremamente antagônicos, entre dominadores e dominados, entre pobres e ricos. Por isso o Estado é [...] antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1984, p. 61)

Se a produção social passou a ter uma apropriação privada e o Estado, enquanto centralizador do poder (LÊNIN, 2010b), surgiu dessa relação, conseqüentemente, o conhecimento precisa fazer parte dessa nova relação, tornar-se-á um produto social de acesso a poucos. Disso decorre a ideia de segredo, ou seja, a forma de realização de um determinado produto fica com alguns, assim o conhecimento, antes socialmente distribuído, também passa a ser propriedade de alguns, inclusive moeda de troca para ocupação das frações dominantes. Elemento importante para pensar a produção científica e a apropriação-concentração desta pelo Estado.

4.4.4 Do golpe ao ódio à democracia pela classe dominante

Vivencia-se um período horrendo, talvez sem precedentes, na história da política nacional. Primeiro, porque é fruto de um golpe de Estado que não alterou a Constituição e não utilizou a força coercitiva para sua efetivação; segundo, que foi realizado pelo que de pior já esteve efetivando a vida política brasileira, os corruptos travestidos de anticorrupção; terceiro, o debate político saiu da esfera política e foi lançado, pela via da desqualificação e perseguição, para o Judiciário, que revelou ser partidário e passou a fazer política; quarto, a mídia massificou nas mentes do povo brasileiro que a corrupção era culpa de um partido e não de um sistema político que precisa ser modificado; quinto, a eleição de um presidente que não consegue

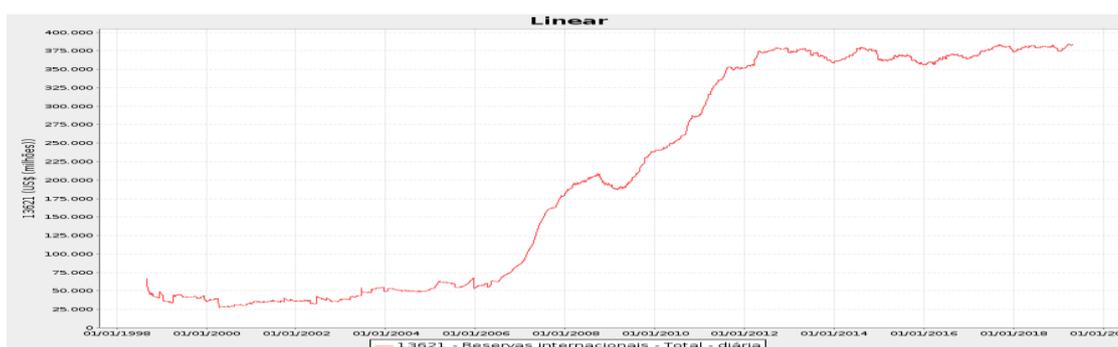
concatenar as ideias, mas pela ignorância revelou e incitou o ódio histórico de grupos médios e altos pelos pobres, sobretudo, negros, mulheres e gays.

O que tem sido evidência, desde 2014, é um cenário de golpe jurídico-midiático-parlamentar que impeliu a nação à ruptura com os processos democráticos que estavam possibilitando ao Brasil, hoje a oitava potência econômica do mundo, posicionar-se, não mais como estrutura econômica de capitalismo dependente (FERNANDES, 2009), mas como uma nação de capitalismo associado e como tal promover ações (reformas) para que os menos favorecidos tivessem acesso aos direitos essenciais para manutenção da vida.

A juvenil democracia foi jogada às traças por um bando de tigres enjaulado e sedentos pela volta ao poder que há 13 anos estava orientado para, mesmo fazendo o jogo de favorecer primeiramente o grande capital, atender aos interesses da classe trabalhadora que, desde o chamado “descobrimento”, vem sendo instrumento de exploração da classe dominante para espoliação das riquezas do país e entregar subservientemente ao capital estrangeiro.

Pensar essa noção de direcionamento político para a classe pobre é, antes de tudo, compreender o potencial econômico e político no âmbito mundial que o país alcançou. O gráfico abaixo demonstra o avanço nas reservas internacionais entre 1998-2019, consequência das relações internacionais de comercialização de bens e serviços, sobretudo commodities (LEHER, 2014), mas predominantemente dos fluxos financeiros advindos de investimentos realizados no país por brasileiros que residem fora com os que daqui investem noutros países.

Gráfico 6 - Reservas financeiras internacionais entre 1998-2019



Fonte: Banco Central do Brasil, 2019.⁴¹

Os dados afirmam que o Brasil tinha, em dezembro de 1998, uma reserva de 46.955,000,00 milhões de dólares, chegando, em dezembro de 2002, a 37.823.000,00, um

⁴¹ Os dados apresentados estão disponíveis em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarSeries&series=13621#Bot>. Acesso em: 03 maio 2019.

déficit de 9.132.000,00 milhões em quatro anos do segundo governo no período FHC. Nos quatro primeiros anos do Governo Lula o país teve uma elevação de 35.681.000,00 milhões para 85.839.000,00, um crescimento de 48.187 milhões.

Verifica-se, nesse período, uma ascensão das reservas que se manteve em continuidade, chegando, em 2015, final do PT no governo, a um total de 356.46.000,00 milhões de dólares. Atualmente a reserva internacional está em US\$ 384.17.000,00.

Os dados sobre as reservas são importantes para se verificar como essa condição implicou a confiança do país no âmbito internacional. Diferentemente do cenário político conservador que instalaram no país, os governos exercidos pelo PT, que, para além do puro desenvolvimento econômico, centrou no social⁴², trabalhou de forma progressista. Não se pode deixar de evidenciar que a sua característica central foi uma política de coalizção, de aliança espúria que não rompeu com o processo de alta lucratividade do capital, retroalimentando a conciliação de classes.

Ao contrário do que vem sendo apresentado pelo oligopólio midiático e pelos políticos conservadores, patrocinados pelas grandes agências do capital, o período de governo do PT elevou a qualidade de vida dos brasileiros. O relatório intitulado *Brasil: Direitos humanos em tempos de austeridade*, produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pelo Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CDES) e pelo Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM), organizações que atuam no mundo contra as injustiças sociais, demonstra a desigualdade enquanto uma característica central da formação social brasileira e como as políticas sociais implementadas contribuíram para minimizar essa face. Aponta ainda como essa prosperidade da última década está em risco no atual cenário de retrocesso pós-governos petistas. Conforme o relatório:

O Brasil obteve significativo progresso no combate à pobreza durante a última década, sobretudo como resultado de investimentos públicos em saúde, educação e proteção social. Não por coincidência a economia do país prosperou a partir de uma crescente demanda interna. O Brasil, com sua resposta inicial à crise econômica global, tornou-se um exemplo ao aumentar os investimentos sociais (Tesouro Nacional, 2016), que, a sua vez, sustentaram a economia ao mesmo tempo em que protegiam os direitos humanos. (OXFAM, CESR, INESC, 2018, p. 1)

⁴² Considera-se que as políticas adotadas pelo projeto político não radicalizaram ao ponto de promover a ruptura com os processos de reprodução dos interesses da classe dominante.

Esse avanço foi caracterizado pela ruptura, dados os limites, da elevada concentração de renda que historicamente se consolidou no país, sobretudo na ditadura militar (LEHER; SILVA, 2014; COGGIOLA, 2014).

O mote da distribuição de renda pelos programas sociais foi fundamental para responder à mais uma expressão da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2007) de 2008. Essa solução só foi possível porque o presidente Lula pagou dívida de 41,75 bilhões de dólares contraídos no final do governo FHC ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao BM. Se essa medida não tivesse sido realizada, o país teria que adotar a agenda das políticas de austeridade exigidas por esses organismos multilaterais; desemprego em massa, corte nos investimentos sociais, investimento em infraestrutura, tudo isso para cumprir a meta de superávit, como aconteceu nos anos 1990, tanto com Fernando Collor de Melo quanto com FHC.

Um dos pontos centrais que livrou o Brasil da política de austeridade foi justamente o investimento no social, pois com a liberdade de projetar politicamente a aplicação dos recursos da federação, o governo teve “autonomia” para, dentro dos acordos com o grande capital, estabelecer um nível de justiça social, de dignidade e de soberania nacional.

As políticas sociais do governo promoveram, como nunca antes na história deste país, uma mudança na sociabilidade, provocando uma mobilidade social que incomodou, principalmente, a classe média. Foram estabelecidos três pilares básicos assentados pelos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff: 1) distribuição de renda; 2) conteúdo nacional; 3) desenvolvimentismo.

Os programas sociais foram o carro-chefe dos governos do PT: o Programa Bolsa Família, aliado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), FIES e PROUNI foram os centrais na área da educação. O primeiro possibilitou a muitas famílias, em especial no Nordeste do país, uns dos maiores bolsões de miséria do mundo, colocarem e manterem seus filhos na escola e não precisarem levar as crianças, adolescentes e jovens ao trabalho precoce.

A consequência, ou se poderia chamar de continuidade do programa, foi a continuidade dos estudos pelas vias de acesso ao ensino superior. Assim, ocorreu a retirada de filtro, do funil social que limitava o acesso dos pobres às faculdades e universidades brasileiras, um fenômeno de democratização da educação nunca antes ocorrido.

Ainda que não tenha uma relação direta, o fato da criança, adolescente e jovem manter-se estudando foi a porta de entrada para o que antes, talvez, muitos nem tivessem no horizonte a universidade pública ou as instituições privadas pagas pelo poder público, ou mesmo um crédito estudantil com facilidade de pagamento.

Esse curto espaço de tempo guinou o país para uma relação de reparação histórica com os grupos sociais, que na dinâmica da formação social foram privados de acesso e produção dos bens materiais e espirituais, sendo sempre as frações do fazer sem precisar pensar. Diante disso, as universidades, e seu comprometimento com o desenvolvimento da ciência, tornaram-se um espaço com traços democráticos em que estamentos sociais, antes inimagináveis, conseguiram ter acesso à educação escolarizada em níveis mais elevados (graduação, mestrado e doutorado), elevando, assim, a compreensão de parte da classe trabalhadora perante a realidade e dando outro sentido à produção do conhecimento.

A universidade se tornou, também, mesmo sendo hegemonicamente burguesa, palco acirrado de disputa das ideias, o que colocou em questão os interesses da elite dominante.

Não cabe aqui a afirmação de que a universidade mudou hegemonicamente o pensamento social brasileiro, se assim fosse ter-se-ia deixado de lado o motor da história, a contradição, mas contribuiu para a formação de uma nova geração de agentes da classe trabalhadora que compreendem seu papel na luta de classes.

Dois elementos desdobram-se disso: uma melhoria na qualificação da mão de obra para ocupação de postos de trabalhos mais qualificados, antes acessados predominantemente pela classe média, o que, conseqüentemente, abriu um flanco para o acesso aos bens de primeira e segunda ordem. Um segundo aspecto é a elevação da condição social dessas pessoas, tornando-as capazes de disputar espaços de estudo e trabalho os quais suas gerações anteriores tiveram-lhes arrancados seus direitos.

Essa decorrência demandou da sociedade brasileira a formação de quadros para acompanhar o vulto desse momento histórico. Foi preciso formar “pensadores”, “filósofos”, pessoas que pudessem pensar o que é a sociedade, o ser humano, de onde ele veio, para onde vai e promover mudanças nas concepções explicativas sobre a realidade.

Vale a pena questionar: que significa essa ruptura com a democracia? É um projeto dos “nacionalistas” brasileiros? Qual projeto de nação está em disputa? O que a produção científica tem com isso? Qual o papel da universidade nessa disputa? E a Educação Física, qual seu papel histórico no rumo da sociedade em tempos de crise estrutural do capital?

São questões que exigem um grau de aprofundamento histórico que não será possibilitado neste estudo, mas que, a partir da categoria subdesenvolvimento, serão feitos apontamentos de elementos centrais que contribuam para estabelecer os nexos entre as ideias dominantes, como será apresentado na próxima seção.

4.5 SUBDESENVOLVIMENTO: NEGATIVIDADE DO PROGRESSO CIENTÍFICO

O subdesenvolvimento⁴³ é o principal problema para o progresso científico-tecnológico, social, político, econômico autônomo das nações de capitalismo dependente no século XXI (FERNANDES, 2009). Foi desenvolvido historicamente como um projeto intencional de dominação estabelecido pelas grandes potências capitalistas⁴⁴ para a espoliação das riquezas naturais e domínio da força de trabalho de nações com baixo grau de forças produtivas sem a reação de seu povo. (PRADO JÚNIOR, 1977; FURTADO, 1992; FERNANDES, 2006, 2009).

Que o sistema capitalista se haja estruturado nas polaridades centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação e dependência é essencialmente um fato histórico, que a ninguém ocorreria considerar com o uma ‘necessidade’, consequência inelutável da expansão do modo capitalista de produção. Mas esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele a acumulação no centro seria ainda mais rápida, aprofundando-se o hiato que o distancia da periferia. Daí que as estruturas sociais hajam sido cada vez mais diversas. Dada a forma histórica que assumiu a expansão do capitalismo industrial, já não seria possível defini-lo com base exclusivamente na ideia de generalização da forma mercantil de apropriação do excedente. Também é inerente à sua morfologia atual um sistema de divisão internacional do trabalho que reflete e reforça relações de dominação-dependência. (FURTADO, 2013, p. 35)

Nesse intuito, foi preciso efetivar estratégias de contenção de desenvolvimento político, econômico, social, cultural e tecnológico, assim como a capacidade dos sujeitos históricos compreenderem os problemas concretos da realidade com consciência de classe revolucionária⁴⁵ (ideologia).

Gramsci (1978) afirma que o grau de desenvolvimento de uma sociedade, suas forças produtivas, seu padrão cultural e formação política de seu povo compete à forma como o conhecimento é produzido, por quem e para que é produzido e apropriado numa determinada relação social.

Apreender radicalmente esse entendimento é necessário, ontologicamente, exercer o devir nas relações de trabalho postas historicamente, pois é este o pressuposto universal para

⁴³ Segundo Aldana (1968, p. 40), “o termo subdesenvolvimento fez seu aparecimento no seio das Nações Unidas, entre os anos de 1944 e 1945, quando os países recém-emersos das infernais destruições causadas pela Segunda Guerra Mundial, buscavam ansiosamente a consecução de fatores dinâmicos que conduzissem à construção de uma ordem mundial superior.”

⁴⁴ Grande potência capitalista não tem uma relação direta com o modo capitalista de produção da vida, essa é uma etapa superior, em sua essencial tem a posse de capital como centralidade.

⁴⁵ Na medida em que as contradições do capital se agudizam, acredita-se ser esse um efeito inevitável que mais cedo ou tarde tende a explodir e derrocar a força do capital, nem que seja ingenuamente.

uma análise realidade da concreta (LUKÁCS, 2015, 2018; MARX, 2009a). Dessa premissa infere-se que a contradição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é um elemento estruturante na realidade nacional, ou seja, última determinação para explicar a predominância da concepção de homem e sociedade unilateral e a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção/circulação do conhecimento analisada.

Mészáros (2009,) ao desvelar as premissas ocultas dos sistemas dicotômicos na teoria social, apresenta como no plano abstrato é prevalente uma separação forçada entre trabalho e meios de produção que deve permanecer, para os ideólogos do capital, fora do plano material.

Naturalmente, a sistemática *separação* teórica entre as *características funcionais* (eternizadas) do sistema e a investigação de *seus pressupostos dinâmicos* – tanto passada quanto presente – (unilateral e falaciosamente atribuída ao campo ‘especializado’ da historiografia acadêmica, quando chegam a ser consideradas) –, além de *obliteração* da dimensão ideologicamente embaraçosa e diretamente desafiadora do processo de reprodução do capital e, em si, parte integral do mesmo processo. De fato, essa é uma das mais importantes formas pelas quais a ideologia dominante ajuda a articular e modificar de forma ativa, segundo as circunstâncias, mas dentro dos limites estruturais bem marcados, a complexa rede de determinações – individuais e coletivas, bem como materiais e ideais – que asseguram e salvaguardam a continuada reprodução da ordem social estabelecida, com todos seus pressupostos práticos. (MÉSZÁROS, 2009, p. 104, grifos do autor)

O capital se organiza estruturalmente na divisão entre possuidores e despossuídos, produtores e consumidores, pensadores e executores, em síntese, apresenta a vivacidade da inerente contradição do seu sistema, a relação entre trabalho e capital (CHAUI, 2000). Sendo assim, desenvolve imbricações econômico-ideológicas ordinárias no mundo entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que se expressam internamente na forma como o conhecimento científico é produzido e distribuído, condiciona ou liberta sua capacidade produtiva e a consciência política de seu povo.

Antes de se compreender melhor a dinâmica do subdesenvolvimento, é necessário, do ponto de vista conceitual, ainda que de forma sintética, deter-se à categoria desenvolvimento como um produto histórico necessário à alienação e sujeição da política científica aos grandes centros das nações imperialistas.

Compreender a natureza contraditória do desenvolvimento é estabelecer relações entre a base econômica e a superestrutura (político-ideológica) (MARX, 2009b) e os interesses acerca de tal desenvolvimento, pois, nas relações capitalistas de produção, desenvolvimento e subdesenvolvimento são categorias dialéticas que se atraem e se repelem numa complexa dinâmica de impulso e contenção das partes constitutivas da totalidade social.

Desenvolver é, antes de tudo⁴⁶, progredir, crescer, avultar, aumentar algo que só pode ser diagnosticado a partir de critérios objetivos para proceder prognóstica e programaticamente. É conceber como ponto de partida o nível das forças produtivas de uma sociedade específica em comparação às outras e ao seu próprio passado, para projetar o futuro.

Pinto (1960), ao tratar como os fatores ideológicos são interventores do processo de desenvolvimento nacional, retira qualquer possibilidade de concebê-lo como causal, assenta-o no plano da materialidade e o coloca como um pôr do fim teleológico (LUKÁCS, 2015) correspondente aos interesses de um grupamento social. Afirma que:

[...] desenvolvimento não se confunde com o simples desenrolar dos acontecimentos diários da comunidade, em que naturalmente se incluem iniciativas criadoras de progresso material. Esse decorrer cotidiano incaracterístico não contém como fatos novos mais do que os resultantes da manipulação empírica do real de cada momento, convertido em material utilizável para atender à exigência de melhoria das condições de vida. Esse tipo de progresso não é mais do que uma função elementar, em qualquer grupo social. Ao contrário, **o desenvolvimento é antes de tudo um projeto total da comunidade, é um cometimento deliberado do grupo que decide mudar as condições de existência em que se encontra e ascender à forma mais alta.** O desenvolvimento nunca é resultado da inércia na dinâmica da sociedade, do prolongamento da ação de alguns movimentos criadores abandonados ao efeito dos impulsos iniciais. É sempre um propósito da sociedade inteira, e por isso implica que esta se tenha convencido da necessidade de empreender esse esforço coletivo. Ora, convencer-se de alguma ideia é próprio da consciência. Logo, o desenvolvimento supõe a consciência, onde aparece primeiramente como ideia, plano de ação, antes de converter-se em cometimento social. Não se tratando de atitude individual isolada, é claro que só a consciência da sociedade, enquanto totalidade, pode ser a sede daquela ideia. (PINTO, 1960, p. 32, grifo nosso)

Não sendo resultado de uma inércia, o desenvolvimento é um produto social que sintetiza e expressa contradições conforme o curso de sua causalidade posta. Exige consciência para refletir os problemas candentes da temporalidade histórica (MÉSZÁROS, 2011b). Por um lado, o desenvolvimento nacional pode ser fruto das ações coletivas que conscientemente expressam os interesses da soberania nacional; por outro, pode se colocar enquanto uma imposição das classes dominantes externas por via de suas representações internas, como foi forjada a formação social brasileira (ARRUDA, 2012; PRADO JÚNIOR, 1977; FURTADO 2013; FERNANDES, 2009).

A primeira representa uma via democrática, pautada nos interesses coletivos nacionais sem uma submissão ao capital externo, mas numa relação conflituosa e dialética de interesses

⁴⁶ De acordo com o dicionário eletrônico Aurélio.

entre desenvolvimento nacional e intercâmbio internacional, o que leva a promover relações exteriores com polos antagônicos, caso contrário, pode incorrer no risco de padecer pelo isolamento econômico-político.

Dessa condição consiste a formação da consciência social criticamente forjada na perspectiva da defesa nacional, do desenvolvimento da ciência, da formação político-econômica, da tecnologia e das ações programaticamente organizadas de uma sociedade que têm como centralidade o postulado radical dos interesses internos autogeridos e generalizados ao padrão de satisfação das necessidades humanas de primeira e segunda ordem fora dos pressupostos axiológicos do sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2007).

Isso implica a elevação do padrão cultural e dos instrumentos que possibilitam o conhecimento das condições concretas de produção da vida para que o processo de desenvolvimento seja gerido por uma “autoconsciência comunitária” (PINTO, 1960), sendo esta a compreensão que a nação tem de si, na expressão marxiana, a transmutação da “consciência em si” à “consciência para si” pela alteração das circunstâncias históricas.

Delineia-se, portanto, uma postura negativa da indiferença pela inteligibilidade programática do real, intervenção consciente e impostação de um projeto societário regido por leis “*radicalmente diferentes*” da normatividade alienante da superestrutura jurídica e política do capital (MÉSZÁROS, 2011b, p. 103) para atender às necessidades humanas e promover resoluções orientadas diante das problemáticas candentes de tempo histórico.⁴⁷

Por outro lado, julga-se ser o desenvolvimento nacional calcado por interesses exteriores um espiralar de contradição que conduz, ontologicamente, a nação a um labirinto.⁴⁸ O primeiro elemento está na manutenção de um projeto de sociedade que limita os interesses internos, destrói a soberania nacional a partir do discurso do desenvolvimento como primado,

⁴⁷ Na concepção de Mézáros (2007, p. 34), “[...] nosso interesse nesse contexto é tempo histórico humano, e não quaisquer considerações ‘metafísicas’ ou cosmológica sobre o tempo. O significado em questão é o tempo de vida dos indivíduos potencialmente significativo, emergente em seus vínculos próximos com o desenvolvimento produtivo da humanidade, que pouco a pouco liberta os indivíduos dos constrangimentos brutos de sua remota existência, restrita à mera sobrevivência, e institui para ele o poder de fazer escolhas genuínas. Nesse sentido o tempo histórico transcende o tempo dos indivíduos – trazendo consigo a dimensão mais fundamental do valor – Mas mantendo-se, ao mesmo tempo, em um sentido dialético, como inseparável dele. Por conseguinte, apenas através da inter-relação mais próxima entre os indivíduos e a humanidade, um sistema de valor pode-se estabelecer e ulteriormente desenvolver – tanto expandindo como intensificando – intensificado no decorrer da história. Pois a humanidade não age por si mesma, mas por meio de intervenção dos indivíduos particulares no processo histórico, inseparável dos grupos sociais aos quais os indivíduos particulares pertencem como sujeitos sociais”.

⁴⁸ O labirinto são construções que promovem confusão, geram dificuldade para encontrar a saída, porém, é possível encontrá-la e seguir livremente o caminho desejado.

predominantemente econômico, e assalta a subjetividade da classe trabalhadora ao forjar uma formação cultural minimizada.

Avulta-se a diligência de prossecução de um arquétipo de sociedade sem questionamento como irresoluta verdade, que não necessita de crítica nem de alteração radical de suas bases, mas que precisa se reproduzir de forma ampliada. Para isso desenvolve-se uma relação de poder, um bloco histórico entre estrutura e superestrutura (GRAMSCI, 1978) que ideologicamente busca convencer a sociedade da pseudoverdade em busca do consenso.

Gramsci (1982) cumpriu a tarefa histórica de demonstrar como essa relação é estabelecida no plano superestrutural para exercício da hegemonia, na qual os intelectuais são forçados para exercerem a defesa das concepções de mundo da classe dominante.

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 1982, p. 8-9)

Nessa perspectiva, a classe dominante precisa dominar não só os meios de produção material, mas a produção das ideias para combater seus críticos. Pinto (1962), ao tratar sobre quem são os ricos que dominam o subdesenvolvimento do país pelo discurso do desenvolvimento, questiona por que a classe majoritária não se organiza, expulsa e desapropria os meios de produção concentrados nas mãos dos ricos.

Entretanto, o autor reconhece os múltiplos mecanismos empreendidos pelos grupos dominantes para submeter gigantescas massas populares à exploração sem a consciência desse fato. O autor apresenta a tese, já empreendida por Marx e Engels na obra *A ideologia alemã*, de que a relação entre a formação material e o poder ideológico é uma relação inextricável de controle social que

[...] acompanhada de todo um sistema de dominação, material e ideológico, sobre as populações exploradas, que torna não apenas extremamente difícil a ruptura material dos grilhões que as acorrentam, como ao mesmo tempo atua no sentido de impedi-las de compreender a existência, a natureza e as causas desses grilhões. A submissão do povo podia, até bem pouco, ser conseguida com a quase completa passividade dele, diríamos mesmo com a sua indiferença ou até complacência. Isto porque entre os mecanismos de

dominação figuram em primeiro lugar, pela importância dos resultados, a repressão a qualquer surto de consciência das massas, que acaso venha a lhes revelar a realidade de sua situação. A posse da riqueza econômica assegura à classe, assim tornada dominante, a aliança com os criadores das influências ideológicas, - sacerdotes, legisladores, magistrados, deputados, professores, jornalistas, artistas, intelectuais em geral, - e os faz se colocarem naturalmente a serviço do senhor de escravos, do latifundiário feudal ou do industrial capitalista. Tais influências, - as crenças, a política, as artes, as ciências sociais comprometidas com os senhores e com o imperialismo, - desempenham formidável efeito paralisador sobre a consciência das massas, impossibilitando-as de adquirir a visão correta da sua mesma realidade. (PINTO, 1962, p. 18)

Ao se munirem ideologicamente, cooptando membro da classe dominada pela sedução de condições sociais mais elevadas, a classe dominante opera dentro de estreito circuito para desarmar ideologicamente as massas populares e gerar um efeito anestésico em sua consciência, retirando-lhes a capacidade de refletir concretamente as contradições da sociedade.

O ponto crucial é, para esse anestesiar de consciências, a formação de seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982). Organizam a divisão social trabalho entre pensantes e executores, tornando uma minoria possuidora absoluta de conhecimento de alto padrão cultural para o controle ideológico e projetam para a maioria a naturalidade de sua condição social e a impossibilidade de pensá-la.

Um suporte subjetivo no desvio da consciência de “classe para si” para retardar a revolução social, pois, para Pinto (1962, p. 18), “enquanto o trabalho do país pobre for feito por massas ignorantes, em virtude dessas mesmas condições de trabalho, o papel dos instrumentos de dominação ideológica torna-se decisivo”.

A dominação ideológica em uma sociedade subdesenvolvida é um platô (MÉSZÁROS, 2011b) limitante à formação de uma consciência de classe para si (MARX, 2009b). É uma estratégia da classe dominante para sua sobrevivência, mas não é suficiente dados os limites estruturais postos pelas contradições do capital para conter a abertura de um período de convulsão social e, conseqüentemente, a tomada de poder pela classe dominada.

Torna-se necessário conter essa tendência, manter a obediência e o silêncio, essência do desenvolvimento preconizado por interesses burgueses. Para isso, o poder econômico precisa se instrumentalizar materialmente, compor, desde sempre, um poder armamentista como instrumento repressor de insubordinação e assegurar sua aplicabilidade legítima pelo Estado.

[...] deste modo, a qualquer indício de agitação popular, de reclamação das grandes massas trabalhadoras, camponesas ou urbanas, revidam pondo em ação o poderoso mecanismo compressor que possuem: de um lado, o desarmamento ideológico da consciência popular nascente, pela ação do

púlpito iludido, da imprensa venal, do magistério alienado, das cúpulas sindicais corrompidas etc.; de outro lado, pelo esmagamento material, físico, das tentativas de rebelião, pelo aprisionamento, violências corporais e assassinio. (PINTO, 1962, p. 20-21)

O subjugar de uma nação desenvolvida sobre a subdesenvolvida está assentado na diferença dos três poderes: econômico, ideológico e bélico para legitimar sua condição histórica na divisão internacional do trabalho.

A classe dominante busca continuamente, através de seus intelectuais orgânicos, justificar essa situação e projetar a nação subdesenvolvida como parte indolente que não atingiu o grau de desenvolvimento desejado para ser uma economia de capitalismo adiantado. Segundo Souza (2003), uma visão personalista e essencialista que precisa ser contraposta pelo reconhecimento de sua construção histórica.

A naturalização de desigualdade social em países periféricos de modernização recente como o Brasil pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não a partir de uma suposta herança pré-moderna e paternalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir de inícios do século XIX. [...] nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna, posto que vinculada a eficácia de valores e instituições modernas com base em sua bem-sucedida importação de fora para dentro. (SOUZA, 2003, p. 17)

A naturalização das desigualdades entre os centros econômicos e as sociedades periféricas é parte do metabolismo social do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011b), haja vista que a superação substantiva dessa contradição implica na ruptura com a estrutura hierárquica da divisão internacional do trabalho, o que não interessa aos diferentes estratos da classe dominante.

Essa é uma tarefa de classe já identificada por Marx e Engels (2010) na crítica contundente a Stirner, quando ele acreditava na impossibilidade de transformação material, pois as questões sociais seriam tratadas apaixonadamente pelos velhos membros da sociedade (os comunistas), ofuscando outras possibilidades de concebê-las. A resolutividade para o entrave (pensamento e mudança social) apresentada seria a alteração na forma de pensamento dos indivíduos, como se o “Eu” pensante fosse capaz de, sem as objetivações coletivas, mover o rumo da história.

‘Stirner’ acredita, aqui, que os proletários comunistas que revolucionam a sociedade, que colocam as relações de produção e a forma do intercâmbio sobre uma nova base, isto é, sobre si mesmos como os novos, sobre seu novo

modo de vida, continuam a ser ‘os velhos’. A propaganda incansável que esses proletários fazem, as discussões que eles travam diariamente entre si comprovam suficientemente quão pouco eles mesmos querem continuar a ser ‘os velhos’ e quão pouco eles de modo geral querem que os homens continuem a ser ‘velhos’. Eles só continuariam a ser ‘velhos’ se, como são Sancho, procurassem ‘culpa em si mesmos’; mas eles sabem muito bem que somente sobre circunstâncias transformadas poderão deixar de ser ‘velhos’ e, por essa razão, estão decididos a modificar essas circunstâncias na primeira oportunidade. Na atividade revolucionária, o transformar a si mesmo coincide com o transformar as circunstâncias (MARX; ENGELS, 2010, p. 209)

Para Marx e Engels (2010), Stirner fez isso com clareza de classe, pois sabia que, assim como a burguesia suprimiu a sociedade feudal pela força e impôs a regra do jogo, mas não aboliu a sociedade de classes antagônicas, pelo contrário acentuou a luta de classes, agora a missão histórica de revolucionar a sociedade, colocá-la sobre novas bases, está com os trabalhadores do campo e da cidade, oprimidos diuturnamente pelo jugo do capital.

Com consciência de classe a elite do capital torna-se incansável no combate ao desenvolvimento de nações subdesenvolvidas, mas, dadas as circunstâncias históricas, em alguns casos específicos ocorre sutilmente, pois as sociedades de capitalismo central precisam manter suas reservas de mercado para escoar sua produção.

Marx e Engels (2010, p. 43) demonstraram no solo concreto da história, no Manifesto do Partido Comunista, como a existência da burguesia e do sistema capitalista de produção depende de sua capacidade de “revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”.

A sociedade capitalista precisa constantemente se reestruturar produtivamente (ANTUNES, 2005), nem que para isso tenha que destruir o que já foi produzido (como foram as duas grandes guerras e as pequenas que ocorrem diariamente entre nações) para oxigenar sua produção, mesmo já chegado ao princípio de seu fim.

Revolucionar os instrumentos de produção para o capital significa diminuir cada vez mais a distância entre tempo de produção e tempo de trabalho. Marx (2014), no livro II de *O Capital*, revela com maestria esse fator que permite uma abstração sobre a necessidade de dominação de terras alheias como área de produção (matéria-prima) para o trabalho (indústria/produção).

Para Marx (2014), os tempos, de produção e trabalho, são unidade contraditória, visto que “tempo de trabalho é sempre tempo de produção, tempo durante o qual o capital está fixado na esfera da produção. Inversamente, porém, nem todo tempo em que o capital se encontra no processo de produção é, por isso, necessariamente tempo de trabalho” (MARX, 2014, p. 331).

Estabelecer essa relação contraditória é essencial porque ajuda a compreender como se expressa a desigualdade de desenvolvimento de forças produtivas e das relações de produção entre os países desenvolvidos e a contenção nos subdesenvolvidos. Os primeiros se expressam pelo tempo trabalho, objetivação material resultante do tempo de produção, expressão do segundo.

Prosseguindo na esteira do pensamento de Marx (2014), compreende-se que o tempo de trabalho é sempre mais curto do que o tempo de produção, pois o segundo, diferentemente do primeiro, depende organicamente do tempo natural, mesmo nos casos em que a tecnologia acelera, artificialmente, esse processo e minimiza a distância, os tempos são diferentes.

O autor afirma que período de produção é sempre mais longo do que o de trabalho. Mas só depois de concluído o tempo de produção, o produto estará acabado, maduro e pode então passar da forma de capital produtivo para capital mercadoria.

Em todos esses casos, o tempo de produção do capital adiantado consiste em dois períodos: um período em que o capital encontra-se no processo de trabalho e outro em que sua forma de existência – como produto inacabado – permanece fora do processo de trabalho, deixada à ação de processos naturais. Que esses dois períodos se entrecruzem e se empurrem reciprocamente não altera em nada a questão. Aqui, o período de trabalho e o período de produção não coincidem. O período de produção é mais longo do que o de trabalho. Mas só depois de concluído o período de produção o período está acabado, maduro e pode então passar da forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria. Assim, o período de rotação do capital prolonga-se de acordo com a duração daquele tempo de produção que não consiste em tempo de trabalho. Quanto tempo de produção que excede o tempo de trabalho não determinado por leis naturais dadas de uma vez como no caso da maturação do trigo, do crescimento do carvalho etc., o período de rotação pode frequentemente ser encurtado mediante abreviamento artificial do tempo de produção. (MARX, 2014, p. 332)

Para o capital uma relação importantíssima para sua sobrevivência, pois para manter o tempo de trabalho as nações de capitalismo avançado precisam alargar-se pelo globo, espoliar os interesses nacionais de outras nações e implantar nestas grandes empresas assentadas de tempo de produção, tentando manter um equilíbrio com o período de trabalho.

O Brasil é uma expressão dessa relação, sua característica de grande lavoura de cana-de-açúcar, café, cacau, bem como de minerais: ouro, prata, diamante, e a diversidade de madeiras de lei fizeram do país uma grande empresa de tempo de produção. (PRADO JÚNIOR, 1977; FERNANDES, 2006, 2009; FURTADO, 1992, 2005, 2013)

Marx e Engels (2010) já identificaram como isso acontece, o que ajuda a compreender o imperativo do subdesenvolvimento como uma inerente condição das relações econômicas.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos a burguesia invade o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculo em toda parte. Para exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mais matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujo produtos se consomem não somente no mesmo país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés de antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos racionais, surgem minhas demandas, que reclamam sua satisfação com os produtos de regiões mais longínquas e de climas mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação se tornam patrimônio comum, a estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (MARX; ENGELS, 2010, p. 43)

Ciente de sua necessidade vital, a classe dominante precisa combater o progresso material e ideológico de qualquer posição que retire do prumo as estruturas do modo de intercâmbio regulado pela propriedade privada (MÉSZÁROS, 2011b), haja vista que o desenvolvimento nacional soberanamente conquistado é um ataque fulminante à sua reprodução ampliada.

O conhecimento científico preconizado pela soberania nacional questiona a forma de ser do capitalismo, apresenta-se enquanto oposição para a construção de uma alternativa viável de superação do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2009) a outro com base na relação livre associada dos trabalhadores, em que a liberdade humana deve suprimir a liberdade de mercado, o coletivismo subjuga o egoísmo, a cooperação derroga a competição, a independência anula a dependência, o privado se torna público, os serviços à garantia da vida se convertem em direitos sociais plenos.

Sem essa compreensão, enquanto ponto de partida para os liames do desenvolvimento nacional, como um cometimento da luz de concepções científicas dominantes sobre uma sociedade lograda marginalmente, operar-se-ia com o pensamento ingênuo sobre a realidade concreta, faltaria autenticidade para apreender suas etapas conversoras e a imbricação com os métodos (forma) de dominação externa (FERNANDES, 2009) com os quais seus membros procedem politicamente para que sua forma de pensamento seja predominante em áreas do conhecimento para procrastinação político-ideológica da nação.

O subdesenvolvimento, enquanto condição estrutural para se pensar os limites e as possibilidades do conhecimento científico, da tecnologia, da política econômica da sociedade brasileira e seus produtos ontológicos e epistemológicos, também é causado pela ideologia do desenvolvimento econômico preconizado pelas organizações financeiras do capital. (PINTO, 1960)

Esse cabedal sobre o subdesenvolvimento material e científico da sociedade brasileira é permitido pela apropriação das contradições inerentes aos processos de disseminação dos conhecimentos, quando se promove a inteligibilidade humana mais valiosa, a metódica, assentada nos preceitos materialistas históricos e dialéticos.

Esse caminho é definidor porque, ao considerá-lo enquanto uma processualidade do trabalho, coaduna-se com as posições defendidas por Pinto (1960), ao afirmar o desenvolvimento nacional como um projeto criado por uma consciência⁴⁹ que reconhece as condições limitantes de uma evolução “espontânea”, e apontar a imperiosidade de uma intervenção para promover disruptiva (MÉSZÁROS, 2009) com padrões estabelecidos.

Portanto, o desenvolvimento de uma sociedade, posta nessa dimensão, não é tarefa de um desejo pessoal ou do acaso, mas uma formulação programaticamente orientada e repleta de interesses coletivos promoventes de uma consciência social a esta correspondente concepção ideológica (MARX, 2009b).

A tendência geral desse movimento é que as classes dominantes imponham suas razões, mas não podem ser as únicas, pois, na medida em que as contradições atuais, emanam novas contradições, surgem os interesses particulares em conhecer e resolver os problemas da realidade objetiva. Estes, por sua vez, se expressam e se convertem em coletivos, abrindo uma nova etapa que se torna necessário convertê-los em interesses universais de uma classe social expropriada de apropriação dos elementos culturais essenciais à manutenção e reprodução da vida. Para Marx (2009b), abre-se uma “etapa de revolução social”.

Esse viés de explicação também é empreendido por Lukács (2010, 2015) quando se refere à sociedade capitalista como a primeira puramente social, haja vista ser unicamente baseada nas condições materiais que o indivíduo detém, ponto central para recuperação da ontologia científica, rompendo radicalmente com a tautologia da sociedade baseada na naturalização dos processos sociais ou por uma atribuição divina para justificar a desigualdade entre os seres humanos.

⁴⁹ Não diz respeito a uma figura humana específica, mas a um projeto delineador, com o mesmo objetivo de resolver os problemas nacionais.

Afirma-se, portanto, que todas as outras esferas da sociedade vão desdobrar-se nessa equivalência de fator, o econômico (LUKÁCS, 2013). Sendo, pois, como já apresentado nos capítulos anteriores, a necessidade de justificação massiva de um projeto correspondente aos interesses sociais gerais, contendor da ideologia científica burguesa enquanto uma fidelidade moral de um sistema concreto de ideias.

O capital articula, do ponto de vista subjetivo, a conformação do povo sobre o desenvolvimento nacional como consequência peremptória de sua condição indulgente. Adota estratégia de massificação da informação, do convencimento, quando necessário da repressão física, e, sobretudo, vale-se da ciência hegemônica, tornando-a instrumento de classe para afirmar e reafirmar a impossibilidade de conhecer as determinações materiais (CHAUI, 2008).

Trata-se da construção de uma concepção de mundo hegemônica com grande peso nas organizações sociais, políticas e científicas correspondentes reduzidas aos interesses dos dominantes. Seu pressuposto básico consiste na impossibilidade de uma leitura histórica com o objetivo de estabelecer uma conformidade ideológica representada pela ideia de igualdade formal entre os membros da sociedade.

Pinto (1960) parte desse pressuposto para afirmar o desenvolvimento enquanto uma ideologia para o subdesenvolvimento:

Ideologia, no sentido da eficácia social, é a concepção de nova forma de ser para a existência comunitária, em razão da qual se carregam de valor, positivo ou negativo, todos os objetos, as ideias e os acontecimentos da realidade presente. Se não há projeto sem ideologia e se não há processo de desenvolvimento sem projeto, segue-se que a ideologia é fator que determina o desenvolvimento nacional. (PINTO, 1960, p. 37)

O projeto de desenvolvimento enquanto uma ideologia só pode ser identificado pela contradição inerente ao modo de produção capitalista, produção *versus* espoliação. São suas estruturas, seus aparelhos que promovem essa ideologia.

As análises de Gramsci (1978), sobre o controle da hegemonia pela sociedade política e a necessidade de sua derrubada pela sociedade civil para impositação da contra-hegemonia, apontam que o grupo que domina dissemina sua ideologia ao conjunto das relações sociais por via do Estado burguês.

Para ampliar essas reflexões, Pinto (1960) apresenta a natureza contraditória da sociedade como ponto de partida para prosseguimento e resolução de suas faces antagônicas. Apresenta as contradições enquanto um sistema dinâmico, constituído de pluralidades antagônicas coexistentes coetaneamente, pois não se pode considerar apenas um fato

contraditório, é preciso deter em seu caráter multívoco que, de acordo com o tempo histórico, assume a condição de protagonistas e coadjuvantes e vice-versa, cabendo ao analista a identificação destes.

Ao tratar sobre a dinâmica que produz o valor, pela quantidade social de trabalho necessário empregado na mercadoria para produção de um valor de uso, Marx (2013) descreve as circunstâncias determinantes.

A categoria desenvolvimento é um produto sócio-histórico, logo, congrega particularidades de interesses dos teóricos que a utilizam. Do ponto de vista dos economistas burgueses, desenvolvimento tem seu pressuposto no crescimento econômico, ocasionado pela capacidade produtiva, da aplicabilidade racional da técnica e da tecnologia (PINTO, 2005a), para acumulação e aumento do lucro.

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. A mesma quantidade de trabalho, nas quadras favoráveis, se incorporam em 8 toneladas de trigo e, nas desfavoráveis, em apenas 4. (MARX, 2013, p. 62)

Para Furtado (2013), um processo que se pauta em indicadores quantitativos de acúmulo de forças de produtivas baseadas no padrão moderno, ou seja, vida orientada pelos países líderes na industrialização.

Sendo assim, a ideologia do desenvolvimento nacional associado ao crescimento econômico está coetânea com os interesses dos que detêm a propriedade privada dos meios de produção, e, conseqüentemente, domínio das ciências e dos produtores.

Essa dinâmica, por sua vez, é correspondente à concentração da riqueza por uma classe social específica e à condição de penúria por outra. Nesse sentido, não corresponde ao suprimento total das satisfações das necessidades humanas de primeira ordem para o conjunto da humanidade, tendo como uns dos fatores preponderantes a privação do acesso aos conhecimentos mais desenvolvidos pela humanidade para generalização da produção, distribuição e circulação dos resultados da processualidade do trabalho.

Na concepção de Furtado (2013, p. 30), é preciso superar a altivez dos indicadores econômicos baseados na mediação das forças produtivas enquanto fatores de desenvolvimento e considerar fatores não econômicos: “Regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos com visão transnacional dos investimentos, permanência de grande parte da mão de

obra fora dos mercados organizados etc.” Esse é ponto de partida de um enfoque mais amplo, segundo o autor, permite captar a dependência cultural, no primeiro plano, e a tecnológica, no segundo, enquanto síntese da dominação social interna ocasionada por forças externas.

Fora do quadro da dominação colonial, o fenômeno da dependência se manifestou de início no plano cultural, mediante a transplantação de padrões de consumo que puderam ser adotados graças ao excedente gerado no quadro das vantagens comparativas estáticas obtidas no comércio exterior. (FURTADO, 2013, p. 30)

Costa Pinto (1970), ao discutir os aspectos da mobilidade social nas sociedades em desenvolvimento, demonstra como sua estrutura funciona; por um lado, com mudanças permanentes, por outro, com deformidades rítmicas entre as partes. Esse fato é próprio da dinâmica histórica, não há mecanicidade nem acaso nos processos humanos; se assim se proceder, tende-se ao fatalismo.

A heterogeneidade do desenvolvimento deve ser caracterizada pelas regularidades dos fenômenos, significa que o mesmo processo acontece diferentemente conforme a estrutura social. Porém, nas sociedades subdesenvolvidas a cadência é díspare, haja vista a preconização do desenvolvimento centrado no econômico, mas com grandes limites no progresso das forças produtivas.

Uma fase necessária e inevitável na política de desenvolvimento econômico dos chamados “países novos” que, em certo momento, parte dos grupos que lideram desenvolvimento comecem, sem por isso renunciarem à renovação tecnológica, a temer suas últimas implicações no plano institucional, na estrutura de classe, nas relações étnicas, nos costumes, na moral, nas leis, no comprometimento político e nas ideologias (COSTA PINTO, 1970, p. 198)

Aldana (1968), na obra *Dialética do Subdesenvolvimento*, partindo da concepção marxiana de estrutura enquanto uma totalidade orgânica das relações de produção, levanta a tese de que o subdesenvolvimento é:

[...] constituído pelas áreas nas quais encontramos uma estrutura econômico-social, pluriparticular, cujas infraestruturas pré-capitalistas internas e capitalistas externas, justamente com seu correspondente reflexo superestrutural, freiam decisivamente o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, gestando a deformação interna e a dependência relativa ao interior. (ALDANA, 1968, p. 71)

O autor caracteriza as áreas subdesenvolvidas constituídas por estruturas pluriparticulares com alto grau de desarticulação intersetorial como uma causalidade posta da contradição fundamental entre “as relações de produção ou intraestrutura pré-capitalista internas e de dependência relativamente ao imperialismo, oposto decisivamente ao desenvolvimento das forças produtivas interna (ALDANA, 1968, p. 92)

Nos países subdesenvolvidos sua expressão é a sedimentação da contradição entre a retenção das intraestruturas pré-capitalistas e progressão das capitalistas operando de forma fragmentária, implicando uma desarticulação intersetorial (ALDANA, 1968).

Esse movimento é encabeçado pelas empresas monopolistas multinacionais (BRAVERMAN, 1987; CHESNAIS, 1996; ALDANA, 1968) que se instalam nos países subdesenvolvidos, controlam o mercado, exploram a força de trabalho, espoliam as riquezas naturais, travam o desenvolvimento industrial autônomo, importam tecnologias, mantêm as relações sociais retrógradas, promovem evasão de capital gerando o fenômeno da dependência, configurando verdadeiros fenômenos antinacionais.

Corroborando esse postulado, Strahm (1991), ao questionar por que os países latino-americanos são tão pobres, denomina o mesmo processo de “desenvolvimento inadequado”, pois o desenvolvimento deveria ocorrer nas sociedades subdesenvolvidas a partir do efeito locomotiva. O crescimento ocorreria pela horizontalidade, uma planificação das estruturas, os modernos setores se expandiam progressivamente até lograr cobertura total em diferentes setores e região, gerando, assim, uma simetria entre desenvolvimento econômico, tecnológico e social, suprimindo a estratificação social.

Segundo Strahm (1991), o que aconteceu, e persiste como fator preponderante do subdesenvolvimento, foi a verticalização, gerando polos produtivos que monopolizam a tecnologia e, sobretudo, o conhecimento.

[...] a indústria criou ilhas de crescimento muito limitadas. Ela criou camadas sociais de forte poder aquisitivo a quem entregou os bens de consumo ocidentais e a tecnologia moderna. Mas o desenvolvimento permaneceu aí. O efeito locomotiva não ocorreu; ao contrário, observa-se uma exploração e colonização crescente do interior pelas cidades. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dessas ilhas de crescimento é totalmente orientado pelos interesses do mercado mundial. A integração desses centros (nas sociedades subdesenvolvidas) destes centros na economia mundial é o resultado da ação das multinacionais. Essas instalam suas cabeças-de-ponte nos centros dos países em desenvolvimento e mantêm relações comerciais intensas com os centros dos países industrializados, particularmente com suas matrizes. (STRAHM, 1991, p. 141)

O subdesenvolvimento não é manutenção do atraso estrutural, mas a conformação de uma híbrida estrutura que congrega, acentuadamente, as condições materiais antigas com as modernas. Trata-se de um progresso semiestructural cuja finalidade é manter uma relação de submissão ao capital internacional. Esse duplo caráter é imposto pelas circunstâncias históricas que inviabilizaram a elevação de formas produtivas consequentes dos processos colonizadores.

Desenvolver forças produtivas é um pressuposto básico para a progressão histórica soberana, pois coloca todo produto advindo das relações humanas de trabalho a serviço do país para efetivar o desenvolvimento nas sociedades de capitalismo avançado, é preciso que o não desenvolvimento, o desenvolvimento parcial ou subdesenvolvimento ocorram noutras sociedades. Assim, a contenção do progresso é uma composição da totalidade de produção.

Aqui, aparece a tendência universal do capital que o diferencia de todos os estágios de produção precedentes. Embora imitado por sua própria natureza, o capital se empenha para [o] desenvolvimento universal das forças produtivas e, desse modo, devém o pressuposto de um novo modo de produção, fundado não no desenvolvimento de forças produtivas para reproduzir e, no máximo, ampliar um estado determinado, mas onde o próprio desenvolvimento das forças produtivas - livre, desobstruído, progressivo e universal - constitui o pressuposto da sociedade e, por isso, de sua reprodução; onde o único pressuposto é a superação do ponto de partida. Tal tendência - que o capital possui, mas que ao mesmo tempo contradiz como modo de produção limitado e, por isso, o impele à sua própria dissolução - diferencia o capital de todos os modos de produção precedentes e, ao mesmo tempo, contém em si o fato de que o capital é posto como um simples ponto de transição. (MARX, 2011b, p. 446)

Dessa forma, para os países subdesenvolvidos, dominar a ciência e a tecnologia significa dominar os meios de produção para superar sua condição de dependente pela relação radical da relação entre os meios de trabalho e objeto de trabalho.

Portanto, para tornar-se uma sociedade desenvolvida é preciso que a dualidade da unidade produtiva esteja disposta, ou seja, a conversão do bem natural, pela processualidade do trabalho, tem que ser uma propriedade correspondente à soberania nacional. Quando isso não acontece, culmina numa fragmentação dos processos e dependência de quem dispõe das forças produtivas avançadas.

Não adianta ter a disponibilidade dos bens naturais sem dispor dos meios para torná-lo um bem com valor de uso, ao passo que o contrário também se faz verdadeiro. Por isso que o subdesenvolvimento, dentro da reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2009, 2011b) não pode se erradicado das sociedades latino-americanas, o que geraria uma inversão dos polos dominantes. Nesse sentido, o subdesenvolvimento se coloca como uma necessidade do imperialismo, mas

que precisa erradicada, coisa que só é possível no horizonte histórico de outro modo de produção radialmente diferente.

Na próxima seção, apresentar-se-á a lei de desenvolvimento desigual como um dos elementos para contenção do desenvolvimento científico e reprodução do subdesenvolvimento.

4.6 DESENVOLVIMENTO COMBINADO: IMPERATIVO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIENTÍFICO

O livre intercâmbio entre os seres humanos com a própria espécie e com natureza é o pressuposto universal do desenvolvimento humano pleno. Essa condição muda quando a minoria pertencente a grupos sociais específicos assume consciente e conflituosamente o controle das forças produtivas para fins privados.

Sobre o metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2009, 2011b), o desenvolvimento dos diversos países na totalidade social não pode e nem deve ser harmônico, haja vista suas particularidades nos interesses de acumulação. Não é de interesse desse sistema que a igualdade formal (forma da lei) seja interposta pela igualdade substantiva⁵⁰ (direitos sociais), pois uma das variantes necessárias à sua vivacidade é a desigualdade econômica e técnico-científica entre os países.

Para Mézáros (2011b), dessa condição decorre a implantação de condições para imposição das estruturas hierárquicas político-econômicas entre os capitalisticamente avançados e os economicamente subdesenvolvidos, culminando numa dinâmica intercambial sem substancialidade paritária, produzindo uma desigualdade tanto social quanto tecnológica entre os países na divisão internacional do trabalho. Nas palavras de Hardman e Leonardi (1982, p. 47):

Na sociedade capitalista a vida social encontra seu fundamento na produção de bens materiais que não são simples produtos, mas mercadorias, isto é, produtos destinados à troca e ao lucro. O processo de troca dos diferentes produtos exprime a divisão entre as diferentes unidades econômicas que fabricam tais mercadorias. N' O Capital essa divisão do trabalho, semelhante

⁵⁰ Segundo Mézáros (2011b, p. 139, grifos do autor), “o grande problema para o futuro da humanidade é como se libertar da camisa de força das mediações de segunda ordem antagônica do capital, constantemente reforçadas por sua poderosa superestrutura. Pois o potencial outrora positivo do *sistema orgânico* do capital – caracterizado na fase ascendente pelo *apoio recíproco* de suas partes constituintes entre si, que tornaram possível assegurar naqueles dias o avanço produtivo da reprodução societal como um todo – foi transformado no *círculo vicioso* de defesa a todo custo até mesmo das determinações sistêmicas mais perdulárias e destrutivas, sob as circunstâncias de antagonismos que se agudizam e da crise estrutural que se aprofunda”.

à que ocorre na empresa isolada, é chamada de divisão social do trabalho que pode assumir diversas formas: divisão do trabalho entre várias empresas de um país ou entre diferentes ramos industriais; divisão do trabalho entre agricultura e a indústria; no interior da família, etc. [...] além dessas formas de divisão do trabalho há uma outra que se estabelece entre diferentes países, ultrapassando os limites da economia nacional, que é a divisão internacional do trabalho, que pode se dar em função das condições naturais e do meio ambiente, ou, então em função da diversidade de condições sociais e culturais das diferentes nações, resultante dos diversos graus de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma delas.

Tendo a troca generalizada de mercadorias como pressuposto universal (MARX, 2013), pouco importa para o capitalismo as diferenças “naturais” entre os países, esse é um aspecto secundário. Sua centralidade reside nas desigualdades entre as forças produtivas para o domínio e exploração dos recursos naturais e da força humana de trabalho, sendo esse o pilar essencial da divisão social internacional do trabalho. Segundo Mészáros (2011b), uma abertura histórica radicalmente criada:

Sem dúvida, o desenvolvimento histórico – por meio da crescente divisão do trabalho, com a interconexão em desdobramento, na verdade integração da organização social de produção – torna os propósitos particulares almejados pelos processos de trabalho cada vez mais globais, mesmo em suas especificidades limitadas. Dessa forma, em um estágio altamente avançado (por exemplo, capitalismo) da divisão do trabalho, não somente a *solução* de tarefas parciais não pode ser almejada sem colocar em jogo toda uma rede de processos científicos, tecnológicos e sociais, mas em primeiro lugar, as *tarefas em si* não podem ser conceitualizadas sem que se tenha em mente uma rede igualmente complexa de relações, tanto com a imediatividade do dado processo de trabalho a partir do qual surgem as tarefas específicas quanto com o contexto mais amplo de suas *destinações* como produtos e mercadorias (MÉSZÁROS, 2011b, p. 57)

As nações de capitalismo avançado, como consequência da agudização das contradições do capital, avultaram o desenvolvimento de forças produtivas através da superexploração da força de trabalho dos trabalhadores, geraram a superprodução de mercadorias e potencializaram o padrão cultural de seu povo com base na elevação do conhecimento técnico-científico. Essa não foi uma relação casual, mas uma interação dialética de causa e efeito da crise estrutural do capital que legou às sociedades subdesenvolvidas as consequências mais espúrias do atraso econômico, político, científico e social proveniente do sistema de metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Trotsky (1997), ao analisar o processo evolutivo da sociedade russa, o faz atrelado ao movimento da totalidade do modo de produção capitalista para compreender a disparidade da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção em

diferentes sociedades. Para o autor, os principais elos entre os países são o modo de produção e o comércio, pois nessa conexão necessária o “capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político” (p. 49).

Ao prosseguir na síntese, Trotski (1997) aprofunda suas reflexões, considerando a contradição entre o elevado estágio técnico da indústria russa e a decadência da produção agrícola. Para isso estabelece conexões materiais e ideológicas entre as partes da totalidade social do capitalismo, chegando à compreensão da lei do desenvolvimento combinado entre progresso e retardo.

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando seu estado atrasado às conquistas mais modernas. Enquanto que a agricultura camponesa, até a revolução, em sua maior parte permanecia quase no mesmo nível do século XVII; a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista, encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos ultrapassava. (TROTSKI, 1997, p. 27)

A tese apresentada por Trotski (1997) coloca a possibilidade de compreender as regularidades do fenômeno e estabelecer generalizações, com as devidas especificidades, noutras sociedades, sobretudo o Brasil.

É compreensível que os fatores internos facilitadores da dominação capitalista na Rússia sejam condizentes, com as devidas proporções, àqueles que conduziram o Brasil ao capitalismo subdesenvolvido: a fraca burguesia, o baixo grau de desenvolvimento de forças produtivas, padrão cultural mínimo da classe trabalhadora e grande produção agrícola em latifúndios. (FERNANDES, 2006, 2009; FURTADO, 2005; PRADO JÚNIOR, 1977)

Para além das análises economicistas, Trotski (1997), como um teórico programático, observou que as condições materiais do incremento capitalista na Rússia estavam atreladas ao nível de desenvolvimento sociocultural, contendo ao mesmo tempo os trabalhadores em estágios primitivos na produção agrícola (estágio mais atrasado da humanidade) e operários socialistas ativamente engajados na vida política.

Os desdobramentos do pensamento de Trotski (1997) permitem inferir: o progresso é sempre uma conquista humana, nessa dimensão apresenta um caráter revolucionário, e deve ser o ponto de referência para a apropriação, em seu conjunto, por toda humanidade com vistas ao seu progresso. Noutra viés, sua reprodução enquanto condição de conformação apresenta um caráter conservador, sendo condição determinante à subalternidade, o que implica

subdesenvolvimento, elemento-chave para as sociedades de capitalismo avançado. Disso reside:

A realidade nacional do país rico, em totalidade, fica condicionada à exigência de crescente aumento da distância, da qual são aspectos externos e executivos a política imperialista, a espoliação dos recursos das áreas pobres, a conversão das massas trabalhadoras coloniais em proletariado externo e todos os restantes meios de ação que lhe asseguram o privilégio da invenção para si. A invenção acumulada irá constituir o progresso tecnológico do país dominador (PINTO, 2005a, p. 310)

Ao discutir os problemas das sociedades subdesenvolvidas, Pinto (2005a) aponta a necessidade da invenção como pressuposto de sua emancipação, haja vista que o progresso de uma sociedade não é algo aleatório, mas é intencional, movido por interesses assentados na circulação e privação do conhecimento técnico-científico para superação das insuficiências identificadas pelos seres humanos, a fim de tornar sua produção cada vez mais superior e mais e racional. Afirma o autor: “A sociedade que não inventa e adota o novo, sucumbe à infecundidade de repetição do velho”. (PINTO, 2005a, p. 310)

A posição de Pinto (2005a) permite atrelá-lo ao pensamento de Trotski (1997) ao afirmar que o progredir social é uma necessidade primária das sociedades subdesenvolvidas frente aos entraves das condições objetivas dos que detêm os meios de produção. O oposto é a contenção do caráter revolucionário da capacidade humana de conhecer cientificamente a realidade e atuar para transformá-la, limitando o salto qualitativo da produção tecnológica e consequentemente a elevação científica, cultural e ideológica de uma nação. Para o autor:

[...] as sociedades desse tipo [subdesenvolvidas] apegam-se objetivamente à tecnologia atrasada, para ele um fator de perpetuação. Apressam-se, aliás, em transformá-la em valor ideológico, pelo qual se configura a consciência de grupos eminentes, dando a necessária compreensão teórica que a justifique moralmente a seus próprios olhos e lhe permita fazer frente às denúncias partidas de setores antagonistas. (PINTO, 2005a, p. 308-309)

A aquisição de produtos, tecnologias atrasadas, das sociedades que inventam não se trata meramente da objetivação do conhecimento para extração de mais-valor e do lucro. Segundo Trotski (1997, p. 24), “um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos

países adiantados”. Ao assimilar esse conjunto, referencia-se nos comportamentos das nações imperialistas.⁵¹

Como o sistema do capital é um complexo de complexo (LUKÁCS, 2015) que opera contraditoriamente para perpetuação das desigualdades, o caráter revolucionário da utilização da tecnologia, consequência dos conhecimentos científicos ontologicamente fundados no trabalho, que incidem na produção de novos objetos, sobretudo de ordem primária, não pode ser totalmente contido, precisa espriar-se pelo mundo, priorizando em cada localidade os que podem pagar por seus melhores resultados.

Pinto (2005a) se detém na análise contraditória e dialética de como as relações sociais fazem da tecnologia um fetiche nas sociedades subdesenvolvidas, culminando numa dinâmica entre progressão (acessos aos bens materiais e espirituais) e regressão social (negação destes bens) indutora da falsidade ideológica de que está à disposição de todos.

Os grupos privilegiados dessas sociedades são até mais interessados, no começo, em adquirir e fomentar as técnicas novas, produtivas de bens supérfluos de luxo, ostentários, que de antemão sabem ser os únicos a consumir, sem desconfiar da cilada que preparam para si mesmos. São os únicos que têm recursos financeiros para proceder a essa reduzida substituição julgada inocente, e além do mais ela espera o prestígio no próprio meio, caracterizando-se ainda mais como aristocracia, de dinheiro e cultura alargando a distância que os separa da classe média e dos miseráveis. (PINTO, 2005a, p. 309)

A lógica capitalista é geral, e se expressa localmente, aqueles que dispõem de condições financeiras preconizam o fomento tecnológico em níveis correspondentes ao seu poder econômico para suprimento de suas necessidades de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2011a), malgrado precisam manter um distanciamento perante os que precisam suprir suas necessidades elementares.

Nessa relação se perde o caráter concreto das relações humanas, passando a serem orientadas pelo produto do trabalho social, que, ao ser apropriado privadamente, esvazia sua essência, tornando-se fetichizado (MARX, 2010).

Isso incide na contradição, na dimensão científica, entre invenção, domínio dos fundamentos do conhecimento técnico-científico, e o arremedo, mera aplicação tecnológica, expressando o antagonismo de um mesmo processo; produção, distribuição, circulação

⁵¹ Não se está negando a apropriação dos conhecimentos objetivados pelos países adiantados tecnologicamente, a questão é aplicação social, se para o progresso humano ou reprodução do capital. Por isso, deve-se apreender a citação em sua natureza contraditória.

apropriação e expropriação do acesso aos resultados advindos do conhecimento científico, enquanto resultado ontológico do trabalho humano.

Nas sociedades subdesenvolvidas predomina a reprodução tecnológica enquanto caráter conservador dos interesses do capitalismo global (MÉSZÁROS, 2012b), enquanto nas sociedades adiantadas, a invenção, renovação do processo produtivo, é o pressuposto central.

Ao desenvolver a crítica aos ideólogos da chamada “sociedade pós-industrial”, Mézáros (2012b) demonstra como esse é um quadro fantasioso da realidade que consiste na política de transferência de tecnologias poluidoras para as nações subdesenvolvidas com a finalidade de reprodução dos interesses da ordem social dominante.

Aqueles que pintam o quadro fantasioso da sociedade ‘pós-industrial’ não percebem (ou não dizem) que a cínica política de transferência das ‘indústrias poluentes’ para o ‘Terceiro Mundo’ não torna o sistema global nem um pouco mesmo industrial. Então o discurso supostamente objetivo e científico da sociedade ‘pós-industrial’, demonstra, também nesse aspecto, sua função de espalhafatosa racionalização ideológica das relações exploradoras estabelecidas. Tais ‘transferências tecnológicas’ só removem as práticas produtivas mais odiosas, juntamente com suas consequências altamente poluentes, dos ‘países capitalistas avançados’, depositando-as, frequentemente sob o pretexto de ‘auxílio desenvolvimento’, na soleira dos países dependentes (MÉSZÁROS, 2012b, p. 138)

A “transferência” de tecnologia apresenta um anacronismo para o livre progresso das sociedades subdesenvolvidas, justificado pelo dinamismo promovente de um capitalismo dependente, sempre a reboque do capitalismo avançado. (FERNANDES, 2009).

O que levou séculos para evoluir na Europa foi simplesmente transplantado nas condições básicas para atender às necessidades produtivas locais, com vistas aos interesses das nações detentoras dos meios de produção mais avançados.

O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, a universalidade e permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* históricos. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo e combinado. (TROTSKI, 1997, p. 24)

As condições objetivas e subjetivas para obter o transplante de tecnologias projetadas para uma determinada estrutura social não tem como corresponder à sua aplicabilidade total noutra, configura-se, dessa forma, a necessidade de adaptação. Significa reduzir o nível tecnológico para satisfazer a necessidade produtiva da sociedade implantada, limitando a capacidade produtiva e o nível de elaboração científica.

A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está, claro, absoluta; realmente está limitada pela capacidade econômica, e cultural do país. Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-la a sua própria cultura primitiva. (TROTSKI, 1997, p. 23)

Compreende-se, portanto, que a implantação forçada de forças produtivas avançadas numa sociedade com baixa capacidade produtiva transpõe etapas necessárias ao seu progresso orgânico, expressando-se na “conservação das essências sob a variação da forma” (PINTO, 2005b, p. 497).

Não se pode inferir daí uma posição dogmática, mas como parte de um grupo que se propõe a efetivar as leis da dialética operando sempre pela contradição, haja vista que um elemento contraditório se configura entre a produção e adaptação tecnológica: para aquelas sociedades que detinham uma produção assentada nos rudimentos técnicos⁵² da “maquinaria moderna”, primitivismo produtivo, a nova forma representa um avanço, não nas relações de trabalho, que mantêm sua essência exploradora, mas na intensidade produtiva e econômica. Carrega consigo contingências positivas de transição histórica que pode confluir para outro projeto histórico de sociedade, convertendo o conhecimento científico num bem “socialmente útil” (MARX, 2013).

As sociedades industriais buscaram incessantemente a eficácia produtiva, gerando máquina produtora de máquinas (MARX, 2013), porém, não foram essas novas descobertas exportadas imediatamente para os países subdesenvolvidos. Antes de tudo, elas precisaram ser

⁵² Trata-se de rudimentos técnicos por se compreender a tecnologia enquanto epistemologia da técnica, que por sua vez transplanta para uma máquina os conhecimentos advindos da capacidade humana de modificação da natureza que demanda observação e sistematização por quem está livre do trabalho que exige dispêndio de força física. (PINTO 2005a). “Com isso o homem se descarrega das tarefas, inclusive mentais, elementares, entregue às máquinas de calcular e aos computadores, mas se encarrega da obrigação, sempre mais árdua, de fabricar máquinas calculadoras e computadores superiores aos existentes. O curso do progresso tecnológico tem indiscutivelmente base social; é determinado pelas necessidades que a sociedade tem dos serviços a serem prestados pelos instrumentos possíveis de construir. (PINTO 2005a, p. 113)

exploradas massivamente, elevar a capacidade de produção, gerar novos conhecimentos e aumentar a acumulação capitalista.

Enquanto os países do centro disputam entre si o avanço e domínio da ciência, nos periféricos são implantados os rudimentos da maquinaria mais avançada, ou seja, tecnologia sucateada, sendo um dos fatores preponderantes na desigualdade de desenvolvimento entre os países. Sendo assim, os grupos dominantes das sociedades de capitalismo avançado interessam-se em promover permanentemente a

[...] substituição da tecnologia, e para tanto estipendia a pesquisa científica avançada. Saber ter de apelar para estes procedimentos, mesmo às custas de lutas de vida ou morte, entre setores rivais, para conseguir a posição eminente que detém no momento histórico. Além de poder sempre exportar para o mundo periférico as técnicas de menos valia, tornadas obsoletas no centro, que representa um excelente negócio, ele financia com a venda do produto superior acabado e da técnica inferior, também já ‘acabada’, mas aqui no sentido de já ‘imprestável’, as forças culturais e econômicas asseguradoras da posição de supremacia. No país pobre, existem contudo elementos sociais, alguns cientistas, empresários e homens públicos, que percebem a carência da tecnologia existente e buscam sanar a deficiência pela melhora dos procedimentos. (PINTO, 2005a, p. 309)

Uma sociedade carente se vê, dentro de um sistema produtivo, obrigada a desenvolver-se tecnologicamente para a livre fruição de sua população. Todavia, quando a determinação é mercadológica, impõe a diligência de corresponder ao nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países produtores, o que não acontece pela lei universal da desigualdade de ritmos produtivos imposta pela estrutura geral (TROTSKY, 1997). Desta desdobra-se a “*lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas e com as mais modernas” (TROTSKI, 1977, p. 25).

Da lei do desenvolvimento combinado decorre o intercâmbio desigual (STRAHM, 1991) entre os países do centro e da periferia. Os países periféricos precisam exportar mais para obter menos produtos importados. A valoração que ocasiona essa dinâmica é limitada pela produtividade do trabalho, ou seja, aquilo que antes era determinado pelo tempo necessário para produzir o produto (MARX, 2011b), passou ser medido pelo grau de desenvolvimento da tecnologia. Sendo assim, não há como ter parâmetros igualitários de troca com níveis tecnológicos diferenciados de produção.

Marx (2011b), ao tratar sobre o capital fixo e o desenvolvimento da sociedade, afirma que o primeiro é, sinteticamente, a tecnologia, o vetor para medir as forças produtivas da

segunda. Posto dessa forma, é o grau de conhecimento socialmente acumulado sobre a modificação da natureza, aplicada a um aparato, a mediação dessa relação.

[...] à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho, do *quanto* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende, ao contrário, no nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (MARX, 2011b, p. 587).

A maquinaria, como representação mais geral do capital, tornou-se o modo mais eficiente de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, da acumulação da riqueza entre os capitalistas. Portanto, não pode ser difundida equanimemente para as variadas nações, pois, como meio de produção privado, os detentores do poder irão ditar o ritmo, o que deve ser ou não produzido pelos países que não têm esse nível de conhecimento científico acumulado, ou seja, um desenvolvimento combinado.

Dois elementos se colocam, do ponto de vista explicativo, sobre esta compreensão acerca da unidade contraditória entre a produção de uma máquina e a lei do desenvolvimento combinado. O primeiro é o conhecimento acumulado, que pode ter como ponto de partida uma técnica rudimentar, um baixo padrão tecnológico numa determinada sociedade, é sempre consequência ontológica da atividade humana, trabalho vivo que se converteu em trabalho morto (ANTUNES, 2005).

O segundo ponto é que as objetivações primárias desse conhecimento nem sempre correspondem à sociedade que o sintetizou, mas foi fruto de observações e sistematização de uma prática humana para suprir uma necessidade. Portanto, o conhecimento acumulado é um patrimônio cultural que se eleva e se afasta de seu produtor, tornando-se um bem privado nas mãos dos que detêm os meios de produção, expressando o processo de estranhamento. (MARX, 2009a)

Nas explicações sobre a transmutação do trabalho vivo pelo objetivado e a perda do tempo de trabalho como pressuposto para produção da riqueza, Marx (2011b) analisa como a atividade humana foi minimizada na centralidade produtiva, e afirma:

[...] a acumulação social do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mas precisamente do *capital fixo*, na medida que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, com forma

mais adequada do capital fixo, e o capital fixo na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a *forma mais adequada do capital de modo geral* (MARX, 2011b, p. 582, grifos do autor)

Desenvolver a ciência universalmente é progredir na produção material e não material (SAVIANI, 2009), sendo este um pressuposto crucial para livrar as sociedades da lei do desenvolvimento combinado. Entretanto, para o imperialismo é estratégico não possibilitar esse desfecho, porque na guerra intercapitalista (CHESNAIS, 1996) os que dispõem das tecnologias de última geração produzem substancialmente mais rápido, ocupam vastamente o mercado e dominam política e economicamente as nações subdesenvolvidas

Sendo o desenvolvimento das forças produtivas um elemento essencial para o desenvolvimento tecnológico de um país, uma nação como a brasileira, de grande base agrícola, de produção rudimentar, com alta concentração de terra e renda, o desenvolvimento combinado, promovedor do subdesenvolvimento, vai ser um fator a ser seguido pelas frações da classe dominante nacional, sempre tendo como referência os países adiantados.

Sem ter como produzir tecnologia que efetivamente supere a relação desigual centro-periferia e constitua uma relação harmônica entre as partes da totalidade social, tanto na esfera nacional como internacional, as classes dominantes adotam enquanto estratégia de aperfeiçoamento dos processos produtivos a importação de tecnologia como fator de desenvolvimento nacional.

Na verdade, não se trata de busca voluntária, mas de uma situação imposta pela contenção de desenvolvimento de forças produtivas. Estabelece-se assim, como ressaltou Trotski (1997), uma burguesia nacional funcionando como agência operadora entre o financiador e a economia do próprio país, ou, nas indicações de Pinto (2005a), um veículo de distribuição da tecnologia alheia sob o pretexto do desenvolvimento nacional.

O consumo de um bem de procedência estrangeira leva o consumidor a desejar incorporar-se no mundo onde se exerce naturalmente o tipo de ação humana realizadora dos produtos técnicos. A princípio o gesto de manuseio do próprio produto técnico alheio, imitando do totem os primitivos sacrifícios tribais, desperta a consciência do homem das áreas subjugadas, mas não lhe infunde senão aquela modalidade intermediária que chamamos de 'consciência para o outro'. Delineia-se assim o período no qual os governantes e classes médias do país atrasado, deslumbrados com o diminuto progresso alcançado, conduzindo por mão estranha, aparentemente generosa, invocam a urgência de recebimento da tecnologia, efetivamente indispensável. Porém, por falta de pensamento crítico, aceitam sob qualquer condição que lhes foi oferecida, não numa operação de aquisição normal de um produto no mercado, e sim ao custo da instalação da fonte estrangeira da tecnologia no território da nação indigente [...] O círculo dirigente da sociedade colonizada, sempre

restrita ao pequeno grupo privilegiado dominante, apressa-se em consumir produtos da tecnologia alheia e a fazer-se veículo de distribuição deles no meio interno, pelas vantagens financeiras que essa função lhe reserva e porque cria para uma conveniente dignificação social, aparecendo ideologicamente no papel de grupo progressista, vivamente empenhado no desenvolvimento do país retardado. (PINTO, 2005a, p. 270)

A classe dominante reconhece a necessidade de processos produtivos avançados, contudo a adoração aos mandatários do capital pelo cultivo da tecnologia que lhes concede status privilegiado e poder de dominação no âmbito local a torna refém da dependência.

Singer (1998), ao tratar das diferentes expressões da dependência, apresenta-a como consequência das transformações ocorridas no capitalismo. Assim, a forma como a submissão da burguesia nacional foi sendo mantida, mesmo em tempo de conflitos com as potências econômicas, muda de consentida para tolerada.

Os países em desenvolvimento passaram a depender dos industrializados para obter equipamentos e tecnologia, componentes e recursos de capital em larga escala. Esta dependência era vista pela nova classe dominante como essencialmente provisória, a ser superada tão logo a industrialização fizesse a economia emparelhar com as mais adiantadas. A cada passo, o país dependente negociava com o país adiantado recursos destinados a diminuir a distância entre os dois e a permitir que o primeiro pudesse, no futuro, competir com o segundo. Na situação de dependência consentida, a divisão de trabalho entre centro e periferia não estava em questão. O progresso da periferia visava ao avanço de atividades agrícolas e extrativas que de modo geral não competiam com as que haviam no centro. Por isso, a dependência era por suposto permanente. Na situação de dependência tolerada, o desenvolvimento almejado pela periferia destinava-se a revogar a divisão colonial de trabalho que a inferiorizava perante o centro. (SINGER, 1998, p. 122).

Não se trata de estabelecer uma transação comercial normal entre duas partes com interesses divergentes, compra e venda, mas da submissão ideológica que delega à sociedade qualquer sacrifício pela instalação da fonte produtiva estrangeira em seu país. Tudo isso com um único objetivo tautológico: “elevar o país, mediante a tecnologia, à situação mimese da área metropolitana, processo a que os teóricos indígenas da alienação dão o nome de “desenvolvimento nacional” (PINTO, 2005a, p. 271)

Essa situação, da necessidade de acesso ao produto tecnológico mais adiantado, é sentida pelos variados estamentos sociais, sobretudo pela classe trabalhadora, mas a condição alienada ainda não permite uma inferência política do fato para infundir a ruptura desses laços nada afetuosos, e impor uma nova relação que permita a própria produção autodeterminada.

No desenvolvimento combinado os tempos de produção e aquisição do conhecimento objetivado, produto tecnológico, são diferentes entre os processos. Enquanto quem produz já está numa dinâmica de aperfeiçoamento tecnológico, quem consome depende diretamente dos produtores para funcionamento e manutenção. Precisa, antes de tudo, de um período de adaptação para conhecer os produtos, treinar o pessoal e colocar em efetividade.

Singer (1998), partindo de uma compreensão cepaliana, afirma que:

[...] centro e periferia têm participação qualitativamente diferente na economia internacional; enquanto o primeiro domina a produção de nova tecnologia, o que lhe permite adquirir o tempo todo novas vantagens comparativas, a segunda fica presa a um repertório limitado de vantagens comparativas decorrentes da disponibilidade de recursos naturais. (SINGER, 1998, p. 23)

Isso circunscreve a sociedade a pensar melhores estratégias para o seu livre desenvolvimento, baseado em pesquisa e tecnologia, formação de pesquisadores tanto nas áreas prioritárias⁵³ quanto nas estratégicas, mas, sobretudo, na elevação do padrão cultural da classe trabalhadora pelos processos de domínio do conhecimento científico.

Elementos necessários à superação do estágio de mero consumidor e reproduzidor de valores externos à de inventor (COSTA PINTO, 1970), proprietários dos meios de produção. Nessa direção, é preciso quebrar com as ilusões do desenvolvimento nacional assentado numa dependência exterior e convertê-la em soberania nacional. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, porque com a lei do desenvolvimento combinado entre as nações, os imperialistas impuseram às nações subdesenvolvidas uma dívida financeira externa que parece não ter fim, como será tratada na próxima seção.

4.7 A DÍVIDA EXTERNA E SUBDESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

Numa sociedade marcada pelos traços coloniais, adquirir aparatos tecnológicos para se desenvolver livremente requer altos custos financeiros que esta não pode aplicar. Precisa, assim, recorrer aos credores do centro financeiro imperialista para executarem seus projetos e fazerem parte do sistema mundial de circulação de mercadorias, o comércio, gerando uma dívida permanente.

⁵³ Alimentação, moradia, vestuário, etc.

O sistema da dívida⁵⁴ é um dos principais fatores da dependência dos países subdesenvolvidos perante as nações imperialistas. Millet e Toussaint (2006), ao estudarem como os Países em Desenvolvimento (PEDs para os autores) contraíram dívidas exponenciais, mediados pelo BM e FMI, apontam que esse é um mecanismo sutil de dominação e instrumento da neocolonização que tem como atividade finalística impedir a independência econômica.

Para sustentar as afirmações, os autores apresentam uma vasta quantidade de dados e estabelecem que a totalidade da dívida é desmembrada essencialmente em dois tipos: interna e externa, que, por sua vez, bifurcam em públicas e privadas. A dívida interna se constitui com credores do próprio país, por exemplo, um banco nacional, que predominante corresponde ao valor da moeda local. Já a dívida externa, é aquela contraída fora de seu território, a mais importante na análise do subdesenvolvimento, pois “comporta mecanismos mais complexos que podem gerar uma verdadeira colonização econômica”. (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 42)

Segundo Millet e Toussaint (2006), a dívida externa é um complexo constituído por categorias diferentes: a pública se caracteriza pela contração realizada parte do poder público, Estado, coletivos locais, organismos públicos ou por entidades privadas que têm o Estado como avalista. É subdividida em três categorias conforme a natureza dos credores: a) multilateral, quando o agente credor é uma instituição que estabelece relações com diversos países ao mesmo tempo, o pagamento de um financia o outro, são mediadas pelos organismos do capital, o BM e o FMI⁵⁵; b) bilateral, relação direta estabelecida entre dois países, credor e devedor; c) privada,

⁵⁴ O site Auditoria cidadã da dívida lembra “que o Sistema da Dívida tal qual opera hoje, com a submissão ao sistema financeiro internacional, com apoio dos veículos de comunicação e sob o escudo da falta de transparência, começou a ser implementado no período de 1964 a 1985, também chamado de ditadura civil-empresarial-militar. Em 1964 a dívida externa brasileira somava US\$ 3,294 bilhões e, em 1985 totalizava US\$ 105,171 bilhões, ou seja, cresceu 32 vezes durante os governos militares. Os contratos firmados pelos militares com bancos, principalmente norte-americanos, possibilitaram o ingresso no Brasil de dólares sem lastro devido à quebra do acordo de paridade do dólar com o ouro em 1971, de forma unilateral pelo presidente dos EUA e ainda a cobrança de juros flutuantes. Essa prática é considerada crime por acordos internacionais como a Convenção de Viena de 1969. O aumento das taxas de juros desses contratos de cerca de 5% para mais de 20% no final dos anos 1970 impactou a crise de diversos países nos anos 1980, inclusive do Brasil. Obras de infraestrutura realizadas no período também permitiram o aumento da exploração das riquezas naturais brasileiras por países estrangeiros”. Disponível em: auditoriacidada.org.br/conteudo/corruptao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁵⁵ O FMI, juntamente com o BM (antigo Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) foi criado na conferência de Bretton Woods (1944) com objetivo de estabelecer regras comerciais e financeiras entre os países mais industrializados. Sua finalidade foi a reconstrução do capitalismo pós-Segunda Guerra. Para participar do fundo os países precisam pagar uma cota, que constitui as reservas que serão emprestadas, para terem direito a voto.

quando o credor é uma instituição financeira externa, banco ou agentes, agiotas do mercado financeiro.

A dívida privada é contraída por entidades privadas, que pode ser uma filial de uma empresa multinacional, em que o Estado não assume a responsabilidade diante de uma inadimplência (MILLET; TOUSSAINT, 2006).

Segundo Mercadante (1995), a dívida pública externa brasileira foi, em 80%, responsabilidade das empresas privadas, sobretudo bancos e grandes empresas que tomaram vultosos empréstimos, mas colocaram o Estado, a nação, para arcar com os prejuízos, especialmente do período da ditadura empresarial-militar.

Essa afirmação é corroborada por Toussaint e Millet (2006) ao afirmarem que durante o ciclo de ditaduras militares, sobretudo na América Latina, em apenas cinco anos (1968-1973) o BM forneceu mais empréstimo do que em 22 anos (1945-1968) do período pós-Guerra.

Strahm (1991) demonstra como as organizações do capital, BM-FMI, são aparelhos político-ideológicos das nações imperialistas utilizados para repressar o desenvolvimento nacional das nações subdesenvolvidas, pois, ao concederem os empréstimos, retiram a autonomia política e promovem políticas econômicas de austeridade, impondo regras para que os países correspondam aos seus interesses político-econômicos:

- a) congelamento salarial ou aumentos controlados, diminuindo o poder aquisitivo dos trabalhadores;
- b) diminuição dos gastos/investimento do Estado na esfera social, afetando escola, hospitais, o sistema de proteção social e trabalhista;
- c) gastos militares como estratégia de contenção de protesto social;
- d) desvalorização da moeda, mais exportação e menos importação, esvaziando o mercado interno, elevando os preços dos produtos;
- e) liberalização comercial para facilitar expatriação dos lucros pelas multinacionais;
- f) privatização das empresas estatais.

De acordo com Millet e Toussaint (2006), essas estratégias são adotadas por Plano de Ajuste Estrutural (PAEs) que tem o FMI com gestor, um “bombeiro da finança. A justificativa para adoção dessas medidas seria o ajuste da balança de pagamentos e a instituição do saneamento da economia dos países devedores. Entretanto, esse movimento é uma degradação da vida humana nesses países, vez que diminui o poder aquisitivo para gerar crise econômica e desemprego pela falência de pequenas e médias empresas causada elevação de juros. (STRAHM, 1991)

O influxo das políticas de austeridade acentua a pobreza dos mais pobres:

As medidas de saneamento da economia impostas pelo FMI levam regularmente a uma diminuição do poder aquisitivo das camadas mais pobres da população. Amortizações e pagamentos dos juros são literalmente retirados da boca da população: exportam ao invés de comer. Estas medidas draconianas, consistindo em ‘apertar os cintos’ desencadeiam agitações sociais. Esta política é, pois, impensável sem a repressão policial militar. Por conseguinte, o endividamento leva a um aumento das cargas que pesam nos ombros das populações mais pobres, ou em outras palavras, do desenvolvimento do subdesenvolvimento. (STRAHM, 1991, p. 93)

Enquanto uma barreira para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, os empréstimos poderiam ser utilizados dialeticamente para superar os problemas concretos e desenvolver a sua independência. Porém, os governos que se pautavam por esse viés sofriam as represálias. A concessão de empréstimos tinha como critério a posição político-ideológica adotada a favor do capitalismo. (STRAHM, 1996; MILETT; TOUSSAINT, 2006)

As evidências podem facilmente ser identificadas. Na América Latina financiaram fortemente os governos de direita e militares, e atuaram constantemente para desestabilizar com levantes populares os governos nacionalistas, desenvolvimentista e socialistas.⁵⁶

Mas esse fator tem relação com a disputa de projeto histórico. Numa conjuntura de disputa ideológica aberta entre capitalismo e socialismo pela guerra fria (HOBSBAWM, 1995) seria uma armadilha para o capital, através de seus organismos, promover o desenvolvimento nacional com governos “identificados como socialistas” ou nacionalistas, seria um holofote para uma alternativa radicalmente viável. Para Mészáros:

[...] a tradição socialista em sua totalidade – quanto utópica quanto científica – assumiu uma atitude extremamente positiva em relação ao casamento da ciência com a tecnologia produtiva. Em particular no caso do socialismo marxiano, afirmou-se vigorosamente que não haveria sentido defender a ‘generalização da miséria’ como frustrante objetivo do ‘socialismo igualitário’. Consequentemente, o máximo desenvolvimento possível das forças produtivas – juntamente com a aplicação livre das possibilidades criativas da ciência numa estrutura racionalmente planejada – constituíam, na opinião de Marx, o pré-requisito necessário para aquele ‘livre desenvolvimento das individualidades’ (MÉSZÁROS, 2012b, p. 247)

⁵⁶ Na Argentina, enquanto os governos nacionalistas do general Lanuse, do Juan e Isabel Péron não tiveram qualquer financiamento, os governos militares entre 1976 – 1983 tiveram grandes empréstimos. No Chile, o governo socialista de Salvador Allende não obteve financiamento, os governos de Frei Montalva e Augusto Pinochet promoveram uma política baseada nos empréstimos externos; na Nicarágua, o governo sandinista teve seus empréstimos minguados até cessar, enquanto a ditadura de Somoza foi fortemente financiada; na Jamaica, por se recusar a regras do FMI, o governo social-democrata recebeu poucos empréstimos, mas o governo de direita fora financiado; no Brasil, os governos de Jânio Quadros e João Goulart não receberam empréstimos, mas a ditadura militar fora incessantemente financiada. (STRAHM, 1991, p. 179)

Era, e continua a ser, pelos interesses do capital, necessário extirpar esse tipo de pensamento assentado no desenvolvimento social para incentivar a ideia de progresso puramente econômico regulado pela lógica de mercado. As nações “descolonizadas” que apresentaram interesse de promover um desenvolvimento autônomo foram dragadas pelo capital. Diante da incipiência econômicas dessas nações, o BM e o FMI, como principais agentes contrários à influência do pensamento socialista, nacionalista e anti-imperialista, operaram em dois fronts: fortalecimento dos aliados com suas políticas de financiamento e sobrepujando os desafetos à lógica imperialista.

Os financiamentos do BM foram para projetos em setores estratégicos: energia, água, indústria agroalimentar, construção e barragens⁵⁷, portos etc., que não tiveram como centralidade o bem-estar da população, mas a concentração de renda e produção da riqueza para um pequeno grupo da elite dominante (STRAHM, 1991).

Silva (1995), ao tratar sobre a crise econômica atual, demonstra como a fase imperialista do capitalismo não é mais configurada pela predominância da superprodução, até porque o sistema produtivo baseado no ciclo controle de qualidade (ANTUNES, 2005), toyotismo, não tem como centralidade a produção em larga escala, mas em pequenas proporções de acordo com as demandas do mercado.⁵⁸

O autor prossegue em sua argumentação, demonstrando como a dívida faz parte da nova dinâmica espoliadora do capital que se converteu das relações comerciais à financeirização, produzindo um desequilíbrio nas estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos, pois:

A dívida externa provoca uma profunda deterioração das finanças públicas, uma imensa concentração de investimentos produtivos, decorrendo daí, entre outras consequências, a recessão [...]. A dívida externa, por diversos mecanismos, transformou-se numa dívida interna. Hoje temos, portanto, a sangria da dívida externa e a da dívida interna, que provocam profundos desequilíbrios estruturais na economia do país. É notório que a dívida externa é elemento determinante da crise brasileira e ela exige solução urgente. Mas não podemos, de modo algum, separar a questão da dívida externa do problema da dependência. Aquela é componente dessa, a dívida externa é a forma que o capital internacional passou a utilizar para exportar capital (SILVA, 1995, p. 25)

⁵⁷ A barragem de Itaipu, a Açominas, projeto Carajás, a usina nuclear de Angra etc. só puderam ser desenvolvidas com financiamentos externos tomados na ditadura militar.

⁵⁸ Se antes o produto era para as prateleiras de venda, hoje a venda induz ao produto. Nisso consiste também a volatilidade das empresas em fornecer diferentes produtos, ou seja, uma produção flexível (HARVEY, 1992). Portanto, a comercialização acontece sem o produto materialmente estabelecido.

Para compreender o quanto esse processo é árduo às economias subdesenvolvidas, e coloca o fardo do desafio do tempo histórico socialista (MÉSZÁROS, 2009), a Auditoria Cidadã da Dívida aponta que o Brasil alocou, em 2018, 40,66%⁵⁹ de suas receitas para pagamento da dívida externa, foram 1,065 trilhões. Quantia astronômica que poderia ser investidas em áreas essenciais para o desenvolvimento humano: saúde, educação, segurança, agricultura, ciência e tecnologia, contudo, serviu para retroalimentação da mundialização do capital pela financeirização (CHESNAIS, 1996).

O impacto da dívida no nível de desenvolvimento humano é grande, o que implica a circunscrição da ciência com perspectiva humano-social. É a reversão das ordens de prioridade, pois o primado tornou-se a produção de objetos (mercadorias), não as condições para manutenção da vida humana.

O pagamento da dívida é um obstáculo fundamental à satisfação das necessidades humanas básicas, isto é, o acesso à água potável, a uma alimentação decente, aos cuidados básicos de saúde, ao ensino primário, a uma moradia decente e a infraestruturas satisfatórias. A dívida é um dos principais mecanismos de colonização econômica dos PEDs. É um dos numerosos ataques levados a cabo pelos países ricos: escravatura, pilhagem da matéria-prima e dos bens culturais, extermínio das populações indígenas. (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 164)

Esse problema é o nucléolo do processo reprodutivo da dependência econômica dos países subdesenvolvidos perante os de capitalismo avançado. Constitui-se um sistema neocolonizador para torná-la impossível de ser quitada, tornando-se um ciclo vicioso que aniquila as esperanças do desenvolvimento autogerido pelas nações dependentes, pois esta é uma caução que a troika (BM, FMI e OCDE) contém para perpetuação da dominação.

Para pagar os valores da dívida colossais do serviço da dívida, os governos têm primeiro de adquirir os dólares (ou outras moedas fortes) em que os reembolsos são efetuados. Para tal dão prioridade às políticas de exportação: exploração acelerada dos recursos naturais (minérios, petróleo, gás, etc.) e desenvolvimento desenfreado de produtos agrícolas com alto rendimento (café, cacau, algodão, chá, amendoim, açúcar etc.) os melhores insumos são reservados para esses produtos. A monocultura, muito perigosa, porque gera um estado de dependência em país já fortemente carente, generaliza-se. As culturas de subsistência são abandonadas, o que muitas vezes leva os países exploradores de produtos agrícolas a importar os gêneros alimentícios de que precisam. (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 45)

⁵⁹ Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-rombo-das-contas-publicas-esta-no-sistema-da-divida-e-nao-na-previdencia-social/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

As dívidas não são dádivas, mas mecanismos para manutenção da dominação do império às nações contidas de produzirem forças produtivas livremente. Strahm (1991) demonstra como a dívida dos países em subdesenvolvimento é espiralada. O déficit da balança de pagamento, dificuldade perene para sanar a dívida, é causado por três fatores: 1) a relação importação e exportação é heterogênea, mais importação menos exportação. O escoamento da superprodução dos países adiantados promove a busca de créditos pelos subdesenvolvidos, ocasionando o ciclo vicioso do endividamento; 2) expatriação dos lucros causada pelo processo de industrialização centrada em empresas multinacionais, o não pagamento de royalties e demais licenças; 3) fuga ilegal de capitais depositados pelas classes dominantes nacionais em paraísos fiscais.

Considerando os três fatores, não há como se desenvolver livremente científica, tecnológica e economicamente num emaranhado de dívidas. A correspondência entre o valor obtido e o tempo necessário para a renda do investimento é descompassada. O tempo de pagamento é sempre menor do que o tempo para obter retorno do investimento.

Assim, à medida que o prazo para pagamento se esgota, um novo empréstimo precisa ser efetivado para amortização, o que eleva cada vez mais os juros e diminui o intervalo de tempo para o pagamento. A estratégia adotada é da “dívida que gera mais dívida” (STRAHM, 1991, p. 99).

Presos na espiral da dívida, os PEDs não têm alternativa senão contrair novas dívidas para reembolsar as dívidas anteriores. [...] A política econômica do Estado devedor passa a estar sob domínio do FMI e dos seus peritos ultras liberais. Instala-se uma nova forma de colonização. Já nem é mais necessário manter uma administração e um exército de ocupação local como na era do colonialismo; a dívida cria por si só as condições de uma nova dependência. (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 73)

São quatro principais protagonistas do endividamento dos países latino-americanos; os bancos privados, Estados do Norte, BM e governos do Sul. Segundo Millet e Toussaint (2006), diferentemente do plano Marshall criado pelos norte-americanos para financiar a reestruturação da Europa pós-Segunda Guerra, tornando-os brevemente parceiros comerciais, os empréstimos ofertados para os países em desenvolvimento/subdesenvolvidos tiveram como finalidade resolver a concentração, circulação e conversão de dólares em ouro advinda dessa nova relação entre os países do Norte e os da Europa, o escoamento de mercadorias e contenção da política de desenvolvimento nacional.

[...]. Nos anos de 1960 os bancos ocidentais detinham dólares em abundância (os ‘eurodólares’). Resolveram então conceder empréstimos em condições financeiras vantajosas para os países do Sul, que procuravam financiar o seu desenvolvimento, em especial aos estados africanos recentemente emancipados e aos países da América Latina em forte crescimento. A recessão [1973-1975] e o desemprego em massa incipiente dificultavam o escoamento da produção do Norte. Os países ricos resolveram então distribuir poder de compra aos do Sul para que pudesse comprar mercadorias. O FMI incentivou os países do Sul a pedir empréstimos de forma maciça para financiar a modernização do seu aparelho de exportação e para ligar mais estritamente aos mercados mundiais. Os governos e as classes tiveram um papel importante, deram ouvidos ao canto da sereia do Ocidente e endividaram fortemente os seus países. Aproveitam para transferir para suas contas pessoais quantias pedidas em nome do Estado (ou a arte de transformar parte da dívida num meio privado de acumulação) (MILET; TOUSSAINT, 2006, p. 51-52)

Os empréstimos eram concedidos com a garantia do pagamento tendo como base as riquezas naturais de um país. Os organismos do capital, em especial a OCDE, são os deuses do mercado. São eles que regulam seu funcionamento. Portanto, atuam estrategicamente rebaixando o preço das commodities para elevação dos juros e ampliação do ciclo vicioso.

O banco mundial concedia empréstimos de forma condicional aos países que seguiam políticas heterodoxas em relação ao modelo capitalista dominante. O banco punha à disposição dos países capitais que necessitavam, *afirmando que a exportação de suas matérias-primas seria mais do que suficiente para cobrir os reembolsos e modernizar o aparelho industrial.* (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 53, grifos do autor)

Os empréstimos foram apresentados como “ajuda” ao desenvolvimento, todavia, fica notório que os interesses dos credores nunca corresponderam aos anseios do bem-estar social das populações locais, mas para manter o alinhamento político-ideológico-comercial das grandes potências do Norte com o Sul na geopolítica.

Oliveira (2003) apresenta como a singularidade do subdesenvolvimento não tem como ser resolvida pelas contradições internas, pois a burguesia nacional se submete à grande elite internacional para impor estratégias de represália contra a constituição de um projeto emancipador como a reforma agrária, liquidação da taxa de exploração, fim do patrimonialismo. O endividamento se tornou uma via necessária à constituição de relações internacionais.

O endividamento externo apareceu então como a ‘solução’, e por esse lado abriu as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro, que ficou patente no último governo militar da ditadura, sob o

mesmo czar das finanças que havia imperado no período do ‘milagre’ brasileiro, que, talvez por ter Antônio no nome, fosse considerado milagreiro. Revelou-se um enorme farsante. (OLIVEIRA, 2003, p. 132)

Essa constatação é reafirmada no relatório apresentado, em 2002, pelo PNUD⁶⁰, ao apontar que os países em desenvolvimento têm sua bolsa pública sufocada por pagarem vultosas quantias de dinheiro ao serviço da dívida contraídas por regimes autoritários, que em grande parte foram aplicados em projetos improdutivos.

Corroborando o que foi apresentado pelo PNUD, Millet e Toussaint (2006) tratam a dívida dos países subdesenvolvidos como imoral em sua própria natureza e função social, para isso apontam como BM, o FMI e o Clube de Paris operavam com conhecimento de causa e conivência na bancarrota de um país endividado para agudizar sua dependência.

A dívida é imoral porque muitas vezes foi contraída por regimes não democráticos, que não utilizaram o dinheiro recebido em proveito da população e organizaram desvios maciços de dinheiro com a aprovação tácita dos Estados do Norte, do Banco Mundial e FMI. Os credores dos países mais industrializados aproveitaram-se da alta taxa de juros de 1979 e da queda do preço das matérias-primas no mercado mundial e emprestaram fundos a regimes corruptos com conhecimento de causa (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 164-165)

A dívida externa foi gerada em nome da universalização das forças produtivas, inculcação permanente da ilusão do alcance do progresso tecnológico ao dos países de capitalismo avançado.

Para Mézáros (2012b), uma incompatibilidade na organização social dada, pois a sua contradição viva consiste na impossibilidade de universalização social, haja vista que nega a igualdade substantiva que só é possível com a capacidade de “harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas como desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados, baseados em suas aspirações livremente perseguidas”. (MÉSZÁROS, 2012b, p. 17).

O autor prossegue na crítica aos apologistas do capital que se arvoraram em apregoar que a modernização das nações subdesenvolvidas, que ele denomina de ideologia da Modernização do Terceiro Mundo, assentada no progresso tecnológico, como sendo esse o “caminho mais fácil” para lograr “crescimento” e desenvolvimento.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-RDH-pt-2002.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

A tecnologia, nessa perspectiva fracassada, é colocada no plano abstrato, uma panaceia para resolubilidade das problemáticas dos entraves das forças produtivas, pois são retiradas as determinações da dinâmica sociopolítica do capital. Mészáros (2007) demonstra como os controladores do sistema do capital precisam convencer as nações dependentes, ou capitalisticamente atrasadas, para tirar vantagens da desigualdade e manter o *status quo*, de que a mudança significativa é só uma questão de apropriação tecnológica. Prossegue o autor:

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo ‘desenvolvimento’ e pela ‘modernização’ socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor da hipótese, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinha a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem no mundo prometido. Tiverem de descobrir com a amarga experiência que a panaceia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daqueles que empunhavam o timão do controle social. (MÉSZÁROS, 2007, p. 189)

Sendo assim, a causalidade do não progredir das nações subdesenvolvidas seria apenas falta de tecnologia, e não política econômica capitalista. Ainda que esse seja um elemento objetivamente posto, a resposta à problemática não é identificada ontologicamente na divisão internacional do trabalho entre produtores e consumidores, mas no produto, como se esse não fosse consequente das relações sociais que controlam o desenvolvimento, a circulação e a apropriação das forças produtivas.

Um sufrágio permanente do país do futuro é propagandeado. Nesse sentido, a concepção é a instauração de um endividamento como promessa de emparelhamento aos países desenvolvidos. A dívida se apresenta como condição de entrelaçamentos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Trata-se de um produto do processo de acumulação capitalista. (OLIVEIRA, 2003)

O financiamento da tecnologia por si só nada resolve, não tem autonomia para promover um país subdesenvolvido em desenvolvido, ou mais especificamente torná-lo de capitalismo avançado. O que vai orientar sua produção, distribuição, circulação e aplicabilidade será a relação de produção posta numa dada formação societária.

Observe-se, por exemplo, a tão alardeada revolução verde, que no discurso findaria os limites da produtividade alimentar, acabando com os problemas da fome no mundo, na verdade é um instrumento de dominação monopolista. A Monsanto, que controla grande parte da produção de grão e uso de agrotóxico, e leva uma parcela da população à penúria por inanição,

entrava a pequena agricultura e provoca doenças pela quantidade de veneno aplicada aos alimentos produzidos por ela.

Em 2005, no Fórum Social Mundial, a organização não governamental ActionAid, ao questionar sobre quem estava matando a fome no mundo, aponta que um sexto da população mundial, sobretudo nos continentes subdesenvolvidos, está sendo privada das condições alimentares mínimas, gerando um ciclo vicioso de problemas no desenvolvimento por má-nutrição entre mães, pais e filhos.

Dentre os fatores, estão os altos preços praticados nos países em desenvolvimento; a quantidade de desempregados; as condições de trabalho precarizadas inviabilizadoras da ingestão de calorias necessárias para um funcionamento orgânico condizentes com os padrões recomendados pelas organizações de referências dos estudos sobre saúde.

Se a desigualdade entre países de capitalismo avançado e subdesenvolvidos fosse determinada apenas pelo fator tecnológico, considerando o grau de progresso científico-tecnológico em escala mundial, o problema da fome já teria sido superado em escala global. Mas não se trata apenas disso, a questão central é que o produtivismo alimentar, utilizando tecnologia de ponta, é assentado na monocultura de grandes latifúndios para atender às necessidades do mercado.

A produção de grãos, por exemplo, grande parte é direcionada para a alimentação animal com vistas ao mercado de carnes. O que ocorre nesse caso é a utilização de terras brasileiras por empresas multinacionais que utilizam grandes propriedades para exportação, enquanto famílias necessitam de pequenos espaços de terra para plantar e garantir sua alimentação diária.

A questão de fundo que se coloca diante dessa relação não é apenas o desenvolvimento tecnológico ou não, ainda que esse seja um fator preponderante para tomada ativa das decisões, mas a serviço de quem está o conhecimento científico de ponta, a alta tecnologia, e a necessidade de manutenção do atual estágio das relações sociais estabelecidas.

Quando as necessidades básicas da humanidade são consideradas como direito inalienável, o conhecimento científico tem uma aplicação social útil para resolver problemas nessa esfera. Entretanto, quando os produtos alimentares são considerados commodities, o interesse é a acumulação privadas dos lucros, o mercado é o mandante de sua utilidade.

Portanto, no elevado estágio em que se encontram as forças produtivas, a fome é uma produção humana que só pode ser erradicada com a construção de alternativa viável ao sistema do capital, pois:

Ela tem início com a desigualdade – desigualdade entre homens e mulheres e entre pobres e ricos. Seu crescimento é resultado de políticas prejudiciais que tratam os alimentos como meros commodities, e não como direito. E é em decorrência dessas políticas que a maioria dos países em desenvolvimento deixaram de crescer o suficiente para alimentar sua própria população e que seus agricultores encontram-se no grupo das pessoas mais pobres e mais afetadas pela fome no mundo. Enquanto isso, o mundo desenvolvido enfrenta o problema da obesidade (ACTIONAID, 2005, p. 1)

O relatório apresenta, ainda, a necessidade de ruptura com a lógica do livre-mercado, investimento em pesquisa e tecnologias para possibilitar aos agricultores acesso aos meios de produção; o Estado precisa, assim, assumir o protagonismo para superar essa contradição latente entre abundância e escassez endógena do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011a).

Segundo Mészáros (2012b), a ideologia das soluções puramente tecnológicas como única responsável pelo progresso dos países subdesenvolvidos, mesmo apresentado seu fracasso objetivo no plano da esfera social global, continua a ser propagada até hoje. Precisamos ter clareza das condições políticas e econômicas que impedem o desenvolvimento socialmente útil da ciência. Como afirma Oliveira (2003, p. 139), “não se pode fazer conhecimento científico sem a tecnologia adequada” e sem esta não há como suprimir a subordinação econômica.

Ao questionar onde está a falha da evolução do Brasil frente aos países industrializados, mesmo pós-transição de uma economia extremamente agroexportadora para industrial, Oliveira (2003) afirma que a circulação sanguínea do país, o PIB, é comprometida pela dívida.

[...] a alta proporção da dívida externa sobre o PIB demonstra que sem o dinheiro externo a economia não se move. Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que somando as dívidas interna e externa chega-se à conclusão de que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na mesma proporção. Essa é a reiteração da financeirização da economia. (OLIVEIRA, 2003, p. 134-134)

Portanto, não há como uma nação tomar decisões políticas fora dos interesses imperialistas. Às nações subdesenvolvidas cabe o papel secundário, de subserviência e de reprodução dos interesses do sistema, caso não queiram sucumbir diante deste.

A relação desenvolvimento/modernização é pautada pela construção e consolidação da autvantagem dos países de capitalismo avançado. Desenvolver-se economicamente na desigualdade produtiva é concentrar nas mãos de poucos os lucros e promover o censo de renda

per capita, gerando a ilusão de estar economicamente condizente com os aparatos avaliadores de desenvolvimento humano.

Para isso as sociedades subdesenvolvidas precisam manter-se em dívidas. Dessa sujeição projeta-se um arquétipo de produção científica para não desnudar as grandes contradições da agonia do capital internacional e nacionalmente. Na próxima seção, tratar-se-á de expor como a produção científica irracional é um projeto intencional das nações imperialistas para a conservação do *status quo* do metabolismo do capital.

4.8 PROJETO INTENCIONADO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA IRRACIONAL

Considerações sobre os problemas candentes da atualidade na sociedade de classes, que impactam diretamente na formação subjetiva e produção científica, foram apresentadas por grandes intelectuais marxistas do século XX.⁶¹ São questões que estudam, questionam, confrontam e apontam as contradições que precisam ser superadas e, sobretudo, os rumos políticos e econômicos que o atual estágio societário deve lograr para outra perspectiva de ciência hegemônica.

Partem do pressuposto que o produto é sempre consequência ontológica do processo, apresentam seus fundamentos nas atividades humanas consequentes do trabalho. Pensar, refletir, obter consciência de um fato é uma necessidade vital para prosseguimento da vida humana em sociedade. Todavia, não é qualquer forma de exercer essa capacidade humana singular que faz o ser humano compreender e explicar o mundo exterior, pois conhecer é o elemento essencial para o desenvolvimento humano diante do mundo circundante, mas conhecer cientificamente pressupõe explicações sistematizadas e ações transformadoras sobre aquilo que se conhece.

Dessa forma, o conhecimento científico se coloca no epicentro da disputa ideológica entre os projetos de sociedade. Uma imposição teleológica de um projeto histórico (FREITAS, 1987), que é premente nas condições sociais, nacional e internacional, de classes sociais antagônicas, com vistas a um processo de humanização socialista.

O conhecimento científico deve ser o reflexo das condições sociais de um tempo histórico, porquanto a reflexão estéril sobre a realidade é uma tautologia. Se assim proceder, incute-se num erro metodológico de aprender o mundo pelas ideais e criar tendências fora da

⁶¹ Diversas produções foram desenvolvidas por Lênin, Trotski, Lukács, Gramsci, Mészáros, Luxemburgo etc.

realidade concreta. Porque não é só pelo conteúdo, mas, também, pela forma que a síntese teórica deve traduzir a vida social em suas contradições.

Por essa razão, para a consciência para a qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é o mundo efetivo – e a consciência filosófica assim determinada –, o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como um ato de produção efetivo; e isso – que, no entanto, é uma tautologia – é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. Todo com um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo diferente de uma sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de uma forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem que estar continuamente presente como pressuposto da representação (MARX, 2011b, p. 55)

É preciso primar pelo essencial, desprender atenção naquilo que é fundamental, colocando as contingências secundárias no seu devido lugar. Por isso a produção científica deve se preocupar, antes de tudo, com a formação humana, as formas históricas de organização social e as causalidades postas precipitadoras de processos emergentes de uma alternativa para além do capital. (MÉSZÁROS, 2009)

O pensamento científico precisa guiar-se pela realidade, ser síntese de um processo analítico da realidade objetiva como verdadeiramente se apresenta. A tese defendida por Lukács (1969, 1977) ao desenvolver suas abstrações sobre as artes, num momento histórico de consolidação do projeto histórico socialista na URSS, e criticar veementemente a arte que opera como propaganda de um Estado, demonstra como essa atuação política é uma ideologia que falsifica a realidade para que os sujeitos desenvolvam a consciência numa dimensão restrita, um beco sem saída.

O filósofo húngaro compreende que o artista, e para o presente pesquisador, o cientista, deve observar a realidade, apreender as contradições, ter seu aspecto subjetivo enriquecido pelas multiplicidades de determinações da objetividade concreta, ou seja, dominar as leis gerais que regem o modo de produção da vida e apontar possibilidades superadoras. Para Lukács (1977), sua obra deve ser realista, converter a realidade em pensamento que reflete a metamorfose do mundo concreto.

Segundo Lukács (1977), ao operar por encomenda do Estado, o artista e o cientista condicionam suas subjetividades para aquilo que objetiva da realidade, uma objetividade criada, abstrata, dependente do produtor, pobre de determinações e saturações históricas, um fetiche, pois é mais um produto que entra nas malhas de relações sociais para atender aos interesses privados. Atuando dessa forma, o cientista faz de sua subjetividade um comércio,

mesmo nos casos em que esse comércio não leva a uma total adaptação às necessidades diárias do mercado capitalista do livro - como é o caso da maioria dos escritores -, embora a atitude de alguns seja subjetivamente uma oposição voluntária a esse mercado e de qualquer forma, há um estreitamento e uma deformação da relação anterior do escritor com a vida e, portanto, necessariamente, também de sua relação com a arte. Precisamente porque o escritor artisticamente oposto transforma a literatura em um fim em si mesma, e coloca controvertidamente suas leis em primeiro plano, recua dos grandes problemas da datação, para que surjam da necessidade social de uma grande arte, da necessidade de uma reprodução poética ampla e profunda das características gerais e duradouras do desenvolvimento da humanidade. À medida que esse processo avança, essas questões se tornam mais diretamente feitas à mão, diretamente técnicas e subjetivas, mas elas se afastam dos grandes problemas - no sentido social e artístico - da literatura. A hostilidade da realidade capitalista à literatura destrói a clara distinção entre gêneros; destrói-o, sobretudo pela estrutura do novo material vital, cuja hostilidade só pode ser superada pelos escritores mais conscientes das questões decisivas da arte; mas essa situação também apresenta uma série de tentações externas às quais poucos e firmes são capazes de resistir. Seções literárias dos jornais, direção teatral e cinematográfica, o tipo moderno de revista, são todos elementos que atuam consciente e inconscientemente no sentido de confundir e destruir todos os conceitos de arte autêntica. (LUKÁCS, 1977, p. 88)

A circulação do conhecimento científico está preconizada pela disputa da formação de complexos ideológicos essenciais na luta entre proprietários e não proprietários. É uma ação que ocorre disfarçadamente, pois são os complexos valorativos (LUKÁCS, 2013, 2015) atuando subjetivamente, e não uma ação humana repressiva.

Sua função social, por um lado, é fixar e generalizar os valores da classe dominante socialmente posta. Por outro lado, é operar na contra-hegemonia para modificar o atual estado das relações de produção.

Para Lukács (2015), a mediação dos complexos valorativos na relação entre reflexo e reflexão da realidade concreta que se apresenta na produção científica condiz com o projeto educacional que pode ter como finalidade a preservação ou a transformação do sistema societário vigente. Nesse sentido, o autor compreende que a tarefa da educação dos seres humanos consiste

[...] em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou. (LUKÁCS, 2015, p. 177)

A partir dessa compreensão, dois elementos se colocam como essenciais no campo da exposição analítica da produção científica para alteração da realidade: a) a realidade é base material produtora dos problemas, logo, o conhecimento científico deve o reflexo desta para fugir das mistificações; b) nem toda reflexão corresponde ao objeto propriamente-assim, porque não consegue ser o reflexo da dinâmica social na qual está envolto. Por isso que a educação científica deve ser pautada no reflexo das contradições da realidade para que os seres humanos tenham condições de reagir cientificamente contra o jugo do capital.

Reflexo e reflexão na produção científica constituem uma parêntese contraditória. A primeira é a captação da exterioridade e seus processos multideterminados, que fazem o sujeito orientar a reflexão, projetar a ação pela concreticidade do mundo que existe independentemente dele. A segunda, por sua vez, tem uma característica ambígua: pode ser pura, a consciência que a partir de si busca explicar a realidade, enquadrá-la como uma fotografia, uma verdadeira repulsa à incursão ao ser-propriadamente-assim (LUKÁCS, 2015). Pode também prevalecer como o segundo momento do reflexo, a abstração, uma mediação necessária às ações humanas, o acurar do reflexo da materialidade posta.

Kopnin (1978), a partir das contribuições de Lênin, incorpora a teoria do reflexo pelos princípios da concepção materialista e dialética da história enquanto conhecimento da realidade traduzido pelo pensamento.

[...] a teoria do reflexo não contradiz o reconhecimento do enfoque criador do conhecimento da realidade objetiva, porquanto o reflexo enquanto atividade orienta a um fim compreende a apreensão do objeto não só como ele existe em dado período, mas em todas as suas potencialidades, em todas as possíveis formas de mudança por meio da atividade prática do homem. A dialética materialista não pode omitir que o próprio conhecimento é um meio espiritual, humano de assimilação da realidade e tem por natureza caráter histórico-social. Levar em conta a experiência do conhecimento da vida social dos homens é necessário para revelar conteúdo da natureza do pensamento, sobretudo da sua relação com o objeto refletível. (KOPNIN, 1978, p. 123)

Ao tratar sobre o realismo no campo das artes e a verdade objetiva, Lukács (1977) demonstra como a vida material dos seres humanos é o fundamento de todo conhecimento.

Partindo desse pressuposto, afirma que a burguesia é incapaz de teoricamente traduzir a realidade com sua riqueza de determinações, haja vista que desvincula a relação sujeito e objeto de sua correspondência ao real, cabendo a reflexão estéril no processo investigativo.

O autor reforça a posição deste pesquisador de parêntese contraditória entre reflexo e reflexão para produção e circulação de conhecimento científico ao dizer que “a teoria do reflexo é a base comum de todas as formas de domínio teórico e prático da realidade pela consciência humana. É também o fundamento da teoria da reflexão artística da realidade”. (LUKÁCS, 1977, p. 187)

Segundo Kopnin (1978), a reflexão como atitude científica exige uma tarefa histórica: lutar contra a mistificação da realidade, capturar as leis que regem o objeto para a tradução em pensamento teórico e orientar suas atividades, em síntese, ser reflexo dialético da objetividade.

Sendo o conhecimento consequência dos atos de trabalho, reflexo da realidade objetiva, não há como analisar seus desdobramentos científicos sem estabelecer os nexos com as relações de trabalho estabelecidas, ou seja, com as leis gerais do modo de produção capitalista.

Considerar-se-á que a produção e circulação do conhecimento científico hegemônico na sociedade brasileira é marcada pela sua subserviência histórica ao grande capital internacional. Um dos fatores dessa condição foi a forma como se deu o processo de implantação das universidades brasileiras. Nas palavras de Fernandes (1975):

Ela não surge, como **o mundo em si e para si**, da reflexão pedagógica. Mas de uma realidade histórico-social: o que fez, o que se faz e o que se poderá fazer socialmente com os demais modelos institucionais transplantados de organização da aprendizagem ao nível superior. Em termos genéticos, a nossa ‘universidade’ lança suas raízes históricas, culturais e pedagógicas em modelos institucionais europeus: modelos que transcendiam às exigências educacionais da situação, como elas podiam ser definidas socialmente. A razão da transcendência não era intrínseca. Desvia-se a própria natureza da situação. (FERNANDES, 1975, p. 93, grifos do autor).

Esse transplante do modelo europeu à sociedade brasileira não se efetivou com sua máxima capacidade estrutural-funcional, é, por conseguinte, resultado da lei de desenvolvimento combinado. Em sua gênese, não teve como centralidade a pesquisa científica para resoluções dos problemas sociais, mas a reprodução e adequação do conhecimento externo para formação de uma elite nacional. (FERNANDES, 1975; CUNHA, 1983).

Sua expressão foi o esvaziamento das instituições tanto na forma quanto no conteúdo, em relação ao que era desenvolvido na Europa, pois sua função social foi designada pelos

interesses do capital externo. Segundo Fernandes (1975), três elementos inferiram no modelo “ineficiente” e “antiquado” de universidade transplantada para o Brasil:

1) uma política educacional estreita e imediatista pelo atraso cultural numa sociedade estratificada. (Resultando na implantação de uma instituição intermediária – faculdade e escolas superiores – com fim em si mesma, condenada à formação intelectual debilitada; 2) o processo adaptativo de metropolização forçada do Brasil alimentou uma condição despojada das funções sociais das instituições transplantadas que promovesse autonomização cultural permanente e irreversível. O que se montou foi uma ‘escola superior’ despojada de funções culturais criadoras, estritamente orientadas para servir de elo entre ‘modernização’ e progresso exterior, culminado numa dependência cultural; 3) a função da escola superior era através de um ensino magistral e dogmático, preparar um letrado versátil, medianamente apto para exercer a profissão de advogado, médico e engenheiro, entretanto era necessário que complementassem a formação com altos custos na Europa – Portugal – pelo baixo nível de aquisição de conhecimento científico (FERNANDES, 1975, p. 94-96).

Assim, o modelo de universidade enquanto instituição historicamente determinada, e o conhecimento científico hegemonicamente dela circulante, corresponde à mesma estrutura hierárquica do sistema sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011a).

Essa totalidade não se explica por si só, é composta por partes, complexo do complexo (LUKÁCS, 2015), que configuram a expressão ideológica da luta de classes no âmbito nacional como reprodução do sistema global que faz de nações um permanente estado de subalternidade, travando as possibilidades para desenvolver-se autonomamente.

No entender de Fernandes (2006), esse elemento advém desde o movimento da independência nacional com a elite se apropriando “debilmente” dos ideais liberais clássicos basicamente em duas esferas: a ideológica, associando os processos de tomada de consciência social pela elite como preponderância de sua emancipação⁶²; uma efemeridade de relações comerciais autônomas frente aos países de capitalismo avançado.

Na proporção que o Brasil estreitava uma relação “independente” do processo colonial, ampliava a demanda por aperfeiçoamento econômico, político e técnico dos processos produtivos e as formas de associação com as nações de capitalismo avançado para movimentar-

⁶² A emancipação defendida pela classe dominante da época tratava-se apenas de sua esfera política e econômica e não da emancipação humana. Tratava-se de sua liberdade de negociação, e não mais como mediadora da empresa de produção. O postulado da emancipação humana foi preconizado por Marx, em *Para a Questão Judaica*, na crítica proferida contra Bruno Bauer: “A emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é decerto, a última forma de emancipação, humana em geral, mas é a última forma de emancipação política no interior da ordem mundial até aqui. Entende-se: nós falamos aqui de emancipação real, [de emancipação] prática” (MARX, 2009b, p. 52).

se na divisão internacional do trabalho (HARDMAN; LEONARDI, 1982), tornando-se uma relação paulatinamente mais heteronômica perante as nações imperialistas, implicando na destruição de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo em detrimento dos interesses de setores específicos. (FERNANDES, 2006)

Dentre outros elementos, Fernandes (2006) apresenta o caráter contraditório da ideologia liberal induzida pelos segmentos da burguesia internacional na luta pela independência colonial brasileira, haja vista que, conforme demonstrava o percurso da autonomia rumo ao capitalismo industrial, a dependência externa se restabelecia mais forte, ou seja, inaugura-se uma nova etapa de subordinação, porém, com o consentimento das elites dominantes. (OLIVEIRA, 2003)

Segundo Fernandes (2012), para a subordinação das classes dominantes nacional e fortalecimento de sua postura contra um possível revés colonial, o capital internacional promoveu apropriação dos ideais liberais (ao seu modo), consistindo em três elementos essenciais: a) desvelar as mazelas da era colonial e tornar mais ferrenha sua oposição ao sistema precedente; b) projetar a importância de sua organização e instituição nacional numa perspectiva globalizante; c) preparar um grupo de intelectuais para possíveis conflitos contra sua concentração de poder.

Na concepção de Arruda (2012, p. 121):

A penetração de capital estrangeiro no Brasil, ainda que este tenha contribuído muito para o desenvolvimento de alguns setores importantes ligados à economia de mercado interno, também funcionava no sentido de reforçar o caráter dependente da economia brasileira, mantendo-a numa posição de ator coadjuvante no comércio internacional, além de bastante vulnerável diante das pressões que eram exercidas pelos magnatas das finanças.

A premissa central para essa condição foi a inexistência de um projeto histórico burguês claro que correspondesse ao desenvolvimento do capitalismo nacional em nível global, e que rompesse radicalmente com a estrutura arcaica e escravagista do colonialismo (FURTADO, 1992; FERNANDES, 2006, 2009; ARRUDA, 2012).

É preciso, entretanto, compreender que essa não é uma situação imposta pelos interesses privados de um grupo nacional, envolve uma cadeia de mecanismos político-econômicos de acirramento dos conflitos interimperialistas nas contradições do padrão de acumulação capitalista em nível internacional. (ARRUDA, 2012).

Fernandes (2006), ao discutir a emergência da revolução burguesa no Brasil, expõe os pilares centrais da formação do pensamento liberal da elite nacional, elementos que permitem

compreender a limitação do desenvolvimento psicocultural desta nação e, conseqüentemente, possibilitam apreender a base material que faz a produção do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia ter uma característica e não outra.

Na medida que o Brasil já se integrava no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura com os nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas de integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no país concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e associação com as nações hegemônicas do sistema. Os 'senhores rurais' tinham que aprender, em outras palavras, a pensar e agir sobre si próprio os negócios da coletividade e seus assuntos políticos de interesses geral sem a mediação de nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade que as referidas nações encontravam nos nexos coloniais. Sob esse aspecto as categorias de pensamentos inerentes ao liberalismo preenchem uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar, a partir de dentro e espontaneamente, através do estatuto nacional, mecanismos econômicos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos antes, a partir de fora e compulsoriamente, através do estatuto de colônia. Pode-se dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre, mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder. (FERNANDES, 2006, p. 54)

A necessidade de forjar na classe dominante uma nova postura frente às relações comerciais não retirou do Brasil a impostação heteronômica, mas estabeleceu um nexo colonial informal. Uma guinada demandada pela nova estrutura comercial sem a qual ficaria difícil estabelecer uma compreensão do pensamento desenvolvido pelas nações de capitalismo adiantado.

Segundo Fernandes (2006), o liberalismo adotado nacionalmente não teve como função social dinamizar culturalmente a consolidação de uma ordem social independente, mas ao contrário, torná-la cada vez mais complacente da dependência da economia externa.

[...] é patente que o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram no meio brasileiro, as concepções gerais de filosofia política que deram substância ao processo de modernização decorrente, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva da própria ordem colonial. (FERNANDES, 2006, p. 55)

Nessa perspectiva não ocorreram transformações estruturais na totalidade das relações de trabalho, apenas uma nova configuração da elite, a burguesia. Seus agentes econômicos

internos se tornaram correspondentes do mercado externo, seu caráter revolucionário burguês ficou secundarizado.⁶³

Conforme Hobsbawm (1995), na história dos países de capitalismo avançado, a ascensão da burguesia ao poder, material e ideológico, foi marcada pela ruptura violenta dos entraves entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção das relações feudais. Seu marco político foi a Revolução Francesa (1789); sua simbologia da liberdade burguesa, a derrubada da Bastilha; sua premissa econômica, o liberalismo; sua organização produtiva, a indústria capitalista, pondo fim a um período histórico e iniciando outro totalmente diferente.

Do ponto de vista técnico-científico, a Revolução Industrial (1849) britânica se caracterizou pelo domínio da burguesia sobre o conhecimento acumulado pela humanidade, expressando como síntese sua incorporação nas máquinas. (HOBSBAWM, 1995).

Esse fenômeno sócio-histórico impulsionou transformações na estrutura global. Diferentemente do que ocorreu na Europa ocidental, a classe dominante brasileira não operava nos circuitos mercantis como protagonistas, mas como organizadores da produção local para comercialização pela Metrópole (FURTADO, 2005).

Sua atividade central não consistia em aperfeiçoar as condições de produção, técnica, tecnológica e cientificamente para o progresso social, mas em buscar uma condição política e econômica para que não regredisse economicamente, já que do ponto de vista estamental nas novas relações burguesas, um senhor falido era um simples servo.

Segundo Antunes (2009), seus dilemas, da aristocracia colonial, eram resolvidos “pela via da conciliação pelo alto”, num mesquinho conservadorismo que sempre excluía a classe trabalhadora de qualquer circunstância que não fosse a subalternidade, por isso manteve seu aparato tanto ideológico quanto material em constante exercício à contrarrevolução; o peremptório de sua integração internacional concentrou-se na dependência e no subdesenvolvimento aos países de capitalismo avançado.

Para Fernandes (2009), o colonialismo que aflige as nações latino-americanas, fruto da expansão da sociedade ocidental, assume diferentes expressões, complexifica-se à medida que

⁶³ Apesar dessa condição limitante, a perspectiva liberal, de acordo com Fernandes (2006), “[...] concorreu para revolucionar o horizonte cultural da elite nativa. Primeiro proporcionando-lhes categorias de pensamento e ação que conduziram ao desmascaramento do ‘esbulho colonial’ e à oposição ao sistema colonial. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos de sociedade global. **Terceiro, preparando-os intelectualmente tanto para os conflitos quanto para a defesa da independência, da monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social**”. (FERNANDES, 2006, p. 55, grifos nossos)

avulta o desenvolvimento do modo capitalista de produção da vida. Constitui-se uma relação de produção e reprodução entre os desenvolvidos e os que precisam se desenvolver, mantendo, assim, uma condição permanente de desigualdade marcada por essa relação.

A razão da persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorreria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, **uma organização aristocrática**, oligarca, plutocrática da sociedade sempre **concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados**. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e do sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. (FERNANDES, 2009, p. 22, grifos nossos)

A característica central da relação de poder no Brasil é oligarca, pequenos grupos com grande extensão de terra concentraram o poder econômico e político. Disso decorrem duas consequências para a produção e circulação de conhecimento científico: 1) formação das futuras geração para perpetuação dessa organização social e multiplicação ideológica; 2) privação do acesso aos conhecimentos necessários, e aos meios de produção, àqueles que não fazem parte de seu grupo. Essa dupla dimensão é uma essencialidade de uma sociedade estratificada, haja vista que sem ter nascido em berço esplêndido, o domínio do conhecimento científico se torna algo quase que restrito.

A dependência e subordinação científica aos interesses das classes hegemônicas é uma situação histórica da nação brasileira, sequela da processualidade constitutiva de sua classe dominante que não teve capacidade de conceber uma alternativa autônoma frente às determinações das nações internacionais, disso decorreu a demora para construir a universidade enquanto locus de pesquisa para investigar e buscar as alternativas necessárias para os problemas estruturais da sociedade brasileira.

Se se tratar do ponto de visto objetivo, conhecer é uma tarefa revolucionária, haja vista que possibilita aos seres humanos a apreensão da realidade para além de sua aparência com a possibilidade de sua alteração com outras dimensões valorativas, sendo assim, uma das

atividades contrarrevolucionárias é a expropriação da classe trabalhadora do acervo cultural historicamente produzido pela humanidade, pois, com afirma Lênin (2005, p. 12-13):

[...] só se pode criar uma cultura proletária⁶⁴ conhecendo com precisão a cultura conhecida pela humanidade em todo seu desenvolvimento e transformando-a; sem compreender isso não podemos cumprir essa tarefa. A cultura proletária tem de ser o desenvolvimento lógico do acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática.

Nessa perspectiva, coloca-se a necessidade de conhecer e dominar os conhecimentos científicos mais desenvolvidos e acumulados pela humanidade para superar o projeto de contenção de uma produção científica pautada nos interesses soberanos de nação condizentes com os da classe trabalhadora em escala mundial.

Partindo dessa premissa, na próxima seção, abordar-se-á a dimensão ontológica da teleologia enquanto categoria-chave para o desenvolvimento da crítica ontológica à fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção científica em Educação Física.

⁶⁴ Reconhece-se que não existe uma cultura proletária, pois a cultura é universal, são as relações sociais de produção que valoram de acordo com os interesses de classe. É nessa direção que Lênin está preconizando outro sentido e significado ao que já tinha sido produzido pela sociedade burguesa, portanto, é uma crítica por incorporação sem excluir o que existia de mais avançado antes da revolução na Rússia.

5 TELEOLOGIA COMO PRESSUPOSTO DA CRÍTICA ONTOLÓGICA

A crítica ontológica científica⁶⁵ à produção, circulação e distribuição do conhecimento científico se coloca como uma necessidade fulcral de conhecer a estrutura do pensamento e projetar teleologicamente os atos humanos para alcançar novos graus de sociabilidade humana.

A ontologia está posta em todas as concepções que buscam explicar a realidade, mas com tendências que apontam para projetos históricos divergentes. Segundo Lukács (2018), o primeiro pressuposto para a superação dialética das questões gnosiológicas e epistemológicas pela ontologia científica é o reconhecimento de uma ontologia geral.

Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida em teoria do conhecimento, não se trata aqui de uma analogia ontológica com a relação entre teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, de fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais do ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mas compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nela como momentos superados. Por conseguinte, a ontologia geral ou, em termos mais concretos, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica. (LUKÁCS, 2018, p. 27)

Pensar a realidade necessariamente demanda uma fundamentação ontológica, ainda que essa não seja intencionada por quem está proclamando uma determinada posição no mundo. O contrário também é verdadeiro, e radicalmente necessário, a adoção explícita de uma posição frente aos problemas da realidade com plena clareza ontológica do que se reivindica.

A postura ontológica tem correspondência material com a forma na qual o sujeito problematiza, analisa, reflete, generaliza e sintetiza a realidade. É expressão de espelhamentos das condições materiais da existência que se traduzem em teorias e que exteriorizam uma posição política determinando o que pode ser caracterizado como certo ou não.

Na crítica ao existencialismo e ao neopositivismo, sobretudo o lógico, Lukács retoma um problema fundamental, já empreendido por Marx e Engels, na discussão sobre conhecimento, a centralidade ontológica teleologicamente guiada. Aponta como primeiro

⁶⁵ De acordo com Lukács (2018), a ontologia se desdobra em três grandes tendências: fictícia, real e científica.

pressuposto indispensável o “espelhamento dialético da realidade objetiva” (LUKÁCS, 2018, p. 26), haja vista que sua negligência culmina num efetivo entorpecimento entre o objetivo concreto e o subjetivo imediato, limitando as ações humanas.

Para Lukács (2018), o espelhamento da realidade é um suposto universal da concepção materialista e dialética da história para produção, distribuição e circulação do conhecimento científico, pois é por essa via que se pode conhecer a especificidade do objeto. Nele está contido o substrato material da singularidade, particularidade e da universalidade do conhecimento, numa perspectiva ontológica científica, dos processos de objetivação humana para construção de uma teoria teleologicamente guiada. Lukács afirma:

Se a ontologia quiser um papel filosoficamente fundamentado no âmbito atual do conhecimento, deve aflorar da vida, da vida cotidiana⁶⁶ das pessoas. Ela jamais poderá perder essa conexão com os modos elementares da existência, caso queira permanecer apta de ser ouvida como voz crítica sóbria também e justamente nos casos em que são verbalizadas as questões mais complexas e sutis. (LUKÁCS, 2018, p. 133)

Um segundo pressuposto se desdobra dessa ontologia geral, a práxis humana em sentido subjetivo e objetivo, ou seja, a perspectiva programática de superação das explicações sobre a realidade pela sua transformação, o télos.

Em outras palavras, objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto. (LUKÁCS, 2018, p. 28)

A práxis, na concepção materialista e dialética da história, não pode ser entendida como uma ação, uma relação mecânica entre teoria e prática. A práxis é substância da relação dialética entre as premissas teóricas e programáticas, pois é atividade teleológica conscientemente na objetividade (VÁZQUEZ, 2011.) Distingue-se das ações utilitárias e práticas cotidianas (KOSIK, 1976). É uma ação transformadora que exige uma consciência fora do senso comum, fundada filosoficamente.

Apreendendo a ontologia científica como negação dialética de qualquer outra perspectiva, assenta-se numa base criteriosa para discutir os problemas da teleologia nas teses

⁶⁶ Reafirma-se que o cotidiano, para Lukács, é a realidade concreta em que os seres produzem vida. O autor não se refere à reprodução do cotidiano alienado.

e dissertações analisadas. O mote do debate não é examinar apenas ontologicamente o objeto no campo teórico, mas trazer à baila as contradições e mediações necessárias que permitem o salto qualitativo nas ações humanas.

Ontologia e teleologia formam pares dialéticos para análise de um fenômeno. Sem essa compreensão, a produção do conhecimento científico em Educação Física recrudesce à mera explicação ontológica fictícia (LUKÁCS, 2015), pois a ontologia, como qualquer outro fenômeno histórico-social, é constituída pelas variadas determinidades dos interesses ideológico-político-econômicos do antagonismo de classe da sociedade do capital (MÉSZÁROS, 2009).

A evidência dessa complexidade é analisada por Lukács (2018), ao demonstrar, a partir dos fatores relacionados entre a base produtiva e superestrutura, a íntima relação entre filosofia/ciência na justificação ontológica da alteração na relação entre Estado e Igreja na sociedade feudal para afirmar suas novas posições ontológicas como universal congregada de uma teleológica conservadora. Afirma o autor:

A simples existência de um movimento ecumênico mostra que amplos círculos do cristianismo consideram antiquados e ultrapassados cismas históricos da igreja e, nas novas condições do mundo aspiram a uma unificação de todos os cristãos, ou mesmo de todos os crentes contra a descrença. Sem pretender tomar posição sobre as dificuldades de tal movimento, só o que pode observar é que, do ponto de vista do nosso problema, aqueles dogmas que suscitaram que os cismas parecem hoje superáveis, ao menos em perspectiva. Isso tem por pressuposto que os fatos interpretados como ontológicos, que encontravam expressão teórica naqueles dogmas, desvaneceram ou começaram a desvanecer. Basta pensar na afirmação frequentemente repetida hoje de que, para a Igreja, teria terminado o período constantiniano; as novas posições ontológicas que a partir daí foram impostas decorrem diretamente da mudança na relação entre Igreja e Estado e, mediada por esta, entre Igreja e totalidade da vida no mundo. (LUKÁCS, 2018, p. 116-118)

Torna-se necessário convencer de que o passado já não interessa mais, pois seus preceitos são antiquados, logo, precisam de substituição que corresponda ao novo estágio da humanidade. São essas justificativas tautológicas que se encontram na produção científica que negam a realidade objetivamente determinada, referem-se às tradições filosóficas que buscaram resolver os problemas candentes de seus tempos, sobretudo à perspectiva marxista de superação revolucionária do modo de produção capitalista. Chega-se ao ponto de negar toda tradição percorrida pelo Iluminismo para justificar o novo. Elas afirmam constantemente a negação da história pelo presente, conseqüentemente apresentam o apriorismo humano, um ser abstrato

descolado de suas relações, que paira na terra por sua capacidade individual. Coloca-se uma necessidade avultada do ineditismo que alcança o ápice do irracionalismo.

Mészáros (2007) desenvolve uma crítica rigorosa a essa perspectiva céptica e pessimista, que tem como essencial a “perda da consciência do tempo histórico”, pois, só se pode compreendê-la, a realidade, em seu imediatismo aparente.

A própria ideia de ‘fazer história’ é descartada, com franco desdém por todos aqueles que podem ainda aceitá-la, uma vez que a única história que deve ser contemplada é aquela *já* feita, a qual deve permanecer conosco até o fim dos tempos. [...] se procuramos as razões que estão por trás da trajetória decadente dessa reversão radical – da preocupação do Iluminismo com o significado humano e sua progressiva realização na história à apoteose do pessimismo cósmico e da ‘carência de sentido’ universal –, destaca-se, mais do que tudo, um fator particular, com o seu significado grave e irreversível, que afeta diretamente a tradição filosófica em questão em suas fases de desenvolvimento qualitativamente diferenciadas. Trata-se das condições e possibilidades de emancipação objetivamente dadas, bem como diferentes constrangimentos sociais envolvidos em suas conceitualizações sob circunstâncias históricas distintas (MÉSZÁROS, 2007, p. 47)

Dessa condição decorre a negação do sujeito histórico, sua reciprocidade dialética com sua classe à qual pertence, assim como as possibilidades de compreender, e fazer mover o rumo da história, portanto, negação de sua atividade teleologicamente guiada.

No campo hegemônico da produção científica em Educação Física no estado da Bahia, essa é uma posição posta, nada que questione as determinidades estruturais consequentes das leis socioeconômicas capitalistas deve ser considerado, baseiam-se numa pseudo-objetividade para refutar a realidade multiforme em favor do subjetivo-vivido (LUKÁCS, 2015) como resultado de uma representação da realidade.

Submergem a ideia de um projeto histórico por acreditarem no totalitarismo ideológico, mas reproduzem a estrutura social sem questioná-la radicalmente, no máximo com uma crítica pontual, desinteressada do ponto de vista da classe trabalhadora, na linha da convergência ideológica passível de ajuste.

Essas críticas expressam-se com um falseamento da realidade, uma inversão da consciência perante o mundo material para nulidade da luta entre classes, operam numa espécie de emulação por via da representação mundana da subjetividade. É preciso, assim, converter a crítica numa concreção da realidade objetiva com perspectiva histórica de médio e longo alcance, caso contrário permanecerá na apreensão do mundo como é para o sujeito. Essa posição foi assumida por Stirner e veementemente criticada por Marx e Engels.

Apreende o mundo com sendo aquilo que é para ele, ou seja, *com sendo aquilo que é obrigado a apreender* e, ao fazê-lo, *apropria-se* do mundo, faz dele sua propriedade [...]. Porém, na verdade, ele não ‘apreende’ ‘o mundo’, mas apenas suas ‘fantasias delirantes’ como o Seu mundo e o apropria a Si. Ele apropria o mundo como sua representação do mundo e, de acordo com sua representação, o mundo é a sua propriedade representada, propriedade de sua representação, sua representação enquanto propriedade, sua propriedade enquanto representação, sua representação própria ou sua representação de propriedade [...] (MARX; ENGELS, 2010, p. 130-131, grifos dos autores)

A reprodução social do capital necessita de mediações desse tipo, que operam na construção de subjetividade, que em nome de uma democracia alienada e alienante (MORAES, 2001) silencia os ditames impostos por suas instituições, que subjuga milhares de seres humanos a não acessarem, nem produzirem conhecimento científico, mas que procura absorver toda malha de relações sociais possíveis para sua autovalorização em meio a uma crise estrutural, condição *sine qua non* para uma nova sociabilidade humano-genérica. (MÉSZÁROS, 2011b)

Como a ciência é disputada por interesses de classes, a contra-hegemonia é constituída por duas vias que ocupam lugares estratégicos na sociedade: a crítica e a crítica revolucionária. A primeira exerce um papel de exponencial, promover a denúncia. A segunda extrapola esses limites e avança na radicalização das bases estruturantes de formação do pensamento, o modo de produção da vida. Aqui não se trata, pois, de problemas secundários, ou falsos problemas, solo comum que edifica as hegemônicas posições que acreditam ser o modo produção intocável e o ser humano abstrato.

Evidencia-se que a relação entre teoria e prática se coloca como grande importância para o desenvolvimento de preceitos sociais e a ontologia fictícia ocupa um lugar central. A produção científica ou pseudocientífica também é expressão da relação entre duas instituições sociais que historicamente representam os interesses de classes dominantes, Igreja e Estado, tanto para afirmá-las como para negá-las.

Marx (2008) evidenciou, no prefácio à crítica da economia política, que as instituições sociais constituem uma superestrutura política e jurídica que precisam ser explicadas na malha de inter-relações com a base material da sociedade. Por isso, no conjunto da produção marxiana o caráter teleológico de sua teoria é sempre definidor.

Um marco dessa relação entre ontologia e teleologia, premissas teóricas e programáticas, está na obra de Marx (2012), *Crítica do programa de Gotha*, na qual o filósofo rompe com qualquer possibilidade de crítica conciliatória, individuais e particularistas, como é o preceito da sociedade capitalista e fundamenta princípios essenciais para a “emancipação

humana universal”. Para isso elabora um programa estratégico de mutação qualitativamente superior das relações sociais capitalistas, que tem como protagonista a classe trabalhadora. Aponta que:

No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como valor desse produto, com uma qualidade material que eles possuem, pois agora em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. Nosso objeto aqui é a sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba e sai da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais da velha sociedade cujo ventre ela saiu. (MARX, 2012, p. 29)

A radicalidade teórica de Marx não consiste no fato de apontar a necessidade da ocupação social do poder pela classe trabalhadora, mas o seu caráter teleológico de promoção de relações superiores fora dos ditames da sociedade burguesa pela efetiva consecução de um projeto histórico comunista. Sua teórica superioridade consiste na efetivação plena do ser humano, pois suas atividades assumem uma perspectiva autorrealizadora, não alienadas (MARX, 2009a), na qual o fruto do trabalho se torna um produto social total, como diz Marx (2012, p. 32), de cada um conforme suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades.

Quando Marx faz esse apontamento projetando outra relação social para além do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2009, 2011b), rompe com qualquer ontologia idealista, universaliza a plena realização humana e coloca a teleologia como um imperativo para construção de outro projeto histórico em que todos alcancem a formação omnilateral (MARX, 2009a).

Os valores tornam-se um fardo, por muitas vezes finalísticos das ações humanas, por determinidades das condições objetivas de produção da vida. Influenciam o desenvolvimento sócio-histórico, mesmo fundado em terrenos teoricamente falsos. Nessa condição, seus desdobramentos práticos não superam a esfera singular das relações humanas, negam a reversibilidade dialética entre particularidade e generidade humana. (LUKÁCS, 2015).

Esse é um obstáculo que precisa ser transposto pela produção científica analisada para superação das objetivações alienantes da generidade em si para satisfação de suas necessidades teleologicamente guiadas.

Essa satisfação da necessidade e também as representações acerca dela são, desse modo, componentes que determinam a estrutura do projeto, a seleção e o agrupamento dos pontos de vista, tanto quanto a tentativa de espelhar corretamente as relações causais da realização. Em última análise, a determinação se acha fundada, portanto, na singularidade da realização projetada. Sua racionalidade nunca pode ser absoluta, mas, ao contrário – como sempre ocorre nas tentativas de realizar algo –, é a racionalidade concreta de um nexos ‘se... então’. É só porque no interior de tal quadro reinam conexões desse tipo de necessidade que a alternativa se torna possível: ela pressupõe – dentro desse complexo concreto – a sucessão necessária de passos singulares. Poder-se-ia por certo objetar: do mesmo modo que a alternativa e a predeterminação se excluem mutuamente, em termos lógicos, a primeira não pode deixar de ter seu fundamento ontológico na liberdade de decisão. E isso é correto até certo ponto, mas apenas até certo ponto. Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim. (LUKÁCS, 2015)

A afirmativa de Lukács (2015) leva a inferir que as decisões entre alternativas não podem ser tomadas genericamente, mas precisam de sua base concreta sobre a realidade, pois a escolha do caminho para o pôr fim é determinada pelo conjunto da sociabilidade na qual o sujeito pertence e produz sua existência.

Sendo assim, a produção do conhecimento não pode ficar na mera constatação ou na consideração de que a subjetividade do sujeito individual é a única esfera determinada de suas ações. Precisa ultrapassar a persecutória da esfera sensório-perceptual, para uma dimensão analítica fundada na relação da economia política e recupera a relação entre objetivo e subjetivo. (LUKÁCS, 2015)

O desenvolvimento social global, que já ultrapassou seus limites históricos de degradação da natureza e do ser humano, deixa em aberto a possibilidade de superação da propriedade privada, do Estado burguês e de todas as instituições que representem os interesses do imperialismo. Essa superação depende de decisões entre alternativas dos pesquisadores e da sociedade em geral, e a produção científica é um elemento fundamental de apoio para essa empreitada, já que contribui para apreensão e reflexão das contrações internas da produção destrutiva do metabolismo capital (MÉSZÁROS, 2011b).

Em *Miséria da Filosofia*, Marx (2009c), ao tratar sobre a coalização dos trabalhadores enquanto unidade fundamental na luta de classes para a atividade revolucionária, apresenta como essa massa de trabalhadores vai transitando de seus interesses particulares a uma luta política pautada nos interesses de toda classe, de em si para si.

Esse ponto é crucial para a elevação da consciência de classe, uma vez que a ciência exerce um papel fundamental na preparação da ruptura com o atual modo de produção da vida,

haja vista que se converte em força material quando apropriada pela classe trabalhadora (MARX, 2010) e abala as estruturas sociais, como fizera a burguesia. Dirá Marx:

Uma classe oprimida é condição vital de toda a sociedade fundada no antagonismo de classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, na criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado do outro. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. A condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado da ordem burguesa foi a abolição de todos os estados e de ordens (MARX, 2009c, p. 191)

Os sentidos e significados de uma produção científica não podem ser neutros, subjazem interesses políticos, ideológicos e morais. Mészáros (2011a), complementando a tarefa empreendida por Marx, Engels e Lukács, em pleno século XXI convida a apresentar a afirmativa de que se está sobre uma crise estrutural do capital sem precedentes na história e, conseqüentemente, sob a égide de um período transitório, pois, no patamar em que se encontra sua voracidade, está cada vez mais diminuta sua durabilidade:

[...] não estamos mais diante dos subprodutos ‘normais’ e voluntariamente aceitos do ‘crescimento’ e do ‘desenvolvimento’, mas de seu movimento em direção ao colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos ‘bolsões de subdesenvolvimento’. Mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do ‘desenvolvimento’ da ‘racionalização’ e de ‘modernização’ em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados, ou seja, obviamente a totalidade das forças de trabalho da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 69)

Essa tendência aponta como a transitoriedade histórica se agudiza pela incongruência ontologicamente fundada entre produção excessiva e escassez permanente de um processo imanente à lógica reprodutiva do capital. Nessa relação a riqueza fica concentrada e a miséria, socialmente distribuída. Desse ponto de vista, as elucubrações de Mészáros (2007, 2009, 2011a, 2012a) sobre a crise estrutural do capital evidenciam a urgência da defesa da teleologia posta como fundamento de uma alternativa social viável.

Pelas condições materiais postas, a produção científica hegemônica analisada necessita recuperar o sentido ontológico-científico e teleológico na perspectiva radical na análise de seus objetos, sem tergiversar nos aspectos fenomênicos da totalidade social (KOSIK, 1976) para fazer o enfrentamento aos desmandos da sociedade burguesa.

O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser; é óbvio que a amplitude, a densidade, a profundidade etc. cumprem um papel importante na correção do espelhamento da realidade; isso, porém, não elimina o fato de que o pôr das cadeias causais no interior do pôr teleológico é – imediatamente ou mediadamente – determinado, em última análise, pelo ser social. (LUKÁCS, 2015, p. 107)

Lukács (2015) ajuda a compreender os complexos mediadores para o pôr do fim pela necessidade de conexão entre genericidade e singularidade, particularidade que se expressa no ser social na direção da construção de uma humanidade autêntica. A construção de um projeto, que congregue a dimensão humano-genérica, não é, e nem pode ser, algo singular, mas a necessidade genérica refletida na singularidade que impulsiona ações transformadoras.

Um fato é real, e não pode saltar aos olhos da produção científica, as “teses ontológicas nascem, na maior parte, de fundamentação teórica de dilemas práticos” (LUKÁCS, 2018, p. 116). Um problema reside quando a ontologia é fundada na resolução de dilemas práticos de um determinado tempo histórico, a moral e política. A ontologia científica não parte de dilemas pessoais, mas dos problemas concretos, do metabolismo entre ser humano e natureza no qual a parcialidade da independência representa o caráter ativo do ser humano perante a materialidade exterior, logo, uma imposição política e ética.

Parte-se dessas questões introdutórias para convertê-las aos problemas ontológicos encontrados na análise da presente pesquisa: a questão entre concepção de ser humano/sociedade e de educação na produção científica em Educação Física no estado da Bahia.

As formulações divergem em suas explicações, fundamentalmente por conta da teoria do conhecimento. Não significa que todos tomam a teoria do conhecimento como objeto, mas como sustentáculo explicativo. Disso decorre seu duplo caráter: ter a realidade como seu fundamento de última instância, ou abandono desse sentido de ser do objeto.

Ao se traduzir teoricamente em disposições que abandonam o ser do objeto, desdobra-se, no campo das ações humanas, a impossibilidade de transformação da realidade por vias que preconizam a idealização de um cotidiano alienado. Segundo Kosik (1976):

Na cotidianidade a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e vida. As coisas, os homens, os movimentos e as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: *simplesmente* são; e como um inventário, como partes de um mundo *conhecidos* são aceitos. (KOSIK, 1976, p. 69, grifos do autor)

O cotidiano alienado, enquanto expressão fenomênica da realidade concreta, não pode ser explicado comumente, mas demanda uma capacidade de análise, abstração, generalização, comparação e síntese que só é possível com acesso ao conhecimento científico radical. Essa exigência é necessária para destruição efetiva da pseudoconcreticidade pela apreensão de sua essência (KOSIK, 1976).

Ao retirar a busca da essência, da estrutura interna do objeto de investigação, as formulações pairam no ar, num retrocesso histórico já resolvido pela tradição marxista, sobretudo pelos seus formuladores primários, Marx e Engels. Exercem o que Lukács (2013) definiu como abandono do ser-aí. Existência sem essência, essência sem existência. São apartadas, como se o objeto fosse autônomo, tivesse vida própria, mas para isso fundamentam teoricamente suas posições, projetam tudo sobre a individualidade como categoria irresoluta dos estudos.

Esse tipo de consideração sobre a individualidade pautada no cotidiano carrega consigo um projeto de classe contendor da liberdade humana. Pois justifica as liberdades individuais como respeito às diferenças, mas na verdade legitimam as desigualdades sociais, seja no plano subjetivista-irracional (LUKÁCS, 2018), ou pela redução à esfera objetivista-manipulatória da vida ao biológico.

A refuta desse tipo de interpretação sobre a realidade é posta por Marx, nos *Grundrisse* (2011b), ao apontar que o método da economia política cientificamente fundado na materialidade objetiva consiste em reproduzir no pensamento a ascensão do abstrato ao concreto. Essa tese é fundante para o pesquisador, pois calca a necessidade de alteração histórica do modo de produção para uma alternativa socialista viável universalmente.

O martírio da vida cotidiana defendida pela produção do conhecimento hegemônica não pode ser o pressuposto para universalização da individualidade, de seu ser totalmente livre,

como preconizaram Marx e Engels na obra *A Ideologia alemã*, pois implica a incognoscibilidade do real, num determinismo singular polarizante entre realidade indivíduo, indivíduo e gênero humano.

Já se afirmou que não há sociedade sem indivíduo, nem indivíduo sem sociedade, haja vista que essa é uma construção histórico-social. Lukács (2015) atribui a essa relação dialética o caráter complexo entre genericidade e individualidade.

Do ponto de vista ontológico, é preciso tão somente indicar que os dois movimentos, a saber, tanto o que vai do ser-em-si da singularidade para a individualidade existente para si como o que vai da particularidade para a genericidade do homem, são processos profundamente entrelaçados, ainda que desiguais e contraditórios, cuja essência se falsifica irremediavelmente, ao ser-para-si e à genericidade, uma superioridade (ou inferioridade) de cunho mecânico geral, ou imaginada poder compreendê-los como potências totalmente autônomas do desenvolvimento; isto vale tanto mais quando, por meio de abstração, isola-se o aspecto valorativo que atua nelas, adscrevendo-lhes, desse modo, um ser (ou validade) independente do desenvolvimento histórico-social e, assim, fetichizando a esfera do valor realização do valor como esfera autônoma. Nenhuma história da humanidade seria possível sem os conflitos entre ser-para-si e genericidade do homem, os quais reiteradamente afloram e que, no tempo de sua atualidade histórica, muitas vezes insolúveis (LUKÁCS, 2015, p. 300-301)

Para Duarte e Anjos (2017), é na relação com o gênero, no plano das apropriações genéricas das objetivações não cotidianas, que o ser humano converte sua individualidade de em si em para si.

Todo ser humano forma sua individualidade em si, devido à apropriação, desde a mais tenra idade, das objetivações genéricas em si, e não há sociedade que possa existir sem a mediação de tais objetivações. A apropriação, pelo ser humano, das objetivações genéricas para si, forma a individualidade para si, ou seja, a máxima possibilidade da formação do indivíduo, uma individualidade que se relaciona com a cotidianidade de forma consciente, mediada pelas objetivações genéricas para si. Portanto, assim como o gênero humano ascendeu-se de sua genericidade em si à genericidade para si, importa que o indivíduo também ascenda de sua individualidade em si à individualidade para si. (DUARTE; ANJOS, 2017, p. 118)

Nesse sentido, a concepção de individualidade marxista supera a dimensão do indivíduo burguês pela reciprocidade com o gênero, que expressa a formação cultural com o projeto histórico subjacente a essa questão. Freitas (1987), no texto *Projeto Histórico, Ciência Pedagógica e Didática*, já apontava a necessidade de recuperação do projeto histórico marxista

de sociedade na produção do conhecimento, mesmo num cenário de aproximação teórica. Para Freitas:

Um projeto histórico anuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que devemos colocar em prática para sua consecução, implica numa ‘cosmovisão’, mas é mais que isso. É concreto, está amarrado às condições existentes e, a partir delas postula fins e meios. Diferentes análises das condições presentes, diferentes fins e meios geram projetos históricos diversos. Tais projetos fornecem base para organização dos partidos políticos. (FREITAS, 1987, p. 123)

Ao desenvolver sua crítica dentro do campo das tendências teóricas progressistas da educação, Freitas (1987) sinaliza a “omissão” entre as premissas teóricas e programáticas, ou seja, a relação dissipada entre a explicação da realidade e o projeto político superador das atuais relações, escamoteando aonde se pretende chegar. Sem esse anúncio para os desdobramentos práticos, a produção científica ficaria na crítica em face da aparente realidade, quando se precisa adentrar à sua estrutura interna.

Essa posição significa a negação da possibilidade de alteração da realidade. Malgrado uma reforma aqui, acolá, as condições determinantes devem permanecer intactas. Como visto, a produção científica, ao separar as premissas teóricas das programáticas, influi decisivamente para manutenção das atuais relações sociais.

Na verdade, a produção científica apresenta um projeto histórico de classe com objetivo de afirmar a perda do senso, sentido e significados da realidade que tem, falsamente, através da manipulação do cotidiano, arrastando consigo grande parte da humanidade. Lukács (2018) expõe o fatalismo a que chegam essas posições:

Esse senso, muito embora tenha como base um certo afrouxamento das relações dos seres humanos com a realidade, possui conteúdos e direções muito diversas, correspondentes às diferentes questões da vida cotidiana das diferentes pessoas, pode tratar-se de autossatisfação de dado dirigente bem-sucedido no detalhe, ou da desorientação dos dirigidos que não se opõem resistência etc. etc., ao que se agrega inevitavelmente, na imensa maioria dos casos – permanentes ou periodicamente – a experiência do vazio desse tipo de operosidade ativa ou passiva. Claro que essa também pode exprimir-se de maneira muito diferenciada, como autocomplacência, fuga por meios de *hobbies* no tempo livre, tédio ou impulso à revolta, conjugado com a sensação a ela associada de que a revolta inútil, que está condenada à impotência etc. Em toda essa variedade de reação restam, todavia, apenas dois polos fixos: de um lado, o mundo manipulado; de outro a irracionalidade das reações negativas a tal mundo. (LUKÁCS, 2018, p. 113)

Perder o senso de realidade é retirar os pés do solo da história, deixar-se levar pelos contos misteriosos não mais efetivos para resolução dos problemas práticos que afligem a humanidade, o mito (ANDERY *et al.*, 2007.) Culmina sendo esta a finalidade social das teorizações que negam a realidade como um produto sócio-histórico ao excluírem os processos concretos de produção da ciência, um projeto histórico. Sucumbir ao plano ontológico, elevar o gnosiológico e seu objetivo.

O protagonismo da discussão torna-se o terreno teórico sem teleologia revolucionária, convertendo-se protesto em conformismo, ação em explicação. O combate político social é mitigado e mistificado por uma perspectiva teórica pautada na experiência subjetivista unidirecional.

Seus aspectos gerais procuram reforçar as condições do modo de produzir a vida no sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009) por via de uma intelectualidade consciente. As grandes questões da vida material que se deparam têm como resoluções o plano gnosiológico. Mas exercem uma tarefa mediadora de excepcional monta no desvanecer da ontologia científica na produção, circulação e distribuição do conhecimento.

Kopnin (1978), ao tratar sobre o desenvolvimento do conhecimento como mudança de conteúdo das categorias e seu sistema, evidencia como a dialética materialista, enquanto método científico que orienta o pensamento humano na busca de novos resultados para produção de novas teorias, refuta qualquer possibilidade de descolamento de seu fundamento ontológico, ao exigir a centralidade atividade humana, pois é através desta que o ser humano revela os mistérios da natureza e sociedade, alterando seus rumos. Prossegue o autor:

As categorias da dialética devem situar-se no nível da prática atual, se, i.e., refletir o objeto em consonância com as possibilidades da ciência moderna e as aspirações subjetivas das forças avançadas da sociedade contemporânea. Isto significa que as categorias da dialética devem sempre combinar em si a objetividade possível no nível do comportamento da ciência com uma clareza igualmente elevada de objetivo de transformação do mundo para bem da humanidade. Essa clareza de objetivo é inerente não só a certas categorias relacionadas imediatamente com as leis de desenvolvimento da sociedade, mas a todas as categorias sem exceção, que estão voltadas para a própria natureza, para a realidade objetiva no sentido amplo da palavra. Uma vez que as categorias dialéticas são uma generalização da experiência anterior do conhecimento e da transformação do mundo, ou seja, estão relacionadas com certo nível de conhecimento e não *são apriorísticas*, novos resultados do conhecimento vão ser abrangidos pelo conteúdo das categorias filosóficas. *As categorias do materialismo dialético são ricas de conteúdo, nelas está generalizada, sintetizada a experiência anterior do conhecimento de mundo.* (KOPNIN, 1978, p. 109, grifos do autor)

Diferentemente das posições que produzem teorias para negação de uma teoria realística e cientificamente fundamentada, Kopnin (1978) aponta a necessidade da vinculação permanente entre teoria e o nível de desenvolvimento humano, o que conduz a uma contradição, a contínua tensão entre teoria e prática, haja vista a necessidade da orientação teórica pelo movimento da realidade.

Nessa lógica se expressa a imprescindibilidade de confronto do passado com as novas experiências. Esse enriquecimento deixa claro que a atividade finalística da teoria é, no campo marxista, o trabalho teleologicamente guiado, uma causalidade posta, transformação da materialidade objetiva. (LUKÁCS, 2015, 2018).

Faz-se necessário compreender que a ciência é determinante da política e seu contraditório também é verdadeiro. Sem essa relação, é impossível produzir explicações, justificativas e ideologias para uma classe. Como já demonstrado, ~~em~~ os intelectuais, com base em Gramsci (1978, 1999), mesmo não sendo de origem dominante, são corrompidos a atender os interesses da burguesia para obter alguns privilégios. Tornam-se peças fundamentais no xadrez da luta de classes, trançam diuturnamente as estratégias para o seu projeto político.

Como se trata de luta de classe, a produção, circulação e distribuição da ciência não é alheia nem homogênea, sua heterodoxia concede aos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1999) da classe trabalhadora o poder de se valer dos conhecimentos dispostos, para convertê-los em patrimônio universal. Essa dialética tem que ser operante, pois, como diz professor Saviani, os dominados precisam dominar os conhecimentos assegurados pelos dominadores. Para o presente pesquisador, é condição *sine qua non* para instauração de uma revolução socialista.

Duarte (2013), valendo-se de Lênin, destaca como fulcral para o desenvolvimento de um programa socialista o conhecimento da estrutura de funcionamento do modo de produção capitalista, pois este é um objeto de atos intencionais, logo, um projeto a ser efetivado.

A revolução socialista não é um ato de revolta sem objetivo e sem estratégia. É um processo coletivo de transformação intencionalmente realizada, que requer a mediação da teoria. Foi por essa razão que Lênin afirmou que nós precisamos entender a dialética para compreendermos O Capital, de Marx e, é claro, nós precisamos compreender O Capital, de Marx, para entendermos a sociedade capitalista e precisamos entender a sociedade capitalista para superá-la revolucionariamente. A superação revolucionária da sociedade capitalista não ocorrerá sem o conhecimento dessa sociedade em toda sua complexidade. Afirmar, porém, que a sociedade capitalista é complexa, não é o mesmo que afirmar que ela seja incompreensível ou inexplicável. Ela é cognoscível, explicável e transformável. Mas para isso é necessária a teoria. (DUARTE, 2013, p. 61)

Considerações importantes apresentadas pelo autor remetem ao problema da teleologia na produção do conhecimento em educação hegemônica no estado da Bahia. A primeira é que não basta reconhecer, constatar e falar em transformação social. É preciso, para além de apresentar o fenômeno, mesmo numa complexa minuciosidade, agir teoricamente fundamentado, significa, por um lado, estudar as principais referências da concepção materialista histórico e dialética, bem como a construção, organização e engajamento com uma base social e as entidades representativas da classe trabalhadora para formação de consciência política e promotora de um pôr teleológico novo.

Diferentemente das constatações da realidade, do consenso de que se está num estágio de decomposição da humanidade por um sistema econômico em ruínas, ou mesmo das posições que negam a realidade, é preciso um programa formulado por uma teoria do conhecimento crítica-revolucionária, pois é a que possibilita projetar uma viabilidade histórica de socialidade ulterior, fora desta estrutura social capitalista.

Como explica Duarte (2013), a teoria, fruto das análises das condições concretas da vida, é uma categoria mediadora das ações humanas, é ela que recupera o sentido ontológico da vida humana rumo à liberdade universal fora dos padrões burgueses liberais.

A próxima seção versará sobre a necessidade da recuperação da relação entre objetividade e subjetividade. Partindo da crise estrutural, (MÉSZÁROS, 2011a) apresenta a necessidade de formação do fator subjetivo revolucionário pela produção científica analisada para superação das contradições da ordem social vigente.

5.1 RECIPROCIDADE SUBJETIVA/OBJETIVA COMO EMERGÊNCIA CIENTÍFICA

Ao escamotear o debate sobre as condições objetivas concretas, a produção do conhecimento hegemônica da Educação Física retira a possibilidade de forjar um fator subjetivo como uma construção consciente de classe para si. Isso ocorre tanto nas produções que consideram apenas o objeto em si quanto nas que consideram o sujeito em si. As duas formas de tratamento de um objeto/fenômeno tangenciam o ser-propriadamente-assim enquanto uma interação dialética entre sujeito objeto (ser humano-natureza-sociedade). (LUKÁCS, 2013)

É pela apreensão teórica do ser-propriadamente-assim (LUKÁCS, 2013, 2015, 2018) que o ser humano desenvolve uma subjetividade autêntica, radical, rigorosa e, sobretudo, revolucionária. Pois é a compreensão mais desenvolvida deste no seio das relações econômicas capitalistas.

Não se trata de objetivismo pela negação do subjetivo, nem de sua retroação, mas de estabelecer uma relação dialética de identidade da não identidade entre sujeito e objeto (LUKÁCS, 2015) para conversão da realidade pelo domínio de suas estruturas determinantes da não liberdade humana universal no metabolismo do capital. (MÉSZÁROS, 2011b, 2009)

Promover o fator subjetivo revolucionário, aquele que enxerga a realidade independente da consciência, multideterminada enquanto produto histórico-social, pela produção científica na Educação Física é atribuir à classe trabalhadora consciência efetiva de sua função e atividade histórica no processo de acirramento da luta de classe, sucumbir ao capital.

A produção científica é hegemonicamente fincada na esfera da cotidianidade burguesa e de sua concepção subjacente da ciência. Segundo Lukács (2015):

No ponto de vista vulgar da vida cotidiana burguesa e de sua ciência: separam sujeito e objeto de modo rígido e mecânico; consideram como objeto da ciência apenas aquilo que está livre de qualquer participação do sujeito e protestam num tom de extrema indignação científica quando se atribui ao momento subjetivo o papel ativo positivo (LUKÁCS, 2015, p. 35)

Nessa direção, Lukács aponta o momento subjetivo enquanto capacidade de apreensão dos processos históricos que modificam a relação entre sujeito e objeto. Portanto, momento objetivo e subjetivo são momentos de interação dialética. O momento subjetivo

[...] reside no fato de que a relação entre consciência e ser coloca para o proletariado de modo diferente do que para qualquer outra classe anteriormente surgida na sociedade; que a função ativa da consciência de classe do proletariado adquire um novo significado na época de revolução. (LUKÁCS, 2015, p. 36)

Não isolamento de um sobre o outro, sujeito objeto, pelo contrário, é avultar a importância do momento subjetivo enquanto protagonista das alternativas decisórias baseadas nas demandas objetivas. Para isso o subjetivo não deve completar mecanicamente o objetivo, mas conduzir reciprocamente as ações humanas para sua alteração qualitativa.

Todavia, a formação do fator subjetivo revolucionário pela produção científica em Educação Física não está na inversão da forma de pensamento ao apresentado, mas na busca da reciprocidade dialética.

A inversão intencionada ou não é compressível à medida que se prega o comodismo político pela retenção da ação transformadora, em nome de uma pseudo-inclusão social nos ditames da excludente democracia burguesa-imperialista.

Assim, a realidade deixa de fazer parte do objeto de investigação que pende para o lado subjetivo e o mundo exterior é convertido como uma produção da consciência humana. A posição subjetivista não compreende a subjetividade na qualidade de reflexo das relações concretas do sujeito situado historicamente, mas apenas a reflexão deste sobre o mundo. Perguntar sobre o que pensa um sujeito sem relacionar com as determinações exteriores é ficar no plano puramente gnosiológico. Esse postulado puramente subjetivo, idealista, foi ontologicamente refutado radicalmente por Marx e Engels ao pôr, dialeticamente, a consciência como produto concreto das relações estabelecidas entre os seres humanos.

Por essa razão, para a consciência para a qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é mundo efetivo – a consciência filosófica é assim determinada – os movimentos das categorias aparecem, por conseguinte como ato de produção efetivo – que infelizmente, recebe apenas um estímulo exterior-, cujo resultado é o mundo efetivo; e isso – que, no entanto é uma tautologia- é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade do pensamento é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como todo de pensamento, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso é claro enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação (MARX; ENGELS, 2011, p. 55).

Todavia, a predominância do fator subjetivo sem considerar o objeto na produção do conhecimento se torna um problema a ser resolvido à medida que descolam complexos particulares da totalidade social (LUKÁCS, 2015). Tornam-se excludentes, sucumbem à luta de classes, polarizam os segmentos sociais, como se apenas uma fosse resolver a questão macro, contradição capital *versus* trabalho.

A retirada da centralidade da luta de classe, na produção científica, entre capitalistas e trabalhadores, é uma estratégia própria do capital, por exemplo, a ideologia da sociedade pós-industrial sem classes para afirmar que estas foram incorporadas ao capitalismo global tenta diluir pela ideologia dominante.

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e

constantemente reconstruída) *como consciência prática inevitável na sociedade de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias que tentam controlar o metabolismo do capital em todos seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo do social. (MÉSZÁROS, 2012b, p. 65, grifos do autor)

Essa posição ideológica pode ser identificada na narrativa da escola econômica austríaca ao afirmar que a luta de classe existe, mas desvirtuam o debate e colocam trabalhadores e patrões na mesma trincheira contra um inimigo comum, para eles, o Estado.⁶⁷ Lênin (1977b), em *Marxismo e revisionismos*, já refutou esse tangenciamento da luta de classes como uma estratégia liberal para desmobilizar a organização política e a luta dos trabalhadores.

Os liberais disseram sempre que o parlamentarismo burguês suprime as classes e as diferenças de classe, visto que todos os cidadãos sem exceção têm direito de voto e de intervir nos assuntos do Estado. Com as liberdades do capitalismo ‘democrático’, as diferenças econômicas, longe de se atenuarem, acentuam-se e agravam-se. (LÊNIN, 1977b, p. 47)

⁶⁷ O ataque ao Estado é uma estratégia central da política neoliberal para minimizar a inserção de suas atividades de forma pública. O objetivo é transformar o direito à saúde, educação, trabalho, moradia, alimentação etc., em serviços para maximização de lucros, e concentração de renda, em síntese o mercado passa a regular exclusivamente as relações humanas. A escola austríaca parte do pressuposto que existe a classe produtora e a classe política. É extremamente importante ressaltar que a classe política *não* se limita apenas a políticos detentores de cargos públicos. Estes, com efeito, são seus mais ínfimos representantes. A classe política é majoritariamente composta por todos aqueles que se beneficiam da redistribuição da renda confiscada da classe produtora: além dos próprios políticos, a classe política inclui: a) funcionários públicos (que são recebedores líquidos de impostos); b) grandes empresários cujas receitas advêm majoritariamente de contratos com o governo (como empreiteiras que fazem obras públicas); c) empresários que recebem subsídios do governo; d) empresários protegidos por tarifas de importação; e) empresários que usufruem uma reserva de mercado protegida pelo governo; f) pessoas que recebem benefícios assistencialistas (em volume maior do que pagam em impostos). Todos estes são, em última instância, sustentados por empreendedores e trabalhadores assalariados, que pagam impostos e recebem pouco (ou nada) em troca. A riqueza produzida por estes é parcialmente confiscada pela classe política e redistribuída para seus integrantes. Não fossem os empreendedores e trabalhadores (a classe produtiva) não haveria como existir a classe política, pois não haveria riqueza a ser espoliada. Assim, o Estado — que é a instituição que efetua o ato da tributação e da redistribuição — é quem estabelece e institucionaliza a divisão de classes e, inevitavelmente, a luta de classes. O Estado não apenas institucionaliza a redistribuição como também cria uma rede de privilégios acessível apenas aos indivíduos e grupos que ele privilegia. A luta de classes existe e é real. Só que os antagonistas não são aqueles imaginados pela esquerda. Ao contrário, empreendedores e assalariados *quase sempre estão do mesmo lado da batalha*. O inimigo em comum de ambos é o Estado, que é a instituição que divide a sociedade em dois grupos: a classe privilegiada politicamente (que necessariamente é a minoria da população) e aqueles que a sustentam (empreendedores e trabalhadores) (MCCAFFREY, 2018, grifo nosso). Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2825>. Acesso em: 16 out. 2019.

A estratégia neo ou ultraliberal é avultar o mercado e minimizar do Estado, para propagação ideológica colocam capitalista e trabalhadores mesmo lado da “luta de classe”. Trata-se dos capitalistas lutando contra o Estado capitalista, ou seja, a guerra intercapitalista, como afirmou Chesnais (1996), trazendo a velha retórica de coalização de classes utilizada pela burguesia contra a monarquia e a nobreza no século XVIII.

Seu discurso é sedutor, mas não pode ser levado em consideração pela classe trabalhadora, para isso é preciso que a subjetividade esteja forjada pela apreensão das contradições da vida material. Por isso que instrumentos produtores de novos pensamentos, como é a produção científica, necessitam atenuar o fator subjetivo revolucionário como resultado da reciprocidade dialética entre sujeito e objeto. Sua exclusão, segundo Lukács (2015b, p. 38), cumprindo a tarefa ideológica do capital, ocorre porque “seu aparecimento, a possibilidade de sua efetivação, as possibilidades de ele assumir importância decisiva estão baseadas em razões objetivas”, em consequência da erradicação da exploração capitalista.

Significa que a intervencionalidade dialética entre sujeito e objeto é um imperativo na formação da subjetividade da classe trabalhadora à formação da consciência para si. Dessa constatação torna-se necessidade diária do capital promover a fragmentação, tergiversar sobre ela a partir das singularidades para afirmar a impossibilidade de cognoscibilidade do real e do reconhecimento pelos seres humanos, indivíduo-gênero, enquanto construtores de sua própria história. Ao perguntar o porquê disso, Lukács responde:

[...] esse estado de coisas só se *instaurou de um modo histórico real com o aparecimento do proletariado*, porque no curso da história o proletariado foi o pioneiro, e até agora o único, sujeito que aplicou esse entendimento. Portanto, todos os pensadores que atribuíram a um sujeito real ou fantasioso (grandes homens, espíritos dos povos etc.) tal repercussão do sujeito sobre a realidade, sobre o andamento histórica, necessariamente se tornaram idealistas quanto ao método e forçosamente, quanto aos resultados, acabaram aportando em formulações falsas, em mitologias históricas. (LUKÁCS, 2015b, p. 39, grifos do autor)

Atividade humana consciente é o resultado da teleologia do sujeito perante o objeto refletido. É a compreensão de que seus atos, que precisam ser cada vez mais enérgicos, estão atrelados aos elos de uma cadeia de acontecimentos necessários à consecução de sua liberdade. Portanto, não é a subjetividade humana, nem objeto opaco a determinação, mas a dinâmica entre ambos o motor da história.

Nessa conjuração o movimento da realidade deve ser causa e efeito da inter-relação entre sujeito do objeto. Assim, a produção do conhecimento em Educação Física hegemônica

para superar os limites da fragmentação, deve compreender a reciprocidade do real para apontar as possibilidades superadoras às condições entravadas.

Plekhanov (2011), ao reconhecer o papel do indivíduo na história, fora das dimensões puramente subjetivistas, considera que a liberdade plena depende da apreensão consciente dos sujeitos das necessidades históricas cadentes de seu tempo para sua alteração. Aponta para a necessidade de pensamento fora da dicotomia entre sujeito e objeto, o que demanda elevação da consciência comum à consciência filosófica (GRAMSCI, 1999). Elucida o autor:

Para as pessoas incapazes de pensar de um modo filosófico, essa noção não existe em absoluto, e os que são capazes de fazê-lo alcançam essa noção unicamente quando conseguem desprender-se do dualismo e compreender que entre sujeito, de um lado, e o objeto, de outro, não existe na realidade o abismo que os dualistas supõem. (PLEKHANOV, 2011, p. 107)

A superação dessa fragmentação é busca incessante da liberdade autêntica, pela tomada de consciência de classe para si na perspectiva de romper com os aspectos morais que não permitem correlacionar sujeito e objeto, sendo este um obstáculo necessário ao atual estágio das relações humanas. É preciso destravar essa contenção da liberdade e a produção a científica é um pressuposto para tal condição, uma vez que:

Enquanto o indivíduo não tiver conquistado essa liberdade mediante o esforço viril do pensamento filosófico, não é ainda dono de si próprio e, com seus próprios sentimentos morais pagam um vergonhoso tributo à necessidade exterior, que se defronta. Mas, entretanto, mal esse mesmo indivíduo se liberta do jugo dos entraves opressivos e vergonhosa, nasce para uma vida nova, plena, desconhecida até então e sua livre atividade se transforma em expressão consciente e livre das necessidades. O indivíduo se converte em grande força social e nenhum obstáculo poderá impedir daí em diante de lançar-se com a fúria dos deuses sobre a pérfida iniquidade [...] (PLEKHANOV, 2011, p. 109)

Reside na unilateralidade da ciência burguesa um problema a ser resolvido pela ciência da História apropriada pela Educação Física, a retroação de complexos singulares particulares e universais, da não exclusão da individualidade-generidade no ato histórico, mas como interação de processualidades sociais específicas.

Não se trata da nulidade de um lado nem de outro, mas da permanente reciprocidade. É preciso considerar o movimento geral do desenvolvimento histórico como determinante dos rumos da humanidade e não, apenas, as particularidades individuais, porque a socialidade (LUKÁCS, 2013, 2018), bem como a natureza humana são movidas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, a centralidade da luta de classe na

produção científica em Educação Física se torna cada vez mais uma necessidade ontológica, pois:

As causas singulares não podem produzir mudanças radicais na ação das causas gerais e particulares que, por outro lado, condicionam a orientação e os limites da influência de causas singulares. Mas, não obstante, indubitável que a história assumiria outro aspecto se as causas singulares que a influenciam fossem substituídas por outras da mesma ordem. (PLEKHANOV, 2011, p. 148)

Nessa direção, a crítica radical às posições que exacerbadamente preconizam a defesa da singularidade por via da subjetividade estéril, em nome diversidade, sem compreender a totalidade, ou as que tratam o fenômeno puramente natural, é pela negação ontológica da teleologia nos atos humanos e possibilidade de alteração do modo de produzir a vida.

A interação dialética precisa ser considerada na pesquisa científica. Mas torna-se natural na ciência burguesa a negação de qualquer possibilidade que permita à classe trabalhadora influir na realidade. Para isso precisam omitir, atribuir o caráter a-histórico no debate científico, reduzindo as atividades coletivas às singularidades.

Em contraposição, justamente pelo fato de a ciência com perspectiva social ter como tarefa do proletariado construir um instrumento de sua práxis revolucionária, é uma questão vital para ela livrar-se desse modo de ver a realidade: averiguar de maneira real o papel concreto que cabe ao proletariado como fator subjetivo da história, obter clareza sobre a função que sua consciência de sua classe [e somente a sua] possui no processo histórico. (LUKÁCS, 2015, p. 39, grifo do autor)

Ao apresentar as táticas do proletariado da revolução, Lênin demonstra como o fator subjetivo precisa corresponder às demandas do mundo objetivo, pois

só o conhecimento objectivo do conjunto de relações de todas as classes, sem exceção, de uma dada sociedade e, por conseguinte, o conhecimento do grau objectivo de desenvolvimento desta sociedade e das relações entre ela e as outras sociedades, pode servir de base a uma tática justa da classe de vanguarda. (LÊNIN, 1977c, p. 25)

Lênin (1979), em *Como iludir o povo: com slogan da liberdade e igualdade*, coloca a questão da subjetividade como um pressuposto fundamental para a compreensão dos diferentes interesses das lutas entre as classes. Vai ser o grau de desenvolvimento desta, da subjetividade, sempre como consequência das condições objetivas, um fator importantíssimo que pode travar ou impulsionar o processo revolucionário, diminuir ou aumentar o trabalho da vanguarda com

a base. Por essa razão, ao citar como um campesinato atrasado é limitado em sua compreensão de classe, apresenta a necessidade histórico-mundial de superação desse estágio da classe trabalhadora.

Como podereis pedir a um camponês totalmente atrasado que compreenda que há guerras e guerras, que há guerras justas e guerras injustas, guerras progressistas e guerras reacionárias, guerras das classes avançadas e guerras das classes atrasadas, guerras que servem para fortificar a opressão classista e guerras que servem para a suprimir? Para tal tem que se conhecer a luta de classes, os fundamentos do Socialismo, e até mesmo algo sobre a história das revoluções. Não podemos pedir isto a um camponês atrasado. (LÊNIN, 1979, p. 15)

Ao retirar essa responsabilidade dos ombros dos que não tiveram acesso ao produto cultural mais desenvolvido nos seios das relações sociais, Lênin não exclui o elemento da subjetividade humana na alteração das condições objetivas, pelo contrário, projeta para os intelectuais orgânicos de classes o compromisso com os acontecimentos históricos enquanto a classe vai, durante instantes de decisões do processo, adquirindo consciência de classe para si.

Nos escritos sobre a lição histórica da rápida Comuna de Paris, Lênin (1984) apresenta como no processo histórico, mesmo sem uma consciência forjada de sua tarefa histórica e sem a consolidação de organização de vanguarda, sindicato, partidos associações, e a heterogeneidade e indefinição, operários tomaram o poder e instauraram medidas⁶⁸ apresentando seu verdadeiro sentido da insurreição, os interesses dos trabalhadores.

Por isso, a burguesia tratou de esmagá-la, pois representava outra possibilidade de relação social fora dos imperativos burgueses. Mas a lição histórica fica para a luta de classe, portanto, os interesses da produção científica têm que aprender essas lições como programas de natureza ontológica para guiar sua teleologia, visto que, como disse Lênin (1984, p. 9), “para

⁶⁸ A Comuna substituiu o exército permanente, esse instrumento cego nas mãos das classes dominantes, pelo armamento geral do povo; ela proclamou a separação da Igreja do Estado, suprimiu o orçamento dos cultos (isto é, a manutenção dos padres pelo Estado), deu à instrução pública um carácter puramente laico e desse modo desferiu um sério rude golpe aos gendarmes de sotaina. No domínio puramente social ela teve tempo para fazer pouco, mas este pouco revela, no entanto, com bastante clareza o seu carácter como governo popular, operário: foi proibido o trabalho noturno nas padarias; foi abolido o sistema de multas, esse roubo legalizado dos operários; enfim, foi promulgado o famoso decreto em virtude do qual todas as fábricas e oficinas abandonadas ou paralisadas pelos seus proprietários eram entregues a associações operárias para retomar a produção. E como que para sublinhar o seu carácter de governo verdadeiramente democrático, proletário, a Comuna decretou que o vencimento de todos os funcionários da administração e do governo não devia ultrapassar o salário normal de um operário e em nenhum caso ser superior a 6.000 francos (menos de 200 rublos ao mês) por ano. (LÊNIN, 1984, p. 10)

uma revolução social triunfante é necessária a existência de, pelo menos, duas condições: um elevado desenvolvimento das forças produtivas e um proletariado preparado”.

É preciso recuperar o método materialista dialético e histórico na relação entre sujeito e objeto, entre o objetivo e subjetivo para erradicação da sociedade de classes antagônicas e para alcançar os complexos do processo de transição. Pois, nesse momento histórico,

[...] tudo depende da consciência de classe, da vontade consciente do proletariado⁶⁹, que apenas reside o fator da decisão. A interação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico consiste justamente no fato de que o fator subjetivo, que é obviamente um produto, um fator do processo objetivo, em certas situações históricas, cujo aparecimento também é causado pelo processo objetivo tem uma repercussão orientadora sobre o próprio processo. Essa repercussão é possível na práxis, no *presente*. (LUKÁCS, 2015, p. 42, grifo do autor)

A superação dialética da dicotomia sujeito e objeto é a recuperação do fundamento ontológico (ser humano-natureza), da preocupação com a formação da consciência revolucionária da classe trabalhadora. É reconhecer que a história é desenvolvida em movimento que arrebatava o conjunto das relações independentes dos interesses singulares, demandados pela capacidade subjetiva de compreender as leis que regem o movimento histórico-social da objetividade.

Quando uma parte hegemônica da produção do conhecimento em Educação Física reduz o ser humano ao um ser prático, um sujeito operacional, tanto na perspectiva que considera a sociedade como algo estático, para resolução dos problemas imediatos, ou a tendência que considera que a sociedade é representada pelo sujeito que deve se adequar às suas mudanças como um eterno presente, ambas reduzem a sociedade à prática-utilitária, negam a cognoscibilidade do real e retiram a perspectiva histórica de transformação.

Pela apreensão dialética entre complementaridade e a repulsa repousa a constante renovação dessa relação, numa autonomia processual entre sujeito e objeto de acordo com as circunstâncias históricas na qual o conhecimento científico tem papel decisivo. Portanto, não cabe mais na produção científica em Educação Física no estado da Bahia a ideia da negação da realidade em detrimento da subjetividade, nem da pura objetividade sem qualquer interferência

⁶⁹ Quando se refere ao proletariado não mais com as análises de Marx e Lênin, elas continuam como fundamento último das explicações deste pesquisador, mas com a nova metamorfose no mundo do trabalho, refere-se a todos/as que se encontram subjugados(as) aos imperativos do capital (ANTUNES, 2005).

da subjetividade, é preciso reconhecer suas determinações para que se possa dar um salto qualitativo nas relações humanas.

Apresentados esses elementos, passa-se ao fechamento da tese, o que não se considera encerramento do debate posto, mas a síntese necessária sobre objeto delimitado nesta investigação.

6 SÍNTESE ONTOLÓGICA CONCLUSIVA

Ao se problematizar cientificamente sobre as causalidades postas que influem na fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas da produção/circulação do conhecimento dos professores de Educação Física que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia, objetiva-se analisar, compreender e explicar as determinações ontológicas que historicamente operam para a permanência de um projeto histórico de sociedade reprodutor da lógica de funcionamento do sistema sociometabólico do capital, para apontar teleologicamente possibilidades superadoras a partir da crítica ao modo de produção capitalista de produção e reprodução da vida para instauração do projeto histórico socialista.

No quadro estrutural da tese, inicia-se o presente campo de investigação com ampliação e aprofundam-se os estudos realizados com a dissertação de mestrado com o objetivo de fortalecer o debate ontológico na análise da produção científica em Educação Física. Assim, o caminho do processo de investigação e exposição desdobrou-se da seguinte forma: a) estudos das obras centrais de Lukács (2010, 2013, 2015, 2018) para alicerçar a explicação ontológica da análise; b) retomada dos estudos epistemológicos para aprofundamento e estabelecimento de nexos com a ontologia e a teleologia à luz da concepção materialista e dialética da história; c) análise das dissertações e teses a partir da matriz analítica; d) estudo acerca dos dados gerais sobre o desenvolvimento do capitalismo e conjuntura nacional; e) revisão sobre o subdesenvolvimento enquanto fator determinante de uma produção científica hegemônica fragmentária, despolitizada, alienante e reprodutora dos interesses do sistema do capital; f) a recuperação da ontologia e teleologia científica na produção para restabelecimento da reação dialética das premissas teóricas e programáticas na crítica radical, rigorosa e de conjunto ao modo de produção capitalista de produção e reprodução da vida; g) estudos das necessidades de uma alternativa socialista viável para superação do capitalismo a partir dos apontamentos de Marx, Engels, Lukács e Mészáros.

Diante do que está posto, evidenciam-se, a partir da produção científica analisada, que esta expressa disputas de projetos antagônicos na formação de professores e, conseqüentemente, na concepção de ser humano, de educação, de Educação Física e de sociedade. Por um lado, estão aqueles que atuam para a minimização da capacidade teórica da classe trabalhadora de leitura e compreensão da realidade concreta com base no conhecimento científico, corroborando para reprodução do sistema sociometabólico do capital; no polo oposto, encontram-se os que acreditam ser o conhecimento científico um produto histórico que

precisa ser acessado e dominado em suas expressões mais desenvolvidas pela classe trabalhadora com a finalidade de promover uma formação humana plena, não para interpretar a realidade, mas para modificá-la radicalmente.

Compreende-se a sociedade em seu movimento histórico, resultado da busca incessante dos seres humanos para resolver, pelo trabalho, os problemas colocados pela realidade, consequência da contradição dialética entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Por conseguinte, parte-se do pressuposto de que os seres humanos são sujeitos com papel ativo na história, tendo sua individualidade constituída na tensão entre aproximação e distanciamento com o gênero humano, haja vista que seu devir é predominantemente social.

Considerando o tensionamento entre a individualidade e genericidade como decorrência da dinâmica entre totalidade social e particularidades históricas, a sociedade se constitui historicamente enquanto um complexo consequente das ações humanas com a natureza e outros seres humanos. Acredita-se que a sociedade seja a imbricação ontológica entre indivíduo e gênero, na qual o conhecimento exerce uma tarefa singular, de possibilitar ao ser humano o domínio desta para proceder com os melhores meios a atividade teleologicamente guiada para produção e reprodução da vida.

Procede-se, dessa forma, partindo da premissa ontológica fundamental, o trabalho enquanto atividade humana propositalmente guiada por um projeto previamente definido. Dessa processualidade, exclusiva do ser humano, desenvolveram-se a consciência humana, os métodos, as técnicas, instrumentos/ferramentas e teorias para alcançar o pôr do fim previamente projetado, que fez da relação entre ser humano, natureza e outros humanos a chave do processo de hominização. Assim, o vetor promovedor do salto qualitativo de sua dependência puramente natural à predominância da esfera social foi o desenvolvimento da capacidade humana de agir conscientemente e acumular um acervo de conhecimento que foi sendo legado de geração em geração, a cultura.

À medida que foi se apropriando dos elementos culturais, os seres humanos desenvolveram funções psicológicas superiores (MARTINS, 2013), ampliaram suas referências, sistematizaram o conhecimento, transformando o conhecimento cotidiano comum em conhecimento científico.

Não há como descolar o conhecimento do papel ativo do ser humano, tendo em conta que esse é o elemento subjetivo mediador da transformação material para produção e manutenção da existência. Nesse sentido, foi feita a distinção ontológica entre reflexo e reflexão. Acredita-se que o conhecimento deve ser reflexo da dinamicidade do proceder

humano diante da realidade concreta, que congrega um grau de abstração, análise, generalização e síntese para uma forma de proceder teleológica e qualitativamente superior, não uma reflexão inócua do sujeito puramente pensante sobre a realidade, trata-se da capacidade inteligível de apreender a realidade contraditoriamente.

Conforme a sociabilidade humana foi se complexificando, sua prossecução se tornou cada vez dependente de atos humanos singulares, vinculados às necessidades humano-genéricas, com elevado grau de complexidade. No curso histórico em que a generidade humana foi se construindo, o ser humano foi aperfeiçoando suas intervenções sobre a realidade concreta, sua capacidade reflexiva foi ganhando qualidades superiores, sendo acumulada, transmitida e universalizada de geração em geração e se constituindo um sistema simbólico elaborado para explicação de suas atividades pela via da educação.

Nessa perspectiva, a educação é uma atividade coetânea ao trabalho, sendo um processo imbricado de objetivação e subjetivação primárias do patrimônio culturalmente produzido pelo conjunto da humanidade, que no atual estágio de desenvolvimento humano se expressa numa dupla dimensão: escolar e não escolar. A primeira é caracterizada pela obrigatoriedade do Estado em garantir o direito constitucionalmente firmado, acesso à educação científica sequenciada em períodos escolares para toda a sociedade numa instituição, a escola. Portanto, a escola é, através do ensino intencionado, o espaço mais avançado de universalização do conhecimento científico para elevação da capacidade humana de conhecer e intervir na realidade.

Já a educação não escolar, pode ser definida como toda forma de difusão, apropriação e reprodução do patrimônio cultural fora do ambiente escolar. Esta forma de educação apresenta um duplo caráter: a reprodução dos conhecimentos cotidianos, sem uma lógica de ensino e aprendizagem calcada no senso comum, bem como expressão de educação intencionada em tempos e espaços diferentes do ambiente escolar por instituições não reguladas pelas responsabilidades do Estado: movimentos de lutas, sindicatos, partidos, igrejas, etc.

Diante disso, a defesa da escola enquanto espaço de transmissão e aquisição de conteúdos científicos, e da universidade como instituição social que, além da formação profissional para os campos de trabalho, tem a função social de produzir e circular a ciência de forma autônoma, democrática e laica para resolução dos problemas sociais de primeira e segunda ordem. Estas precisam ser reafirmadas enquanto espaços fundamentais para formação da classe trabalhadora nos seios luta de classes, sem as quais fica limitada a possibilidade de alteração da subjetividade humana arraigada pelas objetivações capitalistas numa nova subjetividade com a teleologia revolucionária.

Em tempos de ataque às instituições públicas, exaltação do privado, retirada de direitos historicamente conquistados, negação da ciência pelo irracionalismo do fundamentalismo religioso por um governo ultraliberal de ideologia profascista, o conhecimento científico como uma elaboração mais desenvolvida do conhecimento, dada sua estrutura interna; - métodos, técnicas, procedimentos e teorias -, necessita ser defendido enquanto um sistema cuja função social reside em investigar para conhecer, explicar e transformar a realidade, uma vez que sua natureza sistemática tem que ser de confrontação político-ideológica com as ideias dominantes que o torna, por incorporação, um conhecimento qualitativamente superior e distante dos postos cotidianamente.

Essa posição alicerça a defesa da cultura corporal, conjunto de atividades historicamente produzidas e sistematizadas que necessitam ser apropriadas pelo conjunto da humanidade no processo de humanização dos indivíduos, enquanto objeto de estudo, pesquisa e ensino da Educação Física que tem seu fundamento ontológico na relação dos seres humanos entre si e para com a natureza a fim de convertê-la em um bem com valor de uso, e teleológico na superação da sociedade dividida em classes sob égide do metabolismo do capital.

Trata-se de reconhecer a Educação Física como um patrimônio universal que corresponde a determinados interesses políticos, ideológicos e econômicos no palco histórico da disputa da formação humana e dos rumos da sociedade.

Dessas considerações, o conhecimento científico aqui analisado (100 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado) é considerado um produto histórico, cujo produtor está envolto numa malha de relações sociais independentemente de sua vontade que condiciona e é condicionante de sua posição diante dos problemas da realidade.

Assim, pode-se apontar que na produção científica analisada há uma predominância dos interesses reprodutivos da lógica do capital. Essa não é uma mera constatação, mas uma explicação científica assentada nos elementos extraídos da produção científica analisada.

O processo de análise da produção científica – teses e dissertações – dos professores de Educação que trabalham nos cursos de formação de professores de Educação Física no estado da Bahia possibilitou constatar empiricamente, nas concepções hegemônicas, contradições entre a produção das ideias e o modo de produzir a vida que precisam ser superadas para que se possa construir uma unidade, que não significa consenso, na luta política contra o sistema metabólico do capital. Dentre tais contradições, estão: a fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas; a separação do nexos ontológico entre ser humano e sociedade; a concepção de democracia dentro do marco do capital; a falta de projeto histórico superador das relações capitalistas de produção; ausência da teleologia fundada no trabalho humano como

princípio das ações humanas transformadoras; a negação da temporalidade histórica como um processo dinâmico, e não um recorte de períodos; as influências da chamada pós-modernidade do eterno presente; refutação da ciência com base na história; negação da luta de classes enquanto motor da histórica da sociedade.

Nessa direção, identificam-se três tendências divergentes nas explicações sobre os objetos investigados. Uma primeira considera o ser humano enquanto uma reprodução biológica, reduz sua existência à sua condição física. Sua análise é reduzida à mensuração de dados quantitativos e suas explicações se colocam enquanto fenômenos naturais. A segunda enfatiza a subjetividade humana descolada de sua materialidade histórica, haja vista que não se preocupam com as causas materiais determinantes do comportamento humano. Ambas não estabelecem a reciprocidade dialética entre sujeito e objeto. A terceira perspectiva considera a relação entre sujeito e objeto como consequência do modo como os seres humanos produzem e reproduzem a vida a partir da categoria trabalho.

Um primeiro elemento da crítica às posições que negam a totalidade social e a relação sujeito-objeto como reciprocidade dialética fundamental na empreitada analítica é a negação da categoria trabalho enquanto pressuposto fundante do ser humano. Ao deslocarem a relação do ser com a natureza e com outros humanos para outras esferas, tergiversam sobre o processo de desenvolvimento humano, porque ou reduzem à esfera puramente biológica, um naturalismo, logo, uma relação de dependência natural, ou à esfera puramente subjetiva.

Para a primeira tendência, calcada na objetividade em si, as causalidades de primeira ordem são secundarizadas, pois não há uma preocupação central com a constituição histórica do ser humano, os valores sociais são subjacentes ao próprio objeto. A teleologia se espreita numa eventualidade espontânea da sucessão ordenada entre os fatos ligados entre si, não às ações humanas.

A procura por conhecer está no objeto em si, que se coloca de forma arbitrária, resumindo-se a uma mera particularidade sem agremiar suas leis universais determinantes para alcançar o ser-propriadamente-assim. Essa concepção tem implicações na própria forma como concebe a sociedade, como algo posto, imutável e, conseqüentemente, incognoscível, visto que o ser humano é descolado da sua malha de relações sociais, perdendo sua dinamicidade histórica.

Nessa linha de pensamento, a concepção de ciência é circunscrita à natureza, aquilo que pode ser verificado por aplicação de instrumento e técnicas. Nessa perspectiva, o ser-propriadamente-assim não existe para a consciência humana que a reflete, apenas sua manifestação aparente, por isso não importa investigar sua historicidade, seus nexos e relações

com as determinidades exteriores ao objeto. Suas investigações fecham o objeto na rigidez de tempo e espaço no qual se reproduz o fenômeno.

Assim, a realidade só pode ser considerada na proporção que pode ser confirmada instrumentalmente, pois não é possível alcançar a essência de sua constituição para atribuir um novo sentido e significado à vida humana fora das relações capitalisticamente determinadas.

Essa forma de pensamento cumpre tarefa de promover a separação da inseparável relação entre política, economia, ciência, ideologia, homem, sociedade, trabalho e educação. A relação entre sujeito e objeto é de afastamento rígido, não existe identidade, tampouco unidade contraditória dialética entre ser e não ser na processualidade da transformação material, operam em vertentes totalmente opostas.

Um problema metodológico desse tipo de análise é sua circunscrição à descrição dos dados, não cabendo análise e nexos com as relações exteriores. Nessa esfera procedimental reside a tentativa forçada de generalização do fragmento sem dinâmica com a totalidade social, uma objetividade pobre de determinações, predominando uma relação direta de causa e efeito.

Os interesses do capital são reproduzidos “naturalmente” quando ocorre, nas produções analisadas, o silenciamento, para manutenção de suas posições hegemônicas, diante das imperiosas degradações objetivas e subjetivas impostas pelo metabolismo do capital à vida humana, ou por críticas pontuais a este, mas sem apontar possibilidades superadoras que ultrapassem seus liames e convertam suas relações sociais noutras qualitativamente superiores, como a socialista.

Suas posições expressam o ceticismo, o conservadorismo, o conformismo, a dependência cultural, econômica, científica e política frente às nações de capitalismo avançado, pois não apresentam a necessidade de rupturas com os obstáculos internacionais que entravam o desenvolvimento da soberania nacional.

As pesquisas hegemônicas (objetivistas e subjetivistas) não apresentam radicalidade filosófica em suas investigações que permita a formação política dos professores com consciência de classe para si que se converta em desdobramentos práticos para o enfrentamento diário, seja no campo científico ou na esfera da economia política, das contradições da realidade porque separam a ciência da luta política e da ideologia.

Na produção analisada, aponta-se que existe uma guinada ontológica do objetivo para o subjetivo. Nessa perspectiva subjetivista, o ser humano é causa primária de todas as determinações da sociedade. Ainda que se tenha acordo com essa afirmação, a concepção de ser humano que se aparece é um ser estéril, especulativo, abstrato, haja vista que não tem materialidade histórica, é o ser isolado de sua relação com genericidade humana.

Esse isolamento é caracterizado pela acentuação de sua subjetividade como elemento central na resolução das problemáticas da realidade concreta. A relação entre indivíduo e gênero é reduzida aos grupos sociais específicos aos quais este pertença ou com os quais se identifique. Não existe uma relação dialética entre singularidade, particularidade e totalidade. Para a concepção subjetivista, a humanidade não existe com seus determinantes históricos, o que existe são pessoas pertencentes a grupamentos sociais de acordo com suas experiências e seus interesses privados.

A história da humanidade é atribuída a atividades humanas isoladas. Há, dessa forma, uma atribuição das responsabilidades histórico-sociais à esfera individual, ou seja, é do indivíduo ou no máximo um grupo a incumbência pela mudança das circunstâncias históricas. Poder-se-ia considerar essa posição como um subjetivismo, pelo fato de considerar a verdade, não como fruto das ações humanas intencionais individuais e coletivas, mas pela negação da objetividade universal, ratificada pelo critério científico da verdade subjetiva, ou seja, aquilo que é verdadeiro apenas para o indivíduo que conhece e estabelece julgamento de valor sobre o conhecido.

Não se pode perder de vista que a subjetividade é fundamental no processo de conhecer a realidade, contudo é preciso estabelecer a dinamicidade dialética com as determinações objetivas postas para o sucesso das ações potencializadores de uma verdadeira revolução social, consiste nessa dinâmica a recuperação dialética entre indivíduo, grupo e gênero humano. A unilateralização resvala num relativismo epistemológico, o que se apresenta como verdade para um, pode não ser para outro. Essa condição é imposta porque o critério científico não é o real apreendido independentemente da consciência humana, mas por ela venerada.

Trata-se, nessa esteira de negação da verdade, pela afirmativa da incapacidade de compreender as determinações materiais e ideológicas postas pela realidade, do processo de obstacularização do progresso científico que tenha a prática transformadora do mundo objetivo como critério de verdade para promover uma ruptura radical com a base econômica e a superestrutura do modo de produção da existência.

A realidade não é concebida, por essa forma de tradução teórica do mundo, como algo estático, mas como uma interpretação individual das formas como cada membro da sociedade a entende. Significa, portanto, a negação de toda luta histórica empreendida pela tradição iluminista e seus sucessores para retirar a humanidade do desconhecimento e possibilitar o conhecimento do real para além de sua aparência imediata. Apartada dessa dimensão, a realidade não precisa ser questionada em seu fundamento ontológico, axiológico e teleológico, sua natureza político-econômica, mas aceita como ela é, respeitando cada individualidade.

Ainda que essa tendência seja promotora, em algum grau, da crítica, a falta de radicalidade não permite alcançar as determinações de última instância, pois a expressão teórica não é produto do movimento da realidade concreta, mas representações subjetivas sobre a realidade, não expressando a crítica enquanto uma antítese ao que está posto com o objetivo de uma síntese superior.

Nesse sentido, não conseguem projetar teleologicamente uma alteração substantiva nas relações sociais de produção da ordem capitalista, fator que se expressa no entendimento de uma sociedade democrática nos liames liberais, que resulta numa compreensão de liberdade postuladora das liberdades individuais para transformação de suas próprias realidades.

Diferentemente desse posicionamento, apreende-se a crítica à produção do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia como uma antítese necessariamente radical às determinidades do modo de produção capitalista, atividade que exprime uma síntese qualitativamente superior nas relações sociais entre os seres humanos. Nessa direção, seu ponto de partida não pode ser outro senão a prática, a forma como os seres humanos produzem a existência.

Urge a necessidade da produção científica recuperar a crítica nos preceitos marxistas, como apontado por Enguita (1993, p. 78-80): 1) precisa ser construída por oposição, não significa inventar uma nova forma de fazer ciência, ou de estabelecer categorias aprioristicamente fora da realidade objetivamente posta, mas de examinar e apreender as determinidades no movimento histórico real; 2) a crítica tem que ser materialista histórica e dialética. Não há como promover a crítica à sociedade regida pelo metabolismo do capital sem conceber a ontologia materialista histórica e dialética. O ser humano precisa ser considerado, em sua concretude, como sujeito historicamente determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção; 3) é preciso situar a crítica na totalidade social. A função social da ciência é investigar e descobrir as causas reais para resolver os problemas postos pela realidade a serviço da humanidade. Para isso a crítica precisa congrega as vias diferenciadas pelas quais se produz e reproduz a consciência coletiva e individual, situando a ciência com outros mecanismos de produção da consciência; 4) considerando a ciência enquanto parte da superestrutura, na crítica é fundamental demonstrar que as ideias são resultados das condições materiais da existência e reprodução de seus valores, não no sentido de apresentar outros valores, mas de exteriorizar a relação entre estes e a produção material da vida com a finalidade de erradicar a base material de sua sustentabilidade. Inclui nessa esfera a crítica ao reformismo; 5) a crítica deve ter base na economia política como centralidade na explicação da superestrutura, haja vista que a análise econômica contribui para situar o objeto

investigado no processo global da produção social; 6) a avaliação do objeto realmente existente, que não significa sua mera descrição, mas, sobretudo, para situar as tendências existentes na estrutura social para projetar e agir teleologicamente na construção de novas perspectivas que solucionem as contradições entre tese e antítese no metabolismo do capital.

A crítica à ciência hegemônica é tarefa basilar na construção coletiva da classe para si, vai ser o seu grau de elaboração que contribuirá para produção de antítese e construção de um projeto histórico superador das relações econômicas capitalistas em transição ao socialismo.

Torna-se necessária a compreensão ontológica do processo de complexificação da sociabilidade que fez o gênero humano ampliar sua generidade social, culminando na complexidade da individualidade proceder no real concreto. Promover interpretações fora desse entendimento ontológico é tergiversar sobre pseudoconstruções ontológicas. Aponta-se a necessidade de reconhecer na relação entre gênero e indivíduo a identidade da não identidade. Ainda que a individualidade seja pertencente ao gênero, sua historicidade não deve ser confundida com este, são os atos singulares responsáveis pela diferenciação.

Para evitar qualquer interpretação equivocada de que se nega a tarefa histórica e singular de cada indivíduo na história, já citadas as ideias de Plekhanov (2011), tem-se o discernimento ontológico que de o ser humano enquanto indivíduo, embora seja produto do gênero humano, na proporção que vai respondendo aos problemas colocados pela realidade objetiva constrói sua individualidade, visto que a constrói intimamente ligada aos condicionantes da totalidade social. Não se trata de uma construção isolada, devido à reciprocidade dialética de impulsão e retração entre singularidade, particularidade e totalidade social.

É preciso recuperar a história como referência para se proceder cientificamente. A revolução burguesa só foi possível porque os interesses particulares da burguesia se apresentaram como universais e desentravaram as forças produtivas em contradições com as relações de produção naqueles tempos históricos. Seu resultado foi a conversão dos complexos particulares em complexos universais, ainda que seu lado conservador tenha culminado na apropriação privada dos meios de produção depois da revolução.

O tempo histórico atual demanda que os interesses universais postos na produção científica sejam reais e verdadeiramente coletivos, não há mais espaço para valoração individualista no estágio agonizante do capital. É preciso que todas as formas de opressão sejam coletivamente subsumidas para a construção teleológica de novos complexos axiológicos. Acredita-se que isso só é possível a partir da análise, compreensão e explicação das formas concretas de opressão, para, por dentro deste sistema, assentados nos preceitos da concepção materialista e dialética da história, projetar um novo horizonte histórico.

A produção científica precisa assumir essas posições ontológicas e teleológicas em suas investigações, haja vista que amplia a compreensão e explicação da relação unívoca entre ser humano e sociedade. A via contrária é o consensual à lógica reprodutiva da vida no metabolismo do capital, pauta-se pela vontade de preservação espontânea da realidade, como se esta não fosse resultado de uma cadeia de ações humanas teleologicamente guiada e com interesses político-ideológicos particulares e universais. Sua significação científica não pode ser resumida ao mundo exterior espontaneamente concebido, ou por um espírito celestial, precisa deter-se na relação entre base material e superestrutura.

Torna-se um prejuízo epistemológico para o desenvolvimento da ciência em Educação Física, um atraso na forma de pensar e produzir conhecimento científico, porque na atualidade o ilimitado grau de desenvolvimento das forças produtivas não impede, como no passado, a indagação e explicação autenticamente ontológica sobre o ser e seu ser-propriadamente-assim.

Mas a negação da capacidade de conhecimento da realidade opera na direção contrária ao progresso da ciência numa perspectiva da livre emancipação da classe trabalhadora, decorrente do fato de ter sido apropriada, hegemonicamente, pelos interesses do capital e se tornado uma força estranha, aquilo que se apartou do produtor que não se reconhece mais nela, fazendo com que as ideologias adjuntas ao modo de produção capitalista entrem o desenvolvimento da capacidade humana de pensar e agir rigorosamente. Para isso precisam operar por via da deslegitimação do conhecimento científico, que permite conhecer e modificar a realidade existente independentemente da consciência humana.

A objetividade concreta torna-se irrelevante, o importante é o ser, não o ser-propriadamente-assim rico de determinações estabelecidas independentemente de sua vontade. Dois elementos se apresentam como centrais: a) a negação da ciência como fundamento generalizado da atividade humana para produção e reprodução da vida, logo, palco da disputa político-ideológica de classes com interesses divergentes; b) afirmação cética da ciência na produção de necessidades descoladas dos interesses reais da sociedade.

O conhecimento do ser é obscurecido pelo seu autoconhecimento ou pela concepção de ciência manipuladora. Ou seja, uma atuação para afirmar a incognoscibilidade do real e reter o desenvolvimento do pensamento científico revolucionário.

A falta de materialidade histórica na pesquisa científica implica uma limitação na compreensão dos problemas das determinações de últimas instâncias. Disso decorre a conversão dos problemas de ordem material para a esfera subjetiva, assim, por exemplo, a crise estrutural do capital, um problema oriundo da forma como se está produzindo a vida, tornar-se-á uma pretensa crise de paradigma, a resolutividade é simples: muda-se o paradigma e os

problemas da realidade estão resolvidos. Se esse posicionamento fosse verdadeiro, os problemas da humanidade já estariam solucionados. Sem conceber a prática material, não há como resolver um problema de ordem prática; para, contudo, a reflexão vazia sobre o real empobrecido.

Ao se apreenderem as concepções de ser humano adotadas pelas produções científicas como elemento da análise, reconhece-se que nela reside um arsenal categorial central, pois a partir dela é possível uma mediação para identificar ontologicamente a concepção de educação, de sociedade, de ciência, de temporalidade histórica, Educação Física e as finalidades das ações humanas frente às problemáticas candentes dos tempos atuais.

A interpretação do processo de humanização do ser humano é essencial, haja vista que traz à baila todo um processo que vai assumir perspectivas diferenciadas de acordo com os interesses de classes. A partir das categorias fundantes, trabalho, linguagem, espírito etc., adotadas pelos autores, pode-se inferir e claramente situar a produção científica numa esfera ontológica e numa perspectiva político-filosófica.

A partir dos estudos sobre ontologias, com base em Lukács (2015, 2018), compreende-se que no campo científico a ontologia não é única, pode ser expressa no plano fictício (a religião como pressuposto para negação das relações sociais assentadas no plano material, a transcendência); no idealista (concepções fragmentárias que acreditam ser a ideia a base da produção material); mecanicista (considera a matéria descolada das determinações subjetivas), o que vai fundamentar a forma como o ser humano é definido nas produções científicas analisadas.

Contrários a essas nuances ontológicas, esta pesquisa foi fundamentada na perspectiva ontológica materialista histórica e dialética enquanto um instrumento analítico do pensamento. Esse enfoque possibilitou superar, por incorporação, as dimensões puramente lógico-gnosiológicas de analisar a produção científica, com base na orientação pela concreticidade do objeto de investigação.

O fato de se ter consubstanciado numa ontologia cientificamente fundada, propiciou exaurir o debate e eximir qualquer dimensão que se apresente como cadeias teleológicas causais reprodutoras do cotidiano alienado. Todavia, esta empreitada analítica identificou que parte da produção hegemônica que fragmenta as premissas teóricas das programáticas constrói sistemas ontológicos falsos, pois não condizem com a realidade empiricamente posta, ao conceber o ser humano com um ente apartado de sua atividade central, o trabalho.

Essa dimensão é constatada nas perspectivas objetivistas, ou mecanicistas que consideram o ser humano como natural, conseqüentemente a sociedade vai ser reconhecida na

mesma direção, limitando a ação humana na perspectiva de conhecer e transformá-la. Nesse marco, o ser humano faz parte da sociedade que existe antes dele, e a esta precisa ajustar-se e trabalhar com objetivo de aperfeiçoá-la. Dessa forma, o sistema do capital é compreendido como o primeiro e último estágio de desenvolvimento da sociedade.

Constata-se, assim, a falta do pensamento crítico radical para examinar os fundamentos, pois não há relação entre o estudo dos objetos de investigações com as determinações essenciais que fazem deste ser o que ele é. Há uma redução na explicação sobre o que é o ser humano porque não conseguem ultrapassar a captura dos dados pelos sentidos ou pelos instrumentos de mensuração.

O mundo exterior é reconhecido como independente à consciência humana, mas é apreendido em sua aparência fenomênica, aquilo que se apresenta em primeira instância, pois não cabe ao pesquisador qualquer intervenção de sua subjetividade perante o objeto, é preciso permanecer numa suposta neutralidade axiológica e científica.

Contraposta a essas concepções, a terceira vertente apreendida na análise das produções se apresenta como uma perspectiva crítica radical. Esta coloca como ponto de partida para análise e explicação dos objetos de suas investigações o trabalho enquanto categoria ontológica, por conseguinte, concebe o ser humano como ser historicamente constituído; estabelece relações entre premissas teóricas e programáticas; apresenta as contradições do modo de produção em sua face mais desenvolvida, o capitalismo monopolista, o imperialismo e seu estágio agonizante para continuar regendo a vida dos indivíduos e conter um processo revolucionário de alteração radical de sua ordem; aponta um projeto histórico socialista de superação do capitalismo, apesar de apresentar diferentes vias para lograr êxito.

Ao se procedemos à análise epistemológica dos fundamentos lógicos do conjunto de produções, foi possível apreender, nos textos depurados e recompostos, pela abstração, a dimensão subjetiva dos autores para além dos discursos, pois se estabeleceu ontologicamente a relação com a materialidade concreta. Essa condição é fundamental porque se concebe a produção científica enquanto expressão subjetiva da realidade objetiva, que pela *intentio recta* (LUKÁCS, 2015) é possível apreendê-la enquanto uma simbiose multideterminada.

Outro elemento essencial, disposto na tese para análise e explicação das determinidades das causalidades postas na produção científica, foi o pressuposto estruturante para se pensar os interesses ideológicos e políticos apresentados na produção científica, a luta de classe. Se os indivíduos são regidos por um modo de produção cuja história é assentada em interesses humanos antagônicos, não há como descolar sua principal causalidade objetiva, contradição entre explorado e explorador da esfera analítica da produção científica.

O modo de produção capitalista tem como cerne a exploração da força de trabalho para produção de mais-valia e acumulação da riqueza pelos proprietários dos meios de produção. Nessa relação social, toda produção humana é uma mercadoria em potencial. Assim, a educação escolarizada e produção científica fazem parte desse complexo que precisa ser radicalmente extirpado para atender às necessidades humanas universais de primeira ordem, visto que a ciência é uma força produtiva que, diretamente empregada aos processos produtivos, racionaliza a produção, potencializa a acumulação e intensifica o trabalho material capitalista e eleva o lucro, e a educação escolar pode ser um instrumento ideológico para reprodução valorativa dos interesses do capital.

Demonstrou-se nos dados como o processo de mercadorização tem afetado a formação de professores, sobretudo com as grandes corporações monopolistas vendendo educação e fomentando a distância com a finalidade de obter grandes lucros, são mais de 150 mil vagas disponibilizadas por esses grupos. A contradição que se expressa nesse processo é a venda de um produto (educação) precarizado, e a oferta, para o próprio mercado, de um profissional com formação rebaixada. Nessa relação, a dialética contraditória entre teoria e prática, ensino e pesquisa, é posta em polos distintos, o que predomina é a formação baseada no conhecimento tácito, o saber fazer.

No campo político da Educação Física, a divisão da formação entre licenciatura e bacharelado é um problema concreto que incide na fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas na produção/circulação do conhecimento científico. Tal fragmentação é justificada sob o pretexto de qualificação para atuação em espaços formativos distintos (espaços escolares e não escolares), para isso descolam a identidade profissional do professor e a convertem em profissional.

Ao conceber a área do conhecimento com duas perspectivas de formação, coloca-se no plano técnico-científico, contrária à qualificação profissional, a negação do conhecimento. A perspectiva científica não é colocada como um patrimônio universal que deve ser acessado por todos com a finalidade de maximizar a formação humana e científica para ampliar a capacidade humana de refletir e agir na realidade, mas como um patrimônio privado que deve atender a interesses particulares. Uma estratégia que prossegue os interesses de expansão das formas de extração de mais-valia nos espaços de atuação profissional no cada mais vez mais escasso mercado de trabalho.

Segundo Gamboa (2010a), essa é uma problemática que assola a educação e a Educação Física, mas que precisa ser superada, recuperando o domínio do conhecimento científico no

processo de formação para levantar os problemas da realidade, produzir novos conhecimentos e resolvê-los.

Seus desdobramentos são a negação da história, haja vista que não conciliam a relação entre indivíduo e sociedade (individualidade e generidade), mas estabelecem uma relação estática. O movimento da realidade é escamoteado, a temporalidade histórica se reduz à atualidade como se não tivesse consequência de seus antecessores. A imposição ideológica dessa forma de expressar um produto social na produção/circulação do conhecimento retira suas determinações ontológicas de última instância, trabalho e tempo histórico, e estabelece uma normatividade alienante no modo de produzir a vida em comunidade.

As consequências políticas da fragmentação entre as premissas teóricas e programáticas podem ser constatadas na prática. No âmbito federal, vivencia-se diariamente a destruição do que restou do frágil Estado Democrático de Direito, enquanto a insurgência popular permanece adormecida pela manipulação midiática. No estado da Bahia, em janeiro de 2020, o governo do estado se articulou para aprovar sua reforma da previdência. O que se pode constatar é o esvaziamento dos movimentos da categoria para barrar a reforma, problema que pode estar atrelado à direção, como já afirmou Trotski em 1938, mas a falta de consciência de classe no processo formativo é fundamental para superação da letargia social que historicamente assola a sociedade.

É preciso que a produção do conhecimento científico em Educação Física analisada, e em geral, não seja regulada por um espontaneísmo e determinada, sem a crítica, pelas políticas fundomonetaristas que retiram direitos, destroem serviços públicos, colocam em risco a democracia e a soberania nacional, como é caso da realidade governamental nacional neste momento histórico, mas que amplie a sua capacidade de compreensão, explicação e análise da realidade para contribuir na formação de novas subjetividades que incidam na construção de uma nova história, em que homens, mulheres, crianças, jovens e idosos tenham plena liberdade de fruição da vida. Condição que só possível se se recuperar a relação entre premissas teóricas e programáticas à luz da ontologia materialista histórica e dialética.

Mas essa forma de proceder da produção científica tem uma raiz histórica, a formação social brasileira. A própria história da formação social brasileira retira a sua originalidade ontológica, nega por exclusão tudo aquilo que foi produzido, projetou a cultura do país como inferior e a subordinou a relações imperialistas, entre metrópoles e colônias subordinadas ao eurocentrismo. Para isso fez uso das forças materiais e ideológicas com a finalidade de adestrar a capacidade dos países periféricos, considerados colônias, de desenvolver-se autonomamente.

Adestramento que se expressa, hegemonicamente, no aceitar os desmandos político-econômicos para avultar a extração da mais-valia e otimização do lucro pelas nações imperialistas por via do rebaixamento da formação para barateamento do valor da força de trabalho. Observe-se o atual cenário de retrocesso científico, tempos em que a ciência está sendo relegada à escória da história, e o fundamentalismo religioso invadindo a subjetividade humana e aniquilando a capacidade de reação contra o governo de extrema-direita, de caráter bonapartista, que ataca diariamente os direitos da classe trabalhadora.

Tomando a luta de classe como motor da história, na sociedade brasileira a característica da produção científica é resultado de um longo processo que, hoje, em tempos de retrocesso da economia-política, humano-social, ficam mais evidentes a colonização e o subdesenvolvimento.

A colonização, que gerou uma dependência política, econômica e social das grandes nações de capitalismo avançado, promoveu uma sociedade subdesenvolvida, de estrutura híbrida entre ilhas altamente desenvolvidas e grandes áreas totalmente atrasadas. Podem-se apontar como fatores identificados nesse desenvolvimento desigual as seguintes expressões: a) a posição da sociedade brasileira na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matéria-prima/commodities e consumidor de produtos industrializados e de tecnologia atrasada; b) a incapacidade e conformidade da burguesia nacional em promover uma revolução social que representasse os interesses nacionais para romper com a estrutura de capitalismo dependente e alcançar o estado de soberania nacional; c) a contenção intencional de desenvolvimento das forças produtivas pelos colonizadores e neocolonizadores com objetivo de manter o Brasil numa relação desigual para competir no mercado internacional, a relação centro-periferia do capitalismo, limitando sua autonomia política, econômica e científica; e) o endividamento nacional por um sistema da dívida externa pública mediada pelos organismos do capital, FMI, BM e a OCDE, como dragas de 38,27% do orçamento federal para reprodução e valorização do capital financeiro; f) a falta de formação e organização política para uma revolta em grande escala; g) a ideologia do desenvolvimento nacional atrelado ao fator econômico e não ao fator social como etapa para, “naturalmente”, alcançar os níveis produtivos dos países de capitalismo avançado; h) a falta de projeto de sociedade eminentemente nacional; i) ausência dos meios de produção para produzir ciência com interesses nacionais; j) o desenvolvimento tardio da universidade, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

O conhecimento científico precisa reverter esse quadro histórico pela sua capacidade de formação da subjetividade que compreenda as condições alienantes impostas pela burguesia

para forjar subjetividades humanas descoladas do entendimento das objetivações concretas das leis que regem o modo de produção da vida com objetivo de conformação.

Dessa forma, é preciso romper com esses nexos causais teleologicamente postos, e como estratégia política a produção científica em Educação Física no estado da Bahia deve ter como horizonte histórico um programa assentado nas seguintes premissas: a) unidade contraditória e indivisível entre teoria e prática, programa e ações, sujeito e objeto, realidade e pensamento, ciência e política, ciência e ideologia, história e projeto histórico, ontologia e teleologia; b) defesa da formação ampliada de professores de Educação Física como estratégia de ruptura com a fragmentação entre licenciatura e bacharelado e construção política da identidade profissional que, conseqüentemente, está dividindo a classe trabalhadora e acirrando a disputa entre si pelos interesses do capital; c) formação política dos professores de Educação Física, e dos professores em geral, para fortalecimento dos organismos da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, associações, movimento de lutas sociais, entidades científicas e outras), principalmente em tempos de combate ao profascismo; d) projetar um desenvolvimento econômico assentado na perspectiva da soberania nacional. Consiste, pois, numa ruptura radical com os laços históricos de dependência das nações imperialistas, para livre fruição e imposição dos interesses nacionais autodeterminados na divisão internacional do trabalho; e) domínio da ciência, na perspectiva humano-social, para o progresso insubordinado de forças produtivas e superação substantiva da subordinação tecnológica pautada nos interesses de mercados impostos pelas multinacionais e pelos organismos multilaterais; f) união com as nações que apresentam interesses em libertar-se do jugo do capital, para constituição de uma frente anti-imperialista internacional, para ingressar um processo permanente de revolução pela precipitação do definhamento do sistema metabólico do capital, com a vigilância constante sob forças contrarrevolucionárias.

A produção do conhecimento hegemônica é resultado da correlação de forças, por isso está na ordem do dia romper com os interesses da ciência hegemônica, o que não significa executar tudo que por ela foi produzido, mas converter radicalmente os interesses de reprodução privada do capital nos interesses universais da classe trabalhadora. Romper com a propriedade privada dos meios de produção, com a exploração do trabalho assalariado, romper com o Estado burguês e com o sistema axiológico, com a ética e a estética própria da lógica capitalista. Isto passa pela defesa de governos democráticos e populares, por programas de transição com reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora. Passa, neste momento histórico, pela recuperação de patamares de democracia que permitam avanços na emancipação da classe trabalhadora, que será obra resultante da luta histórica da própria classe trabalhadora.

Portanto, a análise teórica aqui realizada permite, como conclusão política, reconhecer que não são lutas separadas a defesa do sistema de produção do conhecimento científico e tecnológico com base em premissas de um projeto histórico, cujos princípios são os próprios da economia socialista (MÉSZÁROS, 2002), e a luta histórica pela emancipação da classe trabalhadora para superar o modo de produção capitalista.

Destacam-se ainda, nesta síntese conclusiva, os princípios de funcionamento da alternativa socialista, segundo Mészáros (2002, p. 50, grifos do autor):

[...] a regulação, dos produtores associados, do processo de trabalho orientado para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; a instituição de contabilidade socialista e do legítimo planejamento *de baixo para cima*, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade *de cima para baixo*, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente conflitante deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio de *troca planejada de atividades*, em vez de direção política arbitrária tanto da força de trabalho como de bens no sistema do capital e pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista *troca de mercadoria* do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntária assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da *irresponsabilidade institucional* que marca e vicia *todas* as variedades do sistema do capital.

Ainda em consonância com Mészáros (2002, p. 50), “a necessidade de sua implementação não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global”.

Considerando a necessidade de formular novos problemas de pesquisa para construção de novas respostas frente ao aprofundamento da agudização da crise estrutural do capital em nível mundial, aponta-se, para debates futuros, a demanda identificada de prosseguimento de estudos sobre a mediação ontológica entre política, ética, Estado, formas de governos, governos ultraliberal, fascismo, destruição das políticas públicas, degradação da formação de professores em geral, de Educação Física em específico, da formação humana e seus desdobramentos na produção do conhecimento em geral e, em particular, na produção do conhecimento em Educação Física.

Por fim, considerando a provisoriedade do conhecimento, à luz da ontologia materialista histórica e dialética, conclui-se esta investigação abrindo o espaço para o desenvolvimento da crítica científica ao que foi produzido até aqui, pois foi assim que caminhou o melhor da

tradição filosófica e é assim que a humanidade deve prosseguir para liberdade e desenvolvimento do pensamento científico, que se tem como horizonte histórico a genuína libertação das relações de exploração dos seres humanos para com os outros seres humanos.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. 2005. Disponível em: <https://actionaid.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2020.

A CORRUPÇÃO e a dívida pública no período militar (1964-1985). **Auditoria Cidadã da Dívida**. 2016. Disponível em: auditoriacidada.org.br/conteudo/corruptao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/. Acesso em: 25 jan. 2020.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBUQUERQUE, Joelma Oliveira de. **Crítica à produção do conhecimento sobre a Educação do Campo no Brasil: teses e antíteses sobre a educação dos trabalhadores no início do século XXI**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ALDANA, Ramon Losada. **A dialética do subdesenvolvimento**. São Paulo: Editora: Paz Terra, 1968.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Tradução: Carlos Cruz. New Left Books Edição: Edições Afrontamento, 1976.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDERSON, Perry. Ideias e ação política na mudança histórica. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 2003.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Garamond, São Paulo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e LULA**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Idade escolas e atividade de estudo: educação, ensino e apropriação dos sistemas conceituais. *In*: MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Angelo A.; FACCI, Marilda G. Dias (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 171-192.

ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o Wikileaks**. Trad. Cristina Yamagami. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

AVILA, Astrid Baecker. **A pós-graduação em Educação Física e as tendências na produção de conhecimento: o debate entre realismo e anti-realismo**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resultado da consulta de valores**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarSeries&series=13621#Bot>. Acesso em: 03 maio 2019.

BARAN, Paul.; SUWEZY, Paul. **Teoria e história do capitalismo monopolista**. Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade**: teoria do conhecimento. São Paulo: Alfa Omega, 1985.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo. Cultrix. 1974.

BRACHT, Valter. **Educação física e ciência**: Cenas de um casamento in-feliz. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF nº 456, de 05 de outubro de 2004**. Dispõe sobre a isenção do imposto de renda e de contribuições aplicável às instituições que aderirem ao Programa Universidade para Todos. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=08/10/2004>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a Degradação do Trabalho no Século XX. Guanabara, São Paulo, 1987.

CARTA ao povo brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A Atual Ideologia Conservadora e o Capitalismo Contemporâneo: uma Crítica à Teoria Pós-moderna Neoliberal. *In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA 200807091134410, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2008. Anais [...]. 2008.*

CARVALHO, Edmilson. **Produção dialética do conhecimento**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUI, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** [online], Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./out./nov. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CHAVES, M. **A produção do conhecimento em Educação Física nos estados do Nordeste [Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe]**: balanço e perspectiva. 2005. Tese (Pós-Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). **Marxismo Hoje**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Ciclo militar na América do Sul. **Blog da Boitempo**, São Paulo, mar. 2014. Seção Osvaldo Coggiola. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/osvaldo-coggiola/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. Cortez, 1992.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Sociologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DALCASTAGNÉ, Giovanni. **Produção de dissertações em Educação Física no estado de Santa Catarina**: concepções de iniciação esportiva e saúde e sua inter-relação. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2012.

DIAS, Mario Flávio Coutinho. **Tendências e implicações epistemológicas de produções científicas de pós-graduação em Educação Física relacionadas à obesidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUARTE, Newton. **Vigostski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigostskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton. A importância da concepção de mundo para educação escolar: porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein. **Revista Germinal: Marxismo em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 8-25, jun. 2015.

DUARTE, Newton. **Sobre o Construtivismo: contribuições e análise crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 59-72, dez. 2013.

DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica e a luta de classes na educação escolar**. Campinas, Autores associados, 2012.

DUARTE, Newton; ANJOS, Ricardo Eleutério dos. A teoria da individualidade para si como referência à análise da educação escolar de adolescentes. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 3, p. 115-132, set./dez. 2017.

DRUCK, Graça, FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces. **Revista Katál**, Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. de 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring: a revolução da ciência segundo senhor Duhring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Centauro, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan/Friedrich Engels; tradução Nélio Schneider**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGUIA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

EVANGELISTA, João Emanuel de Oliveira. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa Omega, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, Virgínia. Democracia e revolução. *In: A democracia pode ser assim história, formas e possibilidades*. São Paulo: Boitempo/SESC, 2019. p. 29-36.

FREITAS, Luís Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

FREITAS, Luís Carlos de. **Uma pós-modernidade de libertação**: reconstruindo as esperanças. São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FREITAS, Luís Carlos de. Projeto histórico, ciência pedagógica e 'didática'. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 27, p. 122-140, set. de 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 1º sem. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: a produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. Ampliação dos circuitos comerciais conduzindo à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho. *In: D'AGUIAR, Rosa Freire. Furtado o essencial*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. p. 35-41.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.1, n. 1, p. 5-19, ago. de 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2005.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. **Epistemologia da Educação Física**: as inter-relações necessárias. Maceió: Edufal, 2010a.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. Produção do conhecimento e formação de professores: debatendo as perspectivas epistemológicas. *In: III SEMINÁRIO EM EPISTEMOLOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA E I SEMINÁRIO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES*, 2010b. **Anais [...]**. 2010b.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. **Projetos de Pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre pergunta e resposta. Chapecó: Argos, 2013.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sanchez. **Reações ao giro linguístico**: o "giro ontológico" ou o resgate do real independente da consciência e da linguagem. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE/CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 15. E 2., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: CONBRACE, CONICE, 2007.

GENRO, Tarso. "Para Tarso é preciso definir verba antes da reforma". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de fev. de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/educacao/ult305u14998.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO de Bolsonaro terá mais militares do que em 1964. **Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/governo-de-bolsonaro-tera-mais-militares-do-que-em-1964/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais**. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 1. (Coleção Perspectivas do Homem)

HACK, Cássia. **Formação de professores e professoras de Educação Física no Brasil e o embate de projetos no campo de conhecimento da saúde**: contribuições da teoria pedagógica histórico-crítica. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25354/1/2017%20TESE%20Cassia%20Hack%20defesa%2013%20dez.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores)

HOBBS, Eric John Ernest. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÚNGARO, Vitor. **Pós-modernidade, Revista Movimento e a produção do conhecimento**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

HÚNGARO, Vitor; HÚNGARO, Edson Marcelo. **A incursão da pós-modernidade na educação física brasileira, estudo de sua veiculação na revista “movimento”**. Anais do congresso brasileiro de ciência do esporte-Conbrace: Brasília, 2013.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2000.

KATAOKA, Emyly Kathyuri. **Tendências na produção do conhecimento em Educação Física escolar: análise das produções do PDESEED/ PR (2007-2008)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KOPNIN, Pável Vasílievich. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOPNIN, P. V. **Fundamentos lógicos da Ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEHER, Roberto. **Organização, estratégia política e os planos nacionais de Educação**. 2014. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

LEHER, Roberto; SILVA, Simone. A universidade sob o céu de chumbo. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. XXII, n.54, p. 6-17, ago. 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Materialismo e empiriocriticismo**. Obras completas Tomo XIV. Lorenza Correa Akal, 1977a.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Marxismo e revisionismo**. Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I. Lênine, Edição em português da Editorial Avante, 1977b. t. I. p. 40-46, traduzido das Obras Completas de V.I. Lênine, 5ª Edição em russo. t. 17. p. 15-26.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Karl Marx: Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposição do Marxismo**. Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I. Lênine, Edição em português da Editorial Avante 1977c, t. I. p. 17-42, traduzido das Obras Completas de V.I. Lênine, 5ª Edição em russo. t. 26. p. 43-93.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Marxismo e revisionismo**. Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I. Lênine, Edição em português da Editorial Avante 1984. t. II. p. 49- 53, traduzido das Obras Completas de V.I. Lênine, 5ª Edição em russo. t. 20. p. 217-222.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Tradução José Eudes Baima Bezerra. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Estado e Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Discurso no III Congresso de toda a Rússia da união comunista da juventude da Rússia – 2 de outubro de 1920. *In: As tarefas revolucionárias da juventude*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 7-28.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Como iludir o povo com slogan da liberdade e igualdade**. São Paulo: Global, 1979.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contrarrevolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação a distância ou à distância da educação. Distrito Federal: **Revista Universidade e Sociedade**, ano XVI, n. 9, fev. 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Ensaio**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, n. 15, 2008.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (livre docência) - Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Para compreender a ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Para compreender a ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Reboquismo da dialética**: uma resposta aos críticos de história e consciência de classe. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, Georg. **Los fundamentos ontológicos del pensamiento y la acción humana**. Conferencia. Publicada por primera vez en ad lectores 8. Neuwied y Berlín: Luchterhand Berlín: Luchterhand, 1969. Disponível em: <https://omegalfa.es/autores.php?letra=&pagina=15#>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LUKÁCS, Georg. **Socialismo e democratização**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

LUKÁCS, Georg. **Materiales sobre el realismo**. Barcelona-Bueno Aires-México D.F.: Ediciones Grijabo, S.A., 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Petrópolis: Vozes, 1991 (Nesta obra encontram-se os seguintes artigos com tradução de Isabel Loureiro: Questões de organização da social-democracia russa; A revolução russa; O que quer a Liga Spartakus?).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999 (republicação da tradução de Lívio Xavier).

LUXEMBURGO, Rosa. **A Teoria Marxista e o Proletariado**. [S.d.] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1903/03/14.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** Prólogo à Edição Brasileira: Emir Sader. 2. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.

MCCAFFREY, Matt. A “luta de classes” é real – só que os lados opostos são diferentes do que imagina a esquerda. **Mises Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2825>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARCOVTICH, Jaques- (Org.). **Repensar a universidade**: desempenho acadêmico e comparações internacionais. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018. E-book disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/224>. Acesso em: 21 maio 2019.

MARR, Andrew. **Uma história do mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. *In*: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento do psiquismo**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 13-34.

MARTINS, Lígia Márcia. O que ensinar? O patrimônio cultural como conteúdo de ensino e a formação da concepção de mundo dos alunos. *In*: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO, Marcela de Moraes. **Pedagogia histórico-crítica**: legado e Perspectiva. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 83-98.

MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. (Coleção Formação de Professores)

MARTINS, Lígia Márcia. Relações Psicologia e Educação: contribuições da Escola de Vigotski. *In*: CIPSI (CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA). **Anais** [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009a.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: respostas à filosofia da miséria, de Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009c.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família** ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEC recua da decisão de punir universidade por “balbúrdia”. **Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mec-recua-da-decisao-de-punir-universidades-por-balburdia/>. Acesso em: 01 maio 2019.

MERCADANTE, Aloizio. A crise brasileira e latino-americana na atualidade. *In*: Congresso Chico Mendes. **Serviço Social e as respostas da categoria aos desafios conjunturais**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 26-30.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de Consciência I**: A dialética da Estrutura e da História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de Consciência II: a determinação social do método.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2012a.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas, 50 respostas: sobre a dívida, o FMI, e o Banco Mundial.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINTO, Lalo Watanabe. **Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão.** Campinas: Autores associados, 2006.

MONTORO, Xabier Arrizabaló. **Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI.** Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, 2001.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Os “pós-ismos” e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**, Florianópolis, NUP/CED; Editora da UFSC, v. 14, n. 25, jan./jun. 1996.

NASCIMENTO, Ana Claudia Silvério. **Mapeamento temático de teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física no Brasil (1994-2008).** 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

O ROMBO das contas públicas está no sistema da dívida, e não na previdência social. **Auditoria Cidadã da Dívida.** 2019. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-rombo-das-contas-publicas-esta-no-sistema-da-divida-e-nao-na-previdencia-social/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ORSO, Paulino José. Criação da universidade projeto burguês de Educação no Brasil. *In:* ORSO, Paulino José; SAVIANI, Dermeval; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; NOSELA, Paulo. **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 43-62.

OXFAM, CESR, INESC. **Brasil: Direitos humanos em tempos de austeridade.** 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/direitos-humanos-em-tempos-de-austeridade/>. Acesso em: 10 maio 2020.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. 1.

PINTO, Álvaro Vieira. **Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 2.

PINTO, Álvaro Vieira. **Porque os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. v. 4. (Cadernos do povo brasileiro)

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua**. Rio de Janeiro: ISEB/Ministério da Educação e Cultura, 1960. v. 1. (Textos brasileiros de Filosofia)

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinotich. **O papel do indivíduo na história**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLITZER, Georges. **Princípios elementares de filosofia**. São Paulo: Fulgor, 1969.

POLITZER, Georges; BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de Filosofia**. Tradução de João Cunha Andrade. São Paulo: Editora Fulgor (Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos), 1967.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. In: PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes/EDUFSCar, 1995. v. p. 11-58.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano. **Aprofundar a democracia num mundo fragmentado**. 2002. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-RDH-pt-2002.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROMANZOTI, Natasha. Estranho mapa do mundo baseado na produção científica. **Hyperscience**. Disponível em: <https://hyperscience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>. Acesso em: 04 maio 2019.

SÁ, Kátia Oliver de. **Pressupostos ontológicos da produção do conhecimento do lazer no Brasil – 1972 a 2008: realidade e possibilidades na pós-graduação e graduação em Educação Física**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SÁ, Kátia Oliver de. **Projetos integrados de pesquisa em rede: Realidade e possibilidades da produção do conhecimento stricto sensu em educação física, esporte e lazer de professores que trabalham em cursos de formação de professores de educação física no estado da Bahia – 1982 a 2012**. 2013. Relatório de (pós-doutoramento em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SACARDO, Michele Silva. **Estudo bibliométrico e epistemológico da produção científica em Educação Física na Região Centro-Oeste do Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

SANFELICE, José- Luís. O compromisso ético e político do educador e a construção da autonomia da escola. **Nuances**, v. VI, out. 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/89>. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOS, João Derli de Souza. **A produção do conhecimento em Educação Física: análise epistemológica das dissertações e teses dos programas de pós-graduação nas universidades públicas da Região Sul do Brasil (2000-2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 21-35, set./out./nov./dez. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas/SP: Autores Associados, 1983.

SGUISSARDI, Valdemar. SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo**. 2. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SILVA, Agenor. Conjuntura da crise econômica. *In*: Congresso Chico Mendes. **Serviço Social e as respostas da categoria aos desafios conjunturais**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ivson Conceição. **Produção do conhecimento dos professores do curso de licenciatura em educação física da UFBA: realidade e possibilidade na formação de professores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19036/1/DISSERTACAO_IVSONSILVA.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Tendências teórico-filosóficas das teses em educação especial desenvolvidas nos cursos de doutorado em Educação Física do estado de São Paulo**. 2013. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e. **Mestrados em Educação Física no Brasil: pesquisando suas pesquisas**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e. **Pesquisa em Educação Física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Revista Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, 1998.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Julia Paula Motta de. **Epistemologia da Educação Física**: análise da produção científica do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP (1991 – 2008). 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

STRAHM, Rudolf H. **Por que somos tão pobres?** Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Problemáticas significativas da Educação Física/Ciências do Esporte**: realidade e possibilidades abordadas através de pesquisa matricial. Salvador: Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer, 2013. Mimeografado.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Políticas públicas, educação do campo e formação de professores para a escola do campo**. [S.d.]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MMrOyz8WKqcJ:www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php%3Fidtexto%3D881+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 maio 2020.

TAFFAREL Celi Nelza Zulke; ALBUQUERQUE, Joelma de Oliveira de. Epistemologias e teorias do conhecimento em educação e educação física: reações aos pós-modernismos. **Filosofia e Educação** (Online), v. 2, n. 2, p. 8-52, out. 2010/mar. de 2011. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/article/view/2165>. Acesso em: 21 jan 2014.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; PEIXOTO Elza M. de Mendonça; MORSCHBACHER, Márcia. A Formação para o Trabalho Científico na Formação de Professores de Educação Física. *In*: XIX COMBRACE-VI CONICE. **Anais [...]**. Vitória-Espírito Santo, 2015.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. *In*: TERRA, Dinah Vasconcellos; SOUZA JÚNIOR, Márcio (Org.). **Formação em Educação Física & ciências do esporte**: políticas e cotidiano. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Goiânia: CBCE, 2010. p. 13-47.

TONET, Ivo. **O método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: Edufal, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKI, Leon. Programa de Transição. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir Ilitch; TROTSKY, Leon. **O Programa da Revolução**. 4ª Reimpressão. Brasília/DF: Nova Palavra, 2018. p. 88-129.

TROTSKI, Leon. **Em defesa do Marxismo**. Brasil: Proposta Editorial, [s.d.].

TROTSKI, Leon. **O programa de transição**. Périgny-França, 3 set. 1938. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/programa/index.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

TROTSKI, Leon. **História da revolução russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia das práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIGOSTKI, Lev Semionovitch. **Psicologia Pedagogia**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

WORLD University Rankings 2019. **Times Higher Education**. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats. Acesso em: 12 abr. 2019.

ZUCCHINI, Giampaolo. Demagogia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 318-319.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções objetivistas

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA028	“Amostra probabilística, aleatória simples por estratos de classes sociais, informados pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura da cidade de Lauro de Freitas, a partir do poder aquisitivo dos moradores dos bairros. O mapa da cidade foi dividido em microrregiões de acordo com a classe social predominante, para visitação dos avaliadores. Tratamos como classe A (alta e média alta), classe B (média), classe C (média baixa) e classe D (baixa e pobreza). Tal procedimento foi adotado para que fossem respeitados todos os níveis de comportamento, acesso a veículos de informação, lazer, transporte, sistema de saúde, educação e condição de sobrevivência. A metodologia foi desenvolvida para inclusão de uma amostra com igual número de homens e mulheres.” (f. 40)
BA045	“Para isto, o encontro com a teoria, construída pelos autores citados, possibilita avaliar e repensar a prática percebendo cada aluno, cada criança como um ser-cidadão. Assim, tem o direito de ser olhado como um todo, de interagir num espaço escolar que não busque um padrão ou um modelo de aluno que ele nunca conseguirá ser, que não aponte o que lhe falta, mas que, ao contrário, valorize o que ele é, o real, o concreto, sem negar-lhe o direito de se superar, de desenvolver suas potencialidades, de ser, a cada dia, um pouco mais próximo daquilo que deseja ser.” (f. 6)
BA048	“[...] Dentro desta nova proposta, o homem deve ser compreendido levando-se em consideração o ambiente em que está inserido e, neste sentido, a percepção deve ser entendida a partir do estudo do animal dentro do conjunto de ofertas que o ambiente lhe proporciona e que ele pode usufruir (GIBSON, 1979; TURVEY et al., 1982).” (f. 8) “Por outro lado, as idéias levantadas por Gibson (1966, 1979) reforçaram a necessidade de entender o homem dentro de um contexto cuja percepção e ação fazem parte de uma mesma entidade.” (f.10)
BA062	“[...] temos um papel perante a sociedade de socializar conhecimento e contribuir sempre para melhorar a educação no nosso país.” (f. 8)
BA065	“Segundo dados do Ministério da Saúde, através da Agenda Nacional de Promoção da Saúde (2005), tradicionalmente, os modos de viver têm sido abordados numa perspectiva individualizante e fragmentada, que colocam os sujeitos e as comunidades como os responsáveis únicos pelas várias mudanças/arranjos ocorridos no processo saúde/adoecimento, ao longo da vida.” (f. 3)
BA091	“Com esta prerrogativa, esta concepção histórica tem como pressuposto a totalidade social, que não é harmônica, mas sim dinâmica e contraditória. Segundo esta análise, o motor da história são as contradições das relações sociais, fundamentadas nas lutas de classes, ou seja, nas condições concretas de existência.” (f. 10-11)
BA104	“Em relação à QV, pode-se concluir que o Domínio Físico foi o aspecto mais positivo da vida dos adolescentes estudados, enquanto parâmetros ambientais foram os pontos mais vulneráveis e prejudiciais à QV desses jovens. Algumas variáveis analisadas mostraram-se determinantes da maioria dos domínios da QV adolescente, tais como, atividade física, consumo de álcool, IMC e sexo.” (f. 148)
BA112	“A capacidade aumentada de atletas treinados aerobiamente manterem um exercício prolongado é normalmente atribuída a adaptações nas funções cardiorrespiratórias e no músculo esquelético” (f. 25)

APÊNDICE B - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções subjetivistas

(continua)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA001	“[...] indivíduos que têm a capacidade de mudar, adaptar suas metas de acordo com mudanças das circunstâncias ambientais podem garantir mais bem-estar na participação de outras tarefas. As autoras acrescentam ainda que os idosos podem fixar normas mais brandas para si próprios, que levem em conta as suas limitações crescentes, e, portanto, eles podem ser capazes de manter a sua participação no valor das atividades. Mesmo que a atividade mude, por exemplo, de correr para caminhadas, as duas atividades [...]” (f. 118)
BA002	(P. IX) “O homem não é aquilo que tem ou pode, é um pouco o que sabe, muito o que sonha, mas acima de tudo o que faz aos outros.”; (p. 01) “[...] compreende tantas riquezas e aspectos da vida humana e da sociedade, que passa também a evoluir conceitualmente, para o cumprimento do seu papel de bem cultural, pois, como patrimônio herdado a sociedade deve ele servir-se e depois transmiti-lo acrescido das experiências desenvolvidas.”; (p. 2) “Atualmente, quase todos os processos de produção e desenvolvimento econômico-sociais passam pelas organizações, esta é uma característica da sociedade moderna pós-industrializada [...]”
BA004	“O Desenvolvimento Humano deve ser analisado por diversas abordagens: econômica, ecológica, neurociências, educacional etc.” (f. 55) “O processo de Desenvolvimento Humano implica ressignificação das sensações dos seres humanos diante de suas trajetórias de vida contemplando uma multiplicidade de aspectos do comportamento humano, relacionados aos fatores culturais, socioeconômicos, físicos e espirituais em prol da evolução de ser planetário.” (f. 55) “De fato, o ‘aprender a ser’ revela a preocupação da educação esportiva com o desenvolvimento pleno do ser humano, isto é, com a possibilidade de ele saber sentir, pensar e agir de forma integrada, sem causar tanto caos e desequilíbrio na sociedade.” (f. 57)
BA009	“Movida por esta inquietação acerca do ensino da Educação Física escolar nas escolas públicas, trato, nesta pesquisa, da imagem corporal de uma parcela da população que faz parte deste universo escolar, os jovens/adolescentes negros, sujeitos de direitos reconhecidos enquanto categoria social singular, envolvida pelo processo de globalização que proporciona significativas trocas simbólicas entre os povos.” (f. 9)
BA010	“Dentre as importantes finalidades da Educação, importa registrar a de proporcionar que os educandos, novos cidadãos do terceiro milênio, tenham uma capacidade de articular, religar, contextualizar e situar o conhecimento que constroem na realidade contem córnea. Na atual conjuntura social, o educador se vê envolvido por diversas mudanças culturais e, por assim dizer, indenitárias, que modificam a forma de o estudante se expressar, a forma com que ele se coloca socialmente, o que deveria orientar a maneira de se estruturar um currículo.” (f. 55)
BA021	“Esta se dá devido ao fato destes jogos representarem algo para o participante, isto é, fazendo sentido para o mesmo. E é esse significado que define a atividade deste ser enquanto humano diferente dos outros animais.” (f. 98)
BA024	“Neste sentido, propõe-se uma educação que democratize o acesso aos bens culturais, materiais e simbólicos historicamente constituídos pela humanidade, bem como, crítica, plural e libertadora. Essa educação parte do pressuposto de que os alunos são diferentes, refutando o binômio igual/desigual, mas reconhecendo a diversidade humana e de acesso aos bens sociais e culturais.” (f. 33)
BA027	“Embora as classes sociais encontrem-se visivelmente separadas, colocadas nos devidos lugares, as fronteiras desses locais são também tênues e móveis porque, com o crescimento populacional da cidade, permitiram-se contatos e aproximações entre os sujeitos, mesmo que seja de maneira escamoteada. Os lugares, como feiras, ambientes de trabalho e festas, possibilitavam contatos e estabelecem relações societárias dinâmicas e conflituosas, e a classe dominante, mesmo aparentemente não reconhecendo o valor cultural dos ‘dominados’, acabou incorporando seus traços fortíssimos nos seus hábitos de vida.” (f. 38)
BA035	“Os conflitos e divergências parecem ser partes imprescindíveis das relações humanas e dessa criação de uma identidade e, num dado momento, mesmo com as possíveis diferenças entre os membros

(continuação)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
	integrantes do grupo, há de existir maneiras pelas quais esses problemas sejam solucionados, a fim de que haja um fortalecimento do vínculo entre eles [...]” (f. 15)
BA041	“A sociedade ilheense buscou, na atividade turística, um novo caminho para os problemas econômicos e sociais, mas não articulou um planejamento participativo que pudesse criar uma identidade entre o espaço e os habitantes, para buscar o desenvolvimento social e econômico de forma que cada ator social, com sua capacidade e suas habilidades, participasse das ações direcionadas a uma política de turismo capaz de produzir benefícios à comunidade local (NOIA, 2008).” (f. 81)
BA046	“Nos nossos dias, o quadro tem mudado para um desequilíbrio entre o Homem e o Homem, ou seja, nas suas relações sociais.” (f. 51)
BA051	“Os humanos atuais diferem dos primeiros hominídeos na estrutura da coluna vertebral e da pelve e na configuração da perna e do pé, associadas à mudança para a forma do bipedismo.” (f.14)
BA059	“As entrevistas, neste caso, do tipo semiestruturada, por meio da técnica de história de vida, apesar de utilizarem a análise do subjetivo do indivíduo, acabam também estudando a questão social. Isso porque as indagações realizadas por parte do pesquisador não analisam os sujeitos como se estivessem isolados socialmente, mas, ao contrário, os compreendem como um processo, no qual serão produto e produtor da sociedade em que vivem.” (f. 110)
BA061	“África, considerada a ‘Terra Mãe’ não apenas pelos africanos, mas também pelas pesquisas que têm revelado que os fósseis mais antigos das espécies que originaram o homem moderno foram encontrados no referido continente, reforçando a teoria chamada de ‘Out off África’ (‘Saída da África’): a qual defende que somos todos ‘afrodescendentes’, pois, deste imenso território, bem antes do movimento denominado de ‘diáspora africana’, teriam partido os habitantes que constituíram os primeiros núcleos urbanos em várias partes do mundo.” (f. 21)
BA064	“[...] A tão festejada inclusão social é sempre um processo cheio de boas intenções e também de muitas falhas de perspectivas. As minorias têm construído muitos espaços de lutas para tentar uma inserção verdadeira nos vários âmbitos. A necessidade é de criar não privilégios, como alguns apregoam, mas sim o reconhecimento de que o gênero, a etnia ou condição sensorial-motora têm um legado de exclusão, desrespeito e omissão e, portanto, políticas reparadoras e de afirmação da cidadania são imprescindíveis para estabelecer uma sociedade com um olhar diferenciado para suas identidades.” (f. 41)
BA070	“[...] Acreditamos que as estruturas psicológicas das pessoas cegas não podem ser generalizadas. Estamos falando de seres humanos, portanto, o respeito à individualidade é fundamental. Entretanto, consideramos que o desenvolvimento está diretamente relacionado às condições familiares e educacionais nas quais a criança cega cresce e participa, e que a cegueira pode atuar como fator de influência sobre a família e a sociedade, consequentemente, refletirá na maneira como a criança percebe a cegueira e o mundo à sua volta.” (f. 37)
BA072	“[...] O sujeito é o criador do conhecimento, segundo a teoria das representações, com base no que ele conhece, em experiências vivenciadas em seu cotidiano e na determinação valorativa que dá a essas vivências que não estão descoladas da historicidade e do contexto social e ético de seu mundo (MOSCOVICI, 2003).” (f. 41)
BA074	“Vivencio um momento em que as lutas por reparações estão mexendo com a sociedade ampla, e isto causa mal-estar para quem vive em estado de comodidade. É uma tentativa de chamar a atenção e dividir a responsabilidade junto a cada cidadão; para isso, as formas de ação estão mais bem definidas, já apontando alguns avanços - e o caminho da educação é meta fundamental, através da reconstrução de valores sociais, ampliação de referenciais, compreensão da historicidade, respeitando o singular, o diverso, o plural em cada contexto, buscando o bem-estar social que passa pela recuperação de princípios humanitários.” (f. 19-20)
BA077	“[...] O interesse cultural e os meios de comunicação são construções humanas e como tal podem se tornar habituais. A singularidade do hábito e sua implicação com o fazer cotidiano, na compreensão de Barros Filho e Martino (2003), se constituem em um campo conceitual fértil denominado de hábitos e reúne, em torno de si, um ‘conjunto de esquemas de classificação do mundo, interiorizado ao longo de uma trajetória social singular e gerador de comportamento sem cálculo’ (p. 11).” (f. 220) “[...] Sendo assim, o hábito possibilita um processo contínuo de adaptação a situações concretas da realidade cotidiana, uma experiência que se reconcilia no convívio do sujeito com cada hábito e gera um sentido próprio em cada relação dialética.” (f. 223)

(continuação)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA099	“Tal vinculação pode ser atribuída ao fato de o esporte representar valores e desejos capitalistas, vistos em aspectos como: maior exposição do corpo; um novo sentido de beleza, movimento, risco e desafio; superação de limites; e valorização dos conhecimentos científicos.” (f. 27)
BA100	“Também, nesse cenário, encontramos famosos mestres oriundos da capoeira urbana e da capoeira rural, [...]” f. 39
BA101	“De fato vivemos um período historicamente absorvido pela ideia de globalização.” (f. 9)
BA106	“Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. (BRASIL, 2005, p. 17-18)” (f. 26)
BA109	(P. 101) “Culturalmente os objetos de estudo corpo e a ‘mente’ têm sido tratados de maneira cartesiana, pois fazem parte de uma visão mais racionalista que as ciências da saúde utilizam para obtenção dos resultados da pesquisa. No entanto o ser humano é constituído de partes que no todo formam um ser que pensa, se move e interage. Não há como existir um ser vivente com um corpo, mas sem a cabeça ou vice e versa. Não há também como ser um ser humano sem que haja a interferência do ambiente. A complexidade do homem o faz estar em constantes buscas de inúmeras respostas.”
BA115	“[...] Na busca por referenciais que expressem o entendimento de Pedagogia adequado aos projetos socioeducativos em geral, procurou-se pela defesa por uma ação que dignifique o homem, que vise minimizar seus flagelos, caminhando no sentido de melhorar a qualidade das propostas. Enfim, partiu-se da investigação de uma Pedagogia que considere a situação atual da humanidade em suas relações globais. Encontrou-se em Bento (1999, p. 22): A nossa consciência antropológica determina, pois, que nos coloquemos a exigência de qualidade total à totalidade da educação. Que esta assuma a recuperação da consciência da dignidade como distintivo essencial da sociedade humana. Que a escola, que o sistema e todos os contextos educativos sejam locais e instrumentos de afirmação categórica e de concretização exemplar do imperativo de qualidade imanente ao Ser homem.” (f. 40)
BA116	“Há fenômenos do comportamento motor, como por exemplo, certos marcos motores (i.e., quando a criança adquire coordenação e controle postural para sentar, andar e posteriormente correr) que estão fortemente ligados a períodos específicos do desenvolvimento humano. A ocorrência destes fenômenos é esperada, em função da idade cronológica do indivíduo. Há ainda certos comportamentos que são transitórios (i.e., engatinhar), pois são funções adaptativas que dependem tanto do status desenvolvimental da criança, quanto da demanda da tarefa no momento.” (f. 16)
BA119	“Confirmar o sobrepeso e a obesidade, principalmente em relação ao excesso de adiposidade, em crianças brasileiras são imprescindíveis para o avanço do conhecimento na detecção, prevenção e tratamento da epidemia ainda na infância.” (f. 17)
BA120	“As políticas devem estar centradas nos princípios humanistas e democráticos, entendendo o homem enquanto cidadão e participante ativo do processo de elaboração das políticas públicas de lazer, melhorando a qualidade de vida e a educação dos sujeitos sociais.” (f. 120)
BA121	“Ainda de acordo com Ginzburg (1989), o paradigma indiciário, tão antigo quanto o próprio ser humano (já que este sobreviveu e sobrevive, em algumas realidades, da caça, que se implementa através de indícios), tem base na semiótica. Em relação a esse mesmo aspecto, Pino (2000) pontua que a caça representou, no processo de desenvolvimento humano, a entrada na cultura por exigir a criação e uso de instrumentos e a comunicação. Ou seja, o conhecimento produzido nasce na prática, na experiência, de modo que a própria cultura (que tem início com o trabalho realizado por indícios, sinais) nasce na relação do homem com a natureza. Em outras palavras, os indícios são ascendentes da cultura.” (f. 191)
BA123	“Todo trabalho é importante, pois implica, como foi mencionado, em primeira e última instância, a humanização dos indivíduos. Todo trabalho é uma ação cultural e toda a cultura é trabalho, pois ambos são inerentes ao Homem, que somente assim pode ser chamado, porque, ao modificar conscientemente a natureza, produzindo trabalho e cultura, se torna humano.” (f. 75)

(conclusão)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA126	“[...] a política pública como mecanismo reparatório, garantidor de acessibilidade mínima aos atributos de direitos legais, aos quais toda a sociedade está submetida, mas que por uma combinação de forças econômicas e espaço político forjam bolsões de pobreza, principalmente nas periferias dos territórios sociais.” (f. 36)
BA128	“As práticas educativas têm sido amplamente utilizadas na área da saúde, tanto para a formação contínua dos profissionais que atuam na área quanto no campo da educação em saúde para a população em geral. Estas práticas são norteadas por um conjunto de representações de homem e de sociedade que se quer efetivar, demonstradas através da discussão dos processos de ensino-aprendizagem utilizados pelas tendências pedagógicas mais dominantes em nosso meio: a pedagogia tradicional, renovadora, por condicionamento e a libertadora (Pereira, 2003).” (f. 35)
BA129	“A partir desse objeto de estudo, com vistas à inclusão social, a concepção de lazer neste trabalho considera o homem/mulher em sua dimensão plural, já que ele/ela não pode ser pensado isoladamente, e sim a partir da relação do homem/mulher em sociedade. Essa condição social do indivíduo aponta para o caráter político, que diz respeito à necessária convivência das pessoas em sociedade.” (f. 18-19)
BA131	“O homem se complementa pelo encontro entre sua natureza, expressa por sua forma física, instintos e sentimentos, e sua cultura estabelecida por meio de valores, ritos e regras presentes no seu ambiente de convivência.” (f. 79)

APÊNDICE C - Quadro de análise da concepção de ser humano/sociedade das produções dialéticas

(continua)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA003	“[...] o homem concreto, integral, vivo que pertence a um lugar definido e a uma determinada época, determinada história; um homem compreendido em conjunto com as relações sociais; em sua totalidade.” (f. 8) “[...] a sociedade vive em constante movimento e conflito que chamamos de luta de classes.” (f. 28)
BA006	“[...] homem brinca, dança, pula, não como indivíduo estanque, separado das relações socioculturais, mas como ser em contínua evolução, que outrora vivera outras brincadeiras, outras danças, outros movimentos e traz consigo todo esse conhecimento, não devendo ser desprezado.” (f. 33)
BA007	“O significado de sociedade com que trabalhamos na problematização da pesquisa parte da concepção de Marx (BOTTOMORE, 1988, p. 343), que apresenta três aspectos para esclarecer-lhe o sentido: o primeiro, traz a ideia de que os [...] seres humanos vivem em sociedade e não envolve uma antítese entre indivíduo e sociedade que só pode ser superada pela suposição de algum tipo de contrato social ou, alternativamente, considerando-se a sociedade como um fenômeno supra-individual.” (f. 15)
BA008	“Marx (1979, p. 206) coloca ‘que o homem é um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, sensível, objetivo, o que significa que tem como objeto de seu ser, de sua exteriorização de vida, objetos efetivos sensíveis, que pode exteriorizar sua vida. Seu objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido para um terceiro se equivalem’” (f. 22) “[...] concepção de história humana como obra do desenvolvimento dialético das forças produtivas e das relações sociais que os homens contraem na produção. O homem, sendo um ser de necessidades é também um ser que inventa ou cria suas próprias necessidades, e por isso, produz para satisfazê-las.” (f. 93)
BA111	(P. 12) “Ao tratarmos da cultura em áreas de Reforma Agrária e, especialmente da cultura corporal, fazemos no intuito de possibilitar a articulação destas atividades à construção do novo homem no processo de luta pela terra.” (p. 20-21) “Eis o nível da dificuldade que o conceito de cultura nos impõe, por isso é que resolvemos discutir a participação da cultura na política e experiência do MST, recorrendo à Ontologia marxiana, para nos ajudar a ‘desvendar a essência dinâmica, histórica do homem’, e a compreensão da atividade vital consciente do homem, o trabalho, ‘como o núcleo essencial do complexo determinativo que caracteriza o gênero e as individualidades humanas, a partir do qual todas as suas manifestações se desdobram’ (TEIXEIRA, 1999, p. 182).”
BA113	“Frigotto (2001), ao questionar as teorias educacionais a partir das relações trabalho-educação, nos alerta para as dificuldades da nossa sociedade de classes com referência à organização da produção da vida. Aponta também para a necessidade de superar os dilemas teóricos através de estudos que coloquem os elementos das atuais práticas pedagógicas e dos processos de sociabilização, na perspectiva de analisar as contradições e identificar as possibilidades superadoras dos atuais conflitos na educação especial.” (f. 16)
BA118	“[...] o período histórico de consolidação desse ‘saber sobre o corpo’ e dessa disciplina no espaço escolar, percebe-se que a Educação Física escolar se concretizou vinculada a um modelo de sociedade, uma organização estatal capitalista baseada numa forma de ver o mundo, numa ciência positivista, o liberalismo, cuja força estava na ideia de que a população de um país é um grande trunfo econômico, social e político. Sociedade saudável, mão-de-obra capaz e um plantel militar são os destinos dos cidadãos de uma nação. Para auxiliar nessa produção, a escola passa a ser o lugar mais adequado para uma ‘nova’ educação, apropriada e capaz de contribuir para aquelas finalidades.” (f.27)
BA019	“Ao longo desse percurso sobre os aspectos que circundam e circunscrevem a formação de professores, se partíssemos de uma concepção fragmentária da realidade, poderíamos afirmar que isto bastaria para uma análise exclusivamente econômica ou política e que pouco teria a ver com a educação e a práxis pedagógica. Todavia, partimos de uma ideia ampliada da realidade e de que vivemos numa teia de relações sociais, político-econômicas e culturais, ou seja, todos os aspectos da sociedade estão conectados, logo, interligados por esta teia de relações. Neste caso, as implicações e os reflexos de todo o contexto descrito acerca da globalização, sociedade de consumo e lógica do capital influencia diretamente a educação, os percursos formativos e a práxis pedagógica, conforme já pudemos acompanhar em algumas indicações anteriores.” (f. 31)

(continuação)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA030	“[...] compreensão do sujeito como ser histórico e social [...]” (f. 38)
BA032	“Ao agir sobre a matéria natural para a satisfação das suas necessidades vitais, o homem desenvolveu diferentes técnicas e tecnologias, sendo ele mesmo produto e processo direto desta relação, pois ao transformar a natureza, também ele se transformava. O agir humano não tinha um significado apenas imediato, caracterizado pela satisfação das suas necessidades primárias e vitais, mas também, mediato, pois se relacionava ao próprio desenvolvimento do homem enquanto ser social. O homem educava-se, produzia-se no intercâmbio com a natureza.” (f. 27)
BA037	“De acordo com Marx e Engels os indivíduos se criam uns com os outros, partindo da relação material com o mundo e no mundo histórico-material. Nesse sentido, a riqueza intelectual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais no sentido físico e no sentido moral (Marx & Engels, 2001, p. 34-35).” (f. 112-113)
BA078	(P. 27) “Segundo Marx (1985, p. 27), o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos”. “E para se manterem vivos, tiveram os homens que produzir seus meios de vida: [...]”; (p. 20) Segundo David Harvey, o domínio na produção de mercadorias enfatizou na sociedade valores e virtudes da instantaneidade [...]”
BA079	“A temática sociedade foi analisada a partir das relações ‘ser humano-natureza-cultura’ e das leis gerais que regem as relações ‘capital-trabalho’ que determinam a formação do ser humano e se expressam dentro da escola nas finalidades da educação e na teoria do conhecimento que explica o que é o ser humano, como ele conhece e como ele desenvolve suas capacidades cognitivas.” (f. 7)
BA082	“[...] Inicialmente é preciso frisar que, na perspectiva teórico-metodológica que perseguimos, (mundo do) trabalho é uma categoria ontológica do ser humano, diz respeito à atividade humana fundamental de produção de sua natureza. Desta forma, a condição primeira de toda existência humana, de toda história da existência humana, é a existência de indivíduos humanos vivos. Isto é, os homens para existirem, para fazer história, precisam garantir a sobrevivência de tal maneira que a primeira ação do homem foi a criação de meios para satisfazer tais necessidades. [...] Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (f. 29)
BA083	“Os defensores do capital vêm demonstrando uma enorme capacidade de sobrevivência, contra a qual é preciso organizar a resistência, renovar a esperança, e permanecer na luta – que a classe trabalhadora organizada continua a travar, em escala planetária – por uma sociedade não capitalista. Contra um sistema que condena ¼ da população mundial a viver com 1 dólar/dia e que explora 300 milhões de crianças no mercado de trabalho. Luta que prossegue porque muitos de nós – apesar dos indiferentes, dos traidores e adesistas de todo tipo - continua querendo (e querer é mais que desejar) contribuir para construção de uma sociedade, onde as diferenças de classe tenham sido abolidas e o seu lema seja (e Marx continua dramaticamente atual).” (f. 121)
BA084	“Enfatizo que não acredito que a possibilidade de emancipação humana esteja posta no lazer tal como o fruímos na atualidade. Entretanto, concordo com os teóricos do lazer que dizem que nele, como no próprio capitalismo, estão os germes de destruição desta ordem e de construção de uma nova ordem.” (f. 185)
BA085	“Trata-se de compreender as condições nas quais os homens reais estão produzindo as suas representações, as suas ideias. Trata-se de procurar explicações para a produção dos estudos do lazer no Brasil no modo de produção e reprodução da existência, materializado no estágio de desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção que lhe correspondem.” (f. 5-6)
BA086	“A organização da força de trabalho no setor da economia política corresponde às formas de organização do trabalho pedagógico na formação de professores e na prática pedagógica da escola. Portanto, é necessário tomar como pressuposto o ‘Trabalho’, atividade humana que, objetivada pela necessidade, constrói e produz as condições objetivas e subjetivas da formação do ser social e das suas atividades, não no marco do trabalho alienado, mas sim, do trabalho socialmente útil. Isto significa no marco de um outro projeto histórico que não o do capital. Um Projeto Histórico não capitalista – ‘contra hegemônico’ - no qual se aponte a superação das atuais estruturas sociais, no qual exista a possibilidade de essência de realização da emancipação do indivíduo.” (f. 153)
BA091	“Com esta prerrogativa, esta concepção histórica tem como pressuposto a totalidade social, que não é harmônica, mas sim dinâmica e contraditória. Segundo esta análise, o motor da história são as contradições das relações sociais, fundamentadas nas lutas de classes, ou seja, nas condições concretas de existência.” (f. 10-11)

(conclusão)

Código de registro	Concepção de homem/sociedade
BA092	“Neste sentido, a concepção de corpo real, a imagem do ‘tipo real’ considerada se situa no entendimento de ser no mundo, de homem real e das condições econômicas e sociais em que ele tem de viver, isto é, uma perspectiva de totalidade. E não uma forma reducionista em que se considera o ser humano – corpo – de forma fragmentada, própria do dualismo cartesiano, em que se observa e apreende a visão dicotomizada do ser, pois pensar o corpo significa refletir sobre sua totalidade.” (f. 46)
BA093	“Neste sentido é que destacamos as categorias teóricas, que têm como base para sua definição a necessidade primeira de toda a história humana: a existência de seres humanos vivos. Esta condição vem sendo ameaçada no modo de produção da vida nos marcos do capital, no qual vivemos. A relação que garante a existência do homo sapiens-sapiens, ou seja, a relação entre o homem e a natureza para a produção dos bens necessários à sua existência, vem sendo destruída. Assim o é com a relação entre o homem consigo mesmo, com a humanidade e com os outros homens. As relações e mediações de troca, de apropriação privada dos meios de produção e da divisão do trabalho se sobrepõem às necessidades humanas de existência.” (f. 97)
BA097	“Ao tratar das relações sociais, o Coletivo de Autores afirma que a classe dominante faz uso da política, da cultura e da economia para garantir sua hegemonia ideológica, pois ela detém a direção da sociedade: a direção política, intelectual e moral (p. 24). O modelo de análise sócio-política utilizado no escopo da obra apresenta a sociedade como algo estanque, nitidamente cindida entre dominantes e dominados ou entre burguesia e proletariado, sendo os últimos denominados genericamente de classe trabalhadora.” (f. 19)
BA113	“Frigotto (2001), ao questionar as teorias educacionais a partir das relações trabalho-educação, nos alerta para as dificuldades da nossa sociedade de classes com referência à organização da produção da vida. Aponta também para a necessidade de superar os dilemas teóricos através de estudos que coloquem os elementos das atuais práticas pedagógicas e dos processos de sociabilização, na perspectiva de analisar as contradições e identificar as possibilidades superadoras dos atuais conflitos na educação especial.” (f. 16)